

João Nuno Correia Pinto Belchior

Reconstruções Pós Violência Doméstica

Vivências e Significados das

Casas Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica

Tese apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto para obtenção do grau de Doutor em Psicologia

Dissertação realizada sob a orientação da

Professora Doutora Celina Manita

Janeiro 2014

After having reviewed all the supposed options open to battered women, I have reached the conclusion that the creation of shelters designed specifically for battered women is the only direct, immediate, and satisfactory solution to the problem of wife-abuse; any other consideration – such as the need for counseling or legal advice – is of secondary importance.

(Martin, 1981, p. 196)

Resumo

As casas abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica são espaços residenciais de acolhimento temporário para mulheres que se encontram em situação de risco grave/perigo de vida. Não se constituindo como respostas recentes, têm, contudo, nos últimos anos, e de modo progressivo e estruturado, assumido um papel cada vez mais central na estratégia de intervenção em situações de violência doméstica, na medida em que permitem que as mulheres encontrem um ambiente seguro que propicia uma proteção imediata e uma oportunidade de reequacionar a sua vida a longo prazo (Loseke, 1992). Em Portugal este acolhimento e apoio institucional continua a ser uma realidade significativamente desconhecida (Baptista, 2004).

Com o presente estudo pretendemos contribuir para a compreensão do processo de acolhimento e suas implicações, tendo como objetivo primordial explorar as vivências, os significados e as perceções que, quer mulheres vítimas de violência doméstica (que experienciam e/ou experienciaram um período de acolhimento institucional em casa abrigo), quer os técnicos destas instituições têm sobre o modelo de resposta institucional Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, suportada por uma abordagem fenomenológica, tendo como referencial metodológico a *grounded theory*. Fizeram parte do estudo seis casas abrigo do norte a sul de Portugal continental, tendo sido entrevistadas 15 mulheres (10 mulheres acolhidas e cinco mulheres autonomizadas) e dez técnicas que, à data, trabalhavam em casa abrigo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cada participante, recorrendo a questões abertas, de carácter reflexivo. A partir da análise interpretativa realizada foram construídas categorias e subcategorias que, inter-relacionadas, permitiram a construção de um modelo representativo das experiências. As casas abrigo foram significadas como globalmente positivas tendo, contudo, sido referidas algumas limitações que condicionam o desempenho institucional, bem como o bem-estar de quem se encontra acolhida, designadamente o processo de encaminhamento para casa abrigo, o momento de integração e acolhimento ou a presença de filhos. São discutidas as implicações e possíveis áreas de intervenção e investigação futura.

Palavras-chave: violência doméstica, casas abrigo, expectativas, significados

Abstract

Domestic violence shelters for women are residential spaces for temporary refuge for women who are at grave risk. Shelters are not recent responses, however, in recent years, and in a more progressive and structured manner, they are assuming an increasingly central role in the domestic violence intervention strategy, allowing women to find a safe environment, with immediate protection, and an opportunity to rethink their long-term objectives (Loseke, 1992). In Portugal this kind of social responses remain a significant unknown reality (Baptista, 2004).

With this study we aim to contribute to the understanding of the sheltering process and its implications, with the primary objective to explore the experiences, meanings and perceptions that both women victims of domestic violence (that are experiencing or have experienced a domestic violence shelter) and professionals that work on these institutions have on the Portuguese institutional shelter model for Women Victims of Domestic Violence.

This is a qualitative research, supported by a phenomenological approach that uses grounded theory as a methodological framework. Six houses from the north to the south of Portugal participated in which 15 women were interviewed (10 women that were, at the time of the interviews, staying in a shelter and five women that already left a shelter), and ten professionals also were interviewed. Semi-structured interviews were used with each participant, resorting to open questions with reflective nature. From the interpretative analysis categories and subcategories were developed, allowing the construction of a representative model of the living experiences. Shelters were assessed as generally positive, however, it was reported some limitations that affect institutional performance, as well as some constraints that affect the wellbeing of women and children that benefit from shelter support, namely: the referral process to a shelter, the integration moments in a shelter, and the presence of children. The implications and possible areas of intervention and future research are discussed.

Keywords: domestic violence, shelters, expectations, meanings

Resumé

Les centres d'accueil et d'hébergement pour femmes victimes de violence conjugale/domestique sont des espaces résidentiels d'accueil temporaire pour femmes qui se trouvent dans une situation de risque grave/péril de vie. Bien qu'ils ne soient pas des réponses récentes, ils ont pris dans les dernières années, de façon structurée et progressive, un rôle de plus en plus central dans la stratégie d'intervention en matière de violence conjugale/domestique, lorsque ils assurent une protection immédiate aux femmes et permet de redéfinir leur vie à long terme (Loseke, 1992).

Au Portugal, ce genre d'institution et d'appui institutionnel demeure encore inconnue (Baptista 2004). Notre étude a comme but la compréhension du processus d'accueil et de ses implications, visant l'exploration en profondeur des expériences, des significations et des perceptions que les femmes victimes de violence conjugale, bien que les techniques de ces institutions, ont sur ce réponse institutionnelle.

Il s'agit d'une recherche qualitative, supportée par une approche phénoménologique, qui prenne comme référence méthodologique la *grounded theory*. Six maisons d'accueil ont participé à l'étude, dès le nord au sud du Portugal continental, et 15 femmes ont été interviewées (10 femmes en régime d'accueil et 5 femmes déjà autonomisées) bien que 10 techniques qui, à ce moment, travaillaient chez des centres d'hébergement. Des entrevues semi-structurées avec chaque participant ont été effectuées, en utilisant des questions ouvertes, au caractère réfléchissant.

À partir de l'analyse interprétative réalisée, différents catégories et sous-catégories interconnectées ont émergé et ont permis la construction d'un modèle représentatif des expériences. D'une façon générale les abris ont été évalués et signifiés positivement. Cependant quelques limitations sont signalés – limitations qui affectent la performance institutionnelle, bien que le bien-être des femmes qui sont accueillies - à savoir, le processus de cheminement pour la maison d'hébergement, le moment de l'intégration et le processus d'accueil, la présence d'enfants. Les implications de nos conclusions sont discutées, bien que les domaines possibles d'intervention et recherches futures.

Mots-clé: violence conjugale, maison d'hébergement pour femmes victimes, expectatives, significations

Dedicatória

À Matilde João e ao João Eduardo, pequenos agentes ativos
numa sociedade mais equitativa e justa,

... Pelo tempo que me deram,

... Pelas aprendizagens que me proporcionaram.

À Cláudia, pelas cumplicidades da viagem...

Agradecimentos

Este foi um percurso inolvidável.

Ao nível das subjetividades, a principal razão que me levou a enveredar por este programa doutoral prendeu-se com uma profunda vontade de “regressar à escola”. A cada dia que passava, tornava-se urgente o voltar a refletir, de forma estruturada e sistematizada, sobre um conjunto de objetos-problema. O objeto primordial – as casas abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica – surgiu naturalmente. Era o meu contexto de trabalho, pelo qual acabei por me apaixonar. Tanto pela disfuncionalidade associada à afetividade que se queria segura, como pelo modo como, comunalmente, desenvolvemos uma resposta (essa sim) segura, mas, por vezes, revitimizadora.

Tendo como ponto de partida um conjunto de considerações, dúvidas e angústias tive a oportunidade de ir à procura de respostas, de falar com quem, efetivamente, podia iluminar este processo de questionação. Este trabalho é, assim, o resultado de um entrelaçamento de diferentes vozes em torno de uma realidade comum. Assume-se como uma leitura pessoal sobre o processo de acolhimento institucional de mulheres vítimas de violência doméstica mas é o resultado de múltiplos contributos, diretos e indiretos, os quais, nesta fase, não posso deixar de evidenciar e agradecer.

Queria, genuinamente, deixar uma palavra de agradecimento...

... A todas as mulheres com quem tive o prazer de conversar no decurso desta investigação e cujas vozes se encontram espelhadas no presente trabalho. Pela abertura, disponibilidade e coragem.

... À minha orientadora, Professora Doutora Celina Manita, cujo estado de profunda inquietação se torna contagiante. Pelo desafio, pela exigência e pelo humor ao longo de todo o percurso, sem o qual, este trabalho se tornaria desesperante.

... Aos meus pais, Maria Elisa e João Manuel, que proporcionaram aos filhos um percurso emocional repleto de vivências que, frequentemente, se traduziram no levantamento de múltiplas questões. Pelo processo de crescimento e pelo apoio incondicional.

... Aos meus “revisores oficiosos”, Ana Meireles e Manuel Pereira, cuja presença e momentos de discussão me levaram ao desbloqueio de diferentes situações-problema. Pela presença e questionamento heurístico.

... Aos meus filhos, Matilde João e João Eduardo, a quem lhes roubei fins de semana, uns atrás de outros. Pelos mimos e pelas torres de Lego (as que construímos e as que faltam construir)...

... À minha mulher, Cláudia, muito em particular, com quem adoro partilhar toda uma vida e a quem recorro, particularmente, em momentos de intempérie. Por ser o meu porto-de-abrigo e, ao mesmo tempo, o nosso farol familiar. Pela sua disponibilidade, cronológica e emocional, e por saber espicaçar na altura certa...

João Belchior

Índice

<i>Resumo</i>	5
<i>Abstract</i>	7
<i>Resumé</i>	9
<i>Dedicatória</i>	11
<i>Agradecimentos</i>	13
<i>Índice</i>	15
<i>Índice de Tabelas, Ilustrações</i>	20
<i>Parte A</i>	21
<i>Introdução</i>	23
<i>Capítulo I A arqueologia das respostas iniciais de acolhimento a mulheres</i>	31
1.1 Do género como problema ao desenho das primeiras soluções	34
1.2 De Evas a Marias – O Objeto e a Intervenção	39
1.3 As intenções e as práticas.....	41
<i>Capítulo II A emergência da centração na mulher</i>	45
2.1 O enquadramento macropolítico	47
2.2 O enquadramento social	57
2.2.1 Os feminismos enquanto elementos de complexificação social.....	57
2.2.2 Os dispositivos de sensibilização social - Os “Anos” Internacionais e Europeus.	63
<i>Capítulo III Os Produtos Legislativos</i>	69
3.1 Constituindo a Constituição	71
3.2 Alguns Diplomas Complementares	77
<i>Capítulo IV Casas abrigo – A operacionalização de um contínuo ideológico-funcional...</i>	89
4.1 A construção contemporânea do “problema social”	91

4.2 Casas abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica – Das divergências iniciais à disseminação	94
4.3 Diacronizando o discurso sobre as casas abrigo	99
<i>Capítulo V As violências domésticas e a sua interrupção</i>	105
5.1 Violência doméstica – Do conceito aos impactos	107
5.2 Conhecendo e interrompendo o fenómeno disruptivo	112
<i>Parte B</i>	117
<i>Capítulo VI Elementos Metodológicos</i>	119
6.1 A abordagem fenomenológica – A construção suportada do Construcionismo Social	121
6.2 As Metodologias Qualitativas	127
6.2.1 A Grounded Theory	131
<i>Capítulo VII Estudo Empírico</i>	137
7.1 Objetivos	139
7.2 Variáveis e Questões de Investigação	140
7.3 Intencionalidade da amostra – Amostragem teórica	141
7.4 Participantes	142
7.5 Instrumento de recolha de dados – Entrevista Semiestruturada	147
7.6 Procedimentos de recolha e tratamento de dados	150
7.7 Descrição dos procedimentos de análise	150
<i>Capítulo VIII Apresentação de Resultados</i>	159
8.1. O acolhimento institucional	161
8.1.1. Casa abrigo confidencial	162
8.1.1. a) O desconhecimento generalizado sobre a Resposta Social	163
8.1.1. b) Da utilidade à crítica	164
8.1.1. c) Confidencialidade e sigilo	168

8.1.1. d) Vantagens	173
8.1.1. e) Desvantagens.....	177
8.1.2. Casa abrigo não sigilosa.....	188
8.1.2. a) Desconhecimento e incerteza	189
8.1.2. b) Vantagens	190
8.1.2. c) Desvantagens.....	192
8.1.3. Casa abrigo ideal.....	195
8.1.3. a) Condições físicas da casa abrigo ideal	197
8.1.3. b) Equipa ideal da casa abrigo	200
8.1.3. c) A intervenção na casa abrigo ideal	204
8.2. Desencaminhamentos	208
8.2.1. Casa abrigo – de Último Recurso a Resposta Possível.....	209
8.2.2. Caracterização dos encaminhamentos.....	211
8.2.2. a) As consequências e impactos da adulteração	213
8.2.2. b) Razões da adulteração.....	215
8.2.2. c) Tentativas de solução	219
8.3. Das Expectativas às Necessidades.....	221
8.3.1. As expectativas das mulheres sobre as casas abrigo.....	222
8.3.1. a) O que esperam as mulheres da casa abrigo?	223
8.3.1. b) O prometido nem sempre é devido – A discrepância entre o que é garantido e o que é encontrado.....	229
8.3.2. Para além das expectativas – O que necessitam as mulheres numa casa abrigo?	232
8.3.3. As expectativas das técnicas em relação às casas abrigo.....	239
8.4. Bem-estar em casa abrigo	242
8.4.1. Elementos Micro de bem-estar – Os Fatores Internos.....	243
8.4.1. a) Historial de intervenção anterior.....	244

8.4.1. b) Acolhimento e filhos.....	247
Implicações funcionais.....	248
Implicações Emocionais e Relacionais.....	252
8.4.1. c) As presenças do agressor.....	255
8.4.2. Elementos Micro de bem-estar – Os Fatores Processuais.....	257
8.4.2. a) O processo de acolhimento.....	257
8.4.2. b) Ambiente vivido em casa abrigo.....	260
8.4.2. c) A codefinição de projetos de vida.....	264
8.4.3. Elementos Macro de bem-estar.....	270
8.4.3. a) Trabalho, Tribunal e Percepção Social.....	270
8.4.4. A avaliação do acolhimento.....	273
8.5. Saídas de casa abrigo.....	277
8.5.1. Abandono.....	277
8.5.2. Expulsão.....	281
8.5.3. Autonomização.....	283
8.5.3. a) E depois da casa abrigo? Mantêm-se relações?.....	288
8.5.3. b) E depois da casa abrigo? Novas relações violentas?.....	290
<i>Capítulo IX Discussão.....</i>	<i>293</i>
9.1. Como experienciam as vítimas a institucionalização como resposta às necessidades de proteção face ao risco de nova vitimação?.....	295
9.2. Existirá uma adequação entre as necessidades das vítimas e as práticas de acolhimento?.....	301
9.2.1. Há espaço para modelos alternativos?.....	303
9.3. Como vivenciam a institucionalização as mulheres vítimas de violência doméstica, em função de terem ou não filhos? E como a vivenciam em função da presença dos filhos na instituição?.....	308
9.4. Existirão diferenças na eficácia da intervenção em função da duração, do tipo e dos padrões de Violência Doméstica ou do número de intervenções prévias?.....	311

9.5 Como é entendido o processo de acolhimento durante o mesmo e como é este integrado nos anos pós-saída?	313
<i>Capítulo X Conclusão</i>	319
10.1 A imaturidade do sistema.....	321
10.2 Contributos para uma complexificação.....	323
10.3 Repensando o contexto interno	326
<i>Bibliografia</i>	331
<i>Anexos</i>	351
<i>Guião de Entrevista – Mulheres Acolhidas</i>	353
<i>Guião de Entrevista – Mulheres Autonomizadas</i>	356
<i>Guião de Entrevista – Dropout</i>	359
<i>Guião de Entrevista – Técnicos</i>	362
<i>Termo de Consentimento Informado</i>	365

Índice de Tabelas, Ilustrações

Tabela 1 Comparação Positivismo VS Construcionismo	128
Tabela 2 <i>Síntese dos dados Sociodemográficos da amostra (mulheres acolhidas e mulheres autonomizadas)</i>	145
Tabela 3 <i>Síntese dos dados Sociodemográficos referentes às distâncias inerentes ao processo de acolhimento e situação profissional (mulheres acolhidas e mulheres autonomizadas)</i>	146
Tabela 4 <i>Síntese dos dados sociodemográficos da amostra (técnicas)</i>	147
Tabela 5 <i>Exemplos do processo de codificação inicial</i>	152
Tabela 6 <i>Exemplos do processo de categorização focalizada</i>	153
Tabela 7 Exemplo de tabela categorial	155
Tabela 8 - <i>Exemplo de memo utilizado (excertos)</i>	157
Tabela 9 <i>Percepção das conseqüências (positivas ou negativas) relativas à intervenção anterior</i>	245
Ilustração 1 <i>Distribuição geográfica das casas abrigo do estudo</i>	143
Ilustração 2 <i>Diagrama explicativo das casas abrigo confidenciais</i>	162
Ilustração 3 <i>Diagrama explicativo das casas abrigo não sigilosas</i>	188
Ilustração 4 <i>Diagrama explicativo da casa abrigo ideal</i>	195
Ilustração 5 <i>Diagrama explicativo do processo de encaminhamento para casa abrigo</i>	209
Ilustração 6 <i>Diagrama explicativo das necessidades e expetativas encontradas</i>	222
Ilustração 7 <i>Diagrama explicativo dos fatores influenciadores do bem-estar em casa abrigo</i>	243
Ilustração 8 <i>Diagrama explicativo dos tipos de saída de casa abrigo</i>	277

Parte A

Contexto e Enquadramento

Introdução

Se, num passado recente (sensivelmente até à primeira metade do século passado), se assumia o lar como contexto securizante e harmonioso, estando a comunidade científica seletivamente desatenta (Pagelow, 1984) a este espaço/tempo, nas últimas décadas assistiu-se à emergência da violência doméstica como um efetivo problema social e de saúde pública (Doerner & Lab, 1995). Nos últimos anos tem-se efetivado uma corporização crescente de todo um conjunto de dispositivos (sociais e legislativos), que visam intencionalizar uma intervenção cada vez mais orientada na área da família e, mais concretamente, ao nível da intervenção em situações de violência doméstica. As casas abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica têm sido o expoente institucional desta intervenção, assumindo-se como um espaço seguro disponibilizado às mulheres que, por motivos de violência, necessitam de fugir do companheiro.

As casas abrigo, na sua vertente contemporânea, surgem em Portugal apenas na segunda metade da década de 1990, inseridas num movimento de fundo de reestruturação política e social, dinamizado por suportes legislativos específicos que, de forma concertada, tentaram promover quer uma articulação funcional entre os serviços estatais e as instituições não-governamentais que, até então, eram as principais responsáveis pelo apoio a mulheres, bem como o desenvolvimento de mecanismos formais (e.g.: alterações nos currículos académicos) que visassem a alteração das desigualdades de poder, cristalizadas socioculturalmente.

Este surgimento, que poderemos considerar tardio quando comparado com outros países europeus, deveu-se ao facto de durante quase 50 anos (até à revolução de Abril de 1974) Portugal se encontrar num regime político e, conseqüentemente, social e cultural, que impedia a emergência da discussão de temas como igualdade de género (Baptista, Silva, & Nunes, 2004). A sociedade portuguesa anterior à revolução era profundamente desigual e dispunha de vários diplomas legais que espelhavam essa mesma desigualdade social vivenciada.

Naturalmente que, neste condicionalismo sociopolítico, a intervenção institucional com mulheres era condicionada por este entendimento dual do papel de género, sendo reali-

zada por estruturas/entidades complementares ao estado. Até esta data, o apoio a mulheres encontrava-se, fundamentalmente, ligado diretamente à Igreja ou, indiretamente, a instituições civis com fortes laços à Igreja Católica, como as Santas Casas da Misericórdia, instituições tipicamente portuguesas, que, com ligações eclesíásticas, tentavam (e continuam presentemente, ainda que numa lógica de intervenção mais diferenciada) responder localmente às necessidades sociais que iam avaliando, suprimindo, na maior parte das vezes, as falhas da resposta estatal. Estas respostas iniciais assumiam, como objeto, o *género* e não as problemáticas a ele associadas. Esta intervenção social de tradição secular operacionaliza, a partir de 1500, inúmeras respostas para mulheres que albergam situações tão diversas como: Mulheres adolescentes grávidas; mulheres sem retaguarda familiar; mulheres com algum tipo de perturbação mental; mulheres toxicodependentes; mulheres prostitutas e/mas, também, mulheres vítimas de violência doméstica. Este tipo de intervenção secular, operado num contexto macro claramente androcêntrico, remetia a violência doméstica para um entendimento resultante da condição feminina, entendida mais como um elemento disfuncional inerente à mulher e não tanto a dinâmicas relacionais ou do agressor. De modo quase que consequente, o apoio prestado até esta data era inserido em respostas generalistas e inespecíficas, em que a primazia de intervenção era dada ao acolhimento, fundamentalmente enquanto retiro, e à empregabilidade, enquanto meio de recuperação/reabilitação moral.

O surgimento da democracia, enquanto elemento libertador de expressão e de pensamento, associado a uma evolução do paradigma de entendimento de género no contexto internacional, fortemente influenciado/liderado pelas movimentações feministas de segunda e terceira vaga, parece assumir-se como determinante para a realteração de mentalidades subjacente às movimentações políticas e sociais subseqüentes em Portugal. Apesar de se poder argumentar que os movimentos feministas em Portugal não tiveram a dimensão interventiva de outros países europeus, foram igualmente importantes para ajudar a consolidar uma política de género alternativa, centrada em dimensões mais igualitárias. A esfera social, contudo, demorou a acompanhar as rápidas alterações legislativas que se verificaram, evidenciando os constrangimentos culturais inerentes à reprodução dos padrões ancestrais de relacionamento familiar (Baptista, et al., 2004).

Legalmente, contudo, eventos e diplomas internacionais como a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres (1967) ou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979), a Convenção dos Direitos da

Criança (1989) e, mais tarde, a Declaração de Viena e o programa de ação da Conferência Mundial dos Direitos Humanos (1993) e a 4.ª Conferência Mundial sobre as Mulheres em Pequim (1995), permitiram a materialização de produtos sociais e legislativos comuns (europeus e globais) como a recomendações da Conferência da Presidência Austríaca da União Europeia, em Baden, Viena (Dezembro de 1998), e as da Conferência da Presidência Alemã da União Europeia, em Colónia (Março de 1999), que se encontram na génese da diferente legislação portuguesa sobre estas matérias.

Portugal beneficiou ainda de, quando começou a centrar atenções sobre estas questões, estar a haver um momento particularmente profícuo no discurso internacional (social, político e legislativo) sobre a vítima de crime nas suas múltiplas vertentes, com os respetivos reenquadramentos no direito penal de cada país, estando na origem de diferentes produtos legislativos relevantes como a Declaração dos Princípios Fundamentais de Justiça relativos às Vítimas de Crimes e de Abuso de Poder (ONU, 1985), bem como as diferentes recomendações do Conselho da Europa sobre o estatuto da vítima na lei penal e sobre a assistência às vítimas – rec(85)11, de 28 de Junho e a rec(87)2, de 17 de Setembro, que se revelaram igualmente fundamentais para que, em Portugal, se recentrasse a atenção política e social nos diferentes tipos de vítima e na mulher, em particular, enquanto vítima de situações de violência doméstica.

É neste contexto de consciencialização crescente que são dados em Portugal os primeiros passos sociais e que, pela primeira vez de modo sistemático, ultrapassam as fronteiras da Igreja. A partir de finais da década de 1970 passa-se a assumir a violência doméstica como um “problema social que não pode ser ignorado” (Baptista, 2003, p. 56), assistindo-se quer ao surgimento de algumas das instituições, muitas de cariz fortemente feminista que vieram a desempenhar um papel determinante no apoio a mulheres vítimas de violência doméstica, quer à reconversão e atualização do trabalho de instituições já existentes, como as Misericórdias portuguesas, passando a reestruturar o seu trabalho em função dos paradigmas sociais e entendimentos contemporâneos, operacionalizados nos novos documentos orientadores que Portugal passou a desenvolver e/ou a adotar. O processo de reinvenção de práticas das instituições seculares foi acompanhado/incentivado pelo surgimento de um conjunto de novas e modernas organizações, bem como influenciadas pelos modelos de intervenção internacional.

Inseridas neste processo de construção social e político, as casas abrigo surgem nos finais do século passado, impulsionadas pelos primeiros dispositivos integrados, concretamente

pelo I Plano Nacional de Luta Contra a Violência Doméstica. Apesar de fundamentais em todo o processo de reconstrução pessoal da mulher, constata-se que pouca atenção tem sido dada a estas estruturas, constituindo-se como um objeto de conhecimento relativamente pouco explorado.

É objetivo deste trabalho contribuir para a complexificação do discurso sobre estas estruturas, refletindo sobre o seu processo de emergência e o seu enquadramento, preocupando-nos em colocar em evidência o discurso direto de alguns dos agentes envolvidos neste processo.

O presente trabalho encontra-se organizado em duas partes. Os capítulos que integram a primeira pretendem contextualizar o surgimento e o enquadramento das casas abrigo, remetendo-as para um contínuo histórico-fenomenológico. No capítulo I discutimos aquilo a que denominamos de *arqueologia das respostas institucionais* diretamente destinadas a mulheres e que consideramos serem estruturas basilares para a atual construção das casas abrigo. Neste processo explora-se o entendimento de género que lhes estava subjacente, destacando o papel da Igreja Católica enquanto elemento organizador/endoutrinador do processo de entendimento, que se mantém quase inalterado até à Revolução Industrial.

O capítulo II centra o discurso nas principais movimentações sociais e políticas do final do século XIX e do século XX, que se assumem como determinantes na emergência e consolidação do papel social feminino que, de modo indireto, contribuíram para o desenho do atual sistema de proteção à vítima. Destacamos neste capítulo os diferentes discursos bélicos, sociais e economicistas, com destaque para o surgimento do feminismo.

No capítulo III apresentamos a progressão legislativa que pretende ajudar a caracterizar o ordenamento e intervenção jurídica portuguesa no que se refere à intervenção relativa à violência doméstica.

Após um percurso histórico, social e legislativo, o Capítulo IV recentra a discussão sobre as casas abrigo enquanto materialização contemporânea de todo este conjunto de preocupações que se foram entrelaçando ao longo de séculos e que culminaram nesta configuração de dispositivos de intervenção social que hoje reconhecemos. Por sua vez, no Capítulo V exploramos o discurso mais centrado na perspetiva individual, apresentando alguns dos principais impactos do fenómeno em estudo na vida mulher, bem como algumas das dificuldades em interromper a relação disfuncional.

A segunda parte deste trabalho é dedicada ao estudo empírico. O capítulo VI, centrado na abordagem metodológica, contextualiza o presente estudo numa abordagem fenomenológica, fundamentando o recurso à *grounded theory* enquanto metodologia de referência para o processo pretendido de aceder aos significados e expectativas dos diferentes agentes envolvidos no sistema de acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica quanto ao processo de institucionalização.

O capítulo VII explana o estudo empírico, descrevendo o percurso realizado ao longo do trabalho de investigação, caracterizando os participantes, apresentando as questões de investigação, expondo o instrumento e os procedimentos de recolha de dados, bem como a descrição e exemplificação das diferentes fases tidas na realização das análises.

No capítulo VIII apresentam-se os resultados do estudo empírico, descrevendo detalhadamente as categorias e subcategorias conceptuais que emergiram enquanto forma de representar o fenómeno em análise. No decurso deste processo, apresentam-se modelos explicativos que procuram elucidar as relações existentes entre as várias categorias.

O capítulo IX é dedicado à discussão sobre os resultados obtidos, refletindo-se sobre as implicações dos mesmos, tentando integrá-los com resultados evidenciados na literatura. Considerações sobre as limitações do estudo e possíveis pistas para investigações futuras, são apresentadas. O Capítulo X conclui o trabalho com algumas considerações finais resultantes do processo de reflexão sobre os dados.

Capítulo I | A arqueologia das respostas iniciais de acolhimento a mulheres

Few recognize that these institutions [women's residence halls, homes for unwed mothers and battered women's shelters] have deep roots in the past.

(Sherrill Cohen, 1990, p. 3)

Nas últimas quatro décadas do século passado o fenómeno da violência doméstica emerge como um efetivo problema social (Lerner & Allen, 2009). Uma crescente visibilidade e mediatização deste fenómeno oculto permitem o desenvolvimento das primeiras respostas sociais e institucionais específicas, a partir do início da década de 1970. Juntamente com serviços de âmbito mais geral, como as linhas telefónicas de apoio (*hotlines*) e serviços de apoio comunitário, surgem as primeiras respostas institucionais para este problema crescentemente mais visível - as *casas abrigo*.

Se, autores como Tierney (1982) referem que esta emergência parece resultar, não de um agravamento do problema em si ou de uma maior preocupação pública, mas sim de uma maior e melhor mobilização de recursos por parte de Organizações Não Governamentais (ONG) no auxílio a mulheres vítimas de violência doméstica, outros, como Cohen (1992), remetem a atual configuração do sistema de resposta institucional para uma visão mais abrangente, fortemente enraizada numa tradição fundamentalmente canónica mas com extensões seculares igualmente importantes.

No presente capítulo abordaremos aquilo que poderemos denominar de *arqueologia das respostas institucionais para mulheres*, tentando contextualizar a criação das atuais casas abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica num contínuo de respostas institucionais, salientando as respostas iniciais para mulheres – os mosteiros, os conventos e os refúgios (seculares e laicos) para mulheres prostitutas, resultantes do entendimento de género do século XVI ao XIX – como determinantes neste processo de construção social.

Nesta reflexão recorreremos a diferentes campos disciplinares, como a História e a Sociologia, que se revelam fundamentais para uma análise integrada do desenvolvimento destas respostas sociais. Tentaremos centrar-nos numa dimensão claramente macro, de modo a desenharmos uma leitura tendencial sobre o processo de construção socio-histórico destas respostas sociais, que culminaram nas atuais casas abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica.

Verificaremos que, quando inseridas numa perspetiva diacrónica e evolutiva (e ainda que naturalmente relativizadas de acordo com os entendimentos das épocas), muitas das atu-

ais preocupações tidas na intervenção das casas abrigo encontravam-se já espelhadas nas instituições fundadas há mais de quatrocentos anos, constituindo-se, efetivamente, como preocupações basilares de uma qualquer intervenção social. Serão, assim, as casas abrigo, “velhas” respostas com “novos” contornos?

1.1 Do género como problema ao desenho das primeiras soluções

A violência doméstica, sendo um fenómeno transversal a elementos como a idade, a raça, a cultura e a economia (Tjaden & Thoennes, 2000; WHO, 2005), parece ser igualmente alheia a elementos cronológicos (Davis, 1987), manifestando-se, provavelmente, desde o início das interações humanas. Assumindo a violência doméstica esta componente *quasi* intemporal, poder-se-á argumentar que uma resposta específica a este fenómeno tardou em surgir, dado que as primeiras casas abrigo contemporâneas datam do início da década de 70 do século passado.

Este processo iniciado nos anos de 1970 parece ser o culminar de todo um movimento de releitura da violência doméstica, agora como um efetivo problema social e não apenas como um efeito colateral de uma dimensão mais individual traduzida num casamento pautado pela existência de fatores externos funestos, como ter sorte com o casamento. Não pretendemos aqui refletir sobre os fatores alicerçantes, objetivos e subjetivos, que estiveram na origem desta *definição coletiva*, como diria Blumer (1971), da violência doméstica como problema social. Interessa-nos, sim, e fundamentalmente, compreender os elementos que se encontram na génese e qual a tradução institucional desta preocupação sobre o fenómeno da violência doméstica, ou seja, como é que as forças sociais se mobilizaram inicialmente para responder à violência contra a mulher e quais as instituições que edificaram.

Uma primeira observação, fundamentada nas características sócio-específicas do ser humano, como defende Norbert Elias (1993), prende-se com a necessidade de se compreender o *entendimento* que se faz, num determinado contexto socio-histórico, da ideologia de género, pois uma análise evolutiva das respostas sociais que, desde o início, se têm preocupado com estas questões vitimológicas, permite-nos perceber que estas sempre se afiguraram como centradas no género. E se, atualmente, a violência doméstica é entendida como um fenómeno relacional complexo e multidimensional, em séculos anteriores (entre

o século XVI e o século XIX, fundamentalmente) era encarada como um problema diminuído e inserido numa área problemática muito mais abrangente – *as mulheres*.

De acordo com Sherrill Cohen (1992), as mulheres sempre foram problemáticas para as sociedades ocidentais. O regime predominantemente patriarcal sempre escrutinou, julgou e corrigiu o comportamento feminino quando este se desviava dos caminhos de género androcentricamente estabelecidos. Durante o século XVI e até aos finais do século XIX, o papel da mulher parecia claro e pré-designado entre três possíveis percursos, englobados em duas esferas morais antagónicas: a esfera da *virtude*, com os caminhos possíveis do casamento (a mulher dedicada à família, enquanto esposa e mãe); e da religião (com a mulher dedicada a Deus, enquanto freira); e a esfera da *desviância* e do pecado, com a prostituição como resposta possível e provável. Parece-nos ser nesta esfera da desviância que se centram as atenções iniciais dedicadas à mulher. Se a mulher casada parecia não se assumir como problemática, a mulher desprovida de *supervisão* (controlo masculino), parecia revelar-se como um objeto social de extremo interesse interventivo.

A componente moral inerente à desviância parece-nos fulcral neste entendimento e problematização inicial (e por mais camuflado que esteja hoje em dia ainda exerce um papel significativo) pois o princípio do movimento institucionalizador parece encontrar-se intimamente relacionado, ainda que não exclusivamente¹, com a Reforma Protestante e com o seu contraponto histórico-político – a Contra-Reforma católica (Cohen, 1992).

Com o objetivo de revitalizar a intervenção da Igreja, tornando-a socialmente ainda mais visível/interventiva, estes movimentos católicos centraram as suas atenções no objetivo medieval de reconverter a mulher prostituta, enquanto “mulher caída” (que se prolongou pela Idade Moderna e início da Idade Contemporânea). Este objetivo foi suportado socialmente por questões de saúde pública, resultantes de uma propagação massiva da sífilis na Europa do século XVI, sendo a mulher prostituta o principal agente desta difusão, bem como por uma apropriação sócio-religiosa do carácter destrutivo desta doença, agora enquanto tradução do pecado individual e comunitário. A sífilis assumiu-se como uma doença particularmente problemática por afetar a genitália, quer feminina, quer masculina, enquanto instrumentos últimos da sexualidade humana, convertendo aquilo que era entendido como *origem de vida* em *origem da morte* (Foa, 1990). A recuperação da virtude

¹ Não podemos, naturalmente, ignorar todo um conjunto de forças e de inter-relações entre as dimensões política, social, cultural e económica. Contudo, concordamos com Cohen ao defender a estreita relação com a(s) Igreja(s) enquanto elemento basilar do desenvolvimento destas instituições.

feminina tornava-se, então, central ao processo de purificação social, com a higienização sexual como instrumento principal.

A virtude feminina parecia estar bem definida nestes séculos, sendo operacionalizada em *questões de poder*, com subjugação ao pai e, posteriormente, ao marido, e em *questões sexuais*, com um papel de recato e de procriação. A desviância maior a este papel de género era, assim, materializada na mulher prostituta, balizada num rótulo de género particularmente elástico (Ruggiero, 1990) onde cabiam um número significativo de desviâncias, todas inversoras do conceito de honra feminina associada à imaculidade da virgem e à fidelidade da esposa. A castidade era a virtude feminina mais valorizada pois, de acordo com a moral da Contra-Reforma, a mulher incasta estaria em perigo de perder todas as outras virtudes, assim como poderia colocar em causa quer a ordem social quer a salvação da alma masculina (Perry, 1992). Apesar de a prostituição assumir, durante alguns períodos da história um importante papel social, chegando a ser subsidiada em algumas cidades europeias para evitar “males maiores”, como a sodomia entre homens ou a violação de mulheres respeitáveis (Otis, 1985), sempre assumiu um papel dúbio e dual que mereceu a atenção da Igreja.

É neste contexto que surgem as primeiras instituições direcionadas a mulheres. As respostas sociais iniciais pareciam tentar encontrar soluções para as questões de género de então, tentando impor um sentido de moralidade através dos primeiros dispositivos normalizadores da virtude feminina – os *mosteiros e conventos*.

De acordo com Cohen (1992), as cidades-estado italianas, por terem características de maior flexibilidade política e social, parecem ter servido de tubo de ensaio para as instituições europeias que se seguiram, tendo sido nelas que se desenvolveram as primeiras para mulheres.

Não deveremos entender, naturalmente, que os mosteiros e conventos surgem apenas no século XVI. Estas respostas, já na altura, eram seculares (ainda que tenham conhecido um crescimento significativo nos séculos XII a XIV). Contudo, é no século XVI, que os conventos e mosteiros se assumem como respostas sociais organizadas que, com toda a sua carga simbólica, encorpam o caminho da moralidade e da redenção, assumindo-se como os primeiros recetáculos para mulheres que necessitavam de apoio, das quais as prostitutas merecem lugar de destaque, sendo objeto principal, mas não único, da intervenção. É neste século que surgem as primeiras respostas de cariz religioso especificamente para mulheres prostitutas convertidas, como o *Convento de Santi Giacomo e Filippo*, conhecido

como Convento das Convertidas (*Convento delle Convertite*), fundado em 1559, em Firenze, Itália (Cohen, 1992), sendo um dos mosteiros medievais mais antigos para penitentes (Ferrante, 1990).

É, contudo, a partir do Concílio de Trento (1545 a 1563), que se começa a verificar uma complexificação nas respostas sociais de apoio a mulheres. Tendo sempre a prostituição como pano de fundo social, verifica-se que as próprias comunidades se começam a organizar, desenvolvendo instituições laicas (ainda que, quase sempre, com laços à Igreja), com o objetivo de dar abrigo a mulheres, em estruturas autónomas dos conventos. Um dos exemplos mais famosos, e tido como a primeira resposta para mulheres vítimas de violência doméstica, é a Casa das Mulheres Malcasadas (*Casa delle Malmaritate*), criada em 1579 em Florença (Deusen, 2001). A criação desta casa esteve inserida numa preocupação social de maiores dimensões, por parte da família Medici, face aos problemas sociais emergentes colocados às mulheres. Tendo como objetivo de fundo a criação de alternativas a uma vida de prostituição, Cosimo I e seus filhos criaram cinco abrigos para meninas órfãs ou abandonadas, mas desenvolveram/reformularam três outras instituições que visaram a proteção de mulheres mais velhas: um lar para mulheres idosas (*Orbatello*), uma casa de transição para mulheres que tentavam sair da prostituição (*Casa delle Convertite*) e a *Casa delle Malmaritate*, destinada a mulheres presas a casamentos complicados e violentos (Terpstra, 2010). Apesar de alguma tolerância social a questões de violência doméstica, uma mulher continuamente sujeita a situações de violência apresentava grandes probabilidades de fuga de casa, pelo que, devido à inexistência de espaços socioeconómicos para mulheres autónomas, de modo quase que inevitável acabaria para enveredar pela prostituição. A *Casa delle Malmaritate* surge, assim, como o primeiro registo, precursor das atuais casas abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, conjugando o imperativo religioso de manutenção do casamento, com a viabilidade de alternativas para situações familiares disfuncionais.

Mesmo revolucionando os padrões de acolhimento da altura, esta casa acabava por objetivar a minimização de um mal menor, traduzida nas palavras da cortesã florentina Veronica Franco:

There are many women that, out of poverty or sensuality or for some other reason, lead a dishonorable life... They could easy withdraw from ill-doing if they had some reputable place to repair to, where they might maintain themselves and

their children... Because there is no provision for such cases, they persist in... This abominable crime among others: that women in need sell the virginity of their own innocent daughters. (as cited in Terpstra, 2010, p.25)

Apesar de manter ligações com o clero, a *Casa delle Malmaritate* apresentava-se como uma instituição laica que oferecia alternativa a mulheres que não pretendiam uma solução de cariz religioso, i.e., enveredar por uma vida de clausura e devoção a Deus. Através de *trabalho honesto*, esta casa, com a capacidade para 30 mulheres, oferecia abrigo para uma reconstrução da vida da mulher e dos filhos.

Outras casas surgem igualmente neste período como a *Casa del Soccorso di San Paolo*, fundada em 1589, em Bolonha. Esta casa aceitava mulheres pobres, com má reputação (“mulheres caídas”), mas com desejo de redenção e que, por falta de dote, não poderiam ingressar em instituições monásticas, como o Convento das Convertidas (Ferrante, 1990). O objetivo desta casa era a reintegração na sociedade através do casamento, da conversão à vida religiosa ou de qualquer outro modo honorável (Ferrante, 1990). Apesar de igualmente dirigida a mulheres que pretendiam abdicar da vida de pecado, a *Casa del Soccorso* parece inserir-se numa *praxis* diferenciada face às casas laicas para apoio a mulheres, nomeadamente a nível dos pagamentos iniciais (dotes) para o acolhimento, revelando aquilo que poderíamos considerar uma hierarquia nesta tipologia de respostas. A entrada numa instituição religiosa, sendo mais económica que um dote de casamento, era mais dispendiosa que o necessário para a admissão numa instituição laica e, mesmo dentro destas, parecia haver alguma disparidade, com a *Opera dei Poveri Mendicanti*, ainda que não destinada exclusivamente a mulheres, como a mais económica (Ferrante, 1990).

As ligações à Igreja, para além de funcionais, espelhavam-se igualmente na gestão quotidiana da vida comunal, com um modelo similar aos mosteiros e conventos, pautado por um ambiente de reclusão e austeridade, com a privação de visitas, imposição de silêncio, separação do mundo e meditação (Ferrante, 1990), reforçando o papel simbólico da austeridade como elemento redentor. As funções dos símbolos em toda esta intervenção inicial é, como veremos, crucial na definição e balizamento do campo de atuação institucional.

1.2 De Evas a Marias – O Objeto e a Intervenção

A prostituição assume-se claramente, desde o início do século XVI, como o objeto-problema fulcral. Contudo, a complexificação do sistema de resposta parece ocorrer quando os objetivos se começam a diferenciar gradualmente. Numa tipologia inicial de instituições, a intervenção centra-se na *conversão* da mulher prostituta; contudo, num segundo momento, o movimento institucionalizador tenta *prevenir* a prostituição, alargando a intervenção a outro tipo de mulheres que não as prostitutas. No entanto, e independentemente do *timing* da intervenção (pré ou pós facto), esta parece resultar de uma dupla preocupação social, orientada tanto por questões ideológicas como pragmáticas.

A ideologia e o entendimento cristão sobre a natureza feminina estão subjacentes à intervenção destas instituições iniciais, quer as de cariz religioso, quer as laicas. A teologia fundamentou-se em Aristóteles e em Santo Agostinho para justificar uma imagem de inferioridade feminina que, se por um lado não lhe permitia refletir a imagem divina (ao contrário do homem, que foi feito à imagem de Deus, a mulher foi feita com uma costela daquele), por outro, e devido a Eva, era vista como mais responsável do que o homem por todo o pecado do mundo (Badinter, 1998; Bergesch, 2008). Tornava-se necessário corrigir a herança pecaminosa que Eva deixou a todas as descendentes, e que continuava a ser uma das principais representações femininas, bem como prevenir que a virgindade da mulher respeitável, tal como Virgem Maria, fosse perturbada.

As noções de género encontravam-se claramente associadas a estes dois ideais simbólicos representativos das atitudes face à moral. No século XVI e, mais concretamente, no XVII, a figura de Maria Madalena, a prostituta arrependida e convertida, surge como um terceiro símbolo, integrador dos dois anteriores, tornando-se a representação da dualidade feminina entre a sensualidade e a espiritualidade. Maria Madalena, através da virtude e de um comportamento magnânimo, elevou-se acima das outras mulheres, libertando-se da contaminação moral (Deusen, 2001). A mulher convertida podia agora ter um ideal ao qual aspirar e a figura de Maria Madalena torna-se central e orientadora neste tipo de intervenção inicial, sendo o seu nome associado a várias instituições que surgiam na altura, como o Mosteiro de Santa Maria Madalena, em 1604, em Pistóia, Itália.

Esta dupla intervenção ocorria num contexto de pobreza social generalizada, o que era entendido como um facilitador de um comportamento imoral, pois encontrava-se relacionado com a própria sobrevivência da mulher. Complementarmente a este idílico objetivo de fundamento medieval de conversão da mulher prostituta, as instituições iniciais

conseguiam igualmente, com o seu trabalho, concretizar um objetivo mundano, regulando e mantendo uma política de género claramente masculina, consolidando o duplo papel feminino na sociedade. Ao funcionarem como estruturas de higienização social, pareciam atualizar a dicotomia entre o devasso e o puro, enquanto albergavam todo um conjunto de mulheres difíceis de classificar e que não se enquadravam nesta divisão sócio-funcional e estatutária de género, como veremos à frente.

Se a prostituição era assumida como necessária, as prostitutas não andavam livremente pela cidade, limitando-se a determinadas zonas ou a casas específicas, para uma não transmissão de maus exemplos morais à comunidade (Otis, 1985). Estas instituições contribuíam, assim, para uma reaquisição de uma moralidade perdida, assinalando num espaço geográfico concreto e objetivável este trabalho de reconversão (moral e profissional).

Um outro objetivo muito pragmático destas estruturas passava pela correção de um desvio socioeconómico que apenas a prostituição parecia originar e que era responsável por um desalinho na política de género de então. A prostituição era, neste período histórico, uma das poucas maneiras da mulher ter acesso direto a dinheiro, podendo elevar-se para além do nível da subsistência, o que era um elemento perverso da estabilidade social e económica de então (Cohen, 1992). A prostituição era, por vezes, encarada pela mulher como uma estratégia clara de autonomização e não exclusivamente como uma estratégia de recurso ou sobrevivência.

Este acesso facilitado a dinheiro parece ter condicionado claramente as modalidades de intervenção destas respostas sociais, pois a precariedade económica tornava-se num claro fator de risco para um ingresso/regresso à prostituição. Apesar de haver registos de vários tipos de intervenção nestes conventos e instituições laicas, é possível perceber-se que tinham como objetivo a reabilitação da mulher e que a autonomia económica era um elemento central neste processo de responsabilização financeira. As mulheres eram consideradas como aprendizes de uma qualquer profissão moralmente aceite, sendo desenvolvida uma ética de trabalho, através de uma ocupação constante, que visava religar funcional e moralmente estes dois elementos da equação social: mulher e dinheiro.

A nível funcional as instituições tinham procedimentos diversos. No que à estadia diz respeito, os conventos para prostitutas convertidas pareciam implicar um maior tempo de permanência (por vezes durante o restante tempo de vida da mulher), enquanto os refúgios de cariz mais preventivo assumiam uma temporalidade mais reduzida, podendo as mulheres ficar a residir da juventude à idade adulta (Cohen, 1992). Se os conventos e mos-

teiros tinham as madres superiores (e outros elementos definidores e mediadores de normas institucionais), as instituições de cariz preventivo detinham um outro elemento na intervenção – a figura da *pessoa idónea*. Este elemento, por vezes do sexo oposto, assumia-se como responsável pela mulher e servia de modelo a seguir. Com um elemento claramente vicariante, tal como alguma da intervenção técnica atual², as mulheres acolhidas eram acompanhadas e a transição para uma vida fora da instituição era mediada.

Atendendo ao carácter assumidamente alternativo, bem como ao reduzido leque de escolhas disponibilizado à mulher dos séculos XVI a XIX, estas instituições apresentavam-se como uma efetiva opção residencial alternativa.

As respostas laicas, no entanto, e enquanto exemplo da tipologia interventiva da altura, serviam para um conjunto mais vasto de soluções do que aquelas a que, originalmente, se destinavam.

1.3 As intenções e as práticas

Se estas respostas sociais surgiram de uma dupla intenção (do medo do desvio moral e do controlo das políticas de género), a apropriação feita pelas instituições destes objetivos parece ter alargado este espetro interventivo definido inicialmente.

A vida nestas instituições, nomeadamente nos conventos, permitiu o alcançar de um número significativamente diferente de objetivos, quer pessoais, quer familiares mas também do próprio estado, tornando-os estratégicos para a subsistência económica da mulher (Cohen, 1992).

Se, por um lado, a vida monástica permitia responder ao chamamento de fé, por outro poderia ser utilizada para responder a um conjunto de objetivos bem mais terrenos. Por parte das mulheres acolhidas, poderia ser usado como meio para obtenção de uma maior e melhor escolarização, dado ser este o único percurso disponível que permitia um acesso à formação e cultura (Bruschini & Amado, 1988). Por parte das famílias, poderia ser uma solução para o encaminhamento das filhas de famílias numerosas, pois o dote para entrada numa instituição religiosa era significativamente mais acessível que um dote de casamento.

² Referimo-nos aqui às intervenções de cariz mais feminista com o racional interventivo de *women helping women*.

Por parte do Estado, os conventos e as instituições laicas constituíam-se como dispositivos sociais de extrema utilidade pois, para além da componente de convertimento moral já referida, permitiam o encaminhamento e recolha de mulheres que não se enquadravam nas nomenclaturas sociais tradicionais, como: mulheres com perturbação mental, grávidas, imigrantes, mulheres órfãs, viúvas, e, também, mulheres vítimas de violência doméstica. Estas instituições acabavam por acolher todas aquelas mulheres para as quais as autoridades não tinham resposta, assumindo um carácter indistinto que, por vezes, era preventivo e noutras vezes se assumia como punitivo e prisional (Cohen, 1992). A distinção, que ainda hoje nem sempre é clara, entre mulher vítima e mulher transgressora, era praticamente inexistente, pelo que estas instituições eram utilizadas igualmente como dispositivos assumidamente de correção, servindo, muitas vezes como armazéns ou prisões de facto. Este aspeto mais ambíguo e elusivo destas instituições iniciais parece prender-se não tanto com a definição clara do objetivo central de *redenção de mulheres caídas* mas com a noção de *honra feminina*, enquanto elemento mediador de uma necessidade de intervenção/correção, evidenciando todo o potencial disciplinador incorporado neste conceito. A honra feminina não era, nesta altura, relacionada apenas com questões individuais mas igualmente com perceções sociais, pelo que era definida comunitariamente como estando protegida ou em risco, ajudando a definir a mulher como vítima ou transgressora. Como afirma Ferrante (1990):

Economic, social, and familial conditions were significant for determining levels of honor in accordance with rules that we barely understand. Moreover, while the state of grace was an individual matter, since it was the realization of a personal and internal relationship with God, honorability in Mediterranean society, at least from an anthropological perspective, was an eminently social fact. Honor could not exist outside relationships with others: The value of an individual was determined by the estimation of others. This value, which was comparable to a material good, could be socially damaged, destroyed, or reconstructed. Female honor, although it was, above all, sexual, did not escape these realities. (...) Did a similar suspicion have the same relevance for the unmarried woman as for the married one? For the daughter or the wife of a wage earner as for the wife of a shop owner? For the orphan as for the girl with parents? The most likely hypotheses is that

in different cases the suspicion weighed in a different way upon the reputation of the woman and her relatives (...) (Ferrante, 1990, pp. 56 - 57)

Esta questão da indefinição da população-alvo acolhida nestes estabelecimentos era problemática, pois a mistura de mulheres vítimas com mulheres do sistema de justiça era geradora de um clima interno difícil de gerir. A *Casa delle Malmaritate*, apesar de ter sido criada com o objetivo de acolher mulheres não culpadas de qualquer “crime” sexual, ao contrário dos conventos para convertidas (Deusen, 2001), na segunda edição dos seus estatutos, em 1583, indica que, como resultado da prática de acolhimento, os seus fundadores pretendiam criar um local separado para as mulheres casadas “decentes” (Cohen, 1992).

Estas instituições acabaram igualmente por permitir uma alteração, ainda que mais implícita que explícita, nas políticas de género. A *Casa delle Malmaritate*, por exemplo, que se destinava ao acolhimento de mulheres mal adaptadas ao casamento e também a prostitutas casadas (as mulheres pertencentes ao grupo das menos “decentes” do grupo de acolhimento), apresentava-se como opção para mulheres para as quais a Igreja não oferecia solução, pois o casamento, de acordo com a tradição judaico-cristã, era (e continua a ser) um sacramento indissolúvel. Este reconhecimento social de uma impossibilidade de resolução de uma ligação divina permitia que as mulheres, continuando casadas, redefinissem os seus trajetos de vida sem os respetivos maridos. Com a maior flexibilidade por parte dos protestantes em relação ao término do casamento, em caso de adultério ou de abandono, casas como a das mulheres malcasadas permitiram que a Igreja Católica se mantivesse fiel ao definido três séculos antes, no quarto Concílio de Latrão (1215), mantendo a sacralização do casamento, enquanto, na prática, consentia soluções sociais para as situações matrimoniais menos conseguidas.

Este equilíbrio periclitante entre a manutenção de um *status quo* androcêntrico, por um lado, e fortemente católico, por outro, e as respostas sociais que minimizam os seus efeitos, mantém-se praticamente inalterado até à Revolução Industrial, altura em que se começa a redefinir o papel e a contribuição feminina para o tecido económico-social (Goloboy, 2008).

O papel da Igreja nestes últimos séculos parece ter sido, efetivamente, decisivo na condução de algumas das políticas públicas (quer por ação, quer por inação) no que ao tratamento de género diz respeito, encontrando-se na génese do movimento protetor de mu-

lheres vítimas de violência doméstica. Verificamos, no entanto, que apesar de uma forte influência católica, este movimento protetor não se deveu propriamente a questões de filantropia e abnegação. Aliás, como afirma Pleck (1987), o altruísmo raramente tem um papel ativo no que às reformas nestas matérias diz respeito. O controlo do *status quo* ou o controlo de uma determinada classe social (a feminina), têm sido relevantes em todo este processo.

Capítulo II | A emergência da centração na mulher

*Only recently has the strong political force of the modern-day women's
movement publicizes the issue and begun to effect real change.*

(Margi Laird McCue, 1995, p. 5)

Se o papel da Igreja se revelou determinante entre a Idade Média e a Idade Moderna, todo um conjunto de fenómenos macrossociais vieram implicar nesta dinâmica (des)equilibrada. Os movimentos políticos e sociais, principalmente os do século passado, parecem ter contribuído de forma indelével para esta destabilização e para a construção do momento histórico que hoje vivenciamos.

A evolução tecnológica, as suas conseqüentes aplicações bélicas, sociais e industriais, contribuíram para que emergissem um conjunto de novas questões para as quais se tornou necessário encontrar respostas. Foi sentida a necessidade de regulamentar todo este processo, pelo que foram sendo publicados alguns diplomas que viriam a tornar-se fundamentais no atual quadro sócio-legislativo e que contribuíram para retroalimentar os fenómenos sociais emergentes.

No presente capítulo, propomos uma breve leitura que, de modo dual, percorrerá os principais momentos políticos e sociais desde o final do século XIX à atualidade, analisando a evolução dos diplomas legais fundamentais (vinculativos ou não) emanados pelos principais organismos internacionais, nomeadamente a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comunidade Europeia (Comissão Europeia e Parlamento Europeu), bem como à evolução dos movimentos feministas, particularmente no século XX, tão responsáveis pela consolidação do atual sistema de proteção à vítima.

2.1 O enquadramento macropolítico

Sem querermos fazer uma análise histórica detalhada, não podemos deixar de referir alguns momentos específicos dos quais resultaram diplomas que vieram a revelar-se cruciais na definição da atual conjuntura de (in)tolerância relativamente à violência.

De modo mais visível que no passado, os séculos XIX e XX testemunharam uma crescente globalização dos conflitos bélicos. A I Grande Guerra Mundial, a Guerra Civil Espanhola e a II Grande Guerra Mundial, fundamentalmente, implicaram grandes perdas humanas e ma-

teriais. Esta perda crescente de vidas foi agravada exponencialmente à medida que a tecnologia bélica se aperfeiçoava.

Como resultado, uma dinâmica de proteção da vida humana, baseada quer na necessidade de proteção da espécie, quer em elementos economicistas de proteção do próprio tecido social, tornou-se mais evidente. Assistimos claramente a uma pressão dos mecanismos de proteção da vida no processo histórico e no processo político. A *biopolítica* de Foucault (1994) torna-se manifesta. Os estados, nos intervalos entre os conflitos bélicos, passam a defender a vida humana como modo de autoproteção e de autossustentabilidade:

[...] Nunca as guerras foram mais sangrentas [...] e mesmo guardando todas as proporções, nunca os regimes tinham até aí praticado sobre as suas próprias populações tais holocaustos. Mas este formidável poder de morte, e é talvez o que lhe confere uma parte da sua força e do cinismo com que afastou para tão longe os seus próprios limites – apresenta-se agora como complementar de um poder que se exerce positivamente sobre a vida, que pretende geri-la, fazê-la crescer, multiplicá-la, exercer sobre ela controlos definidos e regulamentações de conjunto. (Foucault, 1994, p. 139)

Este claro mecanismo de defesa, se assim o quisermos definir, necessita (e depende) de dispositivos e de regras claras que autorregulem o próprio sistema, desenvolvendo e preservando uma cada vez maior homeostasia social.

A partir dos finais do século XIX começa a surgir um conjunto de movimentações sociais e políticas que parecem visar o estabelecimento de uma ordem de fundo, regulamentadora de padrões mínimos de civilidade, com as respetivas repercussões sociais e económicas.

Provavelmente os primeiros grandes documentos que pretendem impor uma definição de limites do que é socialmente tolerável ao nível do comportamento agressivo e a proteção dos mesmos são as **Convenções de Genebra** (1864, 1906, 1929 e 1949), juntamente com os seus protocolos adicionais dos finais da década de 70 do século passado (1977). Estes documentos definem os alicerces do que é permissível em tempo de guerra estipulando, dentro das relações bélicas entre estados, os comportamentos mínimos de auxílio humano, bem como os diferentes espaços físicos em que a agressão não é tolerada (e.g., hospitais, ambulâncias, ...).

Segundo o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV, 2009), as Convenções de Genebra, e os seus Protocolos Adicionais *são a essência do Direito Internacional Humanitário [...] cujo conjunto de leis rege a conduta dos conflitos armados e busca limitar os seus efeitos. [...] Protegem as pessoas que não participam nos combates (civis, médicos e profissionais de socorro) e os que não mais participam do combate (soldados feridos, doentes náuticos e prisioneiros de guerra)*. (CICV, 2009, para 1)

Complementarmente, nestas convenções são definidos também os dispositivos de controlo, nomeadamente o recurso ao *Tribunal Internacional de Justiça*, em caso de inconformidade no respeito pelo definido na Convenção.

Não estando relacionados, formalmente, com a problemática da Violência Doméstica, estes documentos são os primeiros a revelar uma preocupação, em larga escala, com a vida humana. Como veremos seguidamente, os diplomas e os movimentos internacionais parecem seguir uma coerência que se estende do geral para o particular.

A preocupação formal com os Direitos Humanos sofre um reforço durante a década de 1940, como resultado, particularmente, da última grande guerra internacional. Os países envolvidos, com ênfase em dois que se tornariam as principais potências internacionais (Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), estabelecem, a partir das conferências de Yalta e de Potsdam, os alicerces para a manutenção da estabilidade internacional e da respetiva paz (aqui enquanto sinónimo de ausência de grandes conflitos), redefinindo o mapa geopolítico mundial.

Estas conferências, juntamente com a de S. Francisco, ajudam a desenhar a reconversão da antiga *Liga das Nações* por uma nova Organização Internacional. A 24 de Outubro de 1945 surge oficialmente a **Organização das Nações Unidas** (ONU) que, reconhecendo as consequências devastadoras das Guerras Mundiais e “fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e valor da pessoa humana, e nos direitos de homens e mulheres de nações grandes e pequenas” (ONU, 1945, p. 2), pretende unir os diferentes países em torno da paz e do desenvolvimento, criando “mecanismos internacionais para a promoção do progresso económico e social de todos os povos” (ibidem).

Um dos trabalhos iniciais desta nova Organização foi a formalização de um documento global que salvaguardasse os direitos fundamentais básicos que a sua própria carta constitutiva referia. O resultado foi um documento que se tornou basilar para a reflexão e intervenção social posterior – a **Declaração Universal dos Direitos do Homem** (ONU, 1948).

Esta Declaração, adotada e proclamada Pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução 217A (III) de 10 de dezembro de 1948, revela-se um documento ambicioso, que pretende definir as linhas orientadoras daquilo que se constitui como o *ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição* (ONU, 1948, para. 8).

Dois anos mais tarde, em Roma, 15 países europeus, na Convenção Europeia dos Direitos do Homem reafirmam e reforçam o documento nas Nações Unidas, ratificando a **Convenção para a proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais** (TEDH, 1950). Tal como o documento anterior, centra-se em questões e direitos globais e fundamentais da pessoa humana, como o direito à vida (art.º 2º), direito à liberdade e segurança (art.º 5º), direito a um processo equitativo (art.º 6º), direito à liberdade de expressão (art.º 10º), entre outros, não se referindo, à exceção do artigo 14º (não discriminação), especificamente à mulher. Também com esta resolução foi definido o dispositivo de controlo destes mesmos direitos e liberdades, sendo criado o *Tribunal Europeu dos Direitos do Homem*.

Ao longo dos anos seguintes, e depois de estabelecidas, teoricamente, as condições de base para o tratamento não violento da pessoa humana, inicia-se um processo de apuramento contínuo, que ainda hoje se vivencia, começando a dar-se cada vez maior importância a diferentes segmentos da população.

A mulher foi, a partir da década de 1960, alvo de atenção internacional, traduzida em diferentes declarações e convenções.

Em 1979, no seguimento de duas décadas socialmente desafiantes, pautadas por uma cada vez maior visibilidade dos movimentos feministas (incluindo até o surgimento de variações desses mesmos movimentos originais, como o feminismo radical), a Organização das Nações Unidas lançou um documento que, formalmente centrado na Mulher, remete claramente para os desafios sociais globais (e.g., *apartheid*, descolonizações por parte dos países europeus, redefinição dos papéis de género tradicionais, ...), tornando a mulher numa protagonista ativa das mudanças sociais que haviam sido exigidas para um futuro próximo.

A Resolução 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 18 de dezembro de 1979, comumente conhecida como a **Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher** (ONU, 1979a), revela-se como um passo importante na formalização do óbvio. É um elemento importante de consolidação da **Declaração sobre a Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres**, de 07 de novembro (ONU, 1967).

Tendo em consideração o artigo 1º da Carta das Nações Unidas (ONU, 1945), que visa o *respeito universal pelos Direitos Humanos e liberdades individuais sem distinção de qualquer tipo*, a convenção incita os estados signatários a adotarem medidas legislativas concretas que proíbam os diferentes tipos de discriminação, bem como a implementarem dispositivos e medidas claras para avaliarem e intervirem aquando do seu não cumprimento. O princípio da igualdade deverá constar nos documentos base de cada país, promovendo-se uma cidadania ativa da mulher, que lhe venha a permitir [...] *votar em todas as eleições e referendos públicos; [...] ser elegível para todos os órgãos cujos membros sejam objeto de eleições públicas; [...] participar na formulação de políticas governamentais e na execução destas, e ocupar cargos públicos e exercer todas as funções públicas em todos os planos governamentais; [...] participar em organizações e associações não-governamentais que se ocupem da vida pública e política do país* (ONU, 1979a, Parte II, para. 2)

Uma ênfase no acesso à educação e aos mesmos *currícula* dos homens é feita, tentando defender um efetivo salto desenvolvimental das mulheres. Parece ser reconhecido que o acesso aos mesmos espaços sociais passa por se poder desenvolver as mesmas capacidades de intervenção e análise.

É curioso verificar que a ambição deste documento é, parcialmente, colocada em causa pelos diferentes estados. Quando se analisa o extenso *Declarações e Reservas* (ONU, 1979b) sobre a ratificação do mesmo documento, vários países colocam reservas quanto à possibilidade de articular o defendido pela convenção e a legislação nativa. A título meramente de exemplo, o Iraque (que ratificou a 13 de Agosto de 1986) salvaguarda que a aceitação desta convenção não implica, obrigatoriamente, que o seu governo tenha de tomar todas as medidas, incluindo legislativas, para modificar ou abolir leis existentes que sejam discriminatórias em relação às mulheres, bem como não se compromete a repelir as provisões penais que se constituam, também, como discriminatórias.

Não julguemos, contudo, que as reservas são apenas de países de tradição diferente da judaico-cristã ou não europeus. O Mónaco, por exemplo, concorda com a Convenção, mas

defende-se de possíveis feministas mais “fundamentalistas”, dizendo que esta Convenção não poderá pôr em causa as provisões constitucionais relativas à sucessão do Trono.

A aceitação política parece não corresponder a uma efetiva aceitação social da necessidade de não discriminação. As relações de confronto (agora político) entre nações e a tensão daí resultante, tão bem expressas no documento acima referenciado, parecem operacionalizar o pensamento que Foucault (2006), nas suas aulas no Collège de France em 1976, verbalizava. Nas desconstruções sobre a análise do poder, o autor sugeria que se invertesse a proposição de Carl von Clausewitz (a guerra nada mais é do que a política operacionalizada de outro modo), defendendo que a política seria a guerra continuada por outros meios. Atrever-nos-íamos a acrescentar que, no plano geopolítico internacional, a ONU passou a ser, definitivamente, o novo palco mundial.

Todo o supracitado documento se centra no papel regulador dos Estados, enquanto agentes promotores de igualdade e equidade, por um lado, e enquanto *efetivadores* dessa mesma regulação, por outro.

Não é pretensão deste texto da ONU abordar de forma sistemática as questões da Violência contra a Mulher. Abre caminho, como analisado, para o exercício de uma plena cidadania por parte das mulheres. O documento internacional que, apesar de não ser um complemento formal a este poderá ter essa leitura quando inserido no historicismo desta reflexão, é a Resolução 48/104 de 20 de dezembro de 1993 das Nações Unidas - ***Declaração de Eliminação da Violência Contrás as Mulheres*** (ONU, 1993).

Esta declaração resulta, como se pode ler no preâmbulo, da urgência da aplicação universal do direitos e princípios relativos à igualdade, segurança, liberdade integridade e dignidade de *todos* os seres humanos (ONU, 1993).

Neste documento é definido o que se entende como violência para com mulheres, remetendo-a para uma violência centrada na desniveação entre géneros, a saber “[...] *qualquer ato de violência baseada no género que resulte em, ou poderá resultar em, sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, quer ocorrendo na vida pública ou privada*” (ONU, 1993, para. 15)³.

A nível operacional, este diploma parece aumentar o grau de exigência em relação ao papel do Estado relativamente à articulação legislativa, social e cultural. O documento aponta diretrizes claras no sentido do desenvolvimento de mecanismos legais que punam e

³ A tradução é nossa

reparem as injustiças causadas a mulheres que tenham sido vítimas de violência. Solicita, ainda, aos estados que estabeleçam e operacionalizem *Planos de Ação*, nacionalmente adequados, que promovam a proteção da mulher de qualquer tipo de violência. A nível reparador aponta como fundamental que mulher e criança recebam assistência especializada, nos domínios social, psicológico e de saúde, que lhes permitam uma efetiva reabilitação.

Não podemos deixar de mencionar a preocupação revelada em perceber as características do fenómeno, no sentido de se desenvolverem estudos epidemiológicos, bem como de se compilarem estatísticas sobre as diferentes expressões do fenómeno de violência contra as mulheres. A sensibilização para o fenómeno parece trazer também a necessidade de o conhecer melhor. Tal trabalho, iniciado nesta plataforma, teve o seu último desenvolvimento público em março de 2009, com a disponibilização *online* da Base de Dados das Nações Unidas sobre Violência Contrás as Mulheres⁴.

Parece haver um claro reconhecimento internacional da relação entre os atos de discriminação e o de violência contra mulheres. Este reconhecimento político não parece ter expressão socialmente interventiva até à década de 1990, data em que esta realidade ganha autonomia e agrega uma convergência de interesses reveladores de uma força internacional inegável deste movimento de defesa da dignidade e respeito para com a mulher (Pais, 1998).

A análise e reflexão internacional sobre o direito da Mulher está, também, intimamente interligada ao direito de outro subtipo da população – A *Criança*. Mulher e Criança parecem beneficiar da atenção mútua disponibilizada a cada uma. Parece-nos que nos referimos, também a nível da análise internacional, a um prolongamento axiomático natural da mulher enquanto cuidador privilegiado. Não faria sentido, naturalmente, zelar pelos direitos de uma e negligenciar os da outra.

No que concerne a diplomas legais, a ***Convenção dos Direitos da Criança*** (1989) tornou-se um documento marcante na história das Nações Unidas, pois que, tendo sido ratificado por 193 países, se converteu num dos mais aceites da História.

Tal como ocorrera anteriormente com a *Declaração*, e mais tarde com a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher*, também a *Convenção dos Direitos da Criança* (ONU, 1989b) (enquanto acordo formal e funcional entre estados), foi precedido de uma Declaração sobre os Direitos da Criança (ONU, 1959). A *décalage*

⁴ Disponível em: <http://webapps01.un.org/vawdatabase/home.action>

entre estes dois documentos, contudo, foi de 30 anos. O pequeno documento de dez princípios de 1959 suporta um documento claramente mais ambicioso, 30 anos depois.

Interessante verificar que o documento de *Declarações e Reservas sobre a Convenção dos Direitos da Criança* (ONU, 1989a), Convenção para a proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais é claramente menor que o seu congénere sobre a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher*. Parece ser revelador de maior consenso efetivo, referindo-se fundamentalmente a acertos de pormenor de articulação entre a Convenção e as Leis Nacionais e de releituras ou validação das mesmas (a Santa Sé, por exemplo, clarifica que quando a Convenção se refere a Planeamento Familiar a interpreta como *métodos de planeamento familiar que considera moralmente aceitáveis, isto é, métodos naturais de planeamento familiar*).

É também a partir da década de 90, mais propriamente a partir de 1993, com a redefinição da *Comunidade Económica Europeia* em *União Europeia* (em que se assiste à construção da Europa não apenas como uma força económica mas como um efetivo agente social global, com uma clara matriz sociopolítica), que se começa a assistir a um pluralismo discursivo internacional em relação a diferentes assuntos, nomeadamente sociais.

Assim, numa análise mais local, ainda que claramente numa perspetiva macroscópica, verifica-se que, concomitantemente aos diplomas e posições internacionais, também a Europa, enquanto potência social, começou a traduzir formalmente as suas posições relativas aos direitos fundamentais do ser humano, e das Mulheres, em particular.

A construção do corpo teórico europeu relativamente a assuntos sociais, nomeadamente a postura europeia em relação aos direitos fundamentais, tem o seu início com a ***Carta Social Europeia Revista***, em 1993, ("*Carta Social Europeia Revista*," 2001), que substitui a *Carta Social Europeia* de 1961. Este documento visa comprometer os estados no sentido de assegurar às suas populações direitos sociais bem definidos que permitam contribuir para uma efetiva melhoria da qualidade de vida. Apesar de ser um documento social, este centra-se principalmente nas questões económico-laborais (provável reflexo da matriz economicista presente na génese desta união), mas não deixa de salvaguardar direitos específicos da mulher e da família, como o direito desta a uma proteção social, jurídica e económica (art.º 16º) e o Direito à igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e de profissão, sem discriminação baseada no sexo (art.º 20º).

Desde esta revisão que a União Europeia tem tentado definir um conjunto de estratégias inequívocas que abordem diferentes questões sociais, nomeadamente a Violência Domés-

tica. Segundo Kane (2008), a União Europeia tem respondido em tempo útil ao fenómeno da Violência Familiar, tendo vindo a incentivar os seus estados constituintes a construir um vasto corpo legislativo relativo a esta realidade, com particular incidência na Violência Doméstica.

Subjacentes a este trabalho parecem estar as diferentes Resoluções e Recomendações do Conselho da Europa, com particular ênfase para a Recomendação n.º 1450, de 2000, acerca da *Violência Contra Mulheres na Europa* e a Recomendação n.º 5, de 2002 ("Recommendation Rec(2002)5 of the Committee of Ministers to member states on the protection of women against violence," 2002). Destacamos desta recomendação alguns elementos que nos remetem para uma (pró)ação clara do que devem ser alguns aspetos de intervenção no fenómeno da Violência Doméstica:

*[...] encorajar a **participação ativa dos homens** nas ações que visam combater a violência contra as mulheres. (4.III)*

*[...] Implementar **programas de educação superior e de centros de investigação**, inclusive universitários, que se debrucem sobre a questão da igualdade entre as mulheres e os homens e, nomeadamente, sobre a violência contra as mulheres. (VI)*

*[...] **Melhorar as interações entre a comunidade científica, as ONG** que trabalham neste campo, os decisores políticos e os organismos competentes em matéria de saúde, de educação, de política social e de polícia, com vista à planificação de ações coordenadas contra a violência. (VII)⁵*

O Conselho da Europa para além de incitar os estados membros a rever toda a legislação e políticas que garantam à mulher os seus direitos fundamentais (Ponto I), incita as instituições, públicas e privadas, que trabalham com este fenómeno, a desenharem planos de ação coordenados a médio e a longo prazo (Ponto IV). Da análise efetuada, parece-nos ser neste documento que se começa a refletir, de forma mais sistemática sobre as questões da vitimização secundária, recomendando aos estados estratégias de *empowerment* da vítima, bem como a melhoria e maximização do suporte e dos dispositivos de assistência e proteção de forma evitar-se este fenómeno.

⁵ A tradução do Inglês é nossa.

Em 2006, este mesmo Conselho enfatiza a necessidade dos vários parlamentos nacionais reverem e promoverem maiores medidas que respondam às várias necessidades deste fenómeno, mas de uma forma cada vez mais integrada, assente em três pilares coordenados: *ação, investigação e financiamento*.

O Comité Económico e Social Europeu reiterou esta necessidade emitindo um parecer ("Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «Violência doméstica contra mulheres», 2006), também em 2006, onde refere a importância da monitorização continuada da questão da violência doméstica (afirma que *a informação estatística sobre a Violência Doméstica é péssima*) e apontou a necessidade de elaboração de uma estratégia pan-europeia que espelhasse as sensibilidades e reações dos diferentes países europeus. Este Comité solicitou, também, a realização de um estudo europeu sobre a prevalência da violência doméstica contra as mulheres e as suas consequências individuais, sociais e financeiras. Tal parecer refletia a preocupação de que, embora os dados estatísticos sobre violência fossem rapidamente acessíveis em muitos países europeus, ainda existiam países que não coligiam dados de forma sistemática e, por outro lado, mesmo quando os dados eram, os parâmetros eram consideravelmente diferentes e não permitiam uma análise ou comparação estatísticas à escala europeia.

As movimentações de cariz social promovidas no seio da União e reveladoras de uma preocupação com a Violência Doméstica parecem estar longe de terminar. Em junho de 2007, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia adotaram a Decisão n.º 779/2007/EC (EU, 2007) a qual estabeleceu, para o período 2007/2013, um programa específico (Daphne III) destinado a prevenir e a combater a violência contra crianças, jovens, mulheres e grupos de risco.

Verificamos, desta forma, que, politicamente, se tem vindo a desenvolver um trabalho de fundo no sentido de serem criadas plataformas de entendimento político e social, com claras implicações comunitárias, que abordem diferentes dimensões sociais, nomeadamente as questões relacionadas com a Violência e com todos os seus subprodutos.

No que à Violência Doméstica diz respeito, este longo percurso foi caracterizado pela criação de diferentes elementos e dispositivos, materializado num corpo internacional legal mas com implicações nas diferentes realidades nacionais. Esta arquitetura comum tem vindo a permitir que os Estados, através de entidades comunitárias (e.g., ONG), chamem a si a gestão e o controlo de um fenómeno comportamental complexo que tem vindo a subsistir oculto por detrás de máscaras sociais e educativas permissivas.

A interpermeabilidade da esfera política, enquanto dimensão reguladora, e da esfera social, enquanto palco privilegiado para a ocorrência destes fenómenos, tem sido, naturalmente, constante e merece-nos uma breve análise.

2.2 O enquadramento social

Chegados à década de 90 do século passado, verifica-se que o discurso social internacional se intensifica. A partir desta década o discurso político assume um cariz de género que, até então, era praticamente inexistente.

A “perspetiva feminina”, passa a estar presente em Conferências Mundiais sobre diferentes temas, como a **Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial dos Direitos Humanos**, em Viena (DPAV, 1993), onde é referido que [...] *A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos recomenda aos Estados que desenvolvam programas e estratégias visando especificamente o ampliar ao máximo a educação em direitos humanos e a divulgação de informações públicas nessa área, enfatizando particularmente os direitos humanos da mulher* (DPAV, 1993, secção D, para. 4); ou a **Conferência Mundial Sobre a População e Desenvolvimento**, no Cairo (1994), onde se enfatiza que [...] *Os progressos no sentido da igualdade e equidade entre os sexos e do acesso das mulheres ao poder e à autoafirmação (empowerment), a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres e assegurar que todas as mulheres controlem a sua fertilidade, constituem pedras basilares dos programas relacionados com a população e o desenvolvimento* (as cited in Bento, 2006, p. 5).

A chegada a este momento crono-social, no qual se verifica uma crescente centração do discurso social nos direitos das mulheres, resulta de uma vaga de fundo de carácter social, caracterizado por uma dinâmica muito particular de influências recíprocas entre a dimensão política (operacionalizada em todos os diplomas legais – e outros – supra analisados) e a dimensão social (que parecem encabeçados pelos movimentos feministas).

2.2.1 Os feminismos enquanto elementos de complexificação social

O contributo do feminismo, enquanto movimento sociopolítico organizado, para a visibilidade do fenómeno da Violência Doméstica, parece-nos preponderante.

Sem querermos estabelecer qualquer história do feminismo, recorreremos, brevemente, a alguns elementos caracterizadores que consideramos determinantes para a contextualização do fenómeno.

Se entendermos o feminismo como o referido anteriormente, ou seja, como um movimento organizado que visa defender os direitos e interesses das mulheres, então, os finais do século XVIII e o século XIX surgem-nos como os momentos de arranque destes movimentos que emergem quer na Europa, quer na América do Norte.

As suas origens, contudo, não parecem ser simples de definir. Tradicionalmente, relaciona-se o surgimento dos primeiros movimentos feministas (século XIX) ao Liberalismo e à Revolução Industrial. O conceito de “feminismo” parece ter, nesse momento histórico, espaço de emergência devido ao primeiro e possibilidade de operacionalização devido à segunda (LeGates, 2001). Naturalmente que os ideais liberais, materializados em consequência das revoluções francesa e americana, fundamentalmente, em muito contribuíram para a reflexão e, posterior implementação de conceitos abstratos como a *igualdade e liberdade*. Se num primeiro momento a igualdade, tal como definida por Rousseau (Rousseau, trans. 2003), era aplicável apenas a um conjunto muito específico de indivíduos, logo começa a desenhar-se como imperativo geral, dadas as necessidades económicas e sociais, agora explícitas.

Parece-nos, fundamentalmente, que ambas as revoluções (francesa e americana), mais do que um apanágio para ideais liberais, permitiram (exigiram) que se criassem mecanismos de *organização* para uma nova consciência social que se veio a revelar mais complexa que a anterior, com novos atores sociais e com novos espaços para o desempenho social dos mesmos.

No entanto, e por mais que reconheçamos que as movimentações sociais e as necessidades económicas tenham tido um papel preponderante e, também, por mais sedutor que seja tentarmos encontrar elementos únicos de génese do fenómeno, estes contributos não foram os únicos. Como defende LeGates (2001), a relação entre os diferentes desenvolvimentos (económicos, intelectuais e políticos) e o feminismo é demasiado complexa para ser limitado a uma fórmula única.

A evolução do movimento feminista é apresentada, normalmente, em três vagas (Kaplan, 1992), historicamente distintas. No entanto, há autores que nos remetem para a existência concomitante de várias vagas, afirmando que determinados países (dos quais consta Portugal, onde o desenvolvimento sociopolítico ocorreu a um ritmo mais lento que o dos

seus congéneres do centro e norte da Europa) as vivenciaram em momentos históricos distintos dos países centro-europeus e americanos (Lovenduski, 1986) e, por vezes, simultaneamente. Contudo, o definido por cada uma destas três vagas parece corresponder a posições e objetivos distintos que são importantes e exigem uma análise breve.

Os primeiros movimentos formais feministas, quer europeus, quer norte-americanos, deixaram de ter uma forma e uma duração fugaz apenas a meio do século XIX, assumindo-se, a partir de então, como mais permanentes e organizados. Esta solidificação marca o início da primeira vaga, que termina com os movimentos sufragistas e a conquista do direito ao voto por altura da I Grande Guerra Mundial (LeGates, 2001).

Os objetivos destes primeiros movimentos feministas centravam-se fundamentalmente na tentativa de melhorar a posição legal das mulheres casadas, bem como em criar a possibilidade de independência económica para mulheres solteiras (LeGates, 2001). Estes objetivos correspondiam à operacionalização de direitos civis e direitos do trabalho. O movimento sufragista do início do século XX reflete claramente esta luta da mulher pela conquista dos direitos do homem. A igualdade desejava-se, fundamentalmente, no plano dos grandes direitos sociais.

No início do século XX, muitas mulheres europeias e americanas beneficiavam, como resultado destas lutas sociais, do acesso a uma melhor educação, novas profissões (até então destinadas exclusivamente a homens) e de leis mais abrangentes no que se refere ao divórcio e à propriedade partilhada com o marido.

Também em Portugal houve movimentações no sentido de uma melhor integração social e projeção feminina. Em 1914 é fundado, por Adelaide Cabete, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, que é uma extensão do Conselho Internacional de Mulheres. Este Conselho português tenta promover a emancipação feminina. Possui um Boletim próprio – o “Alma Feminina” e consegue realizar, em 1924, o “I Congresso Feminista e de Educação” e, em 1928, o “II Congresso Feminista” (Rebelo, 2004).

Parece-nos que estes ganhos, contudo, não devem ser entendidos como diretamente e exclusivamente relacionados com os movimentos feministas. O *acaso sociopolítico*, com os seus necessários constrangimentos económicos, parece ter tido um papel relevante. A título de exemplo veja-se o acesso a novas profissões, resultado inequívoco das referidas necessidades, particularmente visíveis aquando da I Grande Guerra. A falta de homens, destacados para a frente dos combates, obrigou a que a indústria bélica empregasse, quase em exclusivo, a força produtiva feminina.

Independentemente da real influência da mulher na indústria da guerra, este período foi sentido como uma melhoria. Devido à abertura destes (e outros) espaços sociais às mulheres, um conjunto de mudanças muito pragmáticas teve de ser efetuada: As mulheres “respeitáveis” puderam passar a contribuir economicamente para o rendimento familiar; puderam deixar de ser constantemente acompanhadas/supervisionadas; começaram a usar roupas mais práticas (saída do espartilho e entrada de saias mais curtas no guarda-roupa do quotidiano); e, as mais ousadas, a usar penteados mais curtos ou com o cabelo apinhado (LeGates, 2001).

No final da I Grande Guerra, contudo, este movimento crescente sofre uma clara inflexão. A pressão social gerada pelos eventos públicos das feministas num contexto social caracterizado pela Grande Depressão, a consolidação do Fascismo e dos seus líderes totalitários, criou um sentimento de aversão contra o feminismo, como sendo, curiosamente, apolítico e positivamente pouco importante. A consciência política das décadas de 1930 e 1940 não se revia nos movimentos feministas. Pelo contrário, foi nutrida uma clara aversão a estes movimentos que foram considerados como uma luta menos importante que as dos restantes subgrupos sociais (proletariado) e que, inclusivamente, a poderia dividir e enfraquecer (Greene, 1991).

O feminismo “formal” não ficou dormente por muito tempo. Um segundo reaparecimento, uma segunda vaga dos movimentos feministas, ocorre a partir dos anos 1960. Os anos das revoluções estudantis, da revolução sexual, revelaram também uma centração nas questões da sexualidade feminina (contraceção, reprodução, aborto, homossexualidade, luta contra os estereótipos sexuais, ...).

O *focus* da reflexão passa de uma preocupação de cariz mais legal e comunitária, para uma esfera mais inter e intrapessoal.

O que foi considerado como “desvantagem feminina”, i.e., o papel de submissão numa sociedade marcada pela opressão androcêntrica, foi evidenciada em inúmeros protestos públicos contra o domínio patriarcal da sociedade. O papel tradicional feminino nas esferas privadas (família) e semipúblicas (trabalho) foi evidenciado, contestado e posto em causa em ações altamente visíveis e mediáticas como a queima de sutiãs (e de outros *utensílios de tortura*, como foram chamados na altura: sapatos de salto alto, lacas, pestanas postiças, ...), em 1968, nos Estados Unidos, por cerca de 400 mulheres da *Women’s Liberation Movement*, em protesto contra o concurso Miss América, ou ainda a colocação

de uma grinalda, agora na Europa, na estátua do Soldado desconhecido, em Paris, homenageando a *mulher* do mesmo (Amorim, 2008).

Progressivamente, estes movimentos que visaram a nivelção social, definindo e regulando iguais direitos entre os sexos, deram origem a outros que, por sua vez, procuraram exibir as *diferenças* entre os sexos, realçando as qualidades inerentes ao sexo feminino. O *focus* passou a ser colocado na autonomia e não tanto na igualdade. Esta terceira vaga de feminismo é referenciada por Kaplan (1992) como um *pós-feminismo*.

A visão tradicional feminista é colocada em causa. Há análises que revelam que os objetivos foram alcançados, outras que referem que a mulher perdeu qualidade de vida (Kaplan, 1992). Parece-nos claramente que um pouco dos dois terá ocorrido.

O feminismo, com as suas múltiplas variantes, contribuiu indubitavelmente para um alargamento das grelhas de leitura sociais e políticas, complexificando a vida social, enriquecendo-a, através da inserção no discurso público de agentes sociais que se encontravam num segundo plano. Contudo, obrigou a uma reestruturação dos alicerces da sociedade ocidental, nomeadamente o quadro de valores tradicionais, concretamente o familiar. O processo como o fez, no entanto, teve os seus exageros, o que contribuiu para que as perspetivas feministas não fossem sempre bem aceites pelos grupos já acomodados socialmente.

Apesar de tudo, e adotando uma perspetiva analítica desenvolvimental, parece-nos legítimo este fenómeno – quando se habitua a não nos ouvir, por vezes temos de gritar.

É necessário perceber e reconhecer, no entanto, quando o discurso é gritado. Esta não contextualização amplifica e distorce o exagero (programado) inicial. Outras vezes, é apenas necessário gritar um pouco menos.

*No genuine social revolution can be accomplished by the male, as the male on top wants the status quo, and all the male on the bottom wants is to be the male on top. The male "rebel" is a farce; this is the male's "society", made by **him** to satisfy **his** needs. He's never satisfied, because he's not capable of being satisfied. Ultimately, what the male "rebel" is rebelling against is being male. The male changes only when forced to do so by technology, when he has no choice, when "society" reaches the stage where he must change or die. We're at that stage now; if women don't get their asses in gear fast, we may very well all die. (Solanas, 1968, para. 52)*

As ampliações exageradas dos movimentos niveladores feministas fizeram (e fazem-se ainda) notar. De posições claramente exageradas na análise social que elaboraram, como o Manifesto SCUM (*Society for Cutting Up Men*) de Valerie Solanas, do qual retirámos o excerto anterior, passámos para posições mais subtis, mas não menos exageradas, como as hipérbolas sintáticas, ainda que com evidente menor importância, com que o tratamento interpessoal atualmente se reveste (e.g., “Minhas Senhoras... Meus Senhores...”; “Portuguesas... Portugueses...”) que, quando não é usado, é considerado por alguns como uma clara violência simbólica.

Como qualquer radicalismo, também o feminista nos parece disfuncional. A substituição de um tipo de opressão, a masculina (que, apesar de tudo, foi historicamente contextualizada e construída, nas sociedades ocidentais, ao longo de séculos), não pode ser substituída por outra, a feminina, apenas porque aquele “jugo” foi levantado. O feminismo é um contributo extremamente válido para a dinâmica social mas, como qualquer outro, necessita de ser enquadrado e inserido numa análise complexificadora mais global.

Deste modo, e independentemente das críticas que lhe possam ser dirigidas, o feminismo continua *presente, plural e crítico*:

- *Presente e organizado*. Uma das características comuns aos movimentos feministas (independentemente da vaga a que pertencem), é a organização (formal e informal) inerente aos mesmos. Desde cedo estes movimentos apresentaram-se como grupos de pressão que, com o tempo, se afiguraram como mais organizados e influentes. Atualmente são uma efetiva força política. Exemplo disto é o Lobby Europeu das Mulheres.
- *Plural e contraponto*. Os movimentos feministas, atualmente, revelam posturas e estratégias diferenciadas, sendo uns mais agressivos e provocadores e outros mais conservadores e integradores. Os diferentes movimentos feministas revelam também diferentes *focus* atencionais, muito mais específicos do que anteriormente (movimentos centrados nas questões da maternidade, do direito laboral, da violência doméstica, na participação política, ...).
- *Crítico e revisionista*. A maturidade que apenas o tempo permite tem possibilitado uma maior autorreflexão sobre o feminismo, revelando as suas crescentes multiplicidades. Estas são apresentadas, por alguns autores (Snitow, 1990), como um fenómeno “dividido”: Feminismos radicais, culturais, existencialistas

e pós-estruturalistas. Os diferentes progressos científicos (da Medicina, Psicologia, ...) contribuíram para uma conceção cada vez mais plural da realidade feminista.

Pensamos, assim, que não será exagerado afirmar que os fenómenos sociais dos últimos 100 anos, não sendo necessariamente feministas, foram influenciados por estes movimentos.

2.2.2 Os dispositivos de sensibilização social - Os “Anos...” Internacionais e Europeus

O feminismo, ao contribuir para complexificar a grelha de leitura da esfera social, atenuando uma leitura masculinizada quase que exclusiva, tem vindo a permitir a apropriação mais global de fenómenos complexos, muitas vezes pouco visíveis, como o caso da Violência Doméstica. Neste caso concreto, ao dar uma voz plural a eventos singulares, parece-nos que está a contribuir para uma atualização do fenómeno e, sempre que o faz, aumenta o grau de complexidade e de exigência social na resposta às diferentes questões que levanta.

Assim, parece-nos legítimo afirmar que a realidade atual, cada vez mais complexa no uso (e abuso) de forças sociopolíticas, é o resultado de toda uma progressão histórica que, presentemente, sofre com a interferência de um mecanismo de *retro feedback*, no sentido em que, influenciado pela realidade da qual emerge, influencia essa mesma realidade que observa atentamente e na qual atua. Um dos subprodutos desta dinâmica de ação/reflexão/ação parecem-nos ser os **Anos Internacionais** e **Europeus**, que se assumem como mecanismos e dispositivos de sensibilização social.

Estes iniciaram-se com a ONU, em 1957 e, desde então, este organismo internacional tem vindo a desafiar a consciência mundial lançando para o debate público diferentes questões sociais que se dividem, ao longo de um ano, em múltiplas iniciativas. Todas elas visam desenvolver mecanismos promotores de regulação e controlo (judiciais, sociais e comunitários) de um objeto social (ONU, 2013).

Claramente que o objeto dessa preocupação e necessidade de regulação e controlo tem sido o próprio Ser Humano. Sem querer enumerá-los, nem dedicar muito tempo a este mecanismo, podemos referir, contudo, que, fazendo uma análise dos Anos Internacionais

e Europeus, se verifica, também, uma progressão do geral para o particular (tal como a ocorrida na emissão e ratificação dos documentos internacionais analisados anteriormente). Existe um processo de refinamento do objeto de análise e de intervenção social (que espelha, no fundo, a progressão político-social que caracterizou o próprio movimento de emissão e ratificação dos diferentes diplomas), revelador de uma crescente maturidade da consciência coletiva, bem como um fenómeno de espelho das preocupações sociais de um determinado momento político-social.

De um primeiro ano, em 1968, dedicado aos *Direitos Humanos* (dezoito anos após a Convenção sobre esses mesmos Direitos), em que, certamente não por acaso, coincidiu com um crescendo da disfunção sociopolítica resultante da Guerra do Vietname e a incontável perda de vidas no país que começava a assumir-se como a principal potência mundial, verificamos uma recentração na Mulher, em 1975. Neste ano, com uma maior evidência dos Movimentos Feministas resultantes das vagas de que falávamos anteriormente, viveu-se o *Ano Internacional da Mulher*, que serviu de arranque a uma iniciativa sem precedentes: o dedicar toda uma década a um subgrupo populacional, neste caso a Mulher. Esta iniciativa, que pretendeu alertar a comunidade internacional para a condição feminina, defendeu que um efetivo desenvolvimento comunitário (local, regional e global) sustentado teria, obrigatoriamente, de colocar a mulher no papel de protagonista social de pleno direito.

Em 1994, as Nações Unidas voltam a centrar a sua atenção nas dinâmicas entre elementos familiares próximos. A atenção da ONU não é colocada no indivíduo (masculino ou feminino) mas na unidade familiar, sendo dedicado este ano à *Família*. Parece-nos claro que esta foi uma iniciativa formal deste organismo máximo para tentar inverter um fenómeno que, hoje, parece claramente visível e incontornável – a deslocação da base social da família para o indivíduo (Singly, 2007).

Esta progressão do *focus* de análise internacional não nos parece aleatória. Utilizando (ainda que abusiva e provocatoriamente) o quadro conceptual de Urie Bronfenbrenner (1979) para analisar este processo desenvolvimental de atenção e intervenção política global, verificamos que houve necessidade de, num primeiro momento, centrar a reflexão/intervenção sobre o Macrosistema (Direitos Humanos). Tentou-se estabelecer e definir política, social e, também, moralmente os fundamentos basilares para uma convivência global. Só após o estabelecimento dos limites e regras mínimas para os agentes sociais individuais (na sua globalidade), definindo um quadro estrutural teoricamente estável, é

que foi possível aprofundar o eixo reflexivo, iniciando um conjunto de incursões em diferentes Microsistemas sociais, entre os quais o feminino. Mediando a análise destes diferentes agentes sociais, foi sendo recentrado o *focus* político e social a um nível Mesossistémico, mais complexo devido à exigência resultante de interação entre Microsistemas que, no concernente a esta reflexão, foi a Família, em 1994, no Ano Internacional da Família.

Apesar de reconhecermos que, *a posteriori*, quase todas as análises são possíveis, afigurase-nos como interessante constatar que o desenvolvimento social desta análise/intervenção das Nações Unidas pretendeu contribuir para uma mudança na maneira como os estados percebem e lidam com os seus *settings* sociais, o que nos parece ser uma apropriação clara, a um nível social, do conceito de desenvolvimento do autor.

Development is defined as a lasting change in the way wich a person perceives and deals with his environment. (Bronfenbrenner & Morris, 1999)

Utilizando este quadro referencial durante mais alguns momentos, e numa perspetiva historicista de análise, percebemos que todo este movimento social evolutivo de preocupação sobre os atores, as suas interações e as suas dinâmicas, refletem as (e interferem nas) mudanças de expectativas e de vontade de intervir dos próprios agentes sociais. O conceito de Macrotempo (enquanto elemento caracterizador de um Cronossistema), lido neste contexto, remete-nos para a história vivenciada, não pelo indivíduo mas pela sociedade em desenvolvimento, assim como para as expectativas em relação ao futuro que esta venha a elaborar. O Macrotempo parece-nos ser um elemento crucial na constante redefinição das intervenções e reflexões sociais que são elaboradas. Esta dimensão temporal permite-nos contextualizar as diferenças e idiosincrasias de cada tempo histórico-político, possibilitando avaliar o que já foi adquirido e auxiliando no desenho de intervenções mais capazes e reajustadas. Estamos perante uma *evolução cumulativa* de intervenção num fenómeno social. Estas constantes revisitações a que a violência contra a mulher tem sido alvo, têm implicado uma complexificação quer da análise do fenómeno, quer da resposta ao mesmo.

Não podemos, também, deixar de referir que uma movimentação semelhante parece surgir no contexto mais restrito da União Europeia. Contudo, a União Europeia parece ter

beneficiado, claramente, do trabalho pioneiro e exploratório das Nações Unidas, tendo podido operacionalizar o seu trabalho com uma outra intensidade.

A partir de 1983, o Conselho da Europa, passa a mobilizar-se em torno de um tema agregador, com o duplo objetivo de sensibilizar o cidadão europeu e os diferentes governos enquanto coloca assuntos sensíveis na agenda política internacional.

O primeiro Ano Europeu relacionado diretamente com a Mulher foi em 1999 - Ano Europeu da Recusa Total de Violência Contra as Mulheres. A preocupação com a visibilidade pública do fenómeno foi um objetivo claro: *“Está na hora de a violência dos homens contra as mulheres se tornar visível e de sublinhar as consequências desta violência para a saúde das mulheres.”* (Eriksson, 1997, p. 19), reforçando mais uma vez a necessidade de uma campanha europeia que

deveria aproveitar e reforçar as iniciativas das ONG e das autoridades dos Estados-membros [...]. Sobretudo, deveria ter como objetivo a proteção e a informação, bem como a prevenção, e centrar-se tanto nos serviços de apoio às mulheres afetadas como na tomada de consciência por parte da sociedade no seu conjunto para que não reste uma sombra de dúvida: a violência contra as mulheres afeta-nos a todos e a cada um de nós (Ibidem, 1997, p. 21).

Verifica-se, também, um cruzamento entre as iniciativas mais globais (ONU) e as regionais (Europeias). Este Ano Europeu foi uma tentativa de reforçar e operacionalizar as conclusões da 4ª Conferência Mundial Sobre as Mulheres (Pequim, 1995), organizada pelas Nações Unidas, onde participaram todos os Estados-Membros da União Europeia (Eriksson, 1997). Esta Conferência foi um marco na nova abordagem da violência contra as mulheres. O resultado destes trabalhos traduziram-se na «Declaração de Pequim e a Plataforma para Ação», tendo determinado, de entre outras medidas, prevenir e eliminar a violência contra as mulheres.

A Comunidade considera a igualdade entre as mulheres e os homens como um princípio fundamental. Os direitos das mulheres e das raparigas são inalienáveis, indivisíveis e fazem parte integrante dos direitos universais do homem.

As políticas e os programas devem insistir nas medidas em favor do reconhecimento do papel fundamental desempenhado pelas mulheres nos processos soci-

ais, económicos e políticos, da participação das mulheres na administração do poder e do seu acesso à independência económica. (Europa, 1995, para. 3)

Parece-nos claro que todos estes contributos sociais implicaram, direta e indiretamente, uma visibilidade cada vez mais pública de fenómenos que, durante séculos, foram pouco explícitos, invisíveis e escassamente valorizados. Ressalvamos que estes dispositivos que permitiram uma progressiva “publicitação social” não serviram exclusivamente a violência doméstica mas, devido ao objeto da reflexão, é sobre ela que nos interessa colocar o enfoque.

Da análise das movimentações políticas e sociais, resulta a constatação de que nos encontramos perante um movimento de duplo sentido. A violência doméstica, fundamentalmente com o decorrer do século XX, assume um cariz crescentemente social. A experiência feminina é validada. Mesmo os contributos extremistas, tal como o de Valerie Solanas, são integrados naquilo que se afigura como uma dialética hegeliana, servindo de antítese ao machismo, e servindo para que, progressivamente, se construa uma síntese social.

Politicamente, no entanto, encontramos um movimento contrário. Verificamos que há uma necessidade de intrusão controlada em esferas cada vez mais específicas. Dos macro-sistemas referidos anteriormente, dos grandes elementos estabilizadores sociais, surgem mecanismos reguladores de esferas semipúblicas e privadas. A religião, as etnias, o próprio “ser-se” masculino ou feminino começam a ser alvo de intervenção e análise.

Estas movimentações não constituem, no entanto, movimentos distintos. São parte integrante de um devir cada vez mais exigente que, analisado parcelarmente, não nos permite compreender nada mais do que meros entendimentos temporalmente localizados de momentos crono-históricos. Um conjunto de *Daseins*, diria Heidegger (2003), de diferentes “ser-aí”. O historicismo, no entanto, permite-nos ultrapassar as limitações do *aqui* e *agora* e compreender a direccionalidade da construção realizada. Neste caso concreto, permite-nos perceber que a preocupação com a mulher, apesar de tardia e secundária, tem vindo a assumir uma preponderância cada vez maior. A sua afirmação só está a ser possível, no entanto, devido à construção prévia de uma realidade social sensível aos próprios agentes e às regras de articulação entre eles.

Seguidamente iremos analisar os instrumentos legislativos que foram sendo construídos em Portugal que, histórica e presentemente, parecem traduzir a sensibilidade social para com o problema da Violência Doméstica, enquanto balizam a intervenção na mesma.

Capítulo III | Os Produtos Legislativos

A violência doméstica configura uma grave violação dos direitos humanos, tal como é definida na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1995, onde se considera que a violência contra as mulheres é um obstáculo à concretização dos objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz, e viola, dificulta ou anula o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010 (17 de Dezembro)

Todos somos produtos do nosso tempo. A legislação, contudo, parece ser um exemplo último do modo como o homem entende o momento social que vive, bem como o tenta disciplinar.

Em Portugal, a legislação específica para o fenómeno da Violência Doméstica surge apenas na década de 1990. Naturalmente que, aquando do seu surgimento, estes diplomas legais foram, por um lado, ao encontro de um conjunto de recomendações europeias desenvolvidas no âmbito do combate à Violência Doméstica (Dias, 2000) e, por outro, respeitaram os preceitos constitucionais da atual Constituição Portuguesa.

Neste capítulo, analisaremos brevemente a evolução da Constituição Portuguesa e, seguidamente, os artigos mais importantes do Código Penal relativamente a esta problemática, finalizando com a atual legislação específica.

3.1 Constituindo a Constituição

Um exemplo claro do referido anteriormente parece-nos ser a evolução da própria Constituição Portuguesa. Uma breve análise dos documentos constitucionais republicanos⁶ permite-nos perceber isto mesmo.

Com a queda da Monarquia, em 1910, a preocupação inicial foi a constituição de um Estado Republicano e Laico e de toda a documentação que o suportasse e legitimasse. A Constituição Portuguesa de 1911 ("Constituição da República Portuguesa, 1911,") revelou-se o mecanismo que permitiu a sua implementação. Foi apresentado um documento com 87 artigos, agrupados em 7 títulos, que refletiam a necessidade de definir os novos agentes sociais e facultavam os meios para a sua ação.

Nesta Constituição aparecem traduzidos, para além dos ideais liberais, como a Liberdade (art.º 3.1 – “Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”) ou a Igualdade (art.º 3.2 – “A lei é igual para todos, mas só obriga aquela

⁶ Optámos por analisar somente os documentos constitucionais a partir de 1911, deixando de lado as constituições monárquicas por entendermos que não contribuem para um aumento exponencial da reflexão.

que for promulgada nos termos desta Constituição.”), era visível também a necessidade de eliminar privilégios de nascimento (art.º 3.3 – “A República Portuguesa não admite privilégio de nascimento, nem foros de nobreza, extingue os títulos nobiliárquicos e de conselho e bem assim as ordens honoríficas, com todas as suas prerrogativas e regalias.”), enquanto se afirmava claramente a componente republicana em detrimento da monárquica (art.º 36 – “O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelos Ministros.” e art.º 37 – “O Presidente da República representa a Nação nas relações gerais do Estado, tanto internas como externas.”).

Em nenhum momento deste documento é feita, especificamente, qualquer referência à mulher ou à criança. Nem a Constituição nem a prática parlamentar da altura se preocupavam com estas questões sociais. A última, aliás, parecia centrar-se mais em questões partidárias e pessoais dos próprios parlamentares (Azevedo, 2009). Contudo, há um progresso social da mulher uma vez que esta Constituição permite o acesso à escolaridade obrigatória e à função pública. O domínio político, no entanto, continua-lhe interdito.

Este documento, com as revisões de 1916, e as suspensões de 1915 e de 1918, de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais, respetivamente, esteve em vigor até junho de 1926.

Um momento seguinte remete-nos para a Constituição Portuguesa de 1933, resultado do Estado Novo, sob o controlo apertado de Oliveira Salazar. Este normativo foi resultante de uma Primeira República incipiente e de um clima de revolta social e instabilidade governativa que esteve prestes a transformar-se numa guerra civil (Azevedo, 2009).

No entanto, e ao contrário do que se tende a associar ao Estado Novo, este corpo normativo não se assume como claramente autocrático e impositivo. Como sintetiza José Adelino Maltez (Maltez, s/d), do Centro de Estudos do Pensamento Político:

[...] a Constituição de 1933, marcada por um programático corporativista, não cortou todas as ligações formais às tradições demoliberais, iniciadoras de uma legitimidade, segundo a qual a soberania reside essencialmente [na] nação. A Assembleia Nacional continuou a ser eleita por sufrágio universal e direto e não deixou de estruturar-se um sistema de direitos individuais que só a prática política e a legislação ordinária vieram minimizar e, em muitos casos, suprimir. (Maltez, s/d, Secção O Estado Novo, para. 1)

Esta Constituição remete-nos, como afirma Cunha (2006) para um clima de utopia: “é a utopia de ainda alguma liberdade num Estado sem ela. Certamente gizada por Salazar para seduzir sectores mais moderados, como os Bissaya Barreto e outros republicanos, que sem uma garantia escrita talvez não tivessem pactuado com o regime.” (p. 198)

Contudo, esta liberdade não implicava, necessariamente, que se estivesse a referir a ambos os sexos. O regime de Salazar esteve muito atento aos movimentos feministas, limitando-os progressivamente e chegando a encerrar o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (Rebelo, 2004).

Uma implicação clara desta tentativa de reenquadrar o papel da mulher em esquemas rigidificantes verifica-se no art.º 5 desta Constituição em que, ao afirmar-se a igualdade dos cidadãos perante a lei, se abre uma exceção para as mulheres “pelas diferenças que resultam da sua natureza e do bem da família”. Esta diferenciação remete-nos, também, para o ensino. A coeducação é suprimida e acentua-se uma estereotipia de género no ensino primário remetendo a educação feminina para a economia doméstica e os cursos de costura.

Sem querer fugir à questão constitucional, permitimo-nos referir, no entanto, que a revisão do Código Civil da década de 1930 veio penalizar a mulher em relação ao marido, mencionando claramente que este tem o poder de obrigar a esposa a regressar ao domicílio conjugal e que, num outro exemplo, a mulher não pode viajar para o estrangeiro sem a autorização do marido, mesmo que estejam separados.

Existiram, contudo, algumas evoluções positivas neste período de tempo. O Código Civil de 1966 já permite que a mulher casada possa ter uma profissão liberal sem a autorização do marido, podendo dispor do seu próprio salário. O marido, contudo, pode denunciar este contrato de trabalho (Rebelo, 2004).

Após o 25 de Abril de 1974 e toda a instabilidade social resultante do *Período Revolucionário Em Curso*, é revista a Constituição, em 1976. Este é um documento marcante. Se aquando do feminismo nos referimos à necessidade de gritar, parece-nos ter havido aqui a necessidade de falar abertamente sobre uma nivelção que tardava e que a revolução social tornou evidente.

Esta nova Constituição vem tentar regular as grandes assimetrias que os diplomas legais anteriores, nomeadamente o Código Civil, legitimavam. Segundo Palma (2008), a redação original do Código Civil de 1966 revelava uma postura claramente conservadora, com inúmeras limitações para a mulher. O exercício de diferentes poderes cabia exclusivamente

ao homem. A título de exemplo podemos referir que era este, enquanto chefe de família, que tinha de decidir em todos os atos da vida conjugal comum (artigo 1674.º). Era também o pai que tinha um papel decisivo no exercício do poder paternal, competindo-lhe orientar a instrução e educação dos filhos, sendo que a mãe tinha somente o direito de ser ouvida e de participar em tudo o que dizia respeito aos interesses dos filhos (artigos 1881.º e 1882.º). A própria cidadania da mulher era adquirida ou através da situação do pai, inicialmente, ou da do marido, posteriormente.

Quando confrontamos a maioria destas regras com a Constituição vigente na altura, estas parecem-nos claramente inconstitucionais. Deixamos esta análise, contudo, para quem tem competência para a fazer, relembrando apenas a opinião de Maltez (s/d): *a prática política e a legislação ordinária vieram minimizar e, em muitos casos, suprimir o sistema de direitos individuais.*

A atual configuração da Constituição parece implicar uma mudança paradigmática na relação de controlo e definição dos preceitos básicos. São definidos e consagrados os Direitos Fundamentais mas é imposto também ao Estado a obrigação de criação de condições que facilitem a concretização destes mesmos direitos (art.º 9º | b, d). Este mesmo artigo, na sua alínea h) defende mesmo que a promoção da igualdade entre homens e mulheres é uma das *tarefas fundamentais* do Estado.

Os artigos em que se filiam as questões relacionadas com a Violência Doméstica parecem ser vários. Provavelmente o mais abrangente é o Princípio da Igualdade (art.º 13º). A igualdade, na atual conformação legislativa, é Universal. A Constituição, neste seu artigo, estabelece que:

1. *Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.*
2. *Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.*

Segundo o Comité para a Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres (ONU, 2009), o princípio da igualdade descrito neste artigo não se refere apenas a uma igualdade formal, mas sim material, ou seja, o Estado tem o dever não de tratar todos os cidadãos de forma

igual, mas de respeitar as particularidades de cada situação concreta, tratando de forma igual situações idênticas e de forma distinta situações diferentes.

Constitucionalmente, passam também a estar salvaguardadas outras conquistas fundamentais que se revelam cruciais na problemática da Violência Doméstica, nomeadamente:

- O Direito à inviolabilidade da integridade pessoal (art.º 25)
 1. *A integridade moral e física das pessoas é inviolável.*
- Direito à proteção legal contra qualquer tipo de discriminação (art.º 26º)
 1. *A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação.*
- Direito de proteção à família e de igualdade de direitos e deveres entre cônjuges (art.º 36)
 1. *Todos têm o direito de constituir família e de contrair casamento em condições de plena igualdade.*
 - [...]
 3. *Os cônjuges têm iguais direitos e deveres quanto à capacidade civil e política e à manutenção e educação dos filhos.*
- Liberdade de escolha de profissão e de acesso à função pública (art.º 47º)
 2. *Todos os cidadãos têm o direito de acesso à função pública, em condições de igualdade e liberdade, em regra por via de concurso.*
- Direito à segurança no emprego (art.º 53)

É garantida aos trabalhadores a segurança no emprego, sendo proibidos os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos.
- Direito ao trabalho (art.º 58º)
 1. *Todos têm direito ao trabalho.*
 2. *Para assegurar o direito ao trabalho, incumbe ao Estado promover: [...]*
 - b) *A igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais;*
- Direito à Saúde (art.º 64º)
 1. *Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover.*
 2. *O direito à proteção da saúde é realizado:*

- a) Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito;*
- Direito a uma proteção especial durante a gravidez e após o parto (art.º 68º)
 1. *Os pais e as mães têm direito à proteção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível ação em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação, com garantia de realização profissional e de participação na vida cívica do país.*
 2. *A maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes.*
 3. *As mulheres têm direito a especial proteção durante a gravidez e após o parto, tendo as mulheres trabalhadoras ainda direito a dispensa do trabalho por período adequado, sem perda da retribuição ou de quaisquer regalias. [...]*
 - Direito ao ensino (artigo 74.º);
 1. *Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.*
 2. *Na realização da política de ensino incumbe ao Estado:*
 - a) *Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito; [...]*
 - Igualdade na participação política ativa (art.º 109º)

A participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos.

Complementarmente, não podemos deixar de referir o artigo 59º, que indica que a organização do trabalho deverá permitir a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e o 67º, relativo a deveres do Estado face à família, o qual estipula a obrigação de promover a criação e garantir o acesso a uma rede nacional de creches e de outros equipamentos sociais de apoio à família, o direito ao planeamento familiar e a regulamentação da procriação assistida.

Esta atual configuração enformou, na última década do século passado, um quadro legislativo específico que analisaremos seguidamente.

3.2 Alguns Diplomas Complementares

A nível legal, a Violência Doméstica, encontra-se tipificada nos artigos 143º, 152º e 200º do Código Penal e filia-se nos princípios com dignidade constitucional vistos superiormente.

Quando falamos de Violência Doméstica deveremos, portanto, ter necessariamente presente a sua relevância penal. Desta forma, parece-nos importante fazer uma breve análise da evolução do Código Penal.

O direito penal, de todos os subtipos legais, parece-nos ser o dispositivo que visa proteger com as suas incriminações, os valores ou bens fundamentais da comunidade, isto é, aqueles interesses primários sem os quais a vida em sociedade, tal como a conhecemos, não seria possível: vida humana, integridade física, liberdade sexual, honra, património, etc. (Correia, 2008).

No preâmbulo do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, que introduziu assinaláveis alterações ao Código Penal de 1982 (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro) e que autonomizou no nosso ordenamento jurídico/penal o crime de Violência Doméstica, podem ver-se importantes subsídios interpretativos sobre a *mens legislatoris* (espírito do legislador) e com interesse direto na matéria desta reflexão.

Ali é referido que “a tendência cada vez mais universalizante para a afirmação dos direitos do homem como princípio basilar das sociedades modernas, bem como o reforço da dimensão ética do Estado, imprimem à justiça o estatuto de primeiro garante da consolidação dos valores fundamentais reconhecidos pela comunidade, **com especial destaque para a dignidade da pessoa humana.**”⁷

Mais à frente, lê-se ainda que, “no domínio dos crimes contra a integridade física optou-se por uma sistemática mais coerente, operando-se uma considerável simplificação: fazer incidir critérios de agravação e de privilégio sobre a base de existência de um crime de ofensa à integridade física simples.”

Assim, inserido no TÍTULO I (*Dos crimes contra as pessoas*), Livro II, Capítulo III (*Dos crimes contra a integridade física*), aparece o artigo 152.º (com a denominação *Maus tratos ou sobrecarga de menores, de incapazes ou do cônjuge*) com o seguinte teor:

1 - Quem, tendo ao seu cuidado, à sua guarda, sob a responsabilidade da sua direcção ou educação, ou como subordinado por relação de trabalho, pessoa me-

⁷ O negrito é nosso.

nor, incapaz, ou diminuída por razão de idade, doença, deficiência física ou psíquica e:

- a) Lhe infligir maus tratos físicos ou psíquicos ou a tratar cruelmente;*
- b) A empregar em actividades perigosas, desumanas ou proibidas; ou*
- c) A sobrecarregar com trabalhos excessivos;*

é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos, se o facto não for punível pelo artigo 144.º

2 - A mesma pena é aplicável a quem infligir ao cônjuge ou a quem com ele conviver em condições análogas às dos cônjuges maus tratos físicos ou psíquicos. O procedimento criminal depende de queixa.

3 - Se dos factos previstos nos números anteriores resultar:

- a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos;*
- b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.*

Posteriormente, a Lei n.º 65/98, de 2 de setembro, que alterou o Código Penal, com a denominação *Maus tratos e infração de regras de segurança*, conferiu ao artigo 152.º, a seguinte redação:

1 - Quem, tendo ao seu cuidado, à sua guarda, sob a responsabilidade da sua direcção ou educação, ou a trabalhar ao seu serviço, pessoa menor ou particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez, e:

- a) ...*
- b) ...*
- c) ...*

é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos, se o facto não for punível pelo artigo 144.º

2 - A mesma pena é aplicável a quem infligir ao cônjuge, ou a quem com ele conviver em condições análogas às dos cônjuges, maus tratos físicos ou psíquicos. O procedimento criminal depende de queixa, mas o Ministério Público pode dar início ao procedimento se o interesse da vítima o impuser e não houver oposição do ofendido antes de ser deduzida a acusação.

3 - A mesma pena é aplicável a quem, não observando disposições legais ou regulamentares, sujeitar trabalhador a perigo para a vida ou a perigo de grave ofensa para o corpo ou a saúde.

4 - (Anterior n.º 3).

Por seu lado, pela Lei n.º 7/2000, de 27 de maio, o artigo 152.º do Código Penal passa a ter a seguinte redação:

[...]

2 - A mesma pena é aplicável a quem infligir ao cônjuge, ou a quem com ele conviver em condições análogas às dos cônjuges, maus tratos físicos ou psíquicos.

3 - A mesma pena é também aplicável a quem infligir a progenitor de descendente comum em 1.º grau maus tratos físicos ou psíquicos.

4 - A mesma pena é aplicável a quem, não observando disposições legais ou regulamentares, sujeitar trabalhador a perigo para a vida ou perigo de grave ofensa para o corpo ou a saúde.

5 - (Anterior n.º 4.)

6 - Nos casos de maus tratos previstos nos n.º 2 e 3 do presente artigo, ao arguido pode ser aplicada a pena acessória de proibição de contacto com a vítima, incluindo a de afastamento da residência desta, pelo período máximo de dois anos.

É esta redação, concretamente no seu ponto dois, ao eliminar “O procedimento criminal depende de queixa” (presente ainda na redação anterior de 1998), que torna este crime um *crime público*, i.e., que não necessita de apresentação de queixa por parte da vítima. É a partir deste momento que a sociedade, no seu todo, se torna corresponsável pela sinalização deste tipo de crimes – passa a ser legítimo “meter a colher” entre marido e mulher. Aquilo que consideramos um progresso na evolução legislativa não é, no entanto, consensual. Os defensores desta nova redação referem-se ao facto desta tipologia atenuar a pressão a que, normalmente, a mulher está sujeita devido ao facto de já não ter de ser ela própria a apresentar queixa. Apontam também para um efeito dissuasor da violência, pois qualquer agente social pode passar a intervir nesta esfera que antes era privada. O próprio andamento do processo em Tribunal já não se encontra dependente de eventuais pressões que o agressor possa fazer sobre a vítima. É este ponto, contudo, que é utilizado por

alguns detratores como argumento de uma eventual penalização para a mulher. O facto de a mulher, querendo voltar atrás com a queixa e não o podendo fazer poderá, em certos casos, contribuir para um agravamento relacional.

Somos capazes de admitir, entendendo o ser humano como um *homo emotionalis* e não tanto como *sapiens*, que, em situação de discussão mais acesa, haja espaço para uma degradação relacional resultante de uma apresentação de queixa precipitada (tendo sido esta apenas uma arma de arremesso numa qualquer discussão), pois deixa de estar sobre o controlo de quem a efetivou. No entanto, este argumento, *per se*, não pode colocar em causa a conquista cívica e de urbanidade que este passo concretizou.

O passo último a nível da progressão do Código Penal, contudo, é dado apenas em 2007, pois que com a Lei 59/2007, de 4 de setembro de 2007, o artigo 152.º assume-se como centrado na *Violência Doméstica*. Daqui emerge a atual redação (Lei n.º 19/2013 de 21 de fevereiro) do artigo 152.º com o seguinte teor:

1 - Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:

a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;

b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;

c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou

d) A pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;

é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

2 - No caso previsto no número anterior, se o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima é punido com pena de prisão de dois a cinco anos.

3 - Se dos factos previstos no n.º 1 resultar:

a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;

b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

4 - Nos casos previstos nos números anteriores, podem ser aplicadas ao arguido as penas acessórias de proibição de contacto com a vítima e de proibição de uso e porte de armas, pelo período de seis meses a cinco anos, e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica.

5 - A pena acessória de proibição de contacto com a vítima deve incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento pode ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.

6 - Quem for condenado por crime previsto neste artigo pode, atenta a concreta gravidade do facto e a sua conexão com a função exercida pelo agente, ser inibido do exercício do poder paternal, da tutela ou da curatela por um período de 1 a 10 anos”.

Esta nova redação centra o objeto jurídico na própria Violência Doméstica. Verificamos que há uma constância de proteção dos bens jurídicos-alvo no tipo de crime em causa. A saúde do ofendido, inserida no respeito pela dignidade humana, aparece-nos como este “bem jurídico complexo que abrange a saúde física psíquica e mental, bem jurídico este que pode ser afetado por toda a multiplicidade de comportamentos que [...] afetem a dignidade pessoal do cônjuge” (Carvalho, 1999, p 332).

Os comportamentos a que nos referimos anteriormente são múltiplos: maus tratos físicos (ofensas corporais simples), e maus tratos psíquicos (humilhações, provocações, moléstias, ameaças mesmo que não configuradas em si crime de ameaça).

Numa interpretação inicial, estes comportamentos suprareferenciados remetiam quase que coercivamente para a reiteração do comportamento agressivo:

O tipo de crime em análise pressupõe, segundo a ratio da autonomização deste crime, uma reiteração das respectivas condutas. Um tempo longo entre dois ou mais dos referidos actos afastará o elemento reiteração ou habitualidade pressuposto, implicitamente, por este tipo de crime. (Ibidem)

Também na mesma linha argumentativa, sobre a questão do elemento reiteração, Leal Henriques e Simas Santos (2000), observam que “*não basta uma ação isolada do agente para que se preencha o tipo legal (estaríamos então no domínio das ofensas à integridade física, pelo menos), mas também não se exige a habitualidade da conduta*”.

No entanto, como se verificou, com as alterações resultantes da Lei 59/2007, deixou de ser necessário, na descrição típica da violência doméstica e dos maus tratos, a *reiteração*, como também não é necessária a *continuação criminosa*. Foi ainda introduzida uma agravção do limite mínimo da pena no caso de o facto ser praticado na presença de menores ou no domicílio da vítima (ainda que comum ao agente), e ainda limitações (podendo incluir a proibição), de contactos com a vítima, extensíveis ao local de trabalho e o uso de porte de arma.

Parece-nos nitidamente que esta alteração veio beneficiar a vítima, afigurando-se como uma evolução clara. A prática demonstra que a Violência Doméstica é revestida, em grande número de situações, de uma componente fortemente reiterada. Contudo, revela também todas as exceções. Naturalmente que um crime pode ocorrer apenas *numa única* ocasião, sendo necessário criar mecanismos jurídicos que prevejam estas situações (mesmo que excepcionais). A atual configuração do Código Penal permite exatamente esta abordagem mais responsiva.

Complementarmente ao Código Penal, foram desenvolvidos, particularmente a partir de 1990, diferentes corpos legislativos que constituem significativos avanços na abordagem legal da questão da Violência Doméstica:

- Lei de proteção às Mulheres Vítimas de Violência – Lei n.º 61/91, de 14 de agosto;
- Criação de Rede Pública de Casas Abrigo – Lei 107/99, de 03 de agosto;
- Regime de Indemnização das Vítimas de Violência Conjugal – Lei 129/99, de 20 de agosto;
- I Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (1999/2002);
- Regulamentação da Rede Pública de Casas Abrigo – DL n.º 323/2000, de 19 de dezembro;
- II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2003/2006);
- III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007/2010);
- IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011/2013).

Todos estes diplomas e dispositivos pretenderam passar a garantir proteção adequada às vítimas de violência bem como, no caso dos Planos Nacionais, de garantir a adequação e a articulação entre as diferentes respostas à Violência Doméstica. A partir da Lei n.º 61/91, após a regulamentação resultante da resolução 31/99 da Assembleia da República, foi

estimulada, entre outras medidas, a criação de Gabinetes SOS de atendimento telefónico e a criação de Casas Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.

Estes diplomas foram, cumulativamente, tentando responder de forma mais integrada aos diferentes problemas e sub-problemas que o fenómeno da Violência Doméstica, e as respostas ao mesmo, iam suscitando.

Foi desenvolvido, desta forma, um conjunto de respostas segmentadas. Até há muito pouco tempo não existia, nem se tinha tentado, aliás, dar uma resposta jurídica una ao problema global da Violência Doméstica.

Apesar de poderem ser objeto interessante de análise, particularmente a evolução dos Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica (resultantes da exigência da Declaração, de 1993, de Eliminação da Violência Contra as Mulheres) cuja apreciação, por si só, seria interessante ao ponto de ser matéria de uma reflexão autónoma, não pretendemos debruçar-nos sobre estes diferentes diplomas, pois parecem-nos ser, na sua grande maioria, bastante consensuais. Optámos por refletir sobre a atual legislação (setembro de 2009) que tenta, influenciada pelo exemplo espanhol, integrar numa única resposta jurídica o que se encontrava disperso noutros instrumentos e levanta algumas questões que nos parecem interessantes.

A 16 de setembro de 2009 foi publicada, com entrada em vigor no prazo de 30 dias após a sua publicação, a **Lei nº 112/2009**.

Este diploma legal visou estabelecer o regime jurídico aplicável à prevenção da Violência Doméstica e à proteção e assistência das suas vítimas (artigo 1.º), encontrando-se no art.º 2º definidos, para os efeitos de aplicação desta lei, os principais conceitos que concernem à problemática: «Vítima», «Vítima especialmente vulnerável», «Técnico de apoio à vítima», «Rede nacional de apoio às vítimas da violência doméstica», «Organizações de apoio à vítima» e «Programa para autores de crimes no contexto da violência doméstica».

Com este quadro normativo definido, e como se alcança do seu artº 3º, o Estado, visa operar:

- O desenvolvimento de políticas de sensibilização nas áreas da educação, da informação, da saúde e do apoio social, dotando os poderes públicos de instrumentos adequados para atingir esses fins;
- Consagrar os direitos das vítimas, assegurando a sua proteção célere e eficaz;
- Criar medidas de proteção com a finalidade de prevenir, evitar e punir a violência doméstica;

- Consagrar uma resposta integrada dos serviços sociais de emergência e de apoio à vítima, assegurando um acesso rápido e eficaz a esses serviços;
- Tutelar os direitos dos trabalhadores vítimas de violência doméstica;
- Garantir os direitos económicos da vítima de violência doméstica, para facilitar a sua autonomia;
- Criar políticas públicas destinadas a garantir a tutela dos direitos da vítima de violência doméstica;
- Assegurar uma proteção policial e jurisdicional célere e eficaz às vítimas de violência doméstica;
- Assegurar a aplicação de medidas de coação e reações penais adequadas aos autores do crime de violência doméstica, promovendo a aplicação de medidas complementares de prevenção e tratamento;
- Incentivar a criação e o desenvolvimento de associações e organizações da sociedade civil que tenham por objetivo atuar contra a violência doméstica, promovendo a sua colaboração com as autoridades públicas;
- Garantir a prestação de cuidados de saúde adequados às vítimas de violência doméstica.

Para o efeito, faz impender sobre o Governo a elaboração e aprovação de mais um Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (PNCVD), cuja aplicação deve ser prosseguida em coordenação com as demais políticas setoriais e com a sociedade civil (artigo 4.º).

Este acervo de medidas implementadas e a implementar deve ser enformado pelos princípios enunciados nos seus artigos 5º a 12ª, alguns deles com ressonância constitucional, como o Princípio da Igualdade (art.º 5º).

Este diploma aborda questões fundamentais que, até este momento, estavam legalmente pouco exploradas e com que os técnicos de atendimento a vítimas se debatiam há vários anos (indicando uma crescente sensibilidade do legislador pelas questões mais pragmáticas que são levantadas no terreno), como a necessidade de haver um elemento de referência, a nível das forças policiais, a quem a vítima possa recorrer para verificar o andamento do processo (art.º 15º) e, fundamentalmente, são referidas também a possibilidade de recurso à videoconferência ou teleconferência para evitar constrangimentos (art.º 32º) e evitar vitimação secundária (art.º 22º), apesar de muito pouco operacionalizadas no diploma.

São ainda salvaguardadas questões relativas a apoio financeiro por parte do Estado (art.º 40º), a questões laborais, como eventuais transferências a pedido do trabalhador (art.º 42º) ou a faltas (art.º 43º).

Contudo, os elementos legais que nos parecem mais interessantes e controversos prendem-se com o Capítulo IV - *Estatuto da Vítima*. No seu art.º 14º (Atribuição do Estatuto de Vítima), é referido que,

1. Apresentada a denúncia da prática do crime de violência doméstica, não existindo fortes indícios de que a mesma é infundada, as autoridades judiciárias ou os órgãos de polícia criminal competentes atribuem à vítima, para todos os efeitos legais, o estatuto de vítima.

*2 — No mesmo ato é entregue à vítima documento comprovativo do referido estatuto, que compreende os direitos e deveres estabelecidos na presente lei, além da cópia do respetivo auto de notícia, ou da apresentação de queixa.*⁸

Encontra-se também previsto que este estatuto cesse mediante determinadas condições (art.º 24º), como o *trânsito em julgado que ponha termo à causa* ou a *própria denúncia infundada*.

Gostaríamos de salvaguardar, antes de prosseguir, que compreendemos a razão pela qual se desenvolveu este mecanismo e até se nos afigura como elemento agilizador em determinados contextos e situações. A clarificação do que socialmente é entendido como vítima permite precisar o problema e começar, de imediato, a estruturar a intervenção. No entanto, e como afirma Fernandes (2006) esta necessidade de constante definição (*ad nauseam* diríamos nós) dos objetos com os quais lidamos produz um efeito antagónico, ao mesmo tempo aprisionador e libertador.

Perante a heterogeneidade e a fluidez do real, [as definições] correspondem a uma operação intelectual que visa delimitar, precisar, situar. No limite, o objeto fica cativo ao tornar-se nítido. Estabelecidas as definições, precisamos em seguida de desconfiar delas – a excessiva nitidez do objeto pode ofuscar o olhar. A definição, depois dos primeiros passos, é o ponto de partida do qual nos devemos afastar – eis a sua função libertadora. (Fernandes, 2006, p. 61)

⁸ O negrito é nosso.

Esta necessidade de libertação será aquela que, na prática, se assumirá como mais difícil de ultrapassar. O conhecimento do objeto produz um conforto acomodador face ao qual a superação se revela mais delicada. Ficamos prisioneiros do próprio conhecimento. Por outro lado, e esta sim parece-nos a componente mais delicada da questão, aprisionamos o outro num rótulo do qual poderá não conseguir, e não querer, sair.

Este artigo 14.º leva-nos forçosamente a tecer algumas reflexões que têm por base a teoria da rotulagem, originalmente desenvolvida por Becker (1963), que defende que o processo de rotulagem, emitido por um subgrupo social em relação a outro (um dominante e outro dominado), pode ter um efeito profundo no indivíduo, podendo ser responsável pela criação de um padrão estável de comportamento desviante (Bernburg & Krohn, 2003). Esta teoria coloca o *focus*, e é este ponto que nos parece mais relevante neste contexto, na tendência linguística dos grupos sociais majoritários para negativamente rotularem os minoritários ou aqueles que se desviam das normas. A preocupação é, desta forma, colocada no modo como a construção da identidade e o comportamento dos indivíduos pode ser determinada ou influenciada pelos *termos* usados para os descrever e classificar. Tal parece-nos mais significativo, tendo por base as conclusões de Liska e Messner (as cited in Bernburg e Krohn, 2003), de uma revisão bibliográfica efetuada, e que conclui a existência de duas grandes consequências assumidas nas investigações sobre a teoria da rotulagem: a primeira refere que este processo pode influenciar o comportamento através de uma alteração do autoconceito do indivíduo (quando a pessoa rotulada age de acordo com as expectativas estereotipadas dos outros). A segunda remete-nos para o aspeto social de exclusão, ou seja, como o desvio é estabilizado através do bloqueio a oportunidades estruturadas e às estruturas sociais.

Apesar do conceito de Vítima de Violência Doméstica não ser um “comportamento desviante” no sentido clássico (i.e., *criminologizante*) dos comportamentos desviantes que são abordados nas investigações sobre esta problemática, preocupa-nos a similitude de possíveis efeitos. Apesar da Lei 112/2009 tentar claramente não impedir o acesso às mais variadas estruturas (pelo contrário, tenta criar condições para o acesso célere e prioritário às mesmas), parece implicar em si mesma um possível peso (provavelmente mais emocional que objetivo) que nos preocupa. Com tanta preocupação e cuidado em proteger as vítimas de Violência Doméstica parece-nos de destacar o risco de estarmos a desenvolver um processo violento, fazendo-as agarrar-se a um estatuto formal, normalizado, tipificado, e que,

num registo interpretativo da vítima, inclui direitos e deveres para o próprio processo de sofrimento.

A atribuição de um estatuto formal de vítima afigura-se-nos como preocupante. Receamos que estejamos a contribuir para uma cristalização (cognitiva, emocional, comportamental e mesmo relacional), ajudando a transformar um estado, que se quer provisório, num traço perene, estilizado e, fundamentalmente, autorrealizado.

Será necessário aguardar para se perceber como é que, na construção da prática quotidiana, os diferentes agentes implementarão este conjunto regulamentador, pois será aqui que se intensificarão ou minimizarão estes receios espelhados.

***Capítulo IV | Casas abrigo –
A operacionalização de um contínuo
ideológico-funcional...***

All this changed the day the first battered woman walked through the front door and showed me her bruises. 'No one will help me,' she said. Those words took me back to a time in my own childhood when no one would help me - as I begged them to bury my mother because my father refused to. 'I will help you,' I promised her, and refuge was born.

(Pizzev & Shapiro, 1982, p. 10)

A pesar da violência doméstica ultrapassar fronteiras etárias, ráticas, culturais e socioeconómicas (Tjaden & Thoennes, 2000; WHO, 2005), só a partir dos anos sessenta do século passado é que passou a ser encarada como um fenómeno social, manifesto, objeto de reflexão e intervenção. O contexto familiar onde geralmente ocorre foi revisto. A família passou por um processo social de desmitificação da dimensão que Smigay (2000 as cited in Cunha, 2007) caracteriza como sacralizada e que, como tal, a manteve afastada de olhares e intervenções externas.

Para esta revisão do contexto familiar parecem ter contribuído todos os discursos e contextos analisados anteriormente, que se foram entrecruzando e consolidando num grande e crescente discurso político. Destes diferentes discursos, e não repetindo os demais, enfatizamos neste capítulo o papel do(s) movimento(s) contemporâneos que, na literatura, são apresentados como integrando o *battered women movement* (Schechter, 1982; Tierney, 1982; Wilson, 2006), enquanto elementos fundamentais para a operacionalização dos primeiros mecanismos de intervenção social - as *casas abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica* com a configuração que, atualmente, conhecemos.

4.1 A construção contemporânea do “problema social”

Os *Battered Women Movement* foram movimentos organizados que, na década de 60/70 do século passado, particularmente no Reino Unido e Estados Unidos da América, se revelaram fundamentais para dar visibilidade ao fenómeno da violência doméstica, exigindo respostas que extravasassem o nível individual. De acordo com Susan Murray (1988):

The battered women’s movement [...] grew out of the civil rights movement, the women’s liberation movement, and the anti-rape movement, all of which laid the groundwork for an analysis of violence against women grounded in social and po-

litical causes. If such violence against women is seen as caused by social relationships of power and domination, it can be redefined as a "social problem". (p. 76)

Ao serem determinantes para tornar a violência doméstica num verdadeiro *problema social*, estes movimentos promoveram a reflexão e intervenção de fundo nesta área. Com uma intervenção social e mediática extremamente ativa (Tierney, 1982), estes movimentos ajudaram a desenvolver e consolidar respostas/estratégias comunais (políticas, sociais, legislativas, ...) que se tornaram decisivas para o modo como, atualmente, lemos o fenómeno da violência doméstica.

Estes movimentos se, por um lado, resultaram das mudanças maiores operacionalizadas nos contextos políticos e sociais mais globais desenvolvidos anteriormente, por outro, ajudaram a consolidar os mesmos num processo de retroalimentação social altamente relevante. Tierney (1982) analisou o desenvolvimento destes movimentos, intimamente relacionados com os movimentos feministas mais amplos, salientando as estratégias e a mobilização de recursos adotadas, concluindo que a violência doméstica foi problematizada e evidenciada enquanto problema social, devido a três grandes fatores:

1. *A base organizacional preexistente* – Estes movimentos foram edificados nas fundações de organizações feministas preexistentes (de intervenção social, legal, saúde mental, ...) que ajudaram os movimentos fornecendo: a) referenciais e racionais de participação; b) redes funcionais já definidas em torno de consensos comuns que facilitaram a captação de recursos vários e c) pessoas com experiência em assuntos relacionados com as mulheres que se viriam a tornar líderes dos diferentes movimentos.
2. *A flexibilidade* – Os *battered women movement* consistiam, efetivamente, num conjunto de diferentes movimentos que se sobrepunham em múltiplos níveis. Alguns dos movimentos eram de intervenção local, enquanto outros tinham amplitude nacional ou internacional. A ligação entre os mesmos era efetuada através das organizações feministas, bem como por membros que pertenciam a múltiplas organizações, não existindo qualquer estrutura central. Tratava-se de múltiplos movimentos descentralizados que se adaptavam às necessidades locais, otimizando a mobilização de recursos.
3. *Incentivos para patrocinadores* – Atendendo a que estes movimentos não podiam contar com o apoio financeiro das mulheres vítimas que apoiavam, desenvolve-

ram sinergias, apoiadas pelos meios de comunicação social, com diferentes entidades e empresas, resultando em benefícios mútuos para as partes.

A partir da década de 1970, estes movimentos (crescentemente mais específicos) incentivaram alterações nas políticas públicas e estimularam, igualmente: a) uma legislação mais aprimorada sobre violência doméstica, b) um processo de recolha de dados gradualmente mais exatos sobre o fenómeno, c) um aumento de denúncias e um d) reconhecimento, a nível internacional, da violência doméstica como um problema efetivo (Wilson, 2006). Estes movimentos sociais contribuíram, em última análise, para que as mulheres vítimas de violência doméstica deixassem de ser *invisíveis* (Schechter, 1982).

Com esta emergência do fenómeno da violência contra a mulher nos palcos sociais, conquistou-se um espaço de intervenção que facilitou o surgimento das primeiras respostas específicas para o problema da violência doméstica – as *casas abrigo*. A um nível operacional, toda esta dinâmica que viria a sustentar tais respostas sociais foi catalisada por um fator que se tornaria fundamental: o *preço do leite*.

*Today's battered women's movement began in 1971 in an English town with 500 women and children marching to protest a reduction in free milk for schoolchildren. This protest led to the establishment of the Chiswick Women's Aid, a community meeting place where women could meet and discuss problems and concerns. Some women talked about abuse they suffering in their homes and, under the leadership of Erin Pizzey, Chiswick's Women's Aid soon became known as the Battered Wife's Center. A refuge for battered women and their children was established and replicated around Britain. In 1974, Erin Pizzey's book about wife battering, *Scream Quietly or the Neighbors Will Hear*, drew media attention to the centers. The shelter movement was launched. (McCue, 1995, p. 15)*

Foi esta medida da então Secretária de Estado da Educação do Reino Unido – Margaret Thatcher – que desencadeou este movimento em Chiswick. Objetivamente, e apesar dos cartazes e *slogans* que entraram para a história (“Margaret Thatcher, milk snatcher”), o leite gratuito para as crianças foi retirado das escolas. A marcha que visava opor-se à política de Thatcher revelou-se infrutífera. Contudo, o movimento cívico da comunidade de

Chiswick foi reconhecido, sendo que, em 1971, uma vereadora da câmara de Londres disponibilizou uma casa que viria a tornar-se a sede da *Chiswick Women's Aid*. (Pizzey, 2011) Mais do que uma resposta refletida e desenhada de origem, *Chiswick Women's Aid* era um centro comunitário londrino, onde as mulheres daquela comunidade se reuniam para discutir assuntos comunais. Constatando que algumas mulheres procuravam refúgio em relação a maridos com comportamentos agressivos o centro foi, gradualmente, transformado numa casa abrigo com uma política de "porta aberta", em que qualquer mulher poderia procurar apoio e refúgio (Banaszak, Beckwith, & Rucht, 2003; Pizzey & Shapiro, 1982). De acordo com Pizzey, este salto na tipologia de resposta ocorreu quando:

[...] then something happened that made me understand that our role was going to be more than just a forum where women could exchange ideas. One day, a lady came in to see us. She took off her jersey, and we saw that she was bruised and swollen across her breasts and back. Her husband had taken a chair leg to her. She looked at me and said: "No one will help me." (Pizzey, 2007, para. 11)

4.2 Casas abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica – Das divergências iniciais à disseminação

Erin Pizzey concretizou uma evidência: era necessário dar resposta a mulheres abusadas pelos seus companheiros. Ao oferecer alojamento de emergência, i.e., refúgio onde as mulheres podiam contemplar as suas opções e tentar reganhar algum controlo das suas vidas, Pizzey iniciou a (re)criação do modelo de acolhimento institucional contemporâneo. Apesar de ter permitido o acesso a mecanismos de proteção que, de outro modo, se encontravam inacessíveis às mulheres de então e influenciado movimentos semelhantes na Europa e Estados Unidos, esta iniciativa de Pizzey não foi pacífica.

Erin Pizzey esteve atenta às movimentações que, na década de 1970, surgiam no norte da Europa, particularmente aos movimentos de mulheres, que exigiam igualdade e/de direitos. Se, inicialmente, se envolveu ativamente nos movimentos feministas, acabou por divergir dos mesmos por não concordar com os discursos mais radicalizados no seio destes. Como a própria refere:

My fascination with this new movement lasted only a few months. At the huge "collectives", I heard shrill women preaching hatred of the family. They said the family was not a safe place for women and children. I was horrified at their virulence and violent tendencies. I stood on the same platforms trying to reason with the leading lights of this new organization.

I ended up being thrown out by the movement. (Pizzey, 2007, para. 5)

Devido a entendimentos e posicionamentos diferentes acabou por se afastar do movimento feminista britânico. Pizzey defendia que as origens da violência doméstica se centravam no ciclo intergeracional violento e na ligação entre o trauma infantil e os comportamentos violentos em adulto (Haaken & Yragui, 2003; Pizzey, 2007; Pizzey & Shapiro, 1982). O movimento feminista britânico, por seu lado, entendia que a violência doméstica era resultado do domínio e coação masculina, tendo repudiado o posicionamento de Pizzey quando esta concordou com os profissionais (técnicos de saúde mental e assistentes sociais) que defendiam que os agressores deveriam ser alvo de tratamento, pois a violência familiar era uma forma de psicopatologia (Haaken & Yragui, 2003). Como resultado desta cisão, o movimento feminista optou por elaborar o seu próprio modelo de acolhimento – o *modelo nacional britânico* (Schechter, 1982), na altura em que Pizzey incentivava as comunidades locais a desenvolverem novos abrigos.

As casas abrigo resultantes deste novo modelo possuíam algumas características que as distinguiam claramente do modelo de Pizzey, nomeadamente: optavam pelo sigilo, ocultando a sua localização (contrariamente ao princípio de “porta aberta”); não permitiam que homens trabalhassem nestas respostas nem pertencessem aos quadros dirigentes das mesmas; e incentivam um modelo colaborativo, não hierarquizado entre as mulheres e as funcionárias/colaboradoras (Haaken & Yragui, 2003). Pizzey sintetiza todas estas movimentações em torno dos anos iniciais:

In a matter of months, the feminist movement hijacked the domestic violence movement, not just in Britain, but internationally.

Our grant was given to them and they had a legitimate reason to hate and blame all men. They came out with sweeping statements which were as biased as they were ignorant. "All women are innocent victims of men's violence," they declared.

They opened most of the refuges in the country and banned men from working in them or sitting on their governing committees.

Women with alcohol or drug problems were refused admittance, as were boys over 12 years old. Refuges that let men work there were refused affiliation. (Pizzey, 2007, para. 28)

Foi este segundo modelo, contudo, que, resultante de uma particular atenção dos movimentos feministas americanos às dinâmicas a decorrer na Grã-Bretanha, acabou por ser recriado nos Estados Unidos (McCue, 1995). O modelo de acolhimento feminista britânico serviu de referência, deste modo e contra a intenção da dinamizadora inicial, para os abrigos desenvolvidos seguidamente na maioria dos países europeus e nos Estados Unidos da América.

Desta forma, a partir dos primeiros anos da década de 1970, diferentes grupos foram sendo constituídos tanto na Grã-Bretanha (Inglaterra, Escócia e País de Gales), como no norte da Europa e Estados Unidos, tendo sido responsáveis pelo alargamento deste tipo de respostas. Estes movimentos e estruturas semelhantes que vão surgindo influenciaram-se e reforçaram-se reciprocamente.

A partir desta altura, verificou-se um processo de crescimento exponencial deste tipo de estruturas. Se umas casas surgiram de raiz, outras foram reconvertidas de respostas anteriores, como o *Rainbow Retreat* e a *Haven House*, consideradas como as primeiras casas abrigo americanas contemporâneas, destinadas, inicialmente, apenas a violência relacionada com o álcool (Schechter, 1982; Tierney, 1982).

Num momento inicial, o universo das casas abrigo baseadas no modelo nacional britânico era exclusivamente feminino, criado *por* e *para* mulheres (Haaken, 2010), operacionalizando uma lógica funcional colaborativa muitas vezes com modelos de intervenção flexíveis. Uma feminista de uma casa inicial de Vancouver, no início da segunda metade da década de 1970, sintetizava as regras deste tipo de casas abrigo iniciais com uma simples equação: “no liquor, no drugs, no men” (Ridington, 1977, p. 569).

Apesar das casas abrigo na Europa e Estados Unidos, geralmente, seguirem este modelo, foram-se desenvolvendo variantes com o papel dos homens nas mesmas como sendo o principal elemento diferenciador entre as casas feministas e não feministas (Haaken, 2010). No entanto, e independentemente da orientação e racional de origem, o surgimento destas respostas organizadas vem permitir quebrar, efetivamente, o androcentrismo

social vigente que não era respondido adequadamente quer por políticas, quer por práticas. Até este momento, e tal como os refúgios medievais, as mulheres que decidiam/conseguiam sair de casa tinham acesso somente (nos países ocidentais mais desenvolvidos) a abrigos não específicos que albergavam, simultaneamente, vítimas de catástrofes, alcoólicos, e outro tipo de problemas sendo, com frequência, impossível acolher também as mulheres vítimas de violência doméstica (Schechter, 1982).

A disseminação destas respostas de acolhimento permitiu que as casas abrigo fossem alargando os seus racionais e metodologias. Estas estruturas, como defende Davis (1988), não são entidades sociais homogêneas como, muitas vezes, poderão parecer. Com o tempo, muitas das casas abrigo sofreram um profundo processo de transformação, passando de um modelo quase que exclusivamente feminista e de autoajuda, para um modelo mais centrado no indivíduo e profissionalizado (Murray, 1988). Estes modelos alternativos, dos quais Davis identificou quatro⁹, apresentam ideologias, organização, racionais e procedimentos diferenciados. No entanto, e independentemente do modelo e filosofia subjacente ao tipo de casa abrigo, todas defendem que ninguém merece ser vítima de maus-tratos e que as mulheres que sofreram violência doméstica necessitam de recursos para poderem acabar com esta mesma violência.

Com estes objetivos como elementos transversais, as casas abrigo foram desenhadas de modo a providenciar um espaço seguro e apoiante para mulheres e crianças que tenham fugido de casa de modo a escapar de situações de violência. As casas abrigo providenciam um espaço onde as mulheres, com ou sem crianças, têm acesso a condições básicas como alimentação, alojamento, mas também apoio emocional e ajuda no acesso a serviços (McCue, 1995). Durante a década de 90 do século passado, a intervenção das casas abrigo nestes países de origem complexificou-se. O movimento inicial, de cariz mais voluntarista, deu origem a modelos mais profissionalizantes, permitindo o início de um trabalho técnico mais sistematizado, tendo as casas abrigo passado a fornecer aconselhamento e apoio psicoterapêutico, treino vocacional e apoio na obtenção de emprego (Murray, 1988; Roberts & Lewis, 2000). Flores (2004), referindo-se a esta realidade anglo-saxónica, identifica as seguintes áreas que evoluíram nas casas abrigo nestas quase quatro décadas: (a) organização interna; (b) oferta de programas e serviços; (c) expectativas e necessidades das mulheres, enquanto *clientes* das casas abrigo; e (d) programas de intervenção específicos para crianças.

⁹ C.f. Davis (1988) para uma discussão aprofundada sobre os diferentes modelos.

Uma análise desenvolvimental a estas respostas permite perceber que, também a nível dos objetivos de origem, houve um processo de compromisso com os mesmos. As casas abrigo, disseminadas com um contributo fundamental dos movimentos feministas (que defendiam que o fenómeno da violência doméstica não respeita qualquer tipo de barreira – social, rática, económica, ...), acabaram por constituir-se como respostas bastante mais direcionada do que as vozes iniciais destes movimentos poderiam antecipar. As casas abrigo acabam por responder a um subgrupo populacional bastante específico: mulheres pobres sem outro meio para escapar às relações abusivas (Murray, 1988). Assim, de uma análise social inicial que incluía *todas* as mulheres, desenvolveu-se uma resposta pragmática centrada apenas numa *parte* desse grande grupo. Desta forma, as casas abrigo constituem-se como *uma* resposta para o problema da violência doméstica mas não como *a* solução. Contrariamente ao desejado, o que foi inicialmente entendido como um meio para um fim, acabou por revelar-se um fim em si mesmo (Murray, 1988).

Apesar das limitações e críticas, é este modelo, plural e profissionalizado, que foi sendo desenvolvido em Portugal a partir dos finais da década de 1990 – um atraso de quase duas décadas, comparativamente à realidade europeia (Baptista, et al., 2004). Esta diferença temporal na implementação desta tipologia de respostas parece ter contribuído para que os países do sul da Europa tenham iniciado a sua reflexão sobre estas questões num patamar de complexidade diferenciado.

Em Portugal, o sistema de acolhimento/proteção contemporâneo (apesar de já ter evoluído significativamente desde 1999, data do I Plano Nacional Contra a Violência Doméstica), parece não ter passado por um processo de indefinição inicial a nível de modelos de intervenção. Desde o início da sua implementação, os objetivos são perfeitamente definidos, ainda que ambiciosos, como se pode ler no Decreto-Lei 1/2006 de 25 de Janeiro, no seu artigo 4º, alínea d): “é objetivo das casas abrigo proporcionar, através dos mecanismos adequados, a reorganização das suas vidas [das mulheres acolhidas], visando a respetiva reinserção familiar, social e profissional”.

Atualmente, Portugal tem uma rede de 37 casas abrigo, distribuídas entre o continente e as regiões insulares. Se a maioria foi desenvolvida de raiz aquando do surgimento dos Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica e dos apoios do Estado para este efeito, algumas são a reconversão de respostas anteriores, menos direcionadas, que algumas instituições já tinham em implementação para o trabalho e apoio direto a mulheres, como atrás referido.

4.3 Diacronizando o discurso sobre as casas abrigo

Uma reflexão diacrónica sobre as respostas sociais de intervenção com mulheres permite-nos perceber que as atuais casas abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, mais do que uma criação original nos anos 70 do século passado, foram, efetivamente, uma reoperacionalização de todo um conjunto de movimentos sociais e políticos, adequados a um entendimento emergente do papel feminino do século XX. Uma abordagem genealógica a estas instituições permite-nos constatar a existência de alguns paralelismos e preocupações entre a intervenção inicial e a atual, ainda que relativizadas pelos entendimentos de género e pela ocupação de espaços político-sociais que as mulheres de então ocupavam e as que hoje ocupam, traduzidos num contínuo quase que subliminar na intervenção institucional com mulheres.

Um dos principais reflexos deste contínuo socio-histórico verifica-se no facto de ser a mulher, enquanto *vítima* de violência doméstica, o objeto de intervenção. Parece terem sido alteradas as razões da intervenção, mas não o mecanismo processual. Das questões morais e da manutenção de políticas de género, passámos a assumir a necessidade de intervenção por uma questão de cidadania e de implementação dos direitos fundamentais do Ser Humano, mas acusamos uma inépcia para resolver o problema da violência doméstica de outro modo que não um afastamento da mulher.

Estando a intervenção com vítimas de violência doméstica mais evidenciada e clarificada desde o início da década de 1970, não seria de esperar que a intervenção tivesse assumido outros contornos, centrando-se mais no elemento agressor e passando por outras metodologias que não a institucionalização da vítima? A lógica e a práxis, contudo, nem sempre são conceitos complementares. Parece haver uma confluência de fatores que permitiram o desenvolvimento, por parte de diferentes ONG, destas respostas institucionais de acolhimento, aparentemente contrárias ao que seria o movimento natural na criminologia: o afastamento/punição do agressor.

Um primeiro fator justificativo desta focalização na mulher e não tanto no agressor parece centrar-se na desconsideração inicial que o próprio sistema de justiça (tribunais, forças de segurança, ...) dava a estes assuntos (Schechter, 1982), apoiados em parte nas teorias sexistas iniciais justificativas da violência doméstica, centradas na vítima como responsável por essa mesma violência (*blaming the victim*). Complementarmente, a própria morosidade judicial destes processos torna inoperante qualquer tentativa de conciliar a segurança das vítimas com a averiguação de responsabilidades sobre o comportamento violento.

Esta dificuldade (impossibilidade?) torna a fuga para uma casa abrigo como uma solução possível e de controlo (pelo menos decisório) pessoal.

Um segundo fator explicativo parece relacionar-se com o facto de, a partir do século XIX, se ter verificado, quer nos EUA, quer na Europa, um alargamento significativo do sistema de confinamento e reclusão, traduzindo-se num campo fértil para as ciências comportamentais que emergiam e que começavam a dar corpo a uma sociedade terapêutica (Dobash & Dobash, 1992). Previamente a este movimento emergente, os discursos públicos relativos à violência doméstica, durante o final do século XIX e início do século XX, eram centrados numa perspetiva claramente feminista cuja tónica incidia no sistema grupal de poder masculino. Foram, contudo, estrangulados por um segundo discurso público, durante os anos 40 do século XX, desenvolvido pelos trabalhadores sociais, que remeteram a violência doméstica para uma neutralidade de género, suportando-a em expressões sócio-clínicas como “discórdia marital” ou “desarmonia conjugal”, e levando a criar um entendimento de que a violência doméstica apenas “surge”, tornando as mulheres que queriam responsabilizar o respetivo companheiro como “infantis”, pois encontrar-se-iam a reduzir uma equação complexa (Dobash & Dobash, 1992).

É, no entanto, com a disseminação das intervenções psicológicas e psiquiátricas nas esferas já não da desviância mas da normatividade, que se verifica uma inflexão nos discursos, salientando-se uma tónica nas questões e ações individuais, com distinções crescentes entre “normal” e “patológico”. E é esta “psicopatologização” crescente dos diferentes comportamentos individuais que parece reforçar o comportamento histórico, realçando a necessidade de criação de unidades específicas confinadas para o tratamento e intervenção destas situações de desviância. Parece-nos, assim, que a nível da intervenção com mulheres, as dificuldades de proteção da vítima associadas a esta base institucional secular preexistente, parecem ter facilitado a reativação deste forte dispositivo social, realçando aquilo que Cohen (1992) denomina como uma “tendência histórica para institucionalizar mulheres de modo a resolver os seus problemas” (p. 163).

Atualmente, contudo, ter-se-á registado, em vários domínios da intervenção social, uma tentativa de inversão deste paradigma, de modo a evitar-se a institucionalização, através da deslocação dos serviços até aos indivíduos que deles necessitam. No entanto, a nível da violência doméstica são conhecidas poucas as alterações que indiquem que uma mudança de fundo esteja a ocorrer. O modelo inicial, claramente assistencialista, foi sendo readaptado aos novos tempos e às novas exigências, desenvolvendo-se um modelo mais profissi-

onalizado, com preocupações crescentes a nível da intervenção com mulheres focalizando, designadamente, os cuidados com crianças acolhidas com as mães, a multiculturalidade da população acolhida ou a doença mental e o abuso de substâncias (Flores, 2004).

Contudo, por mais adaptado que possa estar o modelo de acolhimento, é revelador de que a intervenção com a mulher, no seu sentido mais lato, parece continuar acoplada a este arquétipo institucional inicial, sendo difícil uma separação/criação de reais alternativas que ultrapassem a institucionalização. O facto de haver uma resposta institucional para mulheres vítimas de violência doméstica, com uma consolidação e consistência crescentes (sendo respostas reconhecidamente positivas), leva-nos a crer, no entanto, poder estar a contribuir de modo inadvertido para a manutenção do próprio *status quo* interventivo, não incentivando a recentração no agressor, mas sim na minimização dos impactos, melhorando a qualidade na resposta à mulher. Esta minimização, no entanto, poderá continuar a afigurar-se como insuficiente, pois as casas abrigo são entendidas como espaços ambivalentes (Baptista, 2003, 2004) e por vezes desadequados.

Se, por um lado, a casa abrigo se apresenta como um contexto seguro, por outro, revela-se como um dispositivo aprisionador, relembrando as instituições anteriores, continuando a servir para isolar a vítima de elementos funcionais da sua vida, o que se afigura como um elemento claramente prejudicial à própria intervenção (Haaken & Yragui, 2003; Haj-Yahia & Cohen, 2009). Marjory Fields, uma ativista americana dos direitos civis, vai mais longe referindo que:

The immediate practical solutions provided by shelters, however, have the effect of clouding the civil rights violations inherent in this response. Shelters are protective prisons where the victims and their children hide from the offender. Battered wives and their children are deprived of their liberty and their property without due process of law. They lose their home, clothing, furniture, toys, and schoolbooks. The wife beater remains at liberty to enjoy the comforts of his home and his usual associations. The offender, who almost always is male, receives all the constitutional and statutory protection the legal system has devised, including the right to counsel and speedy trial. She is left with counsel to perhaps ultimately get some much delayed relief. Because the legal system cannot effectively restrain the offender, it violates the victim and her children. (Fields, 1978, p. 276)

Por outro lado, mesmo as melhorias nas respostas sociais a mulheres parecem não servir para impedir que situações do passado se voltem a repetir. Tal como os conventos e as outras instituições laicas estavam vocacionadas para o encaminhamento de mulheres que não cabiam nos poucos espaços sociais existentes, também atualmente as casas abrigo acolhem de forma crescente um conjunto de mulheres para as quais os técnicos de encaminhamento não encontram solução. Esta função de “armazém social” parece implicar o risco de uma intervenção indiferenciada, traduzidas numa especificidade mais de nomenclatura que propriamente funcional.

É interessante verificar, no entanto, que, formalmente, a intervenção institucional com mulheres reorganizada no século XX parece tentar evitar situações tipo “armazém social”, desenvolvendo respostas específicas que ultrapassam a original centrada nas questões da prostituição. Ao longo do século passado foram desenvolvidas instituições e serviços próprios para esta e outras questões sociais, operacionalizadas pelas políticas de cada país. Contudo, e por mais respostas institucionais existentes (lares, hospitais, prisões, casas abrigo, ...) a questão da inespecificidade da resposta, com o inevitável acolhimento heterogéneo, parece coexistir, levando a entender que, apesar de importantes elementos interventivos, as instituições parecem não se assumir como “a” resposta às questões de fundo subjacentes aos acolhimentos, estando estas inseridas num espetro multidimensional (social, político e económico, fundamentalmente) que as ultrapassa. Por outro lado, contudo, não sendo a resposta definitiva, apresentam-se com uma força altamente significativa, afigurando-se como um “universo simbólico” (Berger & Luckmann, 1999), que, devido à História e simbologia, legitimam toda uma intervenção tipificada que assenta num conjunto de necessidades protetoras da vítima e não tanto de punição do agressor.

Não se revelando como a solução ideal, as respostas institucionais continuam a investir nos mecanismos de que dispõem evidenciando alguma articulação com determinadas dimensões deste espetro multidimensional, como é o caso das preocupações económicas que se revelam transversais cronologicamente, estando subjacentes à intervenção inicial (consideradas como elemento central para evitar o problema social de então), e permanecendo fulcrais na intervenção atual, pois uma efetiva autonomização de casa abrigo terá, necessariamente e na maioria dos casos, de traduzir-se numa profissão (socialmente aceite, preferencialmente). Esta preocupação parece fundamentar programas e intervenções cada vez mais específicos orientados para uma preparação vocacional e profissional, en-

tendidas como áreas de intervenção privilegiada (Brown, Reedy, Fountain, Johnson, & Dichiser, 2000), e como dimensões preditoras de revitimização (Bybee & Sullivan, 2005). A análise diacrónica, concluindo, permite perceber que a intervenção social, independentemente do contexto socio-histórico, nunca é uma atividade simples e, fundamentalmente, nunca se assume como uma intervenção linear, impulsionada por motivos bem definidos e perfeitamente balizados. O estabelecimento de pontes para o passado permite uma atualização daquilo que consideramos ser um profundo sentido de continuidade na intervenção social nestes últimos quatro séculos. Quando nos referimos à continuidade não a confundimos, contudo, com justaposição de objetos, pois o objeto inicial (prostituição) é, naturalmente, diferente do objeto-problema atual (violência doméstica). E sem cair na interpretação fácil, mas claramente abusiva, de que estes dois objetos-problema se tocam necessariamente, pensamos que, dados os condicionalismos e conjuntura da época, a prostituição era o *objeto possível*. E, com todas as limitações e perversões interventivas que, sem dúvida terão ocorrido, ofereceu à mulher alternativas, sem as quais provavelmente teria sido mais moroso este caminho de emancipação, que terão permitido o aprimoramento da própria intervenção social, através de todos os movimentos que contribuíram para a emergência pública da violência doméstica, em que um objeto problema mais diferenciado é naturalmente possível.

Este contínuo que valorizamos dissolve-se, contudo, na intervenção do quotidiano, não parecendo ser reconhecido. É nossa opinião que a atualização deste fluxo temporal poderá permitir a recolocação de novas/velhas questões, particularmente se se tentar compreender a utilidade das intervenções anteriores (relembramos que os conventos e as instituições laicas não parecem ter contribuído para uma diminuição da prostituição, tendo, antes, contribuído para a visibilidade do fenómeno). Esta atualização deverá, igualmente, permitir um repensar dos mecanismos mais globais e equilibradores entre a intervenção mais centrada na esfera individual e a intervenção mais centrada na esfera social. A intervenção ao nível da violência doméstica necessita de se centrar na capacitação da vítima, mas deverá igualmente promover uma capacitação social.

Capítulo V | As violências domésticas e a sua interrupção

(...) there is more than one type of intimate partner violence.

(Johnson, 2005, p. 1126)

Quando descentramos o discurso sobre a violência doméstica de uma perspectiva institucional recentrando-o nas vivências individuais, surge a necessidade de analisar esta problemática sob uma perspectiva mais próxima da vítima. Assim, neste capítulo discutimos o conceito de violência doméstica, os seus impactos na vítima, bem como as dificuldades no processo de término da relação abusiva.

5.1 Violência doméstica – Do conceito aos impactos

Ao definir o campo de análise de um qualquer estudo, seria legítimo pressupor-se que a definição do seu objeto seria o ponto inicial e basilar no qual se assentaria toda a reflexão subsequente. No âmbito do presente estudo, contudo, a definição inicial de um dos seus objetos não é pacífica. Os comportamentos disfuncionais entre indivíduos que partilham uma relação de intimidade têm sido definidos e reenquadrados em diferentes constructos, como *violência doméstica*, *violência familiar*, *violência nas relações de intimidade* ou *violência conjugal*, entre outros.

Consideramos que esta é uma discussão de profundo interesse, pois só definindo e balizando o fenómeno o poderemos tornar moldável e comparável. Salientamos, tornando-o nosso, o defendido por Johnson (2008), que refere que a literatura se encontra repleta de mal-entendidos e desentendimentos, oriundos da incapacidade de fazer distinções entre os diferentes tipos de violência em contextos de intimidade. Assim, a adoção de um ou outro termo para definir este constructo traz, necessariamente, implicações de cariz epistemológico. A seleção e adoção de um ou outro termo parece implicar, fundamentalmente, o posicionamento do investigador em relação ao fenómeno em causa.

Desde a emergência contemporânea da violência doméstica enquanto problema social que se tem vindo a assumir, implícita e explicitamente, que este é um fenómeno claramente relacionado com o género, em que, maioritariamente, o feminino é remetido para

um papel de vítima e o masculino para o de agressor. Diferentes autores (Bograd, 1990; Dobash & Dobash, 1998; Saunders, 1990; Yllö, 1990) têm-se debatido para que este constructo seja analisado em função do género, remetendo esta violência na intimidade para uma *violência contra mulheres*, lutando ativamente para que esta não seja ocultada atrás de conceitos mais neutros como *abuso conjugal* ou *violência doméstica* (Nixon, 2011). Ultimamente, contudo, a noção de que as mulheres são vítimas únicas ou primárias, tem sido desafiada por diferentes investigadores que colocam em evidência vários estudos em que homens são as vítimas frequentes de violência por parte das suas companheiras (Dutton & Nicholls, 2005; Stets & Straus, 1989). Diferentes estudos apresentam um conjunto de outros elementos que não o género como justificadores da violência doméstica. Dutton (1994), por exemplo, conclui que são os fatores ligados à construção da intimidade e à psicopatologia e não propriamente o género, os responsáveis pela violência nas relações de proximidade.

Hoje em dia, esta discussão continua e tem-se revelado profícua nos diferentes trabalhos que tem originado. Sublinhando a importância deste elemento nomenclador, não é, contudo, preocupação deste trabalho contribuir para esta problematização. Como certamente já foi perceptível ao longo deste documento, assumimos o recurso ao termo *Violência Doméstica* para definir o que se encontra consagrado no artigo 152 do Código Penal Português, já abordado em capítulo anterior, e que a APAV (2010) sintetiza como “a prática de um ou mais crimes no contexto de uma relação de parentesco, adoção, afinidade ou simplesmente intimidade” (p. 11).

Assumimos a utilização do conceito *violência doméstica* justificando-a, fundamentalmente, por dois grandes motivos:

- *Pragmáticos* – No sentido em que quer as técnicas entrevistadas, quer os próprios documentos estruturantes que, em Portugal, enformam esta realidade (e.g.: Plano Nacional Contra a Violência Doméstica), se referem ao fenómeno mediante este constructo, o que permite assumirmos uma linguagem inicial comum neste processo de construção;
- *Etimológicos* – Atendendo à riqueza e multiplicidade de leituras que a palavra latina original – *domus* – permite: por um lado remete-nos para o que ocorre dentro do espaço de intimidade (em que as “quatro paredes” do contexto doméstico se apresentam como mais emocionais e relacionais do que físicas) enquanto, por outro, nos remete para o *domínio* (palavra com a qual partilha a

mesma raiz etimológica), elemento fundamental de uma dinâmica relacional violenta.

Independentemente da definição utilizada ou dos conceitos adjacentes ou complementares pelos quais se possa optar, parece-nos consensual assumirmos que este tipo de violência viola claramente os direitos humanos e se apresenta como uma questão fundamental de saúde pública (Lees, Phimister, Broughan, Dignon, & Brown, 2013), tratando-se de um fenómeno de dimensão universal que ultrapassa qualquer fronteira cultural, social, económica, étnica, religiosa, de idade ou género (Richards, Letchford, & Stratton, 2008). Este cariz universal, por um lado, e a sua prevalência nos espaços de intimidade, por outro, transforma este género de violência num fenómeno particularmente nocivo, atentando contra a qualidade de vida da vítima mas, também da própria comunidade (Lisboa, Vicente, & Barroso, 2005; Lourenço & Carvalho, 2001).

O espaço de emergência que a violência doméstica, como analisado nos capítulos anteriores, tem vindo a ocupar, tem permitido o desenvolvimento de um conjunto de vários movimentos orquestrados: a nível *político e social* (como os diferentes planos nacionais contra a violência doméstica); a nível *interventivo* (como as inúmeras campanhas de sensibilização levadas a cabo por diferentes organizações não governamentais ou a criação de um maior número de serviços de atendimento a vítimas); e a nível *científico*, com um corpo crescente de literatura a abordar diferentes faces de um mesmo fenómeno. Esta atenção crescente tem permitido, para além de um extenso processo de caracterização, ir aprofundando diferentes níveis do saber sobre este fenómeno social, bem como concretizando os múltiplos impactos da violência doméstica. Estes impactos a um nível mais proximal (seja num espectro maior – na comunidade – ou num menor – no indivíduo), interessam-nos, pelo que refletiremos brevemente sobre eles.

A um nível comunal, a violência doméstica apresenta um conjunto de consequências de forte impacto. Dificilmente uma mulher vítima poderá, adequadamente, contribuir de forma produtiva, quer para a sua vida familiar, quer para a economia (quando analisada em sentido lato). A violência doméstica implica, complementarmente, uma maior sobrecarga nos diferentes sistemas sociais existentes, concretamente os judiciais, laborais e de segurança e apoio social (Hagemann-White, Katenbrink, & Rabe, 2006).

De acordo com o relatório sobre as medidas e ações que têm vindo a ser tomadas nos estados que pertencem ao Conselho da Europa (2006), a violência doméstica parece con-

tribuir para reduzir o nível de literacia, a instrução, a mobilidade e o potencial de inovação de uma proporção significativa da população. As mulheres que são vítimas, as crianças que crescem e se desenvolvem testemunhando diferentes tipos de violências mas, concretamente, a doméstica e, inclusivamente, os perpetradores, acabam restringidos no seu potencial pessoal, nunca alcançando um desenvolvimento pleno, o que impacta de modo evidente a sociedade como um todo.

Ainda numa perspetiva global, mas agora numa vertente economicista, os impactos da violência doméstica também se fazem sentir pungentemente, implicando elevados custos económicos para os diferentes estados. A título de exemplo e não saindo de uma análise ao nível do Conselho da Europa, estima-se que, na totalidade dos seus estados, os custos com a violência doméstica sejam cerca de 34 biliões de Euros anuais (Quaresma, 2012).

Apesar da violência doméstica poder vitimar homens e mulheres, parecem ser estas as mais afetadas. Calcula-se que, na Europa, 12% a 15% das mulheres com mais de 16 anos, se encontrem numa relação abusiva (Hagemann-White, et al., 2006). De modo mais concreto, em Portugal, e de acordo com os resultados do inquérito de vitimação realizado em 2007, 6,4% das mulheres de Portugal continental, com idade igual ou superior a 18 anos, foi alvo, nos 12 meses anteriores, de atos de violência física, sexual e/ou psicológica, sendo a percentagem de 2,3% a proporção correspondente nos homens (Lisboa, Barros, & Cerejo, 2008; Lisboa et al., 2010).

De acordo com Lisboa, Barroso, Patrício e Leandro (2009), que recorrem à tipologia internacional da violência contra as mulheres (física, sexual e psicológica), “quando se analisa a vitimação a partir dos tipos de violência, as vítimas de violência psicológica destacam-se de um modo evidente. Refira-se ainda uma percentagem considerável de mulheres que são vítimas de mais do que um tipo de atos (36%)” (p.39). De acordo com os dados de 2007 obtidos por estes autores, de uma amostra representativa de 1000 mulheres, a tipologia de violência distribuía-se da seguinte forma:

- Física, psicológica e sexual (5%)
- Psicológica e sexual (11%)
- Física e sexual (1%)
- Física e psicológica (18%)
- Sexual (11%)

- Psicológica (45%) e
- Física (9%).

A nível de impacto individual, vários têm sido os estudos e relatórios, particularmente no domínio da Saúde, que se têm debruçado sobre as consequências da violência doméstica. Esta violência implica um número de consequências que ultrapassa claramente os ferimentos imediatos, como hematomas, fraturas e funcionamento físico diminuído. Recorrendo novamente, ao relatório sobre as medidas e ações tomadas nos estados do Conselho da Europa (Hagemann-White, et al., 2006), os estados membros evidenciam que as consequências mais comuns a nível da saúde incluem problemas psicossomáticos, desordens alimentares, stress pós traumático, fobias, pânico, depressão e ansiedade.

Em Portugal, num estudo de Lisboa, et al. (2008) sobre os custos sociais e económicos da violência exercida contra as mulheres, verificou-se que as vítimas, quando comparadas com mulheres não vítimas, apresentavam mais:

- | | |
|-----------------------------|------------------------------------|
| • Feridas (100%) | • Tremores (43%) |
| • Coma (94%) | • Colite (42%) |
| • Hemorragias (94%) | • Cefaleias (40%) |
| • Equimoses/hematomas (82%) | • Vômitos frequentes (40%) |
| • Intoxicações (79%) | • Dermatite (37%) |
| • Lesões genitais (73%) | • Dificuldades respiratórias (37%) |
| • Obesidade (57%) | • Úlcera gastroduodenal (37%) |
| • Asma (46%) | • Sudação (36%) |
| • Queimaduras (46%) | • Hipertensão arterial (26%). |
| • Palpitações (44%) | |

Também a nível das consequências psicológicas, o estudo anteriormente referenciado evidencia um conjunto de sintomas, doenças e lesões com maior probabilidade de ocorrências em mulheres vítimas de violência doméstica, quando comparadas com mulheres não vítimas, concretamente:

- | | |
|---------------------------------|----------------------------------|
| • Tentativas de suicídio (600%) | • Com sensação de desmaio (200%) |
| • Sentir-se desesperada (556%) | • Auto desvalorizada (128%) |
| • Sentir-se vazia (479%) | • Com alucinações audiovisuais |

- Sentir-se desanimada (368%) (117%)
- Sentir-se culpabilizada (355%) • Ansiosa (112%)
- Triste e pesarosa (344%) • Desesperançada (61%)
- Com ideação suicida (300%) • Só (58%)

Por seu lado, Stark & Flitcraft (1988, as cited in Stark, 2001) referem que as mulheres vítimas de violência doméstica, quando comparadas com mulheres não vítimas, apresentam: a) cinco vezes maior probabilidade de cometer suicídio; b) 15 vezes maior probabilidade de abusar de bebidas alcoólicas; c) nove vezes maior probabilidade de abusar de drogas; d) seis vezes mais probabilidades de reportar abusos para com crianças e e) três vezes mais probabilidades de ser diagnosticada como depressiva ou psicótica. Os mesmos autores acrescentam ainda que 19% das mulheres vítimas de violência doméstica tentam o suicídio pelo menos uma vez na vida; a 38% é-lhes diagnosticada depressão ou um outro distúrbio psiquiátrico e 10% tornam-se psicóticas. Complementarmente, mulheres vítimas de violência doméstica parecem encontrar-se em maior risco de recorrer abusivamente ao álcool, nicotina e medicação. Estas mulheres parecem necessitar, ainda, de quatro a cinco vezes mais cuidados psiquiátricos (Hagemann-White, et al., 2006).

Se as consequências e impactos que a violência doméstica implica se encontram devidamente documentadas, estudadas e aceites, as dinâmicas violentas assumem-se como um território de saber mais delicado e suscetível. De seguida abordaremos estas questões que nos levarão a uma outra: Porque é tão difícil abandonar uma relação violenta?

5.2 Conhecendo e interrompendo o fenómeno disruptivo

A violência doméstica é um fenómeno multidimensional, com impacto em diferentes dimensões da vida da vítima, constituindo-se um dos problemas de justiça e de saúde pública mais sérios que as mulheres enfrentam atualmente (Stork, 2004). Apesar do fenómeno apresentar múltiplas causas, já amplamente investigadas¹⁰, estas tendem a gravitar em torno de conceitos macro como *controlo* e *poder*. Contudo, contrariando a análise tradicional que remete a violência doméstica para este padrão geral de controlo, o sociólogo americano Michael Johnson (2005, 2008) tem vindo a clarificar as diferentes dinâmicas de

¹⁰ Para uma análise aprofundada sobre as causas da violência doméstica consultar: Matos (2006), Tjaden & Thoennes (2000), Jasinski & Williams (1998).

abuso e de controlo presentes nas várias relações abusivas, distinguindo diferentes tipos de violência em contextos de intimidade com base no *contexto de controlo* em que estas ocorrem. O autor afirma que o contexto de controlo é conceptualizado ao nível da relação (numa perspetiva relacional macro e desenvolvimental) e não depende apenas da situação imediata de violência. Este contexto de controlo é construído com base no que denomina de informações diádicas não-específicas sobre os comportamentos violentos e de controlo de ambos os parceiros no relacionamento. Tendo por base o contexto de controlo, Johnson (2008) distingue quatro grandes tipologias de violência doméstica nas relações heterossexuais, que se assumem, assim, como tipologias de violência individuais, enraizadas na informação que o indivíduo tem sobre o casal e definidas pelo contexto de controlo no qual a violência emerge:

- a) *Terrorismo na intimidade* (“Intimate terrorism”). Refere-se a relações em que apenas um dos elementos da relação é violento e controlador. O outro elemento não é violento ou, sendo-o, não utiliza a violência para o controlo relacional.
- b) *Resistência violenta* (“Violent resistance”). Foca-se, fundamentalmente, nas situações de agressão perpetradas pelas mulheres sobre os seus parceiros, que assumem um papel continuamente agressivo e controlador no contexto de intimidade. Este tipo de violência parece ocorrer porque nestas relações o terrorismo em contexto de intimidade tende a ser perpetrado por homens e, em alguns casos, as mulheres respondem com violência, apesar de raramente serem igualmente controladoras. Referem-se a registos de autodefesa mas que podem escalar para atos mais graves.
- c) *Violência conjugal situacional* (“Situational couple violence”). Remete para uma violência recíproca no casal com um padrão não controlador, de cariz ocasional ou, mesmo, isolado, imbuído na rotina de alguns casais. Não assume propriamente um cariz de controlo relacional ou, se o faz, este refere-se a uma situação específica.
- d) *Controlo violento mútuo* (“Mutual violent control”). Refere-se a um padrão de violência em que ambos os elementos da relação se apresentam como violentos e controladores.

Mais do que uma divisão académica de subtipologias de violência em contextos de intimidade, a tipologia apresentada por Johnson permite perceber que as consequências e im-

pactos para as vítimas dependem significativamente do tipo de violência em que se encontraram envolvidas (Leone, Johnson, & Cohan, 2007). Complementarmente, também a tipologia de resposta/ajuda que procuram é diferenciada. Mediante a tipologia apresentada, o autor defende que são as mulheres vítimas de terrorismo nos contextos de intimidade aquelas que mais procuram respostas como casas abrigo ou outro tipo de ajuda formal. De acordo com o autor, não é provável que vítimas de violência conjugal situacional se encontrem em casas abrigo ou, mesmo, em Tribunais, pois tendem a não experienciar um nível de perigo necessário que suporte este tipo de intervenção. Constata que as vítimas de terrorismo íntimo parecem mais propícias a procurar ajuda formal, particularmente por parte da polícia.

Contudo, mesmo havendo subgrupos vitimários mais propícios a procurar ajuda formal, este processo de interrupção da relação proximal nunca é linear e de simples efetivação. O processo decisional, para além de complexo, é precedido pela implementação de diferentes estratégias que visam lidar com a violência por parte do companheiro, como, por exemplo, o recurso à família ou amigos, o recurso à fé e a outros mecanismos mais estruturados da comunidade (Davies, Lyon, & Monti-Catania, 1998). Independentemente da estratégia utilizada, Gondolf & Fischer (1988) salientam que as mulheres procuram sempre algum tipo de ajuda, contudo este processo é intensificado aquando do agravamento de intensidade e/ou severidade dos comportamentos violentos. Todas estas estratégias parecem contribuir para um processo de clarificação decisional em relação à procura de ajuda. Este processo de decisão não é, assim, um momento isolado, um ponto único de mudança de atitude pessoal. Parece estender-se no tempo, sendo constituído, frequentemente, por escolhas subtis ou inconscientes que decorrem sempre que existe uma mudança relacional (Lerner & Kennedy, 2000). Nestas situações, a experiência é reenquadrada ou uma nova opção é apresentada, contribuindo para que a mulher vá construindo um *ponto de viragem* (Stork, 2004). A interdependência de elementos que contribuem para o processo decisional é de tal modo intrincada que a investigação revela que, em média, são necessárias cinco tentativas antes que a mulher consiga, com sucesso, libertar-se da relação abusiva (Hilberman & Munson, 1977; Ulrich, 1991; Walker, 1997). Okun (1988) concluiu que é necessário um período de maturação significativamente elevado (uma média de cinco anos de vivências violentas) para que a mulher decida ir para uma casa abrigo.

Apesar de não haver muitas questões que tenham despertado tanto a atenção na literatura como o “Porque é que as mulheres vítimas de violência doméstica se mantêm com o

seu companheiro?” (Aguirre, 1985), originando um elevado conjunto de teorias explicativas e subdesviâncias¹¹, o corpo de investigação empírica sobre os mecanismos de tomada de decisão subjacentes à procura de ajuda e consequente saída de uma relação violenta, apesar de crescente, ainda não é suficientemente compreensiva, estando fundamentalmente ligada a questões do empoderamento pessoal (Eisikovits, Buchbinder, & Mor, 1998; Peled, Eisikovits, Enosh, & Winstok, 2000; Stork, 2004).

Contudo, a investigação tem começado a evidenciar alguns dos elementos envolvidos na tomada de decisão da mulher se manter ou não numa relação violenta e, consequentemente, solicitar acolhimento institucional. Mulheres que vivenciam relações abusivas tendem a desenvolver uma ampla gama de estratégias influenciadas pelo conjunto de crenças pessoais que visam gerir o modo como resistem e sobrevivem e se, eventualmente, saem ou ficam na relação violenta (Stork, 2004). Pape e Arias (1995) identificam diferentes estratégias de *coping* relacionadas com o controlo pessoal que se assumem como os recursos que fornecem meios para que as mulheres vítimas de relações abusivas possam controlar alguns aspetos das suas vidas e possam responder a determinados elementos stressores aquando do seu surgimento (referem o recurso a bens materiais e serviços, apoios sociais, crenças de autoeficácia ou experiências prévias em lidar com a violência ou com o agressor). O controlo, quer sobre o ambiente circundante, quer sobre os recursos pessoais (autoeficácia e sentimentos de mestria) assume-se como uma importante estratégia de *coping* na interrupção da relação violenta e na solicitação de apoio institucional (Benight, Swift, Sanger, Smith, & Zeppelin, 1999; Nurius, Furrey, & Berliner, 1992). Mills (1985) descreve este processo de (re)ganho de controlo como o conjunto de momentos em que a mulher deixa de ser um “zombie” obediente para passar a assumir-se como um agente reflexivo da/na sua própria vida.

Este processo de realteração pessoal pode ser estimulado de diferentes formas. A mulher vítima de violência doméstica parece tender a modificar e reenquadrar o seu sistema de crenças relativamente à relação que vivencia (Mills, 1985); a constatar uma diminuição da sua eficácia pessoal (Dienemann, Campbell, Landenburger, & Curry, 2002; Mills, 1985); ou a sentir a necessidade de neutralizar a violência vivenciada (Wuest & Merritt-Gray, 1999). Esta necessidade de alterar o percurso de vida como resultado do reconhecimento do im-

¹¹ Loseke & Cahill (1984) argumentam que esta questão, ao ser levantada e respondida por peritos teóricos não experienciais, contribuiu para a criação de uma nova categoria de desviância: as mulheres que, batidas, decidem permanecer com os seus companheiros.

pacto do percurso vitimário, parece tornar a mulher mais recetiva às alternativas disponíveis (Eisikovits, et al., 1998).

A informação sobre as alternativas disponíveis, i.e., o facto de a mulher ter à sua disposição informação sobre *se* e *que* respostas na comunidade a poderão auxiliar nesta decisão, contudo, não parece ser um elemento particularmente valorizado pela literatura, apesar de terem sido encontradas evidências que revelam que continua a haver um desconhecimento sobre as alternativas legais e sociais que a mulher tem à sua disposição (Chagas Saraiva & Rodrigues, 2010; Cortez, 2009; Wharton, 1987). O facto de a mulher desconhecer as suas opções e o que lhe poderá acontecer num momento subsequente à saída da relação abusiva, parece contribuir para uma complicada aritmética que Stark (as cited in Magen, 1999) denominou de “cálculo do dano”, ponderando a vítima a violência que conhece Vs. o desconhecimento do que poderá ocorrer a seguir, o que contribui diretamente para a perpetuação da/na situação violenta.

Parte B

Estudo Empírico

Capítulo VI | Elementos Metodológicos

O senso comum é melhor para uma esfera da vida, a ciência para outra e a crítica filosófica para uma terceira; mas só Deus sabe qual deles é, em termos absolutos, mais verdadeiro.

(William James, 1906, as cited in Santos, 1989, p. 52)

A experiência humana é, por defeito, parcial. Deste modo, qualquer tentativa de abordar ou explicar esta experiência, ou parte da mesma, carece, necessariamente, de uma explicação prévia sobre o *modo* como tal ocorre e sobre que instrumentos e grelhas de análise se aplicaram para a obtenção da representação final.

No presente capítulo apresentamos os referenciais epistemo-metodológicos que se encontram subjacentes ao estudo empírico espelhado na presente dissertação. Sendo a investigação uma tentativa de abordar uma faceta da experiência humana, torna-se pertinente evidenciar os racionais subjacentes a esta análise. A compreensão de significados remete-nos para as propostas do construcionismo social que, a um nível metodológico, irão ser operacionalizadas pelas metodologias qualitativas de investigação e, concretamente, na *grounded theory*.

6.1 A abordagem fenomenológica – A construção suportada do Construcionismo Social

O presente trabalho de investigação parte de uma dupla análise: uma primeira, baseada na constatação que o processo de acolhimento em casa abrigo não tem vindo a ser explorado com particular atenção na literatura, constituindo-se ainda uma realidade ainda significativamente desconhecida (Baptista, 2003, 2004; O'Brien & Murdock, 1993). O acolhimento, enquanto objeto de análise, e devido à sua complexidade e coexistência de fatores, tem sido abordado de modo disperso e fragmentado, sendo que os resultados obtidos são parciais e, por vezes, inconsistentes; enfatizando a avaliação e a forma destas respostas e não tanto o conteúdo e os processos vivenciais (Bare, 2005; Macy, Giattina, Sangster, Crosby, & Montijo, 2009); e uma segunda resultante de um conjunto de dúvidas e considerações do investigador, resultantes de mais de uma década de trabalho direto com mulheres vítimas de violência doméstica em contexto institucional de casa abrigo.

O atual processo de proteção institucional à mulher vítima de violência doméstica implica que, ao procurar abrigo num contexto necessariamente desvinculado da sua realidade pessoal, se prolongue o processo de perda, originando uma proteção vitimizante, claramente revitimizadora. As casas abrigo tentam conciliar a necessidade de proteção imediata à mulher vítima de violência doméstica com a morosidade dos outros subsistemas, concretamente o judicial. Neste sentido, interessou-nos perceber como as mulheres que vivenciaram um processo de acolhimento institucional em casa abrigo e os técnicos que nelas trabalham leem e significam este acolhimento, ultrapassando uma leitura mais superficial relacionada com a funcionalidade do acolhimento.

Esta intencionalidade de origem implica, necessariamente, uma perspectiva singular de análise deste fenómeno. Tendo em consideração as diferentes perspectivas e modos de construção do conhecimento, torna-se indispensável explicitar e fundamentar alguns dos pressupostos que orientaram epistemologicamente o presente estudo, bem como os processos de análise e interpretação realizada, que justificaram as decisões tomadas em todo esse percurso reflexivo.

Desenvolver um estudo na área da Psicologia que pretende compreender a experiência subjetiva dos atores implica, desde logo, assumir um posicionamento dentro do *continuum* epistemológico nas ciências sociais, evidenciando a *Fenomenologia* como o manto teórico de referência, materializado, fundamentalmente, no Construcionismo Social.

Esta intenção metodológica de base implica assumir a subjetividade e a perspectiva individual como elementos fundamentais do objeto de análise. Apesar de não haver consenso na definição de *fenomenologia* (Quijano, 2007), parece ser consensual que a *fenomenologia*, enquanto capacidade de reflexão sobre o fenómeno, se encontra fortemente enraizada na componente hermenêutica da Filosofia (Nicholls, 2009), preocupando-se com o que significa *ser humano*, i.e., na *experiência humana*, evidenciando particular interesse nos fundamentos da existência social (Denscombe, 2010).

A Fenomenologia procura organizar e analisar informação de modo a evidenciar descrições estruturais e compósitas traduzindo-as numa síntese de significado e essência (Moustakas, 1994, as cited in Abawi, 2012).

Deste modo, e de acordo com o referencial fenomenológico, a análise da experiência humana implica que quem investiga apresente as diferentes dimensões em análise do modo mais fidedigno possível, evidenciando como os objetos de análise *entendem* e *constroem* a experiência em causa. Assim, a tarefa do investigador, em primeiro lugar, não é interpretar

ou reconfigurar de um outro modo as experiências sociais daqueles que toma sob análise. A sua tarefa é apresentar as diferentes experiências de um modo que se apresente fiel à experiência original, o que remete, forçosamente, para a capacidade de o investigador *ver o mundo através dos olhos de outros*, evidenciando a capacidade de compreender a experiência do modo como esta é compreendida por outros e fornecer uma descrição dos assuntos que retrata adequadamente a forma como o grupo em questão experimenta a situação (Denscombe, 2010).

Esta abordagem dos fenómenos sociais tem implicações significativas para a própria pesquisa social, como Denscombe (2010) sistematiza:

- Enfatiza as ideias e raciocínio do grupo em estudo no centro da investigação, fazendo com que esta, necessariamente, gravite em torno de pessoas e das suas vidas, em vez de o fazer em sistemas agregados e tendências operacionais apresentados num elevado nível de abstração;
- Valoriza o pensamento do cidadão comum em termos de pesquisa, não o tratando simplesmente como algo que se tornará a base bruta para a construção de explicações mais sofisticadas e teorias sobre as experiências. O pensamento torna-se o tema da investigação por seu próprio direito.
- É dada credibilidade a este pensamento do cidadão comum, respeitando-o, *per se*, como válido, não o tratando como um menos racional ou inferior ao pensamento "científico" do pesquisador social. É considerado como racional por direito próprio.

O Construcionismo Social, enquanto modelo operante da abordagem fenomenológica por nós selecionada, parece ser uma das respostas teórico-metodológicas ao positivismo que, durante décadas, vigorou na Psicologia (Gergen, 1985; Gergen & Gergen, 2010; Nogueira, Neves, & Barbosa, 2005). O pós-modernismo veio contribuir para um questionamento dos pressupostos positivistas, colocando em causa as ideias modernistas de verdade última, de metanarrativas e teorias universais, enfatizando a multiplicidade e os diferentes modos de entendimento do mundo. O conhecimento é remetido para a *construção* e não para a descoberta que implicava a existência de uma realidade invariável e passível de ser exposta através da observação e análise (Nogueira, 2001). De acordo com Gergen (1994), os dis-

curso positivistas vigentes na psicologia, revelavam-se tão totalizantes e demagógicos como aqueles que a própria ciência visava substituir:

In Psychology, as in other sciences, the claim to “objective knowledge” operates as a conversational trump. It disregards or denigrates all hands not dealt in these terms (e.g., evidence, measurement, reliability). Any views not based on scientific tenets – for example, those of sundry religions, political action groups, ethnicities, genders, cultures – can be dismissed as folk beliefs – or more pejoratively, as value-biased, superstitious or despotic. In terms of its relational implications, “science talk” is thus as totalizing as that of the demagogy that science has sought to replace. (p. 413)

O papel do discurso pós-moderno, de acordo com Gergen (1994), é o de fomentar o repensar do modo de construção de conhecimento, redefinindo as prioridades na investigação psicológica, sugerindo que o papel principal destas pesquisas deva estar ao serviço de problemas particulares e socialmente contextualizados e não de teorias abstratas.

O Construcionismo Social acaba, desta forma, e de acordo com Ibañez (as cited in Nogueira, 2001), por sintetizar as diferentes críticas ao postulado positivista, contribuindo para a desconstrução dos quatro mitos desta abordagem epistemológica: a) o mito de um conhecimento válido que represente correta e fielmente a realidade; b) o mito do objeto como elemento constitutivo do mundo; c) O mito da independência da realidade em relação ao sujeito e d) o mito da verdade como critério decisório. Nesta nova abordagem pós-moderna, e como refere Nogueira (1996):

As ciências sociais tornaram-se mais subjetivas, onde o realismo é preferível à objetividade, a fragmentação à totalização.

Em todas as disciplinas os pós-modernistas rejeitam os estilos de discurso convencional e académico, preferindo formas mais audaciosas e provocadoras. Enquanto o discurso moderno é mais exato, preciso e rigoroso, o discurso pós-modernista é mais literário (Rousenau, 1992). (p. 56)

A desconstrução desta abordagem tradicional permite que se assuma o processo de construção de conhecimento como uma atividade “histórica, cultural e politicamente compro-

metida da experiência humana” (Nogueira, 2001, p. 46). Esta clivagem foi apresentada por Gergen (2008), no seu artigo clássico de 1973 – *Psicologia Social como História* – em que explora a argumentação fundamental de que todo o conhecimento é crono-histórico, i.e., encontra-se dependente do tempo e cultura em que é produzido. Como tal, a comparação ao mecanismo de produção de conhecimento cumulativo, como nas ciências naturais, não poderá simplesmente ser transferido: “a psicologia social é principalmente um inquérito histórico. Diferentemente das ciências naturais, ela lida com factos que são em grande medida irrepetíveis e notadamente instáveis. Os princípios da interação humana dificilmente podem ser desenvolvidos porque os factos sobre os quais são baseados geralmente não permanecem estáveis. O conhecimento não pode ser acumulado, no sentido usual, porque tal conhecimento geralmente não transcende os seus limites históricos.” (p. 475) Esta abordagem, para o autor, não se limita a uma mera redefinição da ciência, implicando alterações significativas ao nível da produção do conhecimento social. Atendendo a que a construção de conhecimento é aquilo a que o autor denomina de “empreendimento histórico”, deverá esta centrar-se em questões sociais contemporâneas.

A centração neste tipo de questões, precisará de ter em consideração que qualquer objeto de análise é inserido num *devir* histórico, pelo que a atenção não deverá centrar-se nos “segmentos momentâneos de processos em andamento” (Gergen, 2008, p. 483), mas em todo o seu contexto. O conhecimento é um processo de construção interminável, na medida em que a alteração das características em causa (do objeto, do meio, ...) implicam, necessariamente, uma alteração no próprio processo de construção do conhecimento. Este processo, por sua vez, deverá ser analisado de uma forma abrangente, enriquecendo a construção de conhecimento – “Fatores políticos, económicos e institucionais são todos fatores necessários à compreensão numa perspetiva integrada. A concentração em psicologia apenas oferece uma compreensão distorcida da nossa condição presente.” (p. 483) Esta grelha de análise, conseqüentemente, parece traduzir-se num pragmatismo epistemológico e metodológico que, mediante a constante reflexividade, não pretende elaborar teorias de *verdade* mas de *compreensão* do mundo. Neste processo construcionista, e de acordo com Ana Garay Uriarte (2001), as seguintes características deverão estar presentes:

- *Antiessencialismo* – Não existem objetos de análise naturais. O conceito de objeto depende daquilo que o investigador decidir definir como tal. A “naturali-

dade” do objeto não é mais do que o resultado de objetivações que resultam da prática e das convenções.

- *Relativismo/Antirealismo* – A realidade não existe independentemente do nosso conhecimento sobre ela. Desta forma, o que decidimos sobre ela é uma questão de convenções. A relação interna, que une a realidade com o seu conhecimento, não é possível de ser quebrada.
- *Questionamento de verdades geralmente aceites* – O que é tido como “verdade”, i.e., o modo pelo qual fomos ensinados a ver o mundo e a nós próprios, torna-se alvo de um processo de questionamento contínuo.
- *Especificidade histórica e cultural do conhecimento* – As várias conceções sobre o mundo são cultural e socialmente dependentes, sendo que cada processo categorial e conceptual é específico da cultura onde foi realizado e do tempo em que foi desenvolvido.
- *A linguagem é uma forma de ação* – A construção social e os instrumentos com os quais esta ocorre são linguísticos. A nossa relação com o “mundo objetivo” resulta das diferentes interações sociais quotidianas. Todas as pessoas que constituem uma determinada comunidade linguística contribuem com ações e interações para elaborar e reproduzir a estrutura conceptual e a tapeçaria de significados e conceções sobre o mundo.
- *O conhecimento é um produto de processos sociais* – O conhecimento é uma construção coletiva. São as vivências quotidianas as responsáveis pela nossa perspetiva sobre o mundo e de nós mesmos.

São todos estes elementos evidenciados anteriormente que ajudam, em nossa opinião, a definir e evidenciar a relevância do objeto de estudo que pretendemos analisar. Se nos parece evidente que a violência doméstica foi sendo construída enquanto um efetivo problema social, particularmente nas últimas décadas, o acolhimento institucional ainda não se afigura como suficientemente discutido e problematizado, logo, ainda não suficientemente *construído* enquanto objeto de reflexão. A atual cosmovisão sobre o fenómeno da violência doméstica ainda parece resistir a uma análise sistemática sobre as respostas construídas para o minimizar. As casas abrigo são um objeto social ainda pouco explorado do ponto de vista da investigação.

Tendo em consideração que nos interessa particularmente o processo de construção de sentido e significado em relação a estas respostas, afigura-se-nos como particularmente pertinente recorrer-se a uma metodologia que incentive esta componente construcionista e dialética. Uma metodologia de cariz menos positivista torna-se necessária de modo a termos ao processo de construção e problematização por parte dos principais agentes envolvidos no mesmo, bem como contextualizar esta mesma construção de conhecimento num espaço/tempo histórico-social bem concreto e definido.

6.2 As Metodologias Qualitativas

Enquanto orientações teóricas, as abordagens positivista e construcionista têm implicações significativas do ponto de vista metodológico (Marvasti, 2004). A emergência dos posicionamentos pós-modernos vem validar a evidência da multiplicidade de abordagens, colocando em causa a hegemonia do paradigma positivista, dominante na investigação ocidental (Fernandes & Maia, 2001). Estas perspetivas vêm questionar os três alicerces defendidos até então e que Guba (1990) defende que caracterizam cada paradigma: Ontologia (*Qual é a natureza da realidade?*); Epistemologia (*Qual a natureza da relação entre quem conhece e o que é conhecido?*) e Metodologia (*Como deverá, quem quer conhecer, produzir conhecimento?*). Sistematizando estas duas posições, apresentamos o seguinte quadro¹², baseado nas considerações de Guba:

	Positivismo	Construcionismo
Ontologia	Realista – A realidade existe “lá fora”, de modo exterior ao ser humano e é gerida por leis universais e imutáveis.	Relativista – As realidades existem sob a forma de múltiplas construções mentais, baseadas social e experiencialmente, local e especificamente e dependentes, na sua forma e conteúdo, das pessoas que as vivem.
Epistemologia	Dualista/Objetiva – É possível (e desejado) que o investigador assuma um posicionamento distante e não interativo na apreensão do real. Os valores são consi-	Subjetiva – Quem observa e o que é observado fundem-se numa única entidade. As conclusões são, literalmente, a criação do processo de interação entre

¹² Para uma exploração adicional de diferentes paradigmas inseridos no contínuo epistemológico, confrontar Guba e Lincoln (2003) e Schwandt (2003).

	Positivismo	Construcionismo
	derados vieses.	os dois.
Metodologia	Experimental/Manipulativa - questões ou hipóteses são demonstradas previamente de forma proposicional e submetidas a testes empíricos, sob condições rigorosamente controladas.	Hermenêutica/Dialética – As construções individuais são extraídas e refinadas hermeneuticamente, comparadas e contrastadas dialeticamente, com o objetivo de gerar umas (ou algumas) construções em que haja consenso substancial.

Tabela 1 Comparação Positivismo VS Construcionismo (Guba, 1990)

Como percebido no quadro anterior, a produção de conhecimento de um ponto de vista positivista parte do princípio de que o objeto sob análise é externo ao observador e pode ser conhecido através de uma metodologia definida cuidadosamente. A preocupação de controlo da perspectiva individual revela-se uma exigência fundamental. Ainda que algumas metodologias qualitativas se tenham tentado aproximar destes modelos mais positivistas, a investigação qualitativa mais recente tende a afastar-se deste paradigma, recorrendo a estratégias metodológicas mais flexíveis, centrando a atenção nas experiências e significados que são construídos em interação (Fernandes & Maia, 2001). A preditividade e a busca de causalidades são relativizadas em detrimento das compreensões múltiplas do fenómeno.

Apesar de abordarmos aqui estes paradigmas como se eles fossem estanques, fazemo-lo apenas por considerarmos que se torna mais apreensível o entendimento ontogénico dos mesmos, concordando com Marvasti (2004), ao não os considerar como diametralmente opostos, ainda que significativamente diferentes. Denzin e Lincoln (2000) salientam, inclusivamente, que as diferentes metodologias deverão ser enquadradas no seu próprio processo histórico que compreende sete momentos, os quais se justapõem e operam no presente: 1) o momento tradicional (1900/1950); 2) o modernista ou idade do ouro (1950/1970); 3) géneros turvos (*blurred genres*) (1970/1986); 4) a crise de representação (1986/1990); 5) o pós-moderno - período das novas etnografias experimentais (1990/1995); 6) inquéritos pós-experimentais (1995/2000) e, 7) o futuro, que é o momento atual (2000/...). Este último momento, é caracterizado pelo diálogo crítico sobre alguns objetos-problema concretos, como: a democracia, a raça, o género, as classes, as nações, a globalização, a liberdade e a comunidade.

Um posicionamento que privilegie uma abordagem sobre outra parece-nos redutor, pelo que nos identificamos com alguns dos autores (Fernandes & Maia, 2001; Strauss & Corbin, 1998) que defendem que um método não deverá ser entendido como superior a outros mas que, ambos, permitem responder a questões diferentes e, ao fazê-lo, originam modos de conhecimento diferentes.

Esta diferença, evidenciada na evolução pós-moderna, tem sido caracterizada por uma nova sensibilidade que desafia as perspetivas tradicionais, promovendo a *dúvida* e a desconstrução dos textos canónicos, complexificando os modos tradicionais e normativos de *conhecer e partilhar* (Richardson, 1997). A investigação qualitativa considera os dados como construídos dentro de um determinado contexto de investigação, e não como um reflexo objetivo da realidade (Burck, 2005). Esta construção, necessariamente, reflete as referências particulares (biográficas, históricas, ...) da situação social, dado que cada um de nós vê a situação de *algum lado* e não pode estar em *todo o lado ao mesmo tempo* (Richardson, 1997). Esta necessidade de posicionamento do investigador era já defendida por Becker (1967), quando afirmava que os fenómenos sociais não podiam ser estudados com neutralidade, pelo que o investigador social se teria de definir, estando consciente dos valores que transporta e das opções que toma e sobre as quais reflete. A reflexividade assume, desta forma, um papel fundamental nas metodologias qualitativas, ao estimular o processo “de reflexão [que o investigador tem] consigo próprio, enquanto sujeito empírico, com os instrumentos científicos de que se serve, com a comunidade científica em que se integra e, em última instância, com a sociedade nacional de que é membro” (Santos, 1989, p. 87)

As metodologias qualitativas são um conjunto de práticas interpretativas que tornam o mundo visível (Denzin & Lincoln, 2000). Neste processo não são sobrevalorizadas práticas sobre outras, mas é estimulado o recurso a diferentes áreas do saber que permitam a tradução do mundo numa série de representações que são importantes para a compreensão dos significados que são atribuídos aos fenómenos em estudo. De acordo com Strauss e Corbin (1998), investigação qualitativa refere-se a

any type of research that produces findings not arrived at by statistical procedures or other means of quantification. It can refer to research about persons' lives, lived experiences, behaviors, emotions, and feelings as well as about organi-

zational functioning, social movements, cultural phenomena, and interaction between nations. (pp. 10 - 11)

Apesar de considerarem que alguns dados possam ser quantificados, defendem que o âmago da investigação é a *pesquisa* e a *análise interpretativa*, ou seja, “the nonmathematical process of interpretation, carried out for the purpose of discovering concepts and relationships in raw data and then organizing these into a theoretical explanatory scheme.” (p. 11).

Desta forma, e identificando-nos com o defendido por Machado (as cited in Matos, 2006), que defende que nenhuma metodologia permite viabilizar a totalidade do conhecimento possível sobre um tema, e reconhecendo, à partida, que o presente objeto poderia ser analisado de diferentes ângulos, optámos por um estudo de natureza qualitativa, na medida em que não pretendíamos a produção de conhecimento nomotético, mas sim aceder a significados e expectativas através de uma orientação fenomenológica. Recorreu-se à *Grounded Theory* porque, tal como defendido por Glaser e Strauss (1967), se afirma como uma ligação estreita entre a teoria e a realidade estudada, efetuada sem negligenciar o papel ativo do investigador. Partindo do princípio de que “theorizing is the act of constructing from data an explanatory scheme” (Strauss & Corbin, 1998, p. 25), o investigador assume o seu papel interpretativo neste processo, à medida que salienta as diferentes vozes na construção teórica, que era o pretendido desde o desenho inicial da investigação.

Este desenho foi elaborado de modo a que se pudesse compreender o fenómeno social na perspetiva do ator, tentando perceber como o seu mundo social e subjetivo é experienciado (Taylor, Bogdan, & Walker, 2000). Esta metodologia qualitativa afigurou-se como a mais pertinente para a análise das vivências subjetivas das mulheres acolhidas pois, em contexto de casa abrigo, encontram-se reunidas as condições fundamentais que, de acordo com Bogdan e Biklen (1998), deverão estar presentes para o recurso a uma metodologia qualitativa: (a) quando o ambiente natural do ator se assume como a fonte direta dos dados, e quando o investigador é o principal instrumento de recolha dos mesmos; (b) quando a investigação é descritiva e o discurso assume lugar central; (c) quando a estratégia de análise de dados é indutiva, não tendo o investigador a pretensão de infirmar ou confirmar hipóteses definidas previamente; (d) quando os significados dos intervenientes são o valor central da investigação.

6.2.1 A Grounded Theory

O conceito de *Grounded Theory* foi desenvolvido inicialmente por Barney Glaser e Anselm Strauss, e apresentado no já clássico *The Discovery of Grounded Theory* (1967). Esta abordagem metodológica surge no âmbito de estudos sociológicos como resposta ao descontentamento com os modelos vigentes na altura, que se apresentavam ou excessivamente desfasados dos interesses de estudo, ora demasiadamente especulativos (Fernandes & Maia, 2001). Glaser e Strauss concebem um modelo de investigação enraizado nos dados, defendendo que a análise qualitativa pode ser responsável pelo processo de produção teórica, na medida em que se trata de uma abordagem que fornece estratégias analíticas flexíveis para construção de teorias indutivas a partir dos dados. A *Grounded Theory* é entendida, desta forma, como uma metodologia de investigação suportada por procedimentos sistemáticos e rigorosos de recolha e de análise de dados cujo objetivo é gerar teoria (Charmaz, 2006, 2007; Charmaz & Henwood, 2008; Dey, 1999; Fernandes & Maia, 2001; Glaser & Strauss, 1967; Robrecht, 2010; Strauss & Corbin, 1997, 1998).

Glaser e Strauss conseguiram harmonizar duas tradições opostas na sociologia – o positivismo da Universidade de Columbia (Glaser) e o pragmatismo da Escola de Chicago (Strauss). Enquanto Glaser foi influenciado pelo trabalho de Paul Lazarsfeld, inovador nas metodologias quantitativas, Strauss foi influenciado pelo modelo interacionista, salientando o papel ativo que o ser humano tem na construção de significado (definido e redefinido no processo iterativo). De acordo com Charmaz (2006) (2006), “*Glaser imbued grounded theory with dispassionate empiricism, rigorous codified methods, emphasis on emergent discoveries, and its somewhat ambiguous specialized language that echoes quantitative methods*” (p. 7). Por outro lado, Strauss evidenciou o legado da pesquisa etnográfica e do interacionismo simbólico, defendendo que a realidade é construída em interação entre o indivíduo e o objeto, remetendo este processo para o cerne da análise metodológica.

Atendendo ao objeto central da Psicologia enquanto ciência, os dados qualitativos relativos à componente experiencial e de atribuição de significados não poderão ser ignorados. Desta forma, não é de admirar que esta metodologia tenha sido importada para este campo do saber.

Para Glaser e Strauss, este tipo de produção teórica encontra-se mais próxima do fenómeno sob observação (Strauss & Corbin, 1998) atendendo às suas características fulcrais, concretamente o facto de, nesta abordagem metodológica, o investigador não iniciar o seu

estudo com teoria preconcebida, mas sim com o próprio campo de análise, permitindo que a teoria emergja a partir do mesmo.

A nível desenvolvimental, desde a publicação da obra inicial de Glaser e Strauss (1967) surgiram algumas variações e revisões da metodologia original (Charmaz, 2006, 2008; Strauss & Corbin, 1998), levando a que a *Grounded Theory* se venha a demarcar do paradigma positivista, aproximando-se do construcionismo social (Bryant & Charmaz, 2007; Charmaz & Henwood, 2008; Fernandes & Maia, 2001). Contudo, Charmaz (2001) defende que todas as variações/revisões têm em comum as seguintes componentes:

- a) Recolha de dados e análise simultânea dos mesmos;
- b) Busca de temas emergentes através da análise inicial de dados;
- c) Descoberta de processos sociais básicos nos dados;
- d) Construção indutiva de categorias abstratas que explicam e sintetizar estes processos;
- e) Amostragem para refinar categorias através de processos comparativos; e
- f) Integração de categorias num quadro teórico que especifique causas, condições e conseqüências dos processos estudados.

Os métodos utilizados na *Grounded Theory*, mais do que um conjunto de orientações exatas, apresentam-se como estratégias analíticas sistemáticas e flexíveis que estimulam a criatividade do investigador no processo de recolha e análise dos dados. Esta flexibilidade é encorajada por Strauss e Corbin (1998), apesar de realçarem que os procedimentos definidos servem para garantir alguma padronização e rigor processual. Estas ferramentas analíticas pretendem orientar o processo de investigação, permitindo que o investigador se liberte dos constrangimentos teóricos e experienciais, ao mesmo tempo que estimula o processo indutivo, fazendo com que haja uma centração nos dados, sem que se assuma nada como previamente garantido (Strauss & Corbin, 1998).

De acordo com Strauss e Corbin a utilização de uma metodologia *grounded* obedece às seguintes componentes (Charmaz, 2006):

- Simultaneidade no processo de recolha e análise de dados;
- Construção de códigos e categorias analíticas baseadas nos dados e não em elementos preconcebidos;

- Recurso à comparação constante durante cada etapa da análise;
- Tentativa constante de desenvolvimento da teoria ao longo do processo de coleta/análise;
- Elaboração de memorandos que suportam as categoriais;
- Recurso a um processo de amostragem direcionado para a construção da teoria e não visando a representatividade;
- Realização da revisão bibliográfica após o desenvolvimento da teoria.

É a relação ativa com os dados que diferencia esta metodologia. O processo ativo de questionamento permanente permite que, ao interagir com os dados, surja a codificação que é, de acordo com Charmaz (2006), “*the pivotal link between collecting data and developing an emergent theory to explain these data*” (p. 46). O processo de codificação abarca as seguintes fases essenciais:

1. **Codificação aberta inicial**, cujo objetivo é examinar os dados em busca de temas ou categorias significativas. Neste momento inicial, os dados são reorganizados em microelementos, examinados em detalhe e comparados entre si. Este processo é realizado decompondo os dados em unidades de análise e levantando questões diretas aos dados. Este processo de questionar os dados (*O que está acontecendo aqui [no segmento de dados]?*), permite que o investigador examine os mesmos em busca da sua importância teórica, identificando, nomeando e desenvolvendo os conceitos descritivos a partir dos segmentos de dados (palavra a palavra, frase a frase, ...). Geralmente é utilizado o gerúndio para esta codificação (que deve ser curta, analítica e ativa) e o investigador deverá manter-se aberto a todas as possibilidades teóricas (Charmaz & Henwood, 2008).
2. **Codificação axial**, em que os dados já conceptualizados são reanalisados e reorganizados podendo estabelecer-se ligações entre as categorias, permitindo um processo de especificação das condições que a objetivam, dando-lhe precisão e apoio. Este processo de codificação axial implica uma alternância entre o pensamento indutivo e dedutivo. Se, por um lado, o investigador define uma relação entre categorias, por outro, necessita de confrontar os dados por forma a verificar a consistência destas mesmas relações. (Strauss & Corbin, 1998)

3. **Codificação focalizada**, em que os códigos iniciais mais frequentes ou significativos são estudados, classificados, comparados, sintetizando grandes quantidades de informação. Estes códigos tornam-se categorias experimentais, que irão permitir uma exploração e análise mais detalhada, podendo gerar conceitos mais abstratos (Charmaz & Henwood, 2008). Este processo consiste numa codificação mais abstrata pelo qual é selecionada a categoria central, i.e., o fenómeno à volta do qual os outros tendem a gravitar (Fernandes & Maia, 2001).

De modo complementar a estes conceitos, a *Grounded Theory* defende ainda o recurso a procedimentos complementares, decisivos no processo de construção teórica: a **amostragem teórica** (implica que a construção da amostra vá sendo realizada à medida que o investigador vai à procura de dados específicos para desenvolver as propriedades de categorias ou da teoria, num processo de refinamento de categoriais conceptuais), e a **saturação teórica** (significa que a recolha de mais dados não revela novas propriedades de uma categoria teórica nem produz mais *insights* sobre a teoria fundamentada emergente) (Charmaz, 2008; Charmaz & Henwood, 2008). Dey (1999) opta pela expressão *suficiência teórica*, o que nos parece particularmente interessante pois, em última análise, os dados sociais dificilmente se encontrarão saturados. Dey define este ponto como “*the stage at which categories seem to cope adequately with new data without requiring continual extensions and modifications*” (p. 117).

Finalmente, a **comparação constante**, elemento fundamental e transversal a todo o processo. Através de um processo de comparação exaustivo, que envolve fazer comparações nos diferentes níveis de análise (dados com dados, dados com codificações, códigos com códigos, códigos com categorias e outros constructos), ou se tenta enriquecer uma categoria, criar uma nova, ou estabelecer conexões entre as existentes, complexificando os níveis de análise (Charmaz & Henwood, 2008).

Na presente investigação, e a nível metodológico, seguiu-se o caminho de construção de teoria apontado por Strauss e Corbin, salvaguardando a atitude defendida por Charmaz (2006), que demonstra que se podem utilizar as diretrizes básicas da *grounded Theory* com os pressupostos construtivistas, atendendo à profunda flexibilidade dos seus métodos, que podem ser reajustados tendo em consideração os pressupostos que cada pesquisador

transporta para suas pesquisas e conforme considere que tal possa ampliar ou restringir a sua visão sobre o objeto em estudo.

Capítulo VII | Estudo Empírico

É importante que façam isso [exploração dos significados associados às casas abrigo]. Às vezes sinto que ninguém sabe o que nós passamos.

(CAC1 MACO2 – Mulher acolhida participante do estudo)

Neste capítulo apresentaremos o estudo levado a cabo no âmbito do programa doutoral em Psicologia. Irão ser apresentados os objetivos, as variáveis e as questões orientadoras da investigação, descrever-se-á a amostra caracterizar-se-á o processo de elaboração do instrumento de recolha dos dados, descrevendo os procedimentos de análise dos mesmos. A apresentação e discussão dos resultados alcançados será feita no capítulo seguinte.

7.1 Objetivos

A presente investigação tem como objetivo explorar os significados e as perceções que quer mulheres vítimas de violência doméstica (que experienciam e/ou experienciaram um período de acolhimento institucional em casa abrigo), quer os técnicos destas instituições têm sobre o modelo de resposta institucional *Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica*. Com esta investigação tenta-se compreender se as atuais respostas de acolhimento se encontram adaptadas às reais necessidades das vítimas.

Como objetivos mais específicos do nosso trabalho de investigação, procurámos:

- a) Caracterizar o ordenamento e intervenção jurídica portuguesa relativa à Violência Doméstica, entrelaçando a perspetiva teórico-legislativa subjacente ao acolhimento com a perspetiva dos *alvos* de intervenção (mulher e crianças), bem como com a dos *agentes* dessa institucionalização (profissionais das Casas abrigo);
- b) Caracterizar a evolução social e o suporte social atual relativos à intervenção institucional com vítimas de violência doméstica, confrontando-os com as necessidades explicitadas pelas vítimas de Violência Doméstica;
- c) Aceder aos significados e expectativas das vítimas relativos ao processo de institucionalização;
- d) Compreender o modo como foi significado este período de institucionalização pela vítima;

- e) Compreender o modo como o processo de institucionalização contribuiu para a autonomia da vítima e para o restabelecimento de relações com os outros significativos;
- f) Perceber se a institucionalização produziu fenómenos de vitimização secundária e, em caso afirmativo, de que forma sobrevieram e se manifestaram.

Pretende-se, deste modo, contribuir para uma compreensão mais alargada das diferentes vivências e significados que mulheres e técnicos dão ao processo de acolhimento institucional a mulheres vítimas de violência doméstica, explorando, de forma aprofundada, a dimensão experiencial de cada um dos atores envolvidos e tentando compreender o papel das casas abrigo na reestruturação das trajetórias pessoais de vida das vítimas.

7.2 Variáveis e Questões de Investigação

Tratando-se de um estudo qualitativo de base *grounded* e orientado para a análise de experiências e significações, não partimos de hipóteses pré-definidas, embora nos preocupassem determinadas variáveis, como:

- a) A trajetória vitimária dos sujeitos da amostra;
- b) Experiências de anteriores retiradas de casa/institucionalizações;
- c) Número de ruturas familiares e relacionais prévias;
- d) O número e tipo de processos judiciais em que estejam envolvidos;
- e) A presença, ou não, dos filhos na casa abrigo.

As questões de investigação que orientaram este estudo são as seguintes:

- Como experienciam e significam as vítimas a institucionalização enquanto resposta às suas necessidades de proteção face ao risco de nova vitimação?
- Existirá uma adequação entre as necessidades das vítimas e as práticas de acolhimento?
- Como vivenciam a institucionalização as mulheres vítimas de violência doméstica, em função de terem ou não filhos?

- Como vivenciam a institucionalização as mulheres vítimas de violência doméstica, em função da presença dos filhos na instituição?
- Existirão diferenças na eficácia da intervenção em função do número de intervenções prévias?
- Existirão diferenças na eficácia da intervenção em função da duração, do tipo e dos padrões de Violência Doméstica?
- Como é entendido o processo de acolhimento durante o mesmo e como é este integrado nos anos pós-saída?

7.3 Intencionalidade da amostra - Amostragem teórica

Atendendo a que um dos principais objetivos da investigação se prendia com dar voz aos agentes do processo de acolhimento, a presente investigação recorreu ao processo já explanado no capítulo anterior, definido por Strauss e Corbin (1998) como de *amostragem teórica*, que valoriza o grau de conhecimento dos participantes sobre o objeto em estudo em detrimento da representatividade estatística. Esta metodologia entende que os participantes devam ser “especialistas” no conhecimento de um determinado conjunto de vivências, aquilo que Morse (1994) intitulou de “peritos experienciais”, o que permite que a amostra seja representativa da experiência e da realidade a que o estudo pretendeu abordar. As mulheres vítimas de violência doméstica e os técnicos de casas abrigo constituíram-se como elementos representativos do fenómeno que procurávamos conhecer.

Para o presente estudo, o número de participantes não foi pré-determinado, dado que o processo de amostragem e de saturação teórica defendido pela *Grounded Theory* estipula que se vá procedendo a novas recolhas de dados mediante o desenvolvimento da análise dos mesmos. As análises iniciais que efetuamos revelaram algumas das categorias emergentes a serem aprofundadas em entrevistas subsequentes. O processo de recolha de dados terminou quando se constatou que estes revelavam o suficiente para descrever as categorias emergentes, evidenciando as múltiplas dimensões do processo de acolhimento institucional em casa abrigo.

O desenho inicial da investigação contemplava quatro grupos:

- a) Mulheres que estivessem acolhidas em Casa abrigo;

- b) Mulheres que tivessem passado por um período de institucionalização em Casa abrigo e cujo motivo de saída da instituição tivesse sido a autonomização (tecnicamente referenciada);
- c) Mulheres que tivessem terminado o seu período de acolhimento por motivos que não a autonomização (e.g., abandono, expulsão, ...)
- d) Profissionais de instituições de acolhimento a vítimas de violência doméstica.

O subgrupo C revelou-se impraticável devido a dificuldades na constituição do mesmo. Atendendo a questões que serão expostas no ponto 6.6, este subgrupo não foi incluído na amostra final, tendo-se optado por descontinuar a tentativa de recolha de dados com estas mulheres.

7.4 Participantes

Das 35 casas abrigo existentes em Portugal à data do início do estudo, foram pré-seleccionadas e contactadas nove de Portugal continental. Esta pré-selecção teve em consideração os seguintes elementos:

- Localização geográfica das mesmas (sendo contactadas casas do norte, centro e sul do país);
- Densidade urbana (rural ou urbana);
- Casas abrigo de grandes dimensões (mais de 15 utilizadoras) e de pequenas dimensões;
- Tipologia arquitetónica de casa abrigo, incluindo na pré-amostra casas abrigo construídas de raiz e casas abrigo adaptadas (casa ou apartamento);
- Modalidade habitacional das casas abrigo: casas abrigo semiautónomas ou em *colmeia* (unidades residenciais constituídas por espaços de intimidade privados para cada mulher ou agregado, com quarto e casa de banho privativos, tendo o apoio de espaços e serviços comuns, como lavandaria, cozinha e sala de refeições) e casas comuns que sofreram adaptações (com a necessária partilha de espaços). Ambas poderão encontrar-se, ou não, localizadas em complexos institucionais mais amplos (conjunto de instituições, como Lar de Idosos, Jardins-de-Infância, ..., de uma macro instituição).

Desta pré-seleção obtivemos resposta de sete, sendo que uma das casas abrigo só respondeu positivamente bastante mais tarde, tendo-se considerado, na altura, que a sua inclusão não traria benefícios adicionais à amostra, sendo descartada. A amostra final foi, assim, constituída por mulheres e técnicos de seis casas abrigo: uma do distrito de Viana do Castelo, duas do distrito do Porto, duas do distrito de Aveiro e uma do distrito de Faro.



Ilustração 1 Distribuição geográfica das casas abrigo do estudo

Destas, quatro casas abrigo estão situadas em meio urbano e duas em meio rural. Uma das casas abrigo é situada num apartamento remodelado para o efeito, duas são unidades semiautónomas, duas habitações independentes readaptadas e uma construída de raiz para albergar esta resposta social. Das casas abrigo da amostra apenas uma se encontrava certificada de acordo com o modelo ISO 9001:2008.

Relativamente às entrevistadas, a nossa amostra é constituída por 15 mulheres, subdivididas em dois grupos - mulheres acolhidas em casa abrigo (10) e mulheres autonomizadas (5), residindo em habitação própria (alugada) -, e por 10 técnicas de casas abrigo.

Das 15 mulheres entrevistadas, 13 eram portuguesas e duas brasileiras, com uma amplitude etária compreendida entre os 21 e os 60 anos ($M=40,3$ anos, $DP=10,3$), na altura em que foram recolhidos os dados.

As *mulheres acolhidas em casa abrigo* tinham uma idade compreendida entre os 21 e os 60 anos ($M=39,4$ anos, $DP=12,15$), das quais uma era casada, duas divorciadas, duas separadas, e cinco solteiras.

Neste grupo de 10 mulheres todas tinham filhos. Em quatro situações, os filhos menores encontravam-se acolhidos com as mesmas. Duas das senhoras entrevistadas tinham os filhos menores acolhidos com as mesmas e os maiores encontravam-se já em situação de autonomização. Duas outras tinham filhos menores na casa abrigo, filhos autonomizados e filhos a residir com o pai (igualmente alegado agressor). Uma das entrevistadas tinha filhos acolhidos e um outro entregue a pessoa idónea. Uma única mulher não tinha filhos a residir consigo, estando já autonomizados. Todas estas mulheres se definiram como apresentando um baixo estatuto socioeconómico e ganhavam o salário mínimo ou subsistiam com diferentes subsídios do Estado. Tinham, em média, 7,2 anos de escolarização (DP=2,44) e duas encontravam-se empregadas. A amplitude temporal do acolhimento aquando das entrevistas variou entre os dois e os 12 meses (M=4,5 meses, DP=2,91).

Quanto ao grupo de *mulheres autonomizadas*, quatro eram portuguesas e uma brasileira. Estas cinco mulheres tinham uma idade compreendida entre os 34 e os 49 anos (M=42,2 anos, DP=5,71). Das cinco mulheres, quatro encontravam-se divorciadas na altura das entrevistas e uma era solteira. Neste grupo, apenas uma não tinha filhos. Duas definiram o seu estatuto socioeconómico como médio e três como baixo. Duas mulheres encontravam-se a trabalhar, duas encontravam-se desempregadas e eram beneficiárias de Rendimento Social de Inserção e uma tinha obtido reforma antecipada por invalidez. Tinham, em média, 6,6 anos de escolarização (DP=1,34). A permanência em casa abrigo variou entre os três e os 24 meses (M=11 meses, DP=7,96) e tinham-se autonomizado deste contexto institucional há um período que variava entre os 10 e os 124 meses (M=43,6 meses, DP=48,22).

Relativamente ao percurso vitimário, todas as mulheres da amostra referem situações de violência por parte daquele que, à altura, era o seu companheiro, independentemente do vínculo legal (cônjuge, namorado, companheiro, ...), excetuando uma mulher acolhida que alegou maus tratos por parte da família alargada e não do companheiro. De todas as mulheres, sete referiram já ter tentado interromper a(s) relação(ões) abusiva(s) e duas apresentam um historial de intervenção institucional anterior.

Código	Idade	Habilitações Literárias	Nacionalidade	Estado Civil	N.º Filhos	Saídas anteriores de casa	Institucionalizações anteriores	Duração do acolhimento (meses)	Tp. de autonomização (meses)
CAS1 MACO1	42	3º CEB	Brasileira	Solteira	1	✓	--	4	--
CAN1 MACO1	21	2º CEB	Portuguesa	Solteira	1	✓	✓	5	--
CAN1 MACO2	22	3º CEB	Portuguesa	Solteira	1	✓	--	2	--
CAN1 MACO3	52	2º CEB	Portuguesa	Divorciada	3	✓	--	12	--
CAN1 MACO4	40	2º CEB	Portuguesa	Solteira	4	--	--	2	--
CAN3 MACO1	46	2º CEB	Portuguesa	Solteira	2	--	--	4	--
CAN3 MACO2	39	1º CEB	Portuguesa	Casada	2	✓	✓	4	--
CAC1 MACO1	60	1º CEB	Portuguesa	Divorciada	2	--	--	5	--
CAC1 MACO2	40	3º CEB	Portuguesa	Separada	2	--	--	5	--
CAC1 MACO3	32	En. Sec.	Portuguesa	Separada	1	--	--	2	--

CAS1 MAUTO1	41	2º CEB	Portuguesa	Solteira	3	✓	--	3	53
CAS1 MAUTO2	46	2º CEB	Portuguesa	Divorciada	2	✓	--	9	124
CAN1 MAUTO1	41	3º CEB	Portuguesa	Divorciada	2	--	--	24	11
CAN1 MAUTO2	34	2º CEB	Brasileira	Divorciada	2	--	--	12	20
CAN2 MAUTO1	49	2º CEB	Portuguesa	Divorciada	--	--	--	7	10

Tabela 2 Síntese dos dados Sociodemográficos da amostra (mulheres acolhidas e mulheres autonomizadas)

Código	Distância em Km Residência/Casa abrigo	Distância em Km Casa abrigo/ Nova residência	Atividade profissional/ Situação face ao emprego
CAS1 MACO1	261	--	Desempregada
CAN1 MACO1	35	--	Desempregada
CAN1 MACO2	29	--	Empregada de Mesa
CAN1 MACO3	21	--	Desempregada
CAN1 MACO4	340	--	Desempregada
CAN3 MACO1	82	--	Desempregada
CAN3 MACO2	98	--	Desempregada
CAC1 MACO1	145	--	Desempregada
CAC1 MACO2	42	--	Ajudante de Lar
CAC1 MACO3	50	--	Desempregada

Código	Distância em Km Residência/Casa abrigo	Distância em Km Casa abrigo/ Nova residência	Atividade profissional/ Situação face ao emprego
CAS1 MAUTO1	270	10	Ajudante de Pasteleiro
CAS1 MAUTO2	437	9	Vigilante Noturna
CAN1 MAUTO1	30	10	Desempregada
CAN1 MAUTO2	338	8	Desempregada
CAN2 MAUTO1	35	9	Pensionista

Tabela 3 Síntese dos dados Sociodemográficos referentes às distâncias inerentes ao processo de acolhimento e situação profissional (mulheres acolhidas e mulheres autonomizadas)

Verifica-se que a maioria das mulheres da amostra necessitou de uma deslocação significativa entre o local onde residia e a casa abrigo (M=147,53 km, DP=141,82). Por seu lado, a amostra de mulheres autonomizadas passou a residir perto da casa abrigo de onde se autonomizou (M= 10,2 km, DP=2,77).

O grupo das técnicas era constituído apenas por elementos do género feminino. A nível de formação era constituído por Psicólogas (n=5), Assistentes Sociais (=3), Educadoras Sociais (n=1) e uma Jurista (n=1).

As técnicas tinham uma idade compreendida entre os 25 e os 49 anos (M=36,1 anos, DP=7,66). Sete eram casadas e três solteiras, sendo que estas não tinham filhos, ao contrário das primeiras, que com eles residiam. Das técnicas, seis encontravam-se a trabalhar na casa abrigo a tempo inteiro e quatro acumulavam funções noutras estruturas sociais. Quatro assumiam igualmente as funções de direção técnica, acumulando com as funções técnicas subjacentes. Relativamente ao tempo de trabalho em casa abrigo, este encontrava-se compreendido entre os 3 e os 10 anos (M=6,4 anos, DP=2,27).

Relativamente ao seu percurso profissional, sete das técnicas referem não ter qualquer experiência na área da vitimação previamente ao seu trabalho em casa abrigo, enquanto três mencionam tê-lo, ainda que em contextos diferenciados, concretamente, estágios curriculares na área da Justiça/criminologia e intervenção comunitária.

Código	Idade	Estado Civil	Formação	Disponibilidade	Acumulação de funções (Dir. Técnica)	Tempo de Trabalho em CA (anos)
CAS1 TEC1	36	Solteira	Assistente Social	Tempo Inteiro	✓	10
CAS1 TEC2	29	Solteira	Assistente Social	Tempo Parcial	--	3
CAN1 TEC1	33	Casada	Assistente Social	Tempo Inteiro	✓	7
CAN2 TEC 1	34	Casada	Educadora Social	Tempo Inteiro	--	9
CAN3 TEC1	25	Casada	Jurista	Tempo Parcial	--	3
CAN3 TEC2	38	Solteira	Psicóloga	Tempo Inteiro	✓	6
CAN3 TEC3	31	Casada	Psicóloga	Tempo Parcial	--	6
CAC1 TEC1	38	Casada	Psicóloga	Tempo Inteiro	--	8
CAC2 TEC1	49	Casada	Psicóloga	Tempo Inteiro	✓	6
CAC2 TEC2	48	Casada	Psicóloga	Tempo Inteiro	--	6

Tabela 4 Síntese dos dados sociodemográficos da amostra (técnicas)

Excluindo o facto de trabalharem em contexto de casa abrigo, no caso das técnicas, ou de estarem ou terem estado acolhidas nestas estruturas, no caso das mulheres vítimas de violência, nenhum outro critério de participação no estudo foi definido previamente, excluindo a vontade de participar no mesmo terem e competências relacionais/ comunicacionais mínimas que o permitissem fazer.

7.5 Instrumento de recolha de dados – Entrevista Semiestruturada

Para a obtenção de dados, e atendendo à centralidade dada à perspetiva das agentes nos processos de construção de significados, optou-se pelo recurso ao formato de entrevistas qualitativas semiestruturadas. Este tipo de entrevista é um dos métodos de recolha de dados mais comum na investigação qualitativa (Hopf, 2000; Mack, Woodsong, MacQueen, Guest, & Namey, 2005; Rubin & Rubin, 1995). As entrevistas qualitativas semiestruturadas assumem-se como uma estratégia conversacional *com propósito* (Webb & Webb, 1932 *as cited in* Legard, Kegan, & Ward, 2003), e adotam a forma de uma conversa orientada tematicamente que tem como objetivo a descrição e compreensão de temas centrais na vida dos entrevistados (Kvale, 1996).

Esta tipologia de entrevistas afigura-se um instrumento privilegiado para compreender o modo como as pessoas *interpretam e dão significado* às suas experiências, permitindo

encontrar um contexto para os dados, criando um cenário mais completo sobre o problema em análise (Boyce & Neale, 2006). Devido a esta característica, Warren (2001) refere que a epistemologia das entrevistas qualitativas “tende a ser mais construcionista que positivista” (p. 83), na medida em que o entrevistado é entendido como um *fazedor* de significado e não apenas um transmissor, mais ou menos passivo, de informação. Esta característica parece-nos fulcral e definidora do âmbito da entrevista qualitativa semiestruturada, na medida em que baliza o seu campo de atuação: *compreender significados* em detrimento da mera descrição e elucidação de factos.

Aquando do desenho do plano de recolha de dados relativos à abordagem das vivências institucionais em casa abrigo, diferentes metodologias foram equacionadas visando esta compreensão do fenómeno na perspetiva dos seus atores e agentes. No entanto, e atendendo ao objetivo de perceber em profundidade as vivências e perceções *individuais* que vítimas e técnicos têm sobre as casas abrigo, optou-se pela entrevista qualitativa semiestruturada, por se concordar com Mack et al. (2005) que defendem que outras metodologias qualitativas possíveis remetem a atenção para dimensões distintas que não a perspetiva mais singular, como a compreensão das normas sociais associadas ao grupo e ao seu funcionamento (e.g., observação participante, *focus groups*) ou para o próprio *setting* onde ocorrem os fenómenos (e.g., métodos etnográficos).

Complementarmente, e particularmente em situações de entrevista que se centram em assuntos sensíveis, as entrevistas qualitativas semiestruturadas apresentam uma vantagem adicional: permitem a obtenção de informação com um nível de detalhe mais aprofundado que outros métodos (Boyce & Neale, 2006), estimulando os participantes a expressarem de modo mais completo e abrangente as suas opiniões, experiências e sentimentos que, dificilmente, de outro modo teriam oportunidade.

Como a obtenção desta informação ocorre num contexto que reproduz o processo de interação subjacente à construção do conhecimento sobre o mundo, Legard et al. (2003), sublinham que a interatividade é uma das características fundamentais deste processo qualitativo de aquisição de dados, pois permite, na dinâmica entre entrevistador e entrevistado, gerar a construção do próprio material da análise, através de questões que encorajem a revelação por parte do segundo.

Desta forma, desenhou-se um guião de entrevista recorrendo a diferentes tipos de questões, tal como sugerido por Rubin & Rubin (1995), de modo a permitirem a obtenção de

informação relevante para o objeto em estudo durante a entrevista. As questões subdividem-se em três tipos:

- **Questões Principais.** São as questões nucleares da entrevista e deverão cobrir todos os assuntos centrais a explorar. Deverão fluir ao longo da entrevista e deverão permitir ao entrevistado compreender um padrão nas mesmas (e.g., *Quais são as principais vantagens e desvantagens de ser acolhida em casa abrigo?*).
- **Questões de exploração (probes).** Referem-se às questões que solicitam desenvolvimento do discurso do entrevistado e cumprem uma tripla função: (a) ajudam a definir o nível de profundidade que o investigador deseja obter; (b) permitem a clarificação e dissipação de ambiguidades e (c) indicam ao entrevistado que o entrevistador se encontra atento (e.g., *De que acha que as mulheres acolhidas em Casa abrigo mais necessitam? Consegue dar-me alguns exemplos?*).
- **Questões de continuidade (follow-up).** O objetivo deste tipo de questões é a obtenção do grau de profundidade que, efetivamente, diferencia as entrevistas qualitativas semiestruturadas de outro tipo de entrevista. Tal é obtido através da exploração dos temas que vão emergindo, bem como da exploração do que tiver sido dito até ao momento.

A natureza interativa da entrevista, com o recurso a este tipo de questões, permite a objetivação e clarificação do discurso por parte do entrevistado, ultrapassando um nível inicial de análise, tendencialmente mais superficial. As entrevistas qualitativas semiestruturadas partem, assim, de um guião de entrevista (cf. Anexo – Guião de Entrevista), orientador do conjunto de temas e questões a explorar, mas terminam quando o entrevistado e entrevistador se sentem satisfeitos com as respostas encontradas, permitindo um conhecimento profundo sobre determinada temática. Este método de entrevista alia uma postura flexível e moldável, que possibilita que estes temas sejam abordados pela ordem mais adequada ao fluir da própria conversa com o entrevistado, minimizando a componente intrusiva associada ao contexto de entrevista.

7.6 Procedimentos de recolha e tratamento de dados

Os dados utilizados neste estudo resultam de um total de 25 entrevistas realizadas entre Abril de 2011 e Novembro de 2012.

O processo de recolha de dados iniciou-se com um contacto e solicitação formal de colaboração a todas as casas abrigo pré-selecionadas. Após autorização para o estudo, o primeiro contacto com as casas abrigo que aceitaram participar foi sempre com as equipas técnicas, onde era explanado, de modo mais aprofundado, o objetivo do mesmo, bem como o processo de amostragem. Neste momento era solicitada a divulgação do estudo entre o grupo de mulheres acolhidas e o contacto com mulheres autonomizadas, bem como com aquelas que tivessem abandonado ou desistido do processo de acolhimento, que cumprissem com as condições comunicacionais necessárias ao estudo. Lamentavelmente, e apesar do investimento dos envolvidos, não foi possível, com este procedimento, obter a disponibilidade de qualquer mulher que tivesse abandonado ou sido expulsa de casa abrigo, pelo que se teve de prescindir deste subgrupo.

Durante o contacto inicial com as equipas técnicas era, ainda, solicitado um espaço privado para a condução das entrevistas. Este, devido a condicionalismos das diferentes casas, era geralmente um gabinete técnico apenas ocupado, na altura das entrevistas, pela entrevistada e pelo investigador. Duas das casas abrigo facilitaram instalações em equipamentos adjacentes à instituição, com as condições de privacidade similares.

Cada entrevista era iniciada com a explicação dos objetivos do estudo, tendo todas as participantes concedido autorização expressa, mediante termo de consentimento informado (Anexo – Termo de Consentimento Informado). Após este momento, era iniciada a gravação áudio digital da entrevista. Em cada casa abrigo, as primeiras entrevistas eram realizadas com os técnicos.

Todas as entrevistas foram transcritas *verbatim*, de modo a respeitar as especificidades dos discursos em análise.

7.7 Descrição dos procedimentos de análise

Metodologicamente, as etapas seguidas nesta investigação centraram-se nos contributos de Strauss e Corbin (1997, 1998) e de Charmaz (2006, 2008). Em todo o processo de análi-

se adotou-se uma atitude constante de questionamento indutivo sobre os mesmos, não fugindo à flexibilidade metodológica proposta pela *Grounded Theory*.

Para o processo de tratamento e análise recorreu-se ao apoio informático do software de tratamento de dados NVIVO (versão 8.0.332.0 SP4).

Iniciou-se a análise dos dados recorrendo a um procedimento de *abertura e decomposição de dados*, recorrendo à *codificação aberta inicial*. Neste momento inicial do trabalho dos dados, tentou-se denominar cada segmento de informação mediante as ações observadas, tentando que estas fossem codificadas com palavras/expressões que representassem o que se encontrava a ocorrer no segmento. Este momento inicial permitiu um diálogo aprofundado com os dados que, mediante um processo de questionamento e comparações sucessivas, permitiu minimizar saltos conceptuais que seriam inevitáveis caso fossem assumidos conceitos teóricos pré-existentes.

Neste processo, utilizou-se o gerúndio na definição categorial pois, de acordo com Charmaz (2006), a adoção do gerúndio fomenta uma sensibilidade teórica, tornando o investigador mais sensível a *nuances* entre categorias, e permite que este não se centre em tópicos estáticos mas sim em processos e ações. Para a autora, um *focus* nas ações e processos permite que a construção da teoria ultrapasse a mera categorização de tipos de indivíduos avançando para os processos sociais.

Apresentamos um exemplo da codificação inicial realizada:

Segmento	Codificação
<p><i>Eu até pensei que quando viesse para aqui que não podia ter telemóvel, que não podia fazer certas coisas que faço. Podemos fazer. Mas... sim. Gosto de estar aqui, sinto-me bem em estar aqui, porque... pensava que era uma prisão, não é? Que íamos estar presas, mas não.</i></p> <p><i>[...] Sabia que ia encontrar de tudo, não é? Pessoas de... de todo... não aonde piores que eu, se calhar, até... até pessoas com menos... problemas... problemas não é? De que eu. Mas... mas pensei que... que era uma coisa que iam... que a casa abrigo ia-me ajudar, não é?</i></p>	<p>Antecipando regras restritivas</p> <p>Reconhecendo liberdade institucional</p> <p>Reconhecendo bem-estar na instituição</p> <p>Antecipando limitações pessoais</p> <p>Antecipando diferentes tipos de pessoas</p> <p>Antecipando apoio institucional</p>
<p><i>A minha expectativa é que... é como eu digo... queria mexer-me pelos meus filhos. A minha expectativa era sair de lá, ter... o meu sonho. O meu sonho era... era sair e ter uma casinha para mim e para os meus filhos. Era isso. [...] O meu espaço. E consegui. Esforcei-me. E não foi pouco, nem... nem nada pequeno.</i></p> <p><i>Era mesmo isso: Queria ter uma casa e um empreguito para poder conseguir aguentar-me nas pernas. Não precisar de ninguém. Já estava na hora</i></p>	<p>Agindo pelos filhos</p> <p>Querendo ter uma habitação</p> <p>Querendo ter espaço pessoal/familiar</p> <p>Reconhecendo esforço pessoal</p> <p>Querendo ter um emprego</p> <p>Querendo ser autossuficiente</p>
<p><i>As casas abrigo, na minha perspectiva, e penso que deveria ser assim, que deveriam ser encaradas, são estruturas de fim-de-linha. Ou seja, são estruturas que devem responder a situações de violência, em termos de acolhimento, quando nenhuma outra resposta é possível. Ok? Quando se já se esgotaram todos os recursos em termos de comunidade, em termos de apoio social, em termos de retaguarda. Enfim, em termos de outro tipo de medidas judiciais.</i></p> <p><i>O que me parece é que não é isso que acontece. As situações que chegam são situações de pessoas que abandonam o lar porque... que são levadas a abandonar o lar... ou em situação de crise. E portanto, a resposta que aparece é esta.</i></p> <p><i>Paralelamente há uma resposta de acolhimento de emergência que não é de todo ideal. E portanto, quando as pessoas chegam (é assim se... quase arriscando uma percentagem, 90% dos casos), a situação de violência acaba por não ter sido realmente trabalhada, não é? Em termos de recursos e em termos de saída e de soluções a casa abrigo aparece como... pronto... como a saída possível. Sendo que mesmo que fosse encarada como estrutura de fim-de-linha... realmente, também seria a saída possível, não é? Não ideal, mas a possível.</i></p>	<p>Pensando que as CA deviam ser encaradas como estruturas fim-de-linha</p> <p>Defendendo CA para situações limite</p> <p>Esgotando alternativas</p> <p>Sendo levadas a sair de casa</p> <p>Considerando alternativas imperfeitas</p> <p>Não trabalhando violência</p> <p>Considerando CA como saída possível</p> <p>Articulando o ideal e o possível</p>

Tabela 5 Exemplos do processo de codificação inicial

Todas as codificações foram sendo refinadas no processo dialético de questionação e comparação constante, tentando-se compreender quais as ações e interações presentes nos discursos das entrevistadas. À medida que a análise dos dados ia evoluindo, ia permitindo novas compreensões do fenómeno, pelo que alguns códigos iniciais se assumiram como provisórios, sendo aprimorados ao longo deste processo reflexivo.

Seguiu-se um segundo momento de codificação – *Codificação seletiva ou focalizada* – em que procedemos à construção de codificações mais abstratas e conceptuais, em torno dos códigos mais frequentes ou significativos, tal como defendido por Charmaz (2006). Nesta fase foi já possível proceder a um primeiro nível de integração em torno daquelas que começavam a surgir como categorias centrais. Strauss e Corbin (1998) defendem que é nesta fase organizativa que começa a haver um compromisso dos dados com as categoriais centrais, começando a ser perceptível relações intercategoriais. De acordo com Eugénia Fernandes e Ângela Maia “trata-se, portanto, de uma fase de seleção e descrição geral do foco mais importante ou saliente ao longo da análise dos diferentes relatos” (2001, p. 62) A tabela seguinte pretende exemplificar a codificação seletiva definida a partir dos códigos mais descritivos na codificação inicial:

Codificação	Categorização conceptual	Categorização final
Antecipando regras restritivas Reconhecendo liberdade institucional Reconhecendo bem-estar na instituição Antecipando limitações pessoais Antecipando diferentes tipos de pessoas Antecipando apoio institucional	Lidando com regras e limitações Antecipando ambiente institucional	Regras e Limites Ambiente institucional
Agindo pelos filhos Reconhecendo esforço pessoal Querendo ter uma habitação Querendo ter espaço pessoal/familiar Querendo ter um emprego Querendo ser autossuficiente	Querendo condições materiais Querendo autonomia	Motivações pessoais para acolhimento Expectativas face ao acolhimento
Pensando que CA deviam ser encaradas como estruturas fim-de-linha Defendendo CA para situações limite Esgotando alternativas Sendo levadas a sair de casa Considerando alternativas imperfeitas Não trabalhando violência Considerando CA como saída possível Articulando o ideal e o possível	Refletindo sobre níveis de intervenção	Desencaminhamentos para CA

Tabela 6 Exemplos do processo de categorização focalizada

Partindo das codificações, a análise continuou com o desenvolvimento de categorias e subcategorias, procurando-se estabelecer as conexões entre elas que representem as experiências das participantes.

Formalmente, este trabalho foi sendo organizado em torno de tabelas categoriais construídas expressamente para o efeito e que, de modo flexível, se iam adaptando ao nível de análise realizado.

As tabelas construídas iam permitindo, para cada categoria, elencar os seguintes elementos:

- Rótulo – Designação dada à categoria
- Frequência – N.º de codificações inseridas na categoria em análise
- Técnicas/Mulheres – Identificação das técnicas ou mulheres (acolhidas ou autonomizadas) codificadas nas categorias em análise
- Definição conceptual – Exploração descritiva do conteúdo da categoria em análise
- Protótipo – Excerto do discurso que melhor incorpore o conteúdo da categoria em análise
- Limites/Exceções – Excerto do discurso que balize o limite ou seja exceção do conteúdo da categoria

Rótulo	Frequência	Entrevistadas	Definição Conceptual	Protótipo	Limite/Exceção
Desconhecimento e Incapacidade de antecipação	12	CAN3 TEC1 CAN3 TEC2 CAC1 TEC1 CAC2 TEC1 CAC2 TEC2	<p>Algumas mulheres são acolhidas em contexto institucional de casa abrigo sem possuírem informações mínimas sobre este tipo de resposta social.</p> <p>As técnicas entrevistadas consideram que a informação prévia se assume como um elemento importante para o processo de antecipação e criação de expectativas e consequente bem-estar.</p> <p>As mulheres entrevistadas parecem não possuir informação suficiente sobre as dinâmicas funcionais de uma casa abrigo</p>	<p><i>As equipas devem informar como é que... é o... portanto, a dinâmica de uma casa abrigo. Como é que se trabalha numa casa abrigo. Quais são os princípios orientadores. Eu acho que dessa forma e... e face a essa consciência mesmo na urgência e na emergência e de a proteção de se afastar da situação, as pessoas já deveriam vir mais esclarecidas.</i></p> <p>CAC1 TEC1</p>	<p><i>Vamos diferenciar os grupos, que eu acho que é mais fácil. Quando as senhoras vêm dos gabinetes de atendimento a vítimas, já vêm mais conhecedoras do funcionamento de uma casa abrigo. O que é que esperam, o que é que não esperam, vêm numa outra perspetiva. Quando vêm vias serviços gerais, serviço social da Câmara, ação Social da Câmara, Ação Social de Segurança Social... trabalham apenas neste, muito sectorizado, não há aí a expectativa, não... não têm noção ainda do que é o funcionamento de uma casa abrigo. Não é? Da instituição que é, das regras que é, da autonomia que têm, da independência que têm. E depois é assim, vamos lá por partes, há muitas casas abrigo e há muitos modos de funcionamento</i></p> <p>CAC2 TEC2</p>
	12	CAS1 MACO1 CAS1 MAUTO1 CAN1 MACO1 CAN1 MACO2 CAN1 MACO3 CAN1 MACO4 CAN3 MACO2 CAN1 MAUTO2 CAN2 MAUTO1		<p><i>Lá está, não me explicaram muito porque eu também já tinha estado numa. Não... não foi... na... na primeira vez que... que apresentei... quando fui para a outra casa, explicaram-me o que era e eu pois, mas... e eles se... depois não me disseram nada de pormenores que ia estar fechada, se... depois lá é que me disseram, não é?</i></p> <p>CAN1 MACO1</p>	<p><i>Eu prontas... foi uma amiga minha que me foi à net e que me... deu o nome da associação, que eu não sabia. Que precisava mesmo. Então, expliquei a situação e a ter acompanhamento psicológico e tudo, mas depois entre tanto as coisas começaram a piorar. Também tive que ir mesmo lá, à APAV, até fui com uma tia, com a minha tia, que estava lá mo... onde eu estava a morar. E tive que explicar que ta... as coisas estavam muito mal e que precisava mesmo de ir para uma casa. E quando... e eles explicaram-me qual era o fu... como é que era o funcionamento. Disse... não me disseram específica[mente]... não me disseram mesmo desta casa, mas disseram... No geral.</i></p> <p><i>No geral. E a... disseram que eu ia ter regras, que eu ia ter... que eu ia ser... que não podia revelar onde estava. Que não sabiam... que em algumas casas não se podia ter lá... tentaram... foi pela... por aí que também pensei que não podia ter telemóvel, que não podia contactar com a família. Mas explicaram-me, mais ou menos, como é que ia ser. Que podia ter acompanhamento psicológico. Que ia ter várias coisas.</i></p> <p>CAN1 MACO2</p>

Tabela 7 Exemplo de tabela categorial

Este processo foi determinante na condução de raciocínios indutivos promovendo um processo dialético constante entre os dados e os conceitos.

Um procedimento fundamental em todo este processo consistiu na elaboração de diferentes memos ao longo dos vários níveis de análise processual. Este procedimento serviu para aprimorar o processo de pesquisa, aumentando o nível analítico da teoria emergente, através de um processo identificativo de categoriais experimentais, da definição das suas propriedades e das relações entre categorias. (Charmaz & Henwood, 2008)

As diretrizes elencadas por Charmaz (2006) para a elaboração de memorandos constituíram-se como elementos importantes aquando da identificação/construção dos processos a decorrer nos dados. É proposto que se estructurem os memorandos de forma a responder a questões que ajudam a manter o foco nos processos, como:

- Que processos estão aqui em jogo?
- Em que condições esse processo se desenvolve?
- Como os participantes pensam, sentem e agem quando envolvidas nesse processo?
- Quando, porquê e como o processo se modifica?
- Quais são as consequências do processo? (Charmaz, 2006, p. 80).

Os memorandos revelaram-se cruciais para a condução reflexiva do processo e para a redação dos resultados. O quadro seguinte apresenta excertos de um memorando inicial:

Acolhimento e filhos

A presença de filhos em contexto de acolhimento parece revelar-se como um elemento fraturante na análise das técnicas e das mulheres entrevistadas. As técnicas entendem as crianças em contexto de acolhimento como elementos dificultadores do processo de autonomização, implicando que as mulheres se centrem nos filhos e não apenas nelas próprias, o que torna o processo emocional e funcionalmente mais exigente. As referências aos filhos dizem-nos que os técnicos parecem concentrar-se nos elementos funcionais que o acolhimento de filhos pode trazer, ou seja, a existência de filhos pode ser considerada como um elemento desestabilizador, ou dificultador do processo de autonomização. Este fator desestabilizador parece ser influenciado pelo número de filhos e pelas idades destes. Quanto maior o número de filhos, mais difícil parece ser entendido o processo de autonomização, pois envolve necessariamente uma maior capacidade financeira, que uma mãe sozinha terá maior dificuldade em conseguir providenciar, traduzida numa maior preocupação. [...]

O respeito, por parte das CA, pelo papel de mães (entre outros papéis) é referido sistematicamente pelos técnicos como um elemento fundamental no trabalho técnico parecendo ser, ao mesmo tempo, um elemento mediador do bem-estar das mulheres durante o acolhimento. Este respeito pelo papel de mães parece não estar dissociado da necessidade de trabalho da mulher neste mesmo papel, pois verificam que as mulheres são, muitas vezes, permissivas ou violentas com os filhos, atribuindo causas às relações com os companheiros. [...]

As mulheres, por sua vez, parecem valorizar a presença dos filhos em contexto de acolhimento, sentindo-se mais protegidas e emocionalmente mais estáveis. Tal não parece impedir que reconheçam as dificuldades funcionais da presença de filhos em contexto de acolhimento.

Tabela 8 - Exemplo de memo utilizado (excertos)

No capítulo seguinte são apresentadas as descrições das categorias conceptuais que emergiram.

Capítulo VIII | Apresentação de Resultados

Foi a melhor coisa que podiam instituir em Portugal [referindo-se às casas abrigo]. Foi das melhores coisas.

(CAC1 MACO1 – Mulher acolhida participante do estudo)

Seguidamente apresentam-se os resultados da presente investigação, desenvolvendo os conteúdos das categorias que emergiram no decurso da análise efetuada. Os dados apresentados organizam-se em torno de cinco grandes categoriais: *Acolhimento institucional; Desencaminhamentos; Expectativas e Necessidades; Bem-estar em contexto de casa abrigo; e Saídas de casa abrigo.*

Os dados são apresentados recorrendo a excertos dos discursos dos agentes entrevistados, de modo a representar os significados por eles atribuídos aos processos vivenciais.

8.1. O acolhimento institucional

Uma primeira dimensão emergente da análise de conteúdo das entrevistas com as técnicas e com as mulheres acolhidas e autonomizadas das casas abrigo relaciona-se com as considerações relativas ao acolhimento institucional.

Com base na análise dos discursos é possível perceber que as perceções relativas ao acolhimento são influenciadas por um conjunto significativo de elementos, cuja influência parece iniciar-se logo na arquitetura do próprio sistema de acolhimento, i.e., se se trata de um modelo confidencial (como parece ser a maioria das casas abrigo nos países ocidentais), ou se se trata de um modelo mais aberto, em que o sigilo institucional não se afigura um elemento tão nuclear. A análise realizada pelas técnicas e pelas mulheres parece ser condicionada, também, pelos próprios constrangimentos que o modelo de acolhimento português propicia no quotidiano.

Os discursos das técnicas e das mulheres parecem organizar-se em torno das reflexões que estas têm sobre as próprias casas abrigo, enquanto corporizações máximas do sistema de acolhimento, resultando três dimensões emergentes com elas diretamente relacionadas:

- a) as casas abrigo confidenciais;

- b) as casas abrigo de modelo não sigiloso;
- c) as casas abrigo ideais.

A análise dos discursos revela, numa perspetiva macro, uma uniformidade nas considerações e reflexões produzidas, sendo dada uma prevalência maior à realidade do acolhimento conhecida, i.e., à realidade portuguesa constituída por casas abrigo confidenciais, em detrimento dos modelos menos comuns, como as casas abrigo não confidenciais.

8.1.1. Casa abrigo confidencial

“[...] no geral as casas abrigo funcionam bem, são boas respostas de acolhimento.”

CAN2 TEC1

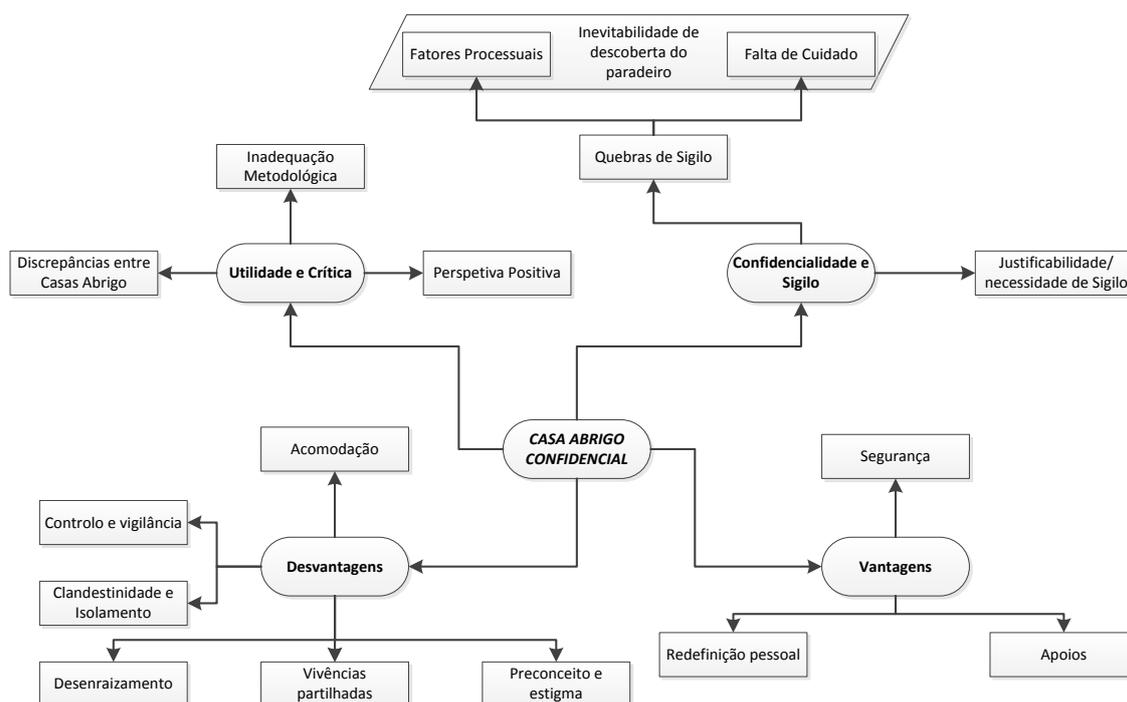


Ilustração 2 Diagrama explicativo das casas abrigo confidenciais

As casas abrigo confidenciais são o elemento institucional fundamental do sistema de acolhimento português para mulheres vítimas de violência doméstica. Este sistema não é, contudo, um modelo único, apesar de, em Portugal, não existir qualquer variação formal

do mesmo. Apesar de países do norte da Europa, como a Finlândia, possuírem modelos de acolhimentos diferenciados, em que o sigilo não é o elemento fundamental, o modelo sigiloso parece o mais consensual ou, pelo menos, o mais implementado.

Globalmente, a análise dos discursos das técnicas e das mulheres (acolhidas e autonomizadas) parece evidenciar uma predileção por este modelo sigiloso, ao mesmo tempo que, porém, parece indiciar uma ausência de reflexão sistemática sobre alternativas a este mesmo modelo.

Os discursos sobre as casas abrigo sigilosas, colocando em evidência uma opinião globalmente favorável, não deixam, contudo, de ser críticos, particularmente por parte das técnicas. Os discursos evidenciam um elemento utilitário das casas abrigo, as vantagens e desvantagens do modelo sigiloso, bem como algumas reflexões sobre a importância da própria confidencialidade e sigilo.

8.1.1. a) O desconhecimento generalizado sobre a Resposta Social

Um elemento inicial dos discursos, concretamente do discurso das mulheres entrevistadas, prende-se com o facto de uma maioria altamente significativa (oito mulheres em nove que abordam esta questão) referir que desconhecia completamente a existência das casas abrigo enquanto estrutura de apoio ao término da violência doméstica. Apenas CAN1 MAUTO1 refere que ***“Sabia que elas existiam. Tanto sabia que eu tinha um recorte de jornal desta casa que já para aí há cinco, seis anos que ouvi... [...] essa notícia saiu no Jornal de Notícias. E eu recortei. [...] Foi uma notícia que falava da casa abrigo, que... mas lá dizia que não era um... o céu, mas que também não era um inferno. E... pronto, eu recortei esse... esse... ainda hoje deve lá estar em casa.”***

As oito mulheres que abordam o conhecimento prévio destas respostas sociais evidenciam o desconhecimento mas, também, a necessidade destas casas serem mais conhecidas pois, como refere CAC1 MACO2, se ***“certas pessoas soubessem que há estas casas abrigo, que podem ter ajudas necessárias, acho que as pessoas que apresentariam mais queixas... na GNR, ou assim. Porque eu sei que há muitas mulheres que morrem vítimas de violência doméstica, porque não têm coragem de apresentar queixa, porque pensam que ficam na rua. E... eu... contra isso, eu... eu sou contra uma mulher que pense assim. Não há ajudas... não há ajudas, não. É negativo. Há ajudas. É preciso é procurar as ajudas necessárias, ir à GNR, ou... ou às pessoas... às próprias pessoas e... terem coragem de...”***

de enfrentar... os maridos ou a própria família.” CAS1 MAUTO2, igualmente neste sentido, lamenta que “isto [as casas abrigo] devia ter sido divulgado já há mais tempo. Na altura quando eu... em vez de ter passado aqueles quatro anos ali na... naquele sofrimento. Se calhar passaria menos. Se eu soubesse... se eu soubesse que existia...”

8.1.1. b) Da utilidade à crítica

Os discursos apresentados entre mulheres e técnicas entrevistadas apresentam uma diferença fundamental: As técnicas centram o seu discurso numa perspetiva utilitária das casas abrigo, enquanto as mulheres centram o seu discurso, na sua globalidade, numa perspetiva positiva e de reconhecimento pelo trabalho nelas desenvolvido. Ambos os grupos, contudo, apresentam uma capacidade crítica na análise destas respostas.

Das mulheres entrevistadas, 13 posicionam-se claramente avaliando as casas abrigo como respostas altamente positivas, colocando em evidência as transformações pessoais para as quais estas respostas contribuem. CAC1 MACO1 explicita claramente a ideia afirmando que *“Foi a melhor coisa que podiam instituir em Portugal. Foi das melhores coisas. Temos aqui... eu por acaso, estou cá faz [...] cinco meses. Só aqui tá uma senhora que tem quarenta anos, que chegou da parte da tarde e eu cheguei de manhã, ela de tarde... e... e as pessoas, prontos, é como eu digo, a gente... há altos e baixos, há gente boas, menos boas, péssimas, como tudo. Mas temos que conseguir dar a volta por cima. Eu como sou um bocado mais adulta, consigo... que eu sou aquela pessoa assim, agora estou em baixo, daqui a um bocado estou a cantar e a dançar... sou assim. E então, foi das melhores coisas que podiam ter feito.”*

O reconhecimento de elementos menos positivos em todo o processo de acolhimento parece ser transversal à totalidade dos discursos das mulheres, mas não parece comprometer a perspetiva globalmente positiva das mesmas em relação às casas abrigo. CAN1 MAUTO1, mulher autonomizada há 11 meses, manifesta a seguinte opinião: *“Penso que é bom existir, porque se elas não existissem, às tantas eu ainda eu estava lá... às tantas já tinha morrido, não sei. Mas às tantas ainda hoje não tinha conseguido sair de casa. E foi graças a estas casas que eu, desde sempre, quando a minha vida começou... a andar... ao para trás, eu começava a trabalhar, tínhamos um café, eu estava em frente ao café, tinha os jornais, eu lia os jornais todos os dias, e ia vendo as coisas. Até que consultei es-*

tas casas, consultei o apoio que... e acho que foi bom. De quando entrei nesta casa disse que saí do inferno e entrei no céu. Para mim foi ótimo.

O discurso das técnicas entrevistadas, por seu lado, e como referido anteriormente, parece ser atravessado por uma noção de utilitarismo no que às casas abrigo do modelo sigiloso diz respeito. Sem invalidar uma perspectiva de mais-valia, apenas metade das técnicas entrevistadas assume claramente as casas abrigo como respostas sociais *úteis* e *necessárias*, enquanto a outra metade das técnicas se centra em questões relacionadas com o facto das casas abrigo se encontrarem a ser utilizadas como respostas adulteradas e que, como tal, fogem do seu objetivo inicial, conforme teremos oportunidade de explorar em 7.2 – *Desencaminhamentos*.

O sentido utilitário parece ser particularmente reforçado por um sentido de premência derivado da atual conjuntura socioeconómica, tal como sintetiza CAC1 TEC1: ***“Eu penso que é uma resposta importante e uma resposta, se calhar, na conjuntura atual, muito necessária.”*** Esta técnica conclui referindo que as casas abrigo são ***“uma resposta social importante que dá resposta a uma necessidade de intervenção muito grande e, portanto, acho que é uma mais-valia, desde que o trabalho seja dirigido nesse sentido e que as senhoras queiram ser efetivamente ajudadas, não é?”***

Contudo, e apesar de haver um consenso generalizado quanto à necessidade das mesmas, há também uma clara perspectiva crítica, que pode ser dividida num nível macro (dirigidas ao próprio modelo de acolhimento) e num nível micro (com críticas direcionadas às casas abrigo congéneres).

Relativamente às reflexões de âmbito mais macro, estas parecem estar relacionadas com as implicações iniciais do modelo de acolhimento sigiloso (como abordaremos seguidamente, na seção *Desvantagens*), que se referem a um corte e afastamento da mulher da sua rede de apoio. Este elemento de afastamento de toda uma vida construída assume uma característica claramente revitimizante, e parece ser entendido por cinco técnicas quase como uma *inadequação metodológica* do atual modelo de acolhimento. A morosidade judicial relacionada com a averiguação dos factos atribuídos ao agressor parece justificar este modelo de *fuga e esconderijo*, parecendo ser o compromisso entre a justiça e a proteção da vítima.

Contudo, a segurança do acolhimento apresenta-se como insuficiente e, como refere CAC2 TEC1, ***“É uma proteção que pela qual se paga um preço muito elevado”***. CAS1 TEC2 reconhece que ***“se calhar, não estamos a ir de encontro ao problema da melhor forma. Nem***

estamos a solucioná-lo". Parece haver, no discurso das técnicas, uma insatisfação latente relativamente à solução instituída, a qual é perceptível nas palavras de CAN1 TEC1: ***"[...] Não estar a usufruir de nada do que se conhecia por se ser vítima. Apesar de se estar numa situação de segurança, de ter-se encontrado uma alternativa, sabemos isso tudo. Não é? Mas sentimos que quem lá ficou... ficou melhor. Não é? Quem lá ficou é que deveria estar noutra situação qualquer."*** Esta opinião é também partilhada por três mulheres que referem a impunidade do agressor enquanto elemento desadequado do sistema de proteção. CAN3 MACO1 refere que ***"o agressor é que fica sempre dentro de casa. Eu costumo dizer que a mulher vem sempre para a rua com os filhos, ata... atrás. E havia de ser ao contrário. Havia de ser o agressor... o agressor é que tem que sair, porque a mãe vai tomar conta das crianças, se for uma mãe competente em condições."*** CAS1 MACO1 apresenta o mesmo tipo de consternação afirmando que ***"a gente que tem que se esconder. O agressor não. O agressor fica de boa. Quem tem que se esconder é nós. Que somos agredidas. Porquê?"*** CAC2 TEC2 conclui que ***"teríamos que ter o enfoque mais no agressor."***

Esta orientação para um maior trabalho com o agressor parece ser defendida, na medida em que o único trabalho com eles realizados é judicial/criminal, com toda a morosidade e elementos pouco restauradores a ele associados. De acordo com CAC1 TEC1 ***"pronto, sinaliza-se a vítima, mas só nas entidades competentes para prosseguir com o processo [judicial]. Eu acho que era interessante ver alguma resposta também para eles."*** Estas respostas, fundamentalmente de cariz terapêutico, contudo, sendo consideradas essenciais, são ainda raras no panorama português (***"intervenção com o agressor. Eu acho que é essencial. Faz muita falta. Acho que três, só... só conheço três, não é? É no Porto e no Minho e em Coimbra. Só conheço estes três. E acho que é muito pouco e acho que é... é uma coisa que faz muita, essa resposta faz muita falta."*** – CAC2 TEC2)

O agressor parece sair, adotando um análise consequencial de curto prazo, reforçado de todo este processo, pairando, na maioria das situações, um sentimento de impunidade, incosequência e injustiça. CAS1 TEC1 é clara quando refere que ***"Elas é que têm de fazer tudo. Enquanto eles, muitas vezes, ficam na casa que é delas, sem trabalhar e, ainda por cima, a receber apoios do Estado... Rendimentos mínimos e ficam com a casa e ficam com tudo. Acho que isso é muito injusto."*** Como consegue sintetizar CAC1 TEC1 ***"Quem, à partida, procedeu mal continua na sua vida diária."***

Quando o discurso se desloca de uma perspetiva macro para um nível de análise mais microscópico/funcional, emergem perceções sobre diferenças que se encontram entre diferentes estruturas congéneres de acolhimento. Três técnicas referem-se a distinções que consideram pertinentes sobre o funcionamento das diferentes casas abrigo, particularmente porque parecem interferir nos direitos e autodeterminação das mulheres acolhidas. CAN2 TEC1 dá corpo a esta ideia: ***“E o que eu noto muitas vezes [...] é que nós, técnicas, com a vontade que temos de fazer tanto por aquela pessoa nos sobrepomos, muitas vezes, ao que é a vontade da pessoa e aos exercícios dos seus mais básicos direitos, nomeadamente, as liberdades de cada um no seu dia-a-dia. Posso concretizar e, às vezes, eu já o tenho dito em encontros de casas abrigo: choca-me muito que haja casas que, por exemplo, limitem o uso dum telemóvel [...] isso faz-me lembrar logo um estabelecimento prisional, uma coisa que me choca imenso.”***

Mas as casas abrigo não são prisões como, efetivamente, alguns entrevistados fazem questão de realçar. A perceção partilhada por determinadas técnicas é que algumas casas abrigo, com o intuito de proteger a mulher, tomam decisões que pouco se coadunam com uma perspetiva respeitadora de direitos individuais: ***“Como é que nós gerimos a autonomia destas mulheres? Tenho visto coisas em casas que me fazem muita impressão. Não nesta nossa casa [...] somos uma equipa que abriu a casa [...] Mas, às vezes, faz-me um bocadinho de confusão como as casas gerem a autonomia destas mulheres. [Há] quase limitação de direitos. [Em] coisas muito simples. Não podem ter o telemóvel [...] Não podem sair à rua depois das 8 horas da noite. Não podem dormir uma noite fora. Uma série de coisas desta amplitude.”*** (CAC2 TEC1)

A intervenção institucional parece, assim, ser conduzida por diferentes modos de estar, resultado dos vários entendimentos face à vitimação e à dinâmica *necessidade de proteção* VS. *autodeterminação da mulher* que resulta em operacionalizações díspares do modelo de proteção. A própria expressão “gerir a autonomia destas mulheres”, claramente contraditória, parece implicar, ainda que inadvertidamente, que alguns direitos e qualidades humanas sejam transferidas, aquando do acolhimento, de uma perspetiva e lógica individuais para um controlo institucional, dando às casas abrigo um papel de supervisor que, com facilidade, pode ultrapassar os limites da funcionalidade e segurança, invadindo o campo dos direitos, da ética e da moral. De acordo com CAN2 TEC1 ***“Acho que neste sentido haveria algum (tenho uma visão um bocado crítica) caminho a fazer-se”***

Este fácil desequilíbrio entre as necessidades institucionais e os direitos individuais é operacionalizado em algumas práticas que se revelam infantilizantes e atentatórias da autodeterminação da mulher, como o recurso a “**castigos**”, nas palavras de CAN3 MACO1 e CAN3 MACO2. Esta última mulher refere claramente que **“às vezes a gente tem castigos porque... às vezes esquece-se de dar... a tarefa a uma colega ou assim e fica sem o telemóvel. Eu fiquei três dias. Já houve aqui pessoas que ficaram mais tempo.”** CAN3 MACO1, revelando algum receio e, simultaneamente, coragem ao abordar esta questão (**“Não vou dizer mal de ninguém, mas já que estou aqui vou falar então. E espero bem que não seja punida por causa disso.”**) exemplifica estas práticas: **“por exemplo, eu quando eu saí, nesse dia, eu saí daqui e apanhei um castigo quando cheguei porque eu esqueci-me de estender os lençóis da máquina de lavar a roupa, porque nós temos [...] as nossas tarefas. Como foi de manhã cedo... deixei a menina a dormir, deixei tudo pronto, deixei tudo limpinho da minha parte. Passei as minhas tarefas que tinha para passar por uma colega. Temos que assinar isso tudo. E cheguei... nunca me lembrei do... dos lençóis [...] da cama, que são as funcionárias que poem nas máquinas. Nós pomos o balde à porta e tem os nossos números e pomos nas máquinas e eu de manhã nunca me lembrei. Eu lembrei-me uma vez, depois passou-me. E... mas também eu pensei para mim, como era tão cedo, nunca pensei... cheguei aqui, puseram-me de castigo «você sabe que não estendeu os lençóis», « – sei, isso era tão... tão cedo, de manhã cedo, nem nunca pensei que fosse...». Prontos, apanhei, puseram-me a lavar uma rampazinha, mas prontos foi um castigo...”**

8.1.1. c) Confidencialidade e sigilo

Sendo o sigilo o fator determinante e diferenciador relativamente ao acolhimento de mulheres vítimas de violência em Portugal, parece ser, contudo, também o elemento mais difícil de manter. A quebra da confidencialidade ocorre com relativa facilidade e parece prender-se com *fatores processuais* e com *falta de cuidado da própria vítima*. Este aspeto relacionado com a confidencialidade parece ser mais enfatizado por técnicas, que apresentam, como seria expectável, uma visão mais holística do sistema de acolhimento, quando comparado com as mulheres entrevistadas. Estas, ainda que em menor escala, apresentam, também, preocupações ligadas a este fator fundamental do acolhimento em Portugal.

Os fatores processuais, referenciados por quatro técnicas, encontram-se relacionados com todas as implicações funcionais (como as contratuais, as mudanças de escola, ...) que qualquer saída de casa parece implicar. O facto de a mulher alterar a sua residência e necessitar de terminar, iniciar ou alterar contratos com serviços diversos, como com os serviços de água e saneamento, eletricidade, serviços bancários, escolas, ..., pode contribuir para algumas brechas na segurança pessoal, tornando mais públicos alguns indicadores sobre o seu novo paradeiro. CAN1 MACO3, a única mulher que refere explicitamente um destes fatores processuais, relaciona a decisão judicial das visitas paternas com os horários escolares do filho e, assim, com a descoberta do paradeiro: ***“ele [o pai] teve a visita ao pai por perto do meio-dia, o miúdo tinha aulas de tarde, ora é assim, se tens aulas de tarde, não estás muito longe. Então eu penso que ele que mandaria alguém ou seguiu o miúdo até com outro carro emprestado, ou qualquer coisa, seguiu o miúdo até ver onde ele entrava e num mês descobriu que eu que estava aqui. E eu que ao fim de um mês que... que ele já sabia que eu estava aqui”***. CAC2 TEC1 salienta a importância dos filhos e da sua integração escolar enquanto elemento facilitador da descoberta, apresentando uma perspetiva radicalizada, defendendo que em ***“situações de mulheres com crianças, acabou [refere-se ao facto do paradeiro da mulher ser facilmente identificado]. Vai haver essa informação porque há filhos, não é? E a partir daí com filhos menores... é uma falsa questão.”*** CAN3 TEC1, técnica de uma casa particularmente isolada e de difícil acesso, refere este processo de necessidade de alteração de morada como extremamente delicado e facilitadora da descoberta de paradeiro mesmo em situações em que as casas abrigadas encontram-se deslocadas de centros urbanos e vias de comunicação, evidenciando ***“Dois ou três casos desde que eu cá estou, que foram esses que descobriram através de outros meios, a nível de alteração das moradas, eles já andam muito atentos a isso e conseguiram cá chegar. Mas, porque senão, isto aqui neste sítio é muito difícil.”***

Se há instituições e entidades que não são sensíveis às questões da confidencialidade e sigilo, outras, pela sua área de intervenção, deveriam tê-las como características basilares. Contudo, são evidenciados pelas técnicas entrevistadas algumas situações em que este tipo de serviços (como os do apoio do Rendimento Social de Inserção) são os primeiros a, inadvertidamente, recolocar a mulher em situação de risco iminente. CAN2 TEC1 exemplifica com uma situação que parece considerar exemplificativa desta falta de cuidado e do impacto que a incorreta articulação e/ou falta de cuidado entre serviços poderá originar: ***“aí conseguiu-se manter mas foi a muito custo, porque havia precisamente os processos***

de regulação, e ele foi inibido. Bem-haja, não é? Mas ... tive de ser eu a contactar a reinserção social para que eles não dissessem onde é que era a localização das escolas. O Relatório Social tinha lá tudo. Eles agora já vão tendo mais cuidado. Estou a falar de uma situação que ocorreu já aqui há uns anos. Já temos evoluído, mas... Mas se eu não tinha tido o cuidado ia plasmado no relatório social onde é que eles frequentavam a escola e tudo mais e... e isto não podia ir de maneira nenhuma. Era uma situação de alto risco."

Os fatores processuais prendem-se, igualmente, com as implicações que os processos judiciais parecem continuar a ter. CAS1 TEC1 é de opinião que o próprio sistema jurídico não protege o suficiente as vítimas e a necessidade do sigilo: "*a nível dos Tribunais às vezes é complicado. São os próprios Tribunais que não respeitam o sigilo do paradeiro das vítimas. Isso dificulta muito. [é questionada sobre se considera que estes serviços chegam a colocar em causa a própria segurança da vítima, ao que responde] Completamente. Se o agressor tiver um advogado, o advogado pode consultar o processo e está lá a morada. É muito complicado."*

CAN2 TEC1 completa esta ideia pondo em evidência o facto de a legislação ser adequada, cabendo contudo, em última análise, a quem a aplica (ao facto de ter ou não sensibilidade para estas matérias) a defesa ou não destes interesses e das consequentes implicações: "*Primeiro, eu acho que é quase impossível manter-se os processos judiciais todos e o sigilo se manter. Obviamente muita gente vai-me dizer «Ai! É muito fácil, então eu faço assim, eu faço assado»... Eu já sei como é que se faz! Eu trabalho aqui há dez anos, sei muito bem como é que se faz. Agora, basta uma regulação das responsabilidades parentais, se não houver inibição, o pai tem o direito de saber onde é que os filhos estão na escola, pronto. Basta isto. Basta não apanharmos um magistrado tão sensível a estas questões... Eu sei que a lei fala, a nova lei até tem um artigo que fala só do direito a confidencialidade e não sei quê..."*

Parecem ser as mulheres, contudo, de acordo com quatro técnicas e quatro mulheres, as principais facilitadoras desta quebra de confidencialidade. Se algumas o fazem quase que por necessidade, tal como refere CAN3 TEC2 ("*acho que elas têm uma necessidade de dizer, nem que seja à família, onde é que se encontram*"), outras parecem fazê-lo por ainda não ser clara a decisão de abandonar a relação. CAC1 TEC1 refere que "*muitas vezes damo-nos conta que estamos com situações em acolhimento de senhoras que, quando vimos a descobrir, já estão em contacto com as pessoas que foram a causa de virem para*

cá. E isso depois gera grande dificuldade de proceder a um plano de intervenção, inicialmente definido longe do agressor, não é? Portanto, isso depois é uma confusão. E dificulta, também as senhoras manterem-se nessa linha de atuação. Porque emocionalmente, depois, face ao contacto e à postura que nós conhecemos, que de início é de grandes promessas e de mudança, muitas abandonam o projeto que estão a realizar para retomar [a relação]". Também CAN3 TEC1, reforça o papel ativo na quebra de confidencialidade que as mulheres parecem ter - "de todos os agressores que apareceram cá (já apareceram bastantes), é por informação de quem cá está". O reconhecimento deste facto obriga a que a defesa da confidencialidade, de acordo com CAS1 TEC1, seja "um trabalho que se faz quase diariamente".

Apesar do trabalho técnico desenvolvido, também as próprias mulheres referem o papel significativo de quem está acolhido enquanto desencadeador da descoberta do paradeiro. De acordo com quatro mulheres, são as próprias utentes que quebram a confidencialidade da casa abrigo. CAN1 MAUTO2 refere claramente que conhece "casos de senhoras que foram para a casa abrigo, mas ligavam para os maridos para dizer onde estava. Está bem? E depois descobriam e iam trocando, trocando, trocando, trocando até chegar aqui." Esta mesma mulher autonomizada, quando questionada sobre o modelo português em que as casas abrigo são confidenciais, reforça a ideia anteriores enfatizando que: "Não, não são não. [confidenciais] O senhor pensa que é, mas não é não. [...] para mim tinha que ser confidencial. Mas confidencial mesmo. [...] Mas o problema é que não pode... [...] as utentes estragam todas. Estragam tudo. Porque chegam no café e falam que ali é isso, que ali é aquilo".

Complementarmente, também as novas tecnologias são referenciadas por duas mulheres como elementos que contribuem para esta falta de cuidado na manutenção do sigilo. CAN3 MACO 1 exemplifica referindo que "há muitas rapariguinhas já tiveram aqui e foram para a Internet, para o Facebook procurar trabalho e chega-se ao fim não foram nada procurar trabalho. E um agressor apareceu aí de repente, de Lisboa para cá. E descobriu. Veio cá direitinho." CAN1 MACO1 assume que o seu ex-companheiro conhece a sua localização revelando que "por acaso até sabe, mas ele não vem aqui. Tem medo. Mas prontos. [questionada sobre se sabia como é que o ex-companheiro a conseguiu localizar refere que] foi por causa... porque eu... estou num relacionamento com uma pessoa daqui e... E ele foi através de... mas não sabem que casa é que eu estou. Sabe que estou aqui em [nome da localidade], mas não sabe aonde. Por causa do... do Face-

book dele [atual namorado], claro. Diz [nome da localidade] e, no dele, e ele repa... disse... sabe disso."

Todo este conjunto de elementos parece contribuir, como referem assumidamente duas técnicas e duas mulheres, para aquilo que é entendido como uma quase "inevitabilidade" da descoberta do paradeiro das mulheres acolhidas. CAC2 TEC1, convictamente, afirma que apesar de "**não termos a morada divulgada, não é? Obviamente. Mas, eu dir-lhe-ei que a maioria dos agressores sabe perfeitamente... pode não saber a rua e a porta, mas sabe perfeitamente a zona onde estão alojadas a sua ex-mulher ou ex-companheira e filhos. A maioria sabe. Há uma minoria que nunca soube, mas a maioria sabe.**" Também CAN2 TEC1 refere que toda tentativa de secretismo no qual estão envoltas as casas abrigo se revela um esforço infrutífero sendo "**uma forma de se evitar o inevitável – que eles vão mais tarde ou mais cedo saber onde é que elas estão. Quantas vítimas temos neste país que fizeram um percurso em casa abrigo e de autonomização e que depois eles não sabem onde é que estão os filhos e onde é que ela esteve? Façam esse, não sei se alguma vez fez esse estudo**"

As mulheres parecem ter, igualmente, percepções semelhantes. CAN1 MACO3 é de opinião que "**eles acabam sempre por tentar descobrir, a não ser que sejam assim... eu também não estou relativamente muito longe, não é? Mas eles acabam sempre, tendo interesse, eles acabam sempre [...] descubrem. Descubrem e... e... e não é ou numa... não é o meu caso o único, há casos mesmo de senhoras que já saíram e eles acabaram sempre por descobrir onde elas estavam. [...] Através dos filhos e através de... de qualquer outra coisa, eles procuram sempre**". CAN1 MAUTO1 partilha da mesma ideia referindo que "**eles descobrem. Descubrem sempre. Ou vai-se para muito longe e... porque, o meu por exemplo, pouco tempo depois descobriu logo onde eu estava.**"

A dinâmica relacional entre os conceitos *segurança* (da mulher) e *afastamento* (do agressor), enquanto elementos que se completam e retroagem, e que parece ser o fundamento do modelo de acolhimento sigiloso, é colocada em causa por três das técnicas que refletem sobre a real necessidade de manutenção de um sistema exclusivamente sigiloso. É realçado que o sigilo só se consegue num primeiro momento do acolhimento e que só se justifica em situações de violência de alto risco. CAC2 TEC 1 consegue, de modo sintético e claro, veicular esta ideia: "**É assim, uma casa... para quem cá vive deve estar inserida numa comunidade. Às vezes, em certas situações, era de todo bom, bom que não conseguissem saber onde a senhora está. Em certas situações. E eu digo só algumas situações.**

Nesta prática de seis anos, eu diria, só em algumas, poucas, situações nos interessaria, de facto, que os agressores não tivessem a mínima ideia de onde estava a sua família. Na maioria das situações, isso não altera o percurso das situações. Na maioria das situações, o facto do agressor saber onde está a viver a família não altera, não modifica. Há uma minoria de situações que exigem esse... ou que beneficiaria desse secretismo de localização. Porque na maioria das situações, esse secretismo de facto só acontece numa primeira fase curta, pois há filhos, há regulações de responsabilidades parentais. Não vamos mais longe, não temos que ir mais longe. Basta pensarmos nisto, não é? Portanto, o secretismo, onde ela está e os seus filhos é (...) relativo. Portanto, haverá vantagens em isolá-las, assim da comunidade?"

8.1.1. d) Vantagens

O discurso das técnicas e das mulheres entrevistadas relativamente ao modelo confidencial parece colocar em evidência a *segurança* como vantagem principal (referida por nove técnicas e 13 mulheres). Complementarmente, nove técnicas e nove mulheres, salientam os diferentes tipos de apoio (agrupados em Instrumental, Jurídico, Psicológico e Social) como elementos que se assumem claramente vantajosos para a mulher acolhida. Os discursos colocam em evidência, também, as consequências positivas que o afastamento com o agressor, resultante do tempo e espaço providenciado pela casa abrigo, origina, que parece propiciar uma sensação subjetiva de "começar de novo". Este processo, que designamos por tempo de *redefinição pessoal*, parece constituir-se como o alicerce de um crescimento pessoal associado a um processo de empoderamento e autonomia.

Apesar de se reconhecer as limitações do sigilo, como referido anteriormente, a segurança parece surgir quase que espontaneamente como um elemento fundamental e alicerçante do modelo sigiloso. CAC1 TEC1 refere, logo à partida, que o modelo sigiloso implica maior segurança e proteção ("**O modelo com o qual trabalhamos, penso que tem... tem vantagens, logo à partida, na questão da proteção.**"), tal como CAN2 TEC1 ("**mais segurança! Segurança sem dúvida...**"). CAS1 MACO1 traduz, igualmente, esta associação entre a localização sigilosa e a segurança afirmando que "**O estar aqui tem vantagens, pronto, porque você está escondido e você tem aquela proteção, não é?**"

A segurança, contudo, parece traduzir-se nas implicações subjetivas mais do que no fator objetivo propriamente dito, i.e., o modelo sigiloso implica um afastamento imediato em

relação ao agressor, dando à mulher tempo e espaço para refletir e agir, longe do(s) fator(es) stressor(es). Esta ideia é traduzida claramente nas palavras de CAN1 MAUTO1: ***“E aqui acho que sentia-me protegida, sentia-me... gostei muito de estar aqui. Foi duro. Não digo que não, que foi duro. [...] Eu senti-me... quer dizer, no primeiro dia vim, no segundo fiquei de rastos, não sei quê. Mas depois, fiquei... digo assim: “já estou livre”. Aquela sensação de liberdade, [...] eu senti-me bem. Sentia um vazio dentro de mim. E depois não. Depois senti aquela liberdade de estar aqui. Porque sabia que tinha alguém que me estava a apoiar, que me estava a ajudar, que não me deixava faltar comer ao meu filho. Isso para mim foi o mais importante.”*** CAN3 TEC1 sumaria esta ideia afirmando que o ***“facto de elas também terem que cortar um bocadinho com eles, ajuda bastante na reestruturação do projeto de vida delas.”*** Também CAC1 TEC1 apresenta o modelo de acolhimento português como organizador, neste sentido, mas realça que, de facto, a segurança, como vantagem, se centra muito na posição pessoal da mulher acolhida: ***“a forma como nós temos as casas abrigo, penso que é facilitadora para criar esse afastamento, que não é só físico, mas também psicológico, se elas cumprirem o sigilo, não é? Muitas vezes, eles vêm até... demonstram-nos muito medo, mas eles vêm a descobrir, é mesmo por elas que dizem onde estão, apesar de nós dizermos para não o fazerem.”***

CAN1 refere, com humor, que a ***“primeira grande vantagem [é] ter uma alternativa, aparentemente, segura e estruturada [...] Que não seja uma pensão, um buraco ou um quarto, onde a pessoa se esconde. [...] Aparentemente segura porquê? Porque a deslocalização permite que a resposta seja segura. Enquanto houver desconhecimento da outra parte. A partir do momento em que outra parte conhece a localização... deixa de ser seguro. Pronto”***. Apesar de as mulheres entrevistadas reconhecerem claramente a segurança como uma vantagem, parecem ter, igualmente, a percepção de que o sigilo é relativo, como se depreende das palavras de CAN1 MAUTO1: ***“Eu acho que confidencial é mais seguro. Até um ponto. Até o agressor não descobrir onde está a mulher.”***

Para além deste elemento securizante e alicerçante de todo o modelo de acolhimento, mulheres e técnicas entrevistadas assinalam os diferentes apoios fornecidos pela casa abrigo como elementos fundamentais em todo o processo de reestruturação pessoal da mulher e dos seus filhos. Sendo que a quase totalidade das técnicas se refere a apoios, são as psicólogas que mais se centram nesta questão, evidenciando, como expectável, o apoio psicológico, direto e indireto, que as mulheres recebem. CAC2 TEC2 refere-se ao ***“sentimento de que não estou sozinha nisto”*** como um exemplo deste apoio psicológico inter-

pares quase que automático neste tipo de estruturas de acolhimento. CAS1 TEC2 concilia esta permanente disponibilidade e contacto com alguém que vivenciou situações semelhantes com a presença de uma equipa alargada que, com a experiência adquirida, se assume como um apoio mais formal: **"A pessoa vem completamente destruída e tem sempre alguém com quem falar e mesmo as pessoas que estão ali dentro das casas abrigo, as auxiliares, são pessoas que já têm bastante preparação e que já estão dentro desta área há muitos anos e sabem se calhar em que é que deverão ajudar e o que é que deverão dizer."**

E se este apoio se revela fundamental num primeiro momento (CAS1 TEC2, considera-o **"fundamental, especialmente numa fase inicial"**), o apoio psicológico assume também uma vertente mais estruturante, na medida em que, como defende CAC2 TEC2, permite **"ajudar a pensar, [numa] rede, (...) [e] num projeto de vida, sem violência."**

As mulheres entrevistadas valorizando, fundamentalmente, o apoio Instrumental e o Psicológico, parecem ir ao encontro das opiniões das técnicas entrevistadas. O apoio emocional revela-se uma vantagem importante deste tipo de resposta social pois, como afirma CAC1 MACO2, as equipas da casa abrigo **"Ajudam-nos a... a ser, a irmos mais além. Se... por exemplo, a gente chega aqui e vimos esmorecidas, não... pensamos que não vamos ter apoio e, pelo contrário, temos muito apoio e muita ajuda."** Também a componente da disponibilidade é salvaguarda como elemento importante do apoio psicológico, como a mesma mulher sublinha: **"E há outra coisa, quando eu preciso de ajuda, seja do psicólogo, seja da... da própria assisten... a Doutora, estão sempre disponíveis para nós. Nunca nos viraram as costas e nunca nos disseram «hoje não tenho pra vocês». Nunca. Portanto... eu falo por esta casa abrigo e digo uma coisa as pessoas que trabalham aqui são sensacionais."**

O apoio ultrapassa a componente emocional ou psicológica e assume, ainda, variantes instrumentais, jurídicas e sociais. O apoio social parece ser operacionalizado no acesso a serviços, como refere CAC2 TEC1 (**"uma acessibilidade muito rápida e fácil a uma série de serviços, ou seja, a mediação da equipe técnica que lhes permite uma movimentação em termos de serviços e de recursos, que estando sozinho ou indo em termos ambulatoriais, digamos, às vezes é muito mais demorado ou mais forçosa, depende das circunstâncias. Mas em geral é."**) e CAS1 TEC2 (**"Nós, quando a vítima chega, acho que até fica com a ideia de que, praticamente, não tem de fazer nada porque, de repente, os miúdos já têm a escola ou já têm creche."**), mas também no acompanhamento a nível de emprego e

formação, mediante o desenvolvimento de competências de empregabilidade e de gestão pessoal, como evidencia CAC1 MACO2, quando afirma que a equipa **“ensinam-nos a... eles ajudam-nos a procurar trabalho”** ou quando refere que **“ensinarem-me mesmo gerir o meu próprio dinheiro...”**

Por outro lado, o apoio instrumental, com a sua vertente imediata e vocacionada para as necessidades básicas, é salvaguardado com a mesma intensidade quer por mulheres, quer pelas técnicas entrevistadas. CAN3 TEC3 evidencia este posicionamento referindo que **“em termos de vantagem, eu acho que sim, em termos de ter as necessidades básicas asseguradas”**). O facto do acolhimento em casa abrigo ser gratuito parece permitir, assim, um apoio **“económico (...) facilitador, porque deixam de ter gastos ”**, como refere CAN2 TEC1, e que se traduz no apoio a nível de alimentação, vestuário, medicação, ...

CAN1 MACO1 concretiza afirmando que este apoio instrumental se assume como uma grande vantagem e um alicerce fundamental para a reorganização que se pretende, pois **“Além de estarmos aqui... isto eu falo assim muito abertamente, estamos aqui não temos renda para pagar, não temos água, não temos luz... [...] Não temos gastos, não é? Temos comida, temos onde dormir. O dinheiro que nós temos, temos é que saber regrá-lo, não é? E poupar para depois um dia quando quisermos sair daqui termos as nossas coisas, não é? É uma mais-valia para nós podermos reorganizar outra vez a nossa vida de novo.”**

O apoio jurídico, por sua vez, é também referido por três técnicas como um vantagem em todo este processo de acolhimento, quer na sua vertente formal, quer assumidamente informal, como sintetiza CAN1 TEC1, referindo-se às vantagens do acolhimento em casa abrigo: **“O apoio ao nível legal, mesmo sem existência de um advogado. Mas com o conhecimento institucional e o conhecimento técnico das coisas que nós conseguimos fazer, às vezes, não é? E as voltas que conseguimos dar às situações, que a pessoa sozinha não consegue.”**

Curiosamente, e apesar de seis mulheres afirmarem abertamente o recurso a advogados nos seus processos em curso, nenhuma refere o apoio jurídico como sendo uma vantagem das casas abrigo. Das casas abrigo da amostra, apenas uma possuía nos seus quadros uma jurista.

A materialização destes apoios num contexto seguro parece contribuir para aquilo a que se designou de *Redefinição pessoal*, a partir dos testemunhos recolhidos de cinco técnicas e nove mulheres, e que se afigura como a materialização do objetivo prioritário destas

estruturas sociais, ou seja, o **“começar de novo”**, nas palavras de CAS1 TEC1. A casa abrigo parece permitir, assim, um corte com o ambiente violento de origem, propiciando o desenvolvimento de uma sensação subjetiva de recomeço. Tal parece implicar um processo muito pessoal mas que, contudo, poderá ter uma supervisão técnica, como podemos verificar no que defende CAC1 TEC1: **“E, portanto, a esse nível, há muitas vantagens... no sentido de, juntamente com as pessoas, colaborar... orientar, supervisionar um... um estilo de vida e uma postura diferentes”**. CAN1 MACO1 consegue explicar claramente esta ideia afirmando que as casas abrigo dão tempo **“para uma pessoa refletir... pensar no que quer na vida... e quais são os nossos objetivos e tudo. [...] Por... por capítulos, como se costuma dizer, não se pode fazer tudo logo de uma vez. Não é?”**. De acordo com CAC1 MACO3, ao fazê-lo, parece permitir que (re)ganhe confiança pessoal: **“Passamos a criar a nossa confiança, a nossa independência. Portanto, começamos a sentir algo que... antes não tínhamos.”**

8.1.1. e) Desvantagens

Apesar de assumirem a casa abrigo como sendo um modelo de intervenção com vantagens, as técnicas entrevistadas manifestam, contudo, uma postura crítica em relação às mesmas, colocando em evidência um conjunto significativo de elementos que são entendidos como desvantagens. O discurso das mulheres entrevistadas, por sua vez, reflete, na sua globalidade, os mesmos elementos, ainda que numa escala menor quando comparado com o discurso das técnicas. Tal parece ser o resultado do sentimento de gratidão que as mulheres entrevistadas atribuem às casas abrigo e ao trabalho nelas desenvolvido, em que parece prevalecer uma lógica ponderativa onde as dificuldades sentidas são colmatadas pelos benefícios obtidos. A concretização do que afirmámos poderá encontrar-se no facto de quatro mulheres no universo desta investigação afirmarem claramente que as casas abrigo não possuem qualquer desvantagem, como afirma CAN2 MAUTO1: **“Desvantagens... Não vejo ninguém, não vejo... no fundo estão a salvaguardar as senhoras que vem parar a estes sítios, não é? Porque se nos vimos de uma situação complicada como a que vimos normalmente, a... precisamos até do nosso espaço, e do nosso canto, e de, e de nos mantermos ... distantes de certo tipo de pessoas e portanto, eu acho que, está bem assim.”** Apesar das mulheres entrevistadas terem, na sua maioria, maior dificuldade

em elencar aquilo que consideram ser elementos desvantajosos de um acolhimento em casa abrigo, todas acabam por conseguir abordar esta dimensão no decorrer da entrevista. No conjunto das entrevistas realizadas, as desvantagens parecem agrupar-se em seis grandes tipologias: *desenraizamento, clandestinidade e isolamento, preconceito e estigma, vivências partilhadas, controlo e vigilância e acomodação*.

Uma das desvantagens mais consensuais (evidenciada por sete técnicas e sete mulheres) prende-se com o *desenraizamento* que o acolhimento implica, bem como com as suas consequências.

O acolhimento em casa abrigo implica que a mulher "***deixe tudo para trás***", como referem CAS1 TEC2 e CAN3 TEC2, com um conseqüente sentimento de perda, que CAS1 TEC2 tão bem traduz na sua expressão "***uma vida que se deixa para trás***". CAN3 MACO1 concretiza com a sua experiência: "***Morei lá vinte e dois anos. Uma pessoa estava ao pé de tudo. Tinha uma casinha alugada. Pagava cem euros de casa, tinha a minha vida muito bem orientada. Entretanto, conheci o pai da minha filha, fiz asneira. [...] Acreditei. Cheguei ao fim. Acho que entende, fui uma empregada doméstica. [Agora] Sem ordenado. Mas... para ter que vir para aqui. Nunca pensei parar aqui. [referindo-se à localização geográfica isolada da casa abrigo]***"

A necessidade, por razões de segurança, de afastar a mulher do agressor implica, concomitantemente, um afastamento das zonas de conforto da mulher que, na maioria das situações, apesar da violência, tinha toda uma vida estruturada temporal e espacialmente numa determinada zona geográfica circunscrita. A fuga de casa obriga a um processo semelhante a um reinício da sua própria vida que, contudo, é realizado forçadamente num momento de maior fragilidade emocional e que, apesar de ser tecnicamente apoiado/suportado ("***Nós orientamos e ajudamos***" – CAS1 TEC1), é feito de modo isolado normalmente sem apoio de significativos ("***Desvantagens? Estarmos longe da família***" – CAN1 MACO2), atendendo ao facto de haver necessariamente uma quebra com a rede de suporte da mulher, por motivos de segurança ("***terem que sair do local onde estão, depois não têm muito contacto com a família, porque há sempre a questão de ele poder segui-las, de pressionar e dizerem onde é que estão.***" – CAN3 TEC2).

O *desenraizamento*, escolhido mas forçado, se num primeiro momento poderá beneficiar a questão da segurança, posteriormente, parece potenciar um sentimento de não pertença. Como refere CAC1 TEC1, "***depois, com o tempo, as pessoas vão serenando e começa a ideia de «deixei as minhas coisas». A criança que pede isto ou que pede aquilo que tam-***

bém ficou em casa. E, portanto, a dada altura, começa a percepção de que aquilo é impessoal, que não lhes pertence, não é? Pertence temporariamente, sabem, mas o espaço não é o que existia." Este limbo situacional, em que a mulher ou agregado já não está no seu espaço de origem, mas também não se encontra, ainda, naquele que será, idealmente, o seu espaço autónomo final, implica consequências também para os menores acolhidos com as mães. Esta ideia é enfaticamente demonstrada por CAC2 TEC1: "***as nossas crianças têm que sair da escola, etc., etc. e isso é que é... acho que é muito duro, então para adolescentes, muitos mais velhos acho que isso é duríssimo para eles. Duríssimo. E ter que deixar a nossa casa, não é? Ter que deixar a nossa casa, as nossas coisas, o nosso território. Isto é muito duro. É muito duro.***"

As consequências do desenraizamento parecem não se prender somente com a mulher e filhos, quando estes se encontram acolhidos. Os efeitos resultantes da necessidade de "deixar tudo para trás" (porque, de acordo com CAN1 MACO1, "***uma pessoa está habituada a uma vida antes de vir para aqui, depois chega aqui ficamos completamente sem nada. Não é? Porque muita gente não vem com roupas, não vem com nada, não... não traz nada.***") têm impacto também nos técnicos das casas abrigo, que parecem ressentir-se emocionalmente desta situação, tal como refere CAC1 TEC1: "***é uma segunda violência, de facto. As pessoas chegarem muitas vezes a... a um organismo, a uma autoridade e virem diretas com a roupa que têm e com os filhos. Nós técnicas que trabalhamos com isto diariamente, continua a ser uma situação que mexe connosco, não é? É mais uma situação em que vemos as pessoas numa condição que não... que não é desejável para ninguém. Eu acho que, logo à partida é... é... é a grande... é o grande problema... é... serem as mulheres que são vítimas e que sofrem e... e que vão ter que abandonar tudo, muitas vezes deixar o trabalho, no contexto atual, que é tão difícil de... de ter. Muitas vezes têm que deixar algo que tinham seguro, para se afastarem e eles continuam na... nas suas vidas, nos seus... nos espaços habituais.***"

Mas este desenraizamento não é suficiente para garantir a segurança da mulher e das crianças. Parece haver uma consciência, muito prática, de que a segurança é, realmente, algo muito frágil, que necessita de ser defendido e trabalhado diariamente. Toda uma parafernália de estratégias e subterfúgios, como a utilização de moradas de referência diferentes daquela onde a mulher se encontra, ou o reforço de confidencialidade de morada na escola que as crianças se encontram a frequentar, visam assegurar que a mulher

se mantenha num processo de *clandestinidade e isolamento*, longe de olhares entendidos como intrusivos e potencialmente perigosos.

O processo de clandestinidade e isolamento (abordado diretamente por seis técnicas e cinco mulheres), consiste na inserção da mulher vítima de violência doméstica num contexto que não é o seu, levando-a, através de um conjunto de orientações e regras, a manter um sigilo rigoroso sobre o seu paradeiro e movimentos quotidianos. Conforme evidenciado no subcapítulo *Confidencialidade e Sigilo*, nem sempre o sigilo é conseguido, pelo que a sua real necessidade é abordada, ainda que por um número diminuto de técnicas.

Não apresentando uma posição consensual, esta questão é abordada por duas técnicas que colocam em causa este isolamento (congruentemente, duas das três técnicas que refletiram sobre a real necessidade de manutenção de um sistema exclusivamente sigiloso) tido como necessário. CAN2 TEC1 defende que **"as vítimas não têm que ser fugitivas, não têm de andar a fugir toda a vida dos agressores, e, eu sei que isto é um risco, mas há que fazer uma boa avaliação de risco no início. E, também, perguntar à própria vítima o que é que ela acha disto, porque nós técnicas por si só decidirmos que o processo vai para o Porto só para despistar o agressor não é assim. A vítima é que tem de dizer se está disposta a ir ao Porto, sempre que necessário. E nós usarmos a morada da APAV do Porto, estará disposta a fazer isto sempre? Até que ponto se justifica? Até que ponto há violência física e psicológica que justifique isto? Até que ponto não é necessário trabalhar com esta pessoa o enfrentar da situação (...)".** CAC2 TEC1 reforça a questão das desvantagens do modelo confidencial referindo que **"isolar as pessoas, não é resposta, (...) as pessoas não vão viver a vida isoladas. Elas vão ter que reaprender a viver a vida, não isoladas. Embora que considero que, às vezes, há necessidade de um período em que não há essa comunicação..."**.

Três técnicas referem, ainda, que este isolamento forçado implica que as próprias casas abrigo, particularmente aquelas que não se encontram inseridas em/pertencem a macroestruturas, se sintam isoladas da restante comunidade envolvente, tendo dificuldades em aceder na totalidade a todas as oportunidades de apoio nela existentes, como afirma CAS1 TEC2 **"Porque nós aqui também não podemos estar a divulgar e a pedir grandes apoios pois não pode haver uma divulgação: onde é que fica [a casa abrigo], o que é que faz... E acabamos por ficar assim um bocadinho à margem"**. Esta técnica refere, ainda, que este isolamento contribui para um "efeito perverso", estigmatizando ainda mais a vítima por a colocar em instituições que se assumem como clandestinas. CAC2 TEC1 chega

mesmo a interrogar-se sobre se "(...) **haverá vantagens em isolá-las, assim da comunidade? (...) Eu diria há que mais desvantagens do que vantagens. Na minha perspetiva.**"

Uma das técnicas entrevistadas, assume claramente que a ruralidade e afastamento se assumem como dificultadoras, acabando por isolar, funcionalmente, ainda mais a mulher, estimulando uma dependência institucional que não se assume como vantajosa: "**[...] o facto da localização, de ser limitada a nível de transportes e tudo. Portanto não estar situada num grande centro, [...] elas estão dependentes de nós para muita coisa, muitas vezes temos que ser nós a levá-las e transportá-las. E isso dificulta. [...] aos serviços de saúde, a tudo. Formação, tudo.**" (CAN3 TEC2). CAN3 MACO1, mulher acolhida na mesma casa, concretiza as dificuldades a que a técnica se refere aludindo a uma situação de atraso, resultante de uma entrevista de emprego em que se teve de deslocar a uma localidade a cerca de 40 quilómetros de distância: "**liguei de uma cabine e disse à funcionária que ia chegar... que estava às seis horas que era para entrar aqui, mas não podia que isto ainda estava em [nome de localidade], por causa dos comboios. Por causa dos transportes. E cheguei a [nome de outra localidade] estava sujeita a perder o comboio e a camioneta para aqui, porque não há. A última camioneta é às sete e meia. É a última, não há mais nada. É muito longe vir a pé. Muito longe. É preciso uma hora, ou uma hora e tal. E depois, se fosse só casas, mas não! É um sítio muito feio para vir a pé por aí fora. Se eu cheguei às sete, eu chegava aqui, se viesse a pé, se perdesse os transportes, vinha para aí às oito. Chegava aqui para aí às oito, ou às nove. Há um motorista da casa, a gente pode-lhe ligar para a casa a ver se eles vão-nos buscar, mas a gente fica sempre na dúvida, se dá, se não dá.**"

Este isolamento forçado, para além de dificultar claramente o quotidiano da mulher (tornando-o, na maior parte das vezes, pouco funcional), implica ainda, por motivos de sigilo, que a própria utente utilize estratégias pouco claras quando necessita de mencionar o local onde se encontra. Todo o sigilo e sussurro em torno do acolhimento institucional, parece contribuir para uma não clarificação do processo de acolhimento que, para quem não domina a orgânica da proteção à vítima em Portugal (como é o caso da população em geral), poderá apresentar comportamentos de desconfiança e reservas daí inerentes. Desta forma, um outro conjunto de desvantagens do acolhimento em casa abrigo relaciona-se com o *preconceito e estigma* que as mulheres acolhidas parecem ter de enfrentar no seu processo de (re)autonomização, ou seja, o modo como são vistas por terceiros e as consequências e limitações que daí parecem advir.

A nível do discurso técnico, são quatro as técnicas que se referem a estas questões e, apesar de algumas reconhecerem que o estigma também poderá ocorrer no modelo aberto, é claramente mais referido aquando do discurso relativo às casas abrigo confidenciais. Segundo as técnicas entrevistadas, o facto de as mulheres estarem acolhidas institucionalmente parece dificultar as duas grandes áreas fundamentais para a autonomização: a empregabilidade e a habitação. CAN1 TEC1 refere claramente que no processo de procurar de emprego, e numa **“situação de desespero, dizer onde estão e quais são as suas circunstâncias e eu acho que não abona nada em favor delas, porque infelizmente... normalmente, é o contrário. Quem as emprega, antecipa os problemas e diz «bem, é melhor não me meter por aqui», não é?”**. Este posicionamento é reforçado pelo discurso das três mulheres que, diretamente, abordam esta questão. CAN1 MACO4 espelha as vivências descritas quando refere que **“Desvantagens em certos aspetos é... A pessoa sai a qualquer lado... Um exemplo, responder a uma entrevista para um trabalho, se diz que está numa casa abrigo as pessoas olham de lado, portanto há ali uma discriminação”**.

O facto de se encontrar a residir numa instituição parece ser motivo suficiente para gerar um estado de alerta/desconfiança em relação à mulher acolhida que se vê confrontada com o dilema de manter o sigilo da casa abrigo (ocultando o motivo do acolhimento), bem como a sua privacidade, ou mostrar que não tem nada a esconder, iniciando uma relação de abertura e franqueza comunicacional, supostamente desejada por qualquer entidade patronal. Este conflito interno é materializado na reprodução feita por CAS1 MACO1 de um “discurso-tipo” encontrado ao longo da sua tentativa de procura de emprego:

“- Você está na Santa Casa?

- Estou. Estou na Santa Casa.

- Mas você está na Santa Casa. Você mora na Santa Casa, porquê?”

CAN3 TEC2 reconhece este mesmo problema, embora refira alguma ambivalência quanto ao mesmo, reconhecendo um possível elemento facilitador do processo institucional: **“Muitas vezes também é prejudicial para elas a nível de emprego, às vezes elas têm que dizer mesmo que estão numa casa abrigo. Tem os dois lados, pode ser positivo, como pode não ser. Às vezes até são discriminadas por isso.”**

CAN2 TEC1 sublinha que a trajetória vitimária da mulher acolhida é, por vezes, utilizada com o intuito de consciencializar e/ou comover uma potencial entidade empregadora,

bem como os proprietários de habitações que pretendam alugar, não resultando, contudo, como inicialmente possa ter sido previsto: ***“Muitas vezes também para arrendar casa, o facto de estarem acolhidas em casa abrigo, também é visto como algo estigmatizante. Porque se os senhorios se o souberem, provavelmente não vão querer arrendar a casa, vão achar que a pessoa não tem condições económicas e que, já veio de uma instituição e que, pronto, não terão garantias suficientes para arrendar um imóvel aquela pessoa.”***

Parece haver, pelo facto de a mulher estar institucionalizada, um pressuposto de ausência de condições económicas e, com ele, um pressuposto complementar de uma incapacidade de gestão funcional da vida quotidiana e das suas exigências.

Este processo de auto alusão ao trajeto vitimário como instrumento de obtenção de benefícios é, igualmente, reconhecido no discurso das mulheres. CAN1 MAUTO2 diz claramente já conhecer ***“esse filme. A mulher chegou-se a fazer de vítima. A mulher diz que gosta. Ser coitadinhas. E há outras que não.”*** A própria legislação parece introduzir algum nível de ruído quanto a esta questão, com a promoção de um “estatuto de vítima”, objetivando algo que, de acordo com algumas mulheres, deverá necessariamente corporizar-se em respostas funcionais, como emprego ou habitação. Assim, o facto de a mulher ser formalmente vítima parece implicar a presença de um rótulo estigmatizante e, com ele, a ausência de respostas ou facilidades para ultrapassar esta situação. O estatuto de vítima parece assumir-se como um instrumento mal compreendido que, nas palavras de CAC1 TEC1, a ***“algumas pessoas dá-lhes jeito, mas isto tem que ver já com a postura que elas têm na vida, não é? Porque há outras que nem sequer [...] o querem, não é? E portanto desejariam muito de nem serem reconhecidas como tal e querem mesmo aproveitar a oportunidade, dar a volta, encerrar este ciclo e seguir em frente. Outras pessoas não, agarram-se a isso e quase pedem mesmo...Lembram-nos que são vítimas.”***

Estas dissimilaridades entre as mulheres, quando reunidas em espaços e tempo partilhados, parecem também ser responsáveis por um outro conjunto de elementos que a totalidade das técnicas e oito mulheres assumem como desvantagens – as *vivências partilhadas*. Como refere CAC2 TEC2: ***“E conciliar com outras pessoas, que num se conhece de lado nenhum. Não é? Que não se conhece de lado nenhum. Às vezes, acho que essa deve ser... vê-se num momento difícil, encontra-se pessoas, «que é isto?» [...] Com todo um conjunto de pessoas que a gente não... num momento que não apetece nada daquilo, de certeza. Não é? E um número de pessoas que são desconhecidas, são de outros mundos, são outras realidades.”***

As vivências partilhadas parecem ser o resultado de alguma falta de privacidade, apesar de esta ser uma preocupação nas casas abrigo visitadas. CAN1 TEC1, reconhecendo a impossibilidade da sua casa abrigo poder dar resposta individual, a nível de alojamento, a todas as mulheres acolhidas, refere, no entanto que **“as pessoas deviam ter oportunidade de ter o espaço delas. E de o poder gerir de uma forma relativamente autónoma, sem terem que partilhar tanto.”** CAN2 TEC1 defende que o facto de as mulheres **“terem de partilhar a casa com outras pessoas, pode ter aspetos positivos, mas, normalmente, tem mais negativos que positivos.”**

Os conflitos parecem encaixar-se nesta dimensão mais negativa referida – **“o clima que se vive dentro da casa abrigo que, por vezes, também é problemático; são várias pessoas de diferentes culturas, etnias, a viver juntas numa casa. Isso às vezes provoca conflitos e nem sempre é possível dar aquele ambiente que seria o mais adequado para uma pessoa que viveu este tipo de vivências, que seria a paz e a tranquilidade”**, como refere CAS1 TEC2. Os conflitos interpessoais, efetivamente, enquanto elemento claramente desvantajoso de um acolhimento em casa abrigo, são uma dimensão amplamente abordada pelas entrevistadas gravitando em torno do artificialismo resultante de uma convivência de várias mulheres ou agregados num ambiente que se pretende com características familiares. As diferenças a nível comportamental, hábitos e rotinas inerentes às mulheres acolhidas são assumidas como o elemento catalisador de conflitos, como assume CAN1 MACO3 – **“os conflitos entre um bocadinho... as pessoas, não é, que entram que não são todas iguais. Por vezes não podemos agradar a toda a gente e depois há gente que vem que é educada e muito boa e há gente que vem que é desagradável por vezes. Pronto, isso à partida é... é o que se encontra, não é? Não somos todos iguais.”**

As situações de conflito, contudo, parecem ser igualmente vistas como momentos de aprendizagem e crescimento pessoal e social e, sempre que possível, parecem ser utilizadas como tal, como refere CAN2 TEC1: **“(...) o convívio diário, potencia às vezes conflitos... Mas também é uma aprendizagem. Lá está, é óbvio que pode ser visto das duas formas.”**

Muitas das dinâmicas de uma casa abrigo parecem poder ser vistas de uma dupla forma. As regras institucionais parecem ser um outro exemplo. Se, por um lado, balizam os comportamentos e ritmos tentando securizar quem nelas se encontra acolhido, por outro, restringem e artificializam comportamentos e vivências, sendo, muitas vezes, entendidas como mecanismos de *controlo e vigilância*. Este tema é abordado por sete técnicas e 12

mulheres. É a única tipologia de desvantagens em que um maior número de mulheres se pronuncia, quando comparado com as técnicas entrevistadas.

As regras, se vistas como naturais, como refere CAS1 TEC2 (***“Isto é uma casa... Todas as casas têm regras, esta tem ainda mais.”***), podem também influenciar negativamente as mulheres que se encontram em situação de crise, como defende CAN1 TEC1 (***“em situação de crise... em situação em que a nossas... em que a estrutura interna está abalada... ter que viver sob regras que acabam por ser um bocado rígidas, não é? (obrigatoriamente), pela questão de ter tantas pessoas diferentes acolhidas num grande local. E ter que conviver com pessoas tão diferentes, agregados tão diferentes de... do delas, não é? Com regras tão diferentes com... hábitos tão diferentes. Enfim. É difícil. É muito difícil. Ter que partilhar espaços, às vezes até o próprio espaço individual. O facto de terem que partilhar quarto, não é? Não terem sequer um espaço único na casa, que seja só delas. Não é? Que às vezes quando a família tem só o quarto, pelo menos naquele espaço... isto é só, entre aspas, «meu». Pelo menos no tempo em que eu cá estiver. Quando têm que partilhar, nem esse espaço é só meu, no fundo, é quase só quando vou à casa de banho, não é?”***).

Algumas das regras que parecem interferir de modo ainda mais direto com o bem-estar da mulher acolhida prendem-se com a utilização de instrumentos de comunicação como computadores ou telemóveis. Se, a um nível racional, se torna compreensível algumas regras/decisões de coartar comunicações, tentando impedir/dificultar a comunicação com possíveis agressores e, dessa forma, salvaguardar quer a confidencialidade da casa abrigo, quer a segurança do grupo acolhido, a um nível mais emocional, tais decisões parecem comprometer a autodeterminação da mulher e capacidade crítica da mesma, bem como parecem influenciar negativamente a sua estabilidade emocional. CAN3 MACO2 revela algum mal-estar, como exemplificado neste excerto:

P: E consegue lembrar-se de mais algum elemento que considere ser desvantajoso ou digno de registo?

R: Os telemóveis são tirados. À noite, às nove horas. Depois só entregam no outro dia de manhã. Mas isso não é cá problema, porque a gente também não... não vai andar a ligar de noite.

P: Mas não acha grande piada a isso, já percebi.

R: Pois não, nem eu, nem... nem ninguém, acho eu.

P: Porquê?

R: Porque há casas abrigos que deixam estar com o telemóvel e tudo.

P: E porque é que na sua opinião é importante ter o telemóvel consigo à noite?

R: Porque se às vezes o meu filho quiser ligar de noite, ou assim... [...] Mas já ouvi que há casas que não tiram o telemóvel, nem nada."

Apesar de considerações menos positivas sobre as implicações das regras, a maioria das mulheres parece aceitá-las e entendê-las como elementos necessários à organização grupal. CAN1 MACO2 refere-se às regras como sendo **"boas. E que... se todos cumprirmos não há problema."** A sua colega de casa abrigo, CAN1 MACO3, refere opinião semelhante defendendo achar **"muito bem para o bom funcionamento da casa, acho muito bem que regras sejam cumpridas e eu respeito muito bem"**.

Apesar de geralmente bem entendidas e aceites, as regras acabam, necessariamente, por implicar uma perda de autonomia e, assim, alguma infantilização no tratamento de mulheres adultas, caso não sejam comunicadas de modo assertivo e adequado. CAN2 MAUTO1, quando reflete sobre as desvantagens das casas abrigo pondera, acabando por afirmar: **"Não sei, talvez os horários. É que uma pessoa que já tem quase cinquenta anos, não é? Tem que se limitar assim aos horários e a saídas, ter que dar ou prestar contas de tudo, embora, isso também não me fez confusão nenhuma, não é? Mas... Fiz tudo o que realmente achei que tinha que fazer, não é? Nunca tive problemas, mas... O querer às vezes sair à noite, tomar um café, não que eu fosse muito disso, mas... Acho que, não sei... Até ter que estar sempre em casa a horas, quando não chegarmos termos que avisar, não é? Isso tudo enquanto que nas nossas casas as vezes não funciona assim, não é?"**

Apesar do reconhecimento de que este elemento implica necessariamente um distanciamento de um contexto mais naturalista, como a habitação familiar, é reconhecida a inevitabilidade inerente à condição de instituição que as casas abrigo, por mais que tentem, não conseguem deixar de ser (**"por muito que a gente respeite (e penso que [todas as casas abrigo] respeitam a pessoa), acabamos [...] ser uma instituição e ter regras, não é? E elas tem que se cingir às regras e acho que isso também... é difícil, não é? Seria difícil. Eu acho que a maior desvantagem é essa."**)

Mas por mais que as regras auxiliem na gestão quotidiana da casa abrigo, parece haver fatores que destabilizam e introduzem elementos de variabilidade difícil de controlar. As crianças acolhidas nas casas abrigo parecem potenciar as situações de conflito interpessoal

sendo que, inclusivamente, uma das técnicas entrevistadas, CAN3 TEC1, refere que, quando o grupo é maioritariamente constituído por mulheres sem filhos, verificam um decréscimo nas situações de conflito interpessoal entre mulheres acolhidas ("**nós notamos quando nós temos grupos de senhoras que... mais sozinhas, não há tantos conflitos, como se uma pessoa, numa altura que tem mulheres com muitos filhos. Porque depois as crianças pegam-se umas com as outras e as mães vão-se chateando umas com as outras por causa das crianças.**"). Parece interessante verificar que esta relação entre conflitos e a presença de crianças não parece ser influenciável pela estrutura arquitetónica da casa abrigo, pois é verificável quer em casas abrigo em modelo "colmeia" (casas abrigo em que cada mulher ou agregado habita uma estrutura semi-isolada, constituída por quarto, sala e casa de banho, construídas em torno de outras estruturas e espaços comuns – sala de refeições, lavandaria, cozinha, ...), como a citação anterior revela, quer nas casas abrigo readaptadas de habitações tradicionais, como referido por CAC2 TEC2, "**Porque as crianças, interação das crianças... se por um lado as crianças também são muito... e gostam de estar em grupo, também surgem muito mais conflitos. Portanto, a ela [mãe] exige uma carga de trabalhos e supervisão maior à mãe.**".

Uma outra desvantagem de um acolhimento em casa abrigo, referido por três técnicas e três mulheres entrevistadas, parece relacionar-se com aquilo a que nos parece ser entendido como um efeito secundário do acolhimento – a *acomodação*. Algumas técnicas referem uma postura de passividade que algumas mulheres apresentam ou adquirem como resultado do acolhimento em casa abrigo. O discurso técnico salienta a urgência do processo de autonomização, operacionalizado em questões como a procura de emprego, que pode acabar por ficar protelada em função das novas rotinas pouco exigentes em termos de necessidade de esforço pessoal para a manutenção de uma autossustentabilidade. Esta ideia é bem apresentada nas palavras de CAN3 TEC3: "**Acomodam-se a esta rotina, a esta dinâmica. Acabam por ir ficando. Passa-se um dia, passa-se outro, procurar emprego, vou depois. É sempre um processo que é adiável, para elas. Pronto. Acho que acabam por se acomodar um bocadinho aqui à casa, a estas rotinas... A comida é apresentada a horas, as coisas são... são dadas, não têm que lutar muito por determinados aspetos e acho que é... que, pronto, isso torna-se positivo para elas, não é? Acabam-se... Acabam por se acomodar um bocadinho a essas facilidades.**" Esta realidade não escapa à análise das mulheres que, como CAS1 MAUTO2, afirmam que: "**eu quando cheguei [...] não me preocupava com a comida, porque ia ali ao refeitório comer, não é? Chegava lá, à hora**

que era e tinha a comida. Não me preocupava ao fim do mês para dar as contas. Porque não era nada pago por mim. Sei lá. E... e se calhar isso até fa... faz mal... a certas, não digo a todas, mas a algumas faz mal, porque acho que se habituam aquilo e depois também... acomodam-se. Acomodam-se aquela situação e... parece que não têm aquela força de vontade de ir procurar [...] a vida delas normal, não é?”

Por vezes, tal como defende CAS1 TEC2, esta acomodação é perceptível nos momentos iniciais, quando algumas mulheres assumem que um acolhimento em casa abrigo é uma forma de protelarem todo um conjunto de questões pragmáticas: *“E às vezes há também o acomodar das vítimas a estes apoios sociais. Acredito mesmo que sim. Algumas até visualizam a entrada numa casa abrigo como «mais seis mezinhas em que não vou ter que me preocupar e depois logo [vejo]» Infelizmente isso também acontece.”* Este adiamento parece ser facilitado pois a maioria das casas abrigo apresentam boas condições infraestruturais e humanas, o que pode levar a que muitas mulheres, como ironiza CAS1 MACO1, possam *“pensar que estão num hotel de cinco estrelas”*.

8.1.2. Casa abrigo não sigilosa

“Nunca pensei sobre isso. Não sei...”

CAN3 TEC2

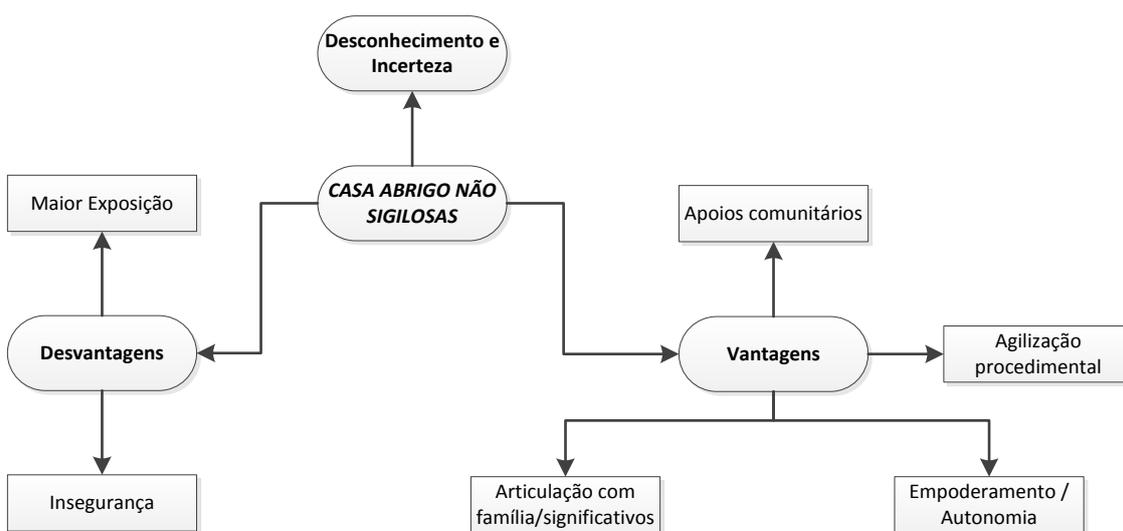


Ilustração 3 Diagrama explicativo das casas abrigo não sigilosas

As casas abrigo não sigilosas (modelo aberto) consistem em refúgios com localização divulgada, em que o acesso à casa e à respetiva proteção é feita, geralmente, direta e abertamente pela mulher que a procura. Como referido anteriormente, a totalidade das casas abrigo portuguesas inserem-se, contudo, no modelo oposto (sigiloso), defendendo que a proteção da mulher é mais facilmente assegurada quando o refúgio se dilui no anonimato da comunidade onde se insere. A análise do discurso das técnicas e mulheres entrevistadas parece evidenciar que potenciais alternativas ao sistema de acolhimento português não são particularmente exploradas, parecendo existir, igualmente, algum desconhecimento sobre as mesmas. Evidenciam, contudo, algumas preocupações sobre este modelo, como uma segurança inferior inerente à maior exposição da casa abrigo, bem como algumas vantagens que a implementação deste modelo poderia implicar.

8.1.2. a) Desconhecimento e incerteza

O modelo aberto de acolhimento não parece ser alvo de grande reflexão por parte, quer das técnicas, quer das mulheres entrevistadas. Ao contrário de outras áreas de reflexão sobre o sistema de acolhimento, as considerações sobre esta alternativa parecem ser assumidas com algum grau de incerteza, tal como exemplificado por CAC1 TEC1, uma das três técnicas que reflete sobre estes modelos: ***“O facto de ser um regime mais aberto, pois não sei... Nunca trabalhei nesse contexto... Teria que ser necessário depois adaptarmo-nos a esse modelo, não sei.”***

Apesar de alguns dos discursos das técnicas referirem a fuga como uma “não solução” para a necessidade de proteção da vítima, verifica-se que o modelo sigiloso parece ser assumido como modelo único ou, pelo menos, como um modelo cuja lógica interna (asente na fuga e conseqüente acolhimento e proteção) não é facilmente colocada em causa. Várias das técnicas entrevistadas referiram nunca ter pensado em alternativas institucionais ao modelo confidencial, sendo que alguns estavam, pela primeira vez e assumidamente, a refletir sobre as mesmas em situação de entrevista.

Este facto parece dar aos discursos sobre este modelo de acolhimento um cariz irresoluto por parte das técnicas, tal como materializado nas palavras de CAS1 TEC (***“Poderá ter a ver, precisamente, com a questão de mais apoios da comunidade que possam ter. [...] Acho que as casas públicas talvez possam ter mais essa questão dos apoios, a nível da***

comunidade, talvez...”), que não se repetiu nos discursos na abordagem de outras dimensões do sistema de acolhimento.

O discurso exploratório permitiu, contudo, perceber quais as perceções que as técnicas têm sobre estes modelos, permitindo compreender o que consideram ser vantagens e desvantagens destas abordagens.

A abordagem desta possibilidade de acolhimento com as mulheres entrevistadas, por sua vez, originou um processo semelhante, em que apenas quatro mulheres referem explicitamente desconhecer essa possibilidade – *“É um bocado complicado de decidir, ver assim «ah não, isto é melhor, isto...», só mesmo a pessoa estudando as duas vertentes, não é? Eu já sei o que é uma... estar num sigilo, não é? Agora se eu estivesse numa que... que era conhecida por toda a ge... prontos, pelo menos pelas pessoas do local... não sei, só mesmo... depois aí é que eu poderia dizer se realmente... [...] se funciona ou não.”* (CAS1 MAUTO2). No decorrer das entrevistas, contudo, é possível perceber que a maioria das mulheres também não tinha refletido sobre possibilidades alternativas de acolhimento, contudo, quando confrontadas com a possibilidade de acolhimento em contexto não sigiloso, a maioria tende a projetar a sua situação e a referir, de modo quase que imediato, a insegurança como elemento caracterizador das mesmas, tal como o faz CAN1 MACO2: *“Eu acho que não têm vantagens [as casas não sigilosas] Sim. Eu acho que não têm vantagens. Só tem desvantagens, porque as pessoas vão para ali para estarem seguras. E nesse caso não estão... Eu acho que não estão seguras. Porque os agressores sabiam onde há essas casas, procuram e... nem que esperem que as pessoas saiam para ver se está lá... a vítima, se não. Eu acho que não tem vantagens.”*

8.1.2. b) Vantagens

Um aspeto que, de imediato, sobressai na análise dos diferentes discursos sobre as vantagens de um modelo não confidencial de acolhimento, prende-se com o facto da opinião das mulheres entrevistadas ser, praticamente, inexistente. Apenas duas mulheres conseguem ultrapassar a sua própria experiência de acolhimento, verbalizando elementos que possam ser considerados como mais-valias de um acolhimento não confidencial.

O discurso das técnicas, por seu lado, parece ser também condicionado pelas suas próprias experiências sobre o acolhimento, salientando que a intervenção realizada pelas diferentes casas abrigo parece reforçar a necessidade de um trabalho com a comunidade. Esta

dimensão, pelas próprias características da intervenção sigilosa, é, contudo, das mais difíceis de operacionalizar. O facto de uma casa abrigo poder ser assumidamente aberta à comunidade, teoricamente, parece poder implicar algumas vantagens, assumidas pelas técnicas e que, com o modelo atual, são operacionalizadas de modo evidentemente encoberto, nomeadamente, a obtenção de *apoios explícitos por parte da comunidade* onde se encontram inseridas. CAS1 TEC2, uma das quatro técnicas que refere esta questão, refletindo sobre potenciais vantagens deste modelo aberto, afirma que a principal vantagem ***“Poderá ter a ver, precisamente, com a questão de mais apoios da comunidade que possam ter. Porque nós aqui também não podemos estar a divulgar e a pedir grandes apoios pois não pode haver uma divulgação: onde é que fica [a casa abrigo], o que é que faz... E acabamos por ficar assim um bocadinho à margem. Acho que as casas públicas talvez possam ter mais essa questão dos apoios, a nível da comunidade, talvez...”***.

O ***“envolvimento da própria população”***, nas palavras de CAN2 TEC1, parece poder permitir ***“uma proteção, porque aquela comunidade também ajudava”*** (CAC2 TEC2). Este elemento de proteção comunitária é antecipado também por CAS1 MAUTO2 – ***“Se realmente... existir a casa que é... sabida por toda gente que realmente que ali que acolhe m... pessoas vítimas de maus tratos. Se alguém por fora, ver al... al... alguém estranho ali a espreitar, sei lá, claro que comunica logo com alguém “olhe... anda alguém a espreitar aí para dentro, a tentar entrar”. Tem... vem... e claro se a casa, se ninguém souber que a casa que é... para aquele efeito... podem lá ver os intrusos que vê, se calhar ninguém liga.”***

Podendo as casas abrigo ter uma relação mais aberta e próxima com o meio, uma outra vantagem referida prende-se com a *articulação com as famílias* de origem, podendo contribuir para uma minimização dos impactos negativos de um isolamento forçado e sem retaguarda, tal como referem CAC1 TEC1 e CAN3 TEC2, ***“Não tinham que estar a preocupar-se se eles a vão seguir, se não vão, não sei... ter tanto receio. Podiam ter mais contactos com a família, se calhar, estar mais presente do que nestas situações que muitas vezes elas fazem corte radical com toda a gente.”*** As mulheres entrevistadas, apesar de várias referirem a ausência da sua retaguarda (familiar e social) como um elemento negativo das suas experiências de acolhimento, nenhuma se refere à aproximação à mesma como um elemento mais facilitado e vantajoso deste modelo mais explícito de acolhimento.

CAN3 TEC2 sublinha uma outra dimensão que se afigura como uma vantagem de um modelo não sigiloso, nomeadamente, uma maior facilitação de um processo de *empoderamento e autonomia*. A autonomia, e a falta dela num modelo de acolhimento confidencial, parecem contribuir para uma reconstrução mais fácil e rápida: ***“se calhar, elas tinham uma, podiam fazer, se calhar, uma vida mais autónoma do que estando numa casa abrigo.”*** CAC2 TEC2 vai no mesmo sentido, referindo que este modelo ***“permite que elas se sintam também... mais facilmente se autonomizem e se sintam com uma autoestima maior. É, não é? Eu acho que tem mais vantagens até essas abertas. Eu não sou muito do... do fechado e do sigiloso, não é? Eu costumo dizer que temos grades, mas é por causa de... numa situação de eles não quererem vir, [...], não é por causa delas. [...] Têm que se sentir outra vez mulheres. Tem que se sentir outra vez com a sua autonomia, a sua independência. Não é? Acho que tem mais vantagens exatamente nesse sentido. No sentido, quanto mais aberta, não é? Mais fácil é, torna, facilita todo o processo delas”***.

O próprio trabalho técnico num modelo mais aberto e explícito parece ser evidenciado como mais facilitado, na medida em que agilizaria todas as diligências realizadas, não havendo necessariamente uma preocupação com as questões de confidencialidade e do subterfúgio que, no modelo atual, se revelam cruciais. Esta *agilização procedimental* também é entendida como um elemento vantajoso no discurso de uma das mulheres entrevistadas na medida em que haveria uma maior clarificação acerca do que ocorre após o pedido de ajuda, podendo auxiliar diferentes mulheres no seu processo de decisão individual – ***“É assim... as casas expostas... têm mais vantagem porque... tal como eu, muitas mulheres têm receio de pedir ajuda. E... se as situações fossem mais expostas, nós tínhamos mais conhecimento do que se passa por dentro... e... e claro muitas não passavam... portanto, como... como se passa até termos... esta iniciativa. De pedir ajuda às assistentes e de nos dirigirmos, sem sabermos aquilo que vamos enfrentar.”*** (CAN1 MACO4)

8.1.2. c) Desvantagens

A principal desvantagem elencada quer por mulheres, quer por técnicas, prende-se com a *insegurança*.

Para quatro das técnicas entrevistadas e para 13 das mulheres a principal desvantagem de um sistema aberto de acolhimento prende-se com o facto de as casas abrigo, nestes modelos mais abertos, poderem não garantir tão eficazmente a segurança das mulheres e

crianças acolhidas, assumindo que um contacto mais fácil com o agressor seria uma consequência provável, tal como refere CAN3 TEC2: ***“Se calhar, nessas situações tinham mais contacto, mais acesso, não sei... não sei se eles também as procuravam tanto sabendo que elas estavam ali. Não faço ideia.”*** A sensação de um acesso mais facilitado à mulher e consequente insegurança é partilhada pela quase totalidade das mulheres entrevistadas.

CAC1 MACO2 consegue traduzir o receio que se verifica na maioria dos discursos das mulheres entrevistadas quando afirma que ***“sigilo é sigilo, portanto não vão saber que há essas [casas abrigo]... os maridos nunca vão saber que há essa casa. Assim estão em segurança. Se vão procurar aquelas que podem ir diretas, vão... vão sempre sabendo que há essas casas. E eu acho que esta é uma coisa de não se saber. Por isso é que pedem ajuda e por isso é que estão protegidos. Porque eu, é assim, se por exemplo, o meu marido, estou a dar um exemplo, o meu marido soubesse que eu que estava aqui, ou... eu já não me sentiria em segurança, porque saberia que ao sair portão pra fora, ele iria lá estar. Podia-me levar o menino ou qualquer coisa.”***

O modelo sigiloso, se analisado sob um prisma funcional de custo/benefício, parece apresentar-se como um modelo mais fácil de operacionalizar, necessitando de menos meios logísticos para a sua implementação. O desenvolvimento de um modelo aberto implicaria, para além de uma mudança a nível do paradigma de intervenção, um conjunto significativo de alterações operacionais, como equipamentos e sistemas de segurança. CAN2 TEC1 comparando a realidade portuguesa com a de países do norte da Europa, em que este modelo se encontra implementado, evidencia as diferenças e as exigências de uma potencial alteração no modelo de acolhimento: ***“Depois, obviamente que... se calhar, nós não temos meios de segurança como eles. Que eles terão mais do que nós, isso também seria, para adaptarmos um sistema desses, teríamos que pensar essa parte também, e não é só dizer acho que é muito bom ali e agora, a nossa realidade, provavelmente, é muito diferente a todos os níveis, nomeadamente, os financiamentos que temos para CA, não nos permitem ter um segurança, por exemplo, um recurso humano deste género. Depois as próprias estruturas, não é? Que se calhar são desenhadas para serem mais seguras, não é?”***

Uma outra dimensão, referida por três técnicas e quatro mulheres, que parece ser entendida como uma desvantagem deste tipo de modelo refere-se à *maior exposição* que uma mulher acolhida neste tipo de casa abrigo poderá ter e ao desconforto que uma assunção pública deste facto poderá implicar. CAC2 TEC1 consegue sumariar este desconforto no

seguinte excerto: *“É assim, eu também não sei se as mulheres gostam tanto de estar tão publicitadas no sentido em que toda a gente sabe que elas estão a viver na casa abrigo. Eu acho que aí, penso um bocadinho no próprio... no próprio sentimento das mulheres acolhidas. Elas, se calhar, preferem que as pessoas pensem que elas estão a... ser normal, tanto... tanto quanto possível... Elas digam a quem entenderem que estão numa casa abrigo, mas que não seja tão público que toda a gente naquela comunidade saiba, não é? Toda a gente que daqui de [nome da localidade] sabe que estas mulheres tão numa casa abrigo”*.

CAN1 MACO3 parece responder à perceção da técnica anterior, referindo-se às perceções sociais que a frequência de uma casa abrigo pública suscitaria: *“eu não sei a ideia das pessoas lá fora, não é? Eu penso que é assim, à partida... se... por exemplo, quando saímos à rua, saímos de uma casa abrigo: «ah são senhoras que estão ali na casa abrigo». É assim... à partida a casa abrigo talvez nos transmita assim uma coisa... de sermos de uma casa abrigo, mas é assim, nós não somos nenhuma [criminosas] nem... eu falo por mim, não é?”*. Este elemento parece assumir-se como bastante intrusivo podendo interferir no próprio bem-estar das mulheres acolhidas - *“nós talvez não tivéssemos tanta privacidade nem tivéssemos tanto sossego, não é?”* (CAN2 MAUTO1)

Apesar das potenciais dificuldades que um sistema de acolhimento não baseado no secretismo possa implicar, há duas técnicas que defendem que a tipologia de acolhimento de cada casa abrigo deveria ser definida pela própria e não centralmente, tal como explicitado por CAN2 TEC1 *“Eu acho que isso [a casa abrigo ser confidencial ou aberta] teria de ser definido pela equipa que está a intervir, não é? [...] Elas acham melhor, de acordo com a intervenção tem que os meios, que tem com as condições que tem.”*

8.1.3. Casa abrigo ideal

“(...) como deveria ser a casa abrigo ideal?

- Não deveria ser!”

CAS1 TEC1

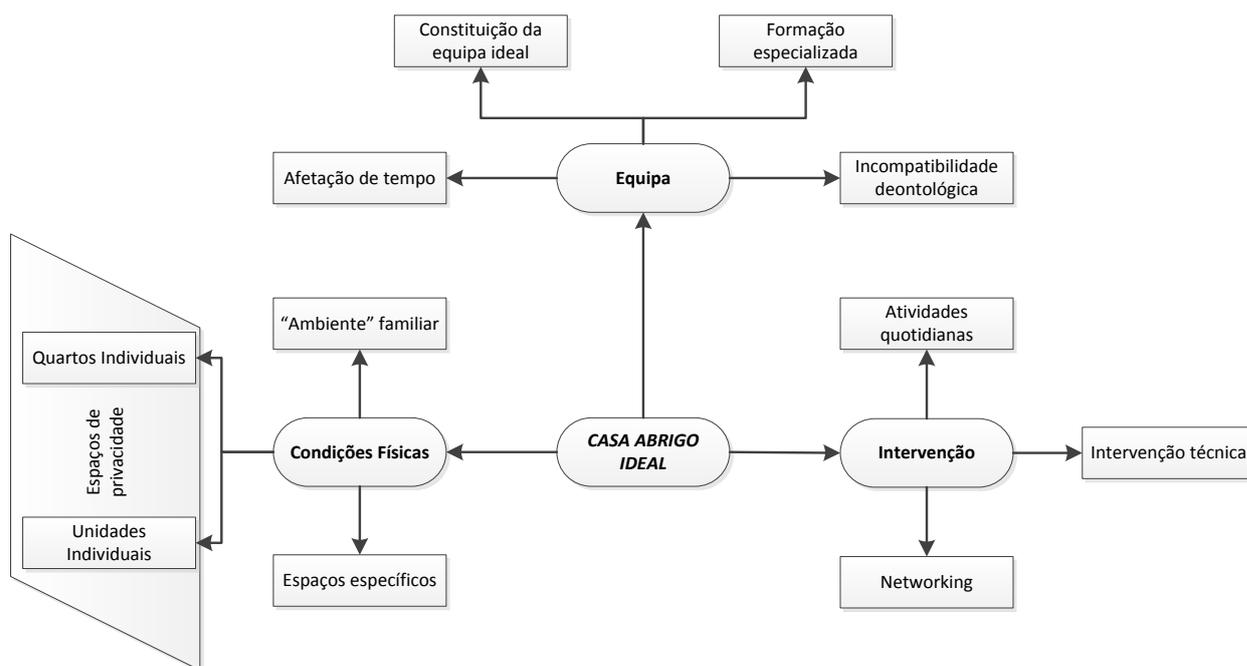


Ilustração 4 Diagrama explicativo da casa abrigo ideal

Com as entrevistas semiestruturadas conduzidas tentou-se perceber se as entrevistadas conseguiam perceber aquilo que, na sua opinião, poderia ser uma casa abrigo ideal, ou seja, tentou-se que estas se descentrassem dos constrangimentos inerentes à intervenção quotidiana – quer aqueles resultantes das questões de filosofia de intervenção, quer aqueles resultantes de questões mais funcionais e pragmáticas.

A exploração dos discursos das técnicas e das mulheres parece organizar-se em torno de três sub-eixos, nomeadamente:

- a) Condições físicas da CA ideal
- b) Equipa da CA ideal
- c) Intervenção na CA ideal

Globalmente, é possível perceber que as mulheres entrevistadas revelaram elevada dificuldade em descentrarem o seu discurso da realidade de acolhimento, sendo que, explicitamente, sete das mulheres entrevistadas, assumiram não conseguir imaginar uma outra realidade que não a da casa abrigo que conheciam. Esta situação parece, também, ficar a dever-se ao facto de a maioria das entrevistadas reconhecerem que as casas abrigo onde estavam/estiveram tinham melhores condições aquando de uma comparação com as suas realidades de origem.

Este elemento parece ter-se constituído como uma dificuldade acrescida no exercício proposto de idealização, traduzido de forma clara por CAN1 MACO1: ***“Sei lá. A casa ideal... eu não consigo imaginar isso. Isso é nem... então se eu estou habituada às normas, eu assim todo, não é? Não só aqui, mas durante a minha vida fui sempre regrada por normas. Por isso é que eu não... não consigo idealizar assim uma casa... [...] Comparada aonde eu que eu tive esta aqui até é muito melhor, não é? Agora, assim de coisas assim... essenciais da casa, acho que não mudava nada.”*** A comparação com realidade pessoal anterior da mulher parece ter dificultado este processo não só devido às condições físicas que, geralmente, são melhores nas casas abrigo mas, também, devido à proximidade e sentimento de securização que a necessidade de partilha de espaço(s) parece permitir/implicar.

Desta forma, aquilo que é considerado como condicionalismo por algumas técnicas (o pouco espaço da casa abrigo) parece contribuir para que a mulher se sinta mais segura, como refere CAN1 MACO3 refere que ***“para mim está tudo ótimo. É assim, evidentemente que... estando aqui numa casa, em que eu durmo com o meu filho no meu quarto, estou muito mais descansada. Isto haver tanta gente e... estou muito mais descansada de ter o filho no meu quarto ao meu lado, do que noutra quarto... sozinho. Por isso, estou melhor.”***

É possível perceber-se, também, alguma dificuldade que as técnicas têm em se distanciar das suas práticas habituais, conferindo aos discursos uma característica híbrida entre a dimensão idealizável e um autorrelato comparativo ou justificativo, muita vezes, explícito em expressões como ***“Nós certamente não somos... a melhor casa abrigo do país, não é? Ou seremos, não sei. Mas, eu penso que dentro daquilo que acabou (...) de referir, (...) eu penso que nós temos uma boa resposta.”*** (CAC1 TEC1). É neste discurso, que alterna entre um possível mundo idealizado e a praxis, que se enquadram as vivências e percepções que se seguem.

8.1.3. a) Condições físicas da casa abrigo ideal

A maioria das técnicas, quando desafiada, ao longo da entrevista, a refletir sobre o campo do ideal, operacionalizado em questões-tipo “Como seria, para si, a casa abrigo ideal”, quase sem exceção, regressam às suas próprias realidades, defendendo-as ou colocando-as em causa. No entanto, e fazendo um esforço para refletir sobre as condições que entendem como ideais, verifica-se que as técnicas parecem valorizar a autonomia, traduzida num gravitar em torno de *espaços de privacidade* dada à mulher acolhida.

Se a totalidade das técnicas defende que a mulher ou o agregado familiar acolhido necessita de espaços de intimidade, o modo como as casas abrigo os podem providenciar parece não ser uniforme. Há técnicas que se centram exclusivamente nas questões do quarto e casa de banho como elementos mínimos de privacidade, como CAC2 TEC1 que, trabalhando numa pequena casa remodelada para efeitos de acolhimento temporário a mulheres, defende este mínimo (*“Isso em termos de espaços físicos... mas pronto, um espaço que permita um espaço de privacidade tanto quanto possível, no mínimo, o quarto e a casa de banho. Nós, por exemplo, aqui só temos o quarto, a casa de banho é partilhada entre dois quartos, portanto, se a família só ocupar um quarto, vai ter que partilhar a casa de banho com outra família. A não ser que seja grande e ocupe dois quartos. Eu acho... isso acho que devia ser o mínimo. Mínimo, mínimo, mínimo, mínimo, mínimo dos mínimos, não é? Que é o quarto e a casa de banho, é o mínimo dos mínimos, em termos... em termos de espaço. Isto fisicamente, depois é evidente ter as condições de conforto.”*).

Já outras assumem uma análise mais holística, defendendo toda uma estrutura que, pelas suas características arquitetónicas, fomente uma autonomia mais próxima das condições familiares normativas, como CAC1 TEC1 que, trabalhando numa casa abrigo distribuída num modelo em “colmeia”, assume que *“é uma boa prática, é um bom princípio, se nós queremos trabalhar o conceito de família... e a pessoa poder ter esse espaço, acho que é um bom, é um bom princípio. (...) Em termos de espaço físico, individualizado, proporcionar esse contexto, essa oportunidade [de trabalhar o conceito de família]”*

CAN3 TEC1, assumindo a sua casa abrigo como estando num patamar perto do ideal, a nível das condições de privacidade (esta técnica trabalha também numa casa abrigo de estrutura colmeia), parece sintetizar as duas posições anteriores: *“A nível de instalações, acho que deve respeitar a privacidade, eu acho que esta casa abrigo funciona bem, no sentido em que nós não misturamos agregados familiares. Acho que isso é [fundamental], eu penso... se eu chegasse numa instituição e tivesse um quarto só para mim e uma*

casa de banho, acho que tinha uma reação diferente do que se chegasse a uma instituição que tivesse que partilhar um quarto, que tivesse que partilhar tudo. Eu acho que o facto de terem um espaço só para elas ajuda também à permanência e à recetividade por parte da instituição. Acho que é isso, sem dúvida: um quarto e uma casa de banho privada”.

Seja numa estrutura mais clássica, em casas reconvertidas para o efeito de acolhimento temporário de mulheres e crianças, ou em estruturas semiautónomas construídas para o efeito, a totalidade das técnicas defende espaços de privacidade, pois, segundo os próprios, este fator parece contribuir diretamente para um menor número de conflitos e para uma mais salutar convivência, tal como explicita CAN2 TEC1: **“Quartos privativos para cada família, com quarto de banho ... por causa das questões precisamente da convivência e dos conflitos, evitaria muitas situações e faria com que as pessoas vissem a casa mais como delas do que como local que é partilhado por todos, não é? Sempre com um ambiente muito familiar, não queríamos uma estrutura demasiado grande.”**

Esta última técnica coloca em evidência a importância do espaço físico, materializado nas condições arquitetónicas e funcionais, não se reduzir apenas ao *como* e ao *onde* do processo de acolhimento. Os atributos do espaço parecem contribuir para uma análise de cariz mais psicológico, traduzida no “ambiente” vivido nas casas abrigo. Para três das técnicas entrevistadas, o ambiente facilitado pela casa abrigo ideal deverá ser o mais próximo possível do que entendem dever ser um *ambiente familiar*. Nunca concretizando o que se refere este ambiente familiar, é depreendido que refere a um espaço de acolhimento que remete para a intimidade e bem-estar, sendo relativamente pequeno (há técnicas que falam numa capacidade ideal entre os 16 e os 20 clientes, sensivelmente), em que as rotinas de (semi)autonomia possam ser trabalhadas.

Também relativamente a este aspeto da discussão, três mulheres contribuem afirmando que as casas abrigo não deverão ser muito grandes a nível dimensional. Sendo mais generosas que as técnicas, acabam por defender igualmente uma casa abrigo com dimensões reduzidas, sendo que a dimensão máxima apresentada é **“de dez a 15 famílias”**, segundo CAC1 MACO3.

Um aspeto que se nos afigura como interessante, contudo, prende-se com o facto de algumas técnicas referirem que a casa abrigo, assegurando, para além da privacidade, todas as condições de conforto e bem-estar não deve, contudo, ser *demasiado* confortável. CAC2 TEC1 refere que uma casa do modelo colmeia, que é o modelo que mais próximo

parece estar de reproduzir ou potenciar as dinâmicas familiares, pode implicar, também, uma acomodação à condição de acolhimento: ***“Agora, isso também comportaria um risco. E o risco que isso comportaria, também temos que pensar nisso, é as pessoas sentirem-se ali confortáveis. (...) não ficavam com vontade de sair. Porque no fundo era quase a casa delas, ali com o serviço de apoio... e vamos ser práticos, com a dificuldade que há em arranjar a nossa casa, tínhamos também este... este lado negativo. Não sei como é que isso seria gerido, não é? (...) acho que com esse esquema seria difícil gerirmos isto.”***

A nível de questões complementares, duas técnicas e duas mulheres descrevem mais detalhadamente alguns dos *espaços específicos* e equipamentos que uma casa abrigo deveria ter, não voltando a haver, contudo (excetuando os cuidados com os espaços das crianças), um outro tipo de dimensão que agregue opiniões tão concertadas como a necessidade de espaços de individualidade. Contudo, há salvaguardas que nos parecem interessantes e que poderão condicionar a intervenção, no sentido de poder minimizar os efeitos adversos do acolhimento.

Um exemplo refere-se à necessidade de haver um espaço na casa que possa servir para armazenagem de bens, permitindo que a mulher possa trazer pertences pessoais com algum volume e que não queira/possa deixar em casa mas, fundamentalmente, que possa ir albergando bens que possa ir adquirindo ao longo do seu processo de reconquista de espaços e autonomias. CAN2 TEC1 refere esta necessidade, realçando o seu papel no auxílio da autonomização e na minimização do processo de revitimização: ***“uma questão que nos preocupa muito quando elas ingressam, é que elas não possam trazer as coisas que querem, tudo o que quiserem. Tudo o que elas quiserem. E nós queremos um bom espaço para que se elas quiserem trazer as mobílias e quiserem trazer tudo o que elas quiserem, pudéssemos realmente guardar as coisas temporariamente, não é? Porque isto de elas virem com a mala e com a roupa e muitas vezes sem nada é uma tremenda violência também, não é? E não puderem trazer as coisas delas, isto facilitaria imenso. E mais, facilitaria, na altura da autonomização, que não teriam de comprar tudo de novo. Porque muitas vezes o processo em tribunal ainda não chegou à partilha e as coisas ainda lá estão na antiga casa. E o que é certo é que elas, a justiça anda lentamente e elas ... têm de fazer face as necessidades e comprar de novo ou adquirir de novo”***

Os espaços específicos direcionados às crianças parecem ser igualmente espaços de preocupação neste desenho ideal de uma casa abrigo. Os espaços parecem assumir particular importância para as crianças que não se encontram a frequentar equipamentos específi-

cos, como jardim-de-infância ou escola, necessitando de permanecer no espaço confinado que é a casa abrigo. Assim, espaços como *“salas de jogos para as crianças”*, como defende ALG12 MAUTO1, revelam-se importantes. CAN3 TEC1 afirma que *“espaços comuns direcionados para as crianças, como uma sala de brincar, um parque infantil porque as crianças passam muito tempo, principalmente, em sítios com aqui que não há creches e até aos três anos de idade eles têm que permanecer em casa, acho que devia também pensar um bocadinho nos espaços para essas crianças.”*

8.1.3. b) Equipa ideal da casa abrigo

A nível da *constituição da equipa ideal*, as técnicas parecem ser claras relativamente aos elementos que gostariam de ver nesta equipa. Não prescindindo de nenhum das técnicas “tradicionais” de uma equipa multidisciplinar de intervenção social, das áreas do serviço social, psicologia e educação social, que parecem ser consensuais em todos os entrevistados, verificamos a existência de um défice evidente ao nível do apoio jurídico que é salientado como uma falha de cariz elementar. CAN3 TEC1 refere esta necessidade salientando a necessidade de *“um acompanhamento jurídico também, porque há muitas dúvidas por parte das senhoras a nível das questões legais, sem dúvida. Acho que um advogado ou um jurista é imprescindível.”*

Apesar de muitos dos Acordos de Cooperação com a Segurança Social terem previsto, inicialmente, a existência de um jurista, a maioria das casas abrigo visitadas não possui no seu quadro qualquer técnico ligado a esta área do saber (apenas três têm, sendo que, destas, apenas uma inclui uma jurista nos seus quadros e duas outras mantêm um contrato de avença com uma advogada) devido, fundamentalmente, a constrangimentos de ordem financeira. CAC2 TEC 1, refletindo sobre a discrepância entre a teoria e as práticas, é de opinião que *“o que está previsto será suficiente, mas a maioria das vezes não existe. Como por exemplo, são pouquíssimas as casas que têm avença, que têm um trabalho de advogado como a nossa. Por exemplo. Sei que são poucas que têm esse “luxo”, vamos-lhe chamar assim. Não podem contar com o trabalho de uma advogada. Que a gente telefona, que a gente chama, que a gente diz «olha, como é que é isto?», não é só o depois dizer que tem o advogado B, C, D, E, F, não é? Portanto, isto é uma mais-valia para as casas e poucas têm. E eu acho que é uma parte fundamental e muito importante tam-*

bém no trabalho das casas, porque há n situações, não é necessário... não fica um trabalho assim disperso, como era quando era os apoios judiciários.”

Esta discrepância entre o defendido protocolarmente e a praxis, i.e., o facto da casa abrigo não possuir um jurista nos seus quadros, parece ser resolvido através do recurso ao Apoio Jurídico/Proteção Jurídica da Segurança Social, sendo este o recurso mais utilizado pelas equipas das diferentes casas que não possuem advogado ou jurista. CAN2 TEC1, jurista, coloca em causa esta lógica de intervenção, que considera redutora pois, em última análise, este recurso à comunidade poderia ocorrer com a grande maioria dos apoios prestados pela casa abrigo: ***“tudo isto não me digam que só o psicólogo e que só o assistente social são necessários, não é? Para fazer um requerimento logo de urgência para alguma coisa, são procedimento que não é nenhuma proteção jurídica que vai colmatar isto, até porque a proteção jurídica demora no mínimo (no mínimo, e se fizerem no primeiro dia, que eu não acho bom, não acho viável estar a, massacrar “vamos já tratar aqui da proteção jurídica”), trinta dias depois. E trinta dias depois pode ser tarde para algumas coisas. Nomeadamente a proteção jurídica, por exemplo, não vai tratar da questão do arrendamento que ficou por tratar, não vai tratar das questões de alguns contratos que elas celebraram e que é preciso por termo. Nomeadamente água, luz, coisas tão simples de n de situações que (...) não são cobertas pela proteção jurídica (...) E, se formos por essa lógica, desculpem lá que vos diga, temos os técnicos de serviço social, da Segurança Social e temos os psicólogos do hospital, pronto.”***

Apesar de não ser uma área relatada por todas, algumas técnicas entrevistadas parecem, igualmente, valorizar um outro elemento que não se encontra previsto na maioria dos Acordos de Cooperação com a Segurança Social: o Animador Sociocultural. A presença deste técnico é vista como facilitadora da intervenção direta com as crianças, na ocupação funcional de tempos na estrutura de acolhimento, como referido anteriormente, mas também com as mulheres. A atual distribuição de tarefas por um conjunto relativamente pequeno de técnicas em cada casa abrigo, parece implicar escolhas nas intervenções realizadas, pelo que as ações mais estruturantes são valorizadas em detrimento de ações consideradas como menos fundamentais, como a estruturação de tempos para as crianças ou a celebração de efemérides. CAN3 TEC1 menciona exatamente esta necessidade: ***“Se ca-lhar, por exemplo, acho que fazia falta um animador sociocultural porque eu como educadora social, tenho a tarefa de plano de atividades, de fazer e de... só que eu por vezes não tenho tempo. Eu não consigo, porque tenho outras tarefas que são mais importan-***

tes, quer dizer se eu tenho saídas para tribunal, eu não posso (...) comemorar o dia da mulher, por exemplo. É nesse sentido. Se calhar um técnico, mais próximo, que estivesse ali mais com elas, até a nível de entretenimento, mais nesse sentido.”

A permanência da equipa parece ser, igualmente, um aspeto importante da dinâmica da casa e parece influir naquilo que seria uma equipa ideal. Se algumas técnicas não alterariam a equipa de que presentemente dispõem, optando, antes, por um tempo de *afetação superior* (a diretora técnica CAS1 TEC1, por exemplo, quando questionada sobre um eventual alargamento da sua equipa, refere claramente que optaria **“Não por um alargamento da equipa mas um tempo de afetação superior.”**), a parcialidade de tempo de algumas técnicas, particularmente aquelas que são consideradas técnicas de intervenção direta, como os Educadoras Sociais e os Animadoras Socioculturais, poderá ser contraproducente, contrariando a lógica tradicional que defende “mais vale pouco que nenhum”.

CAN3 TEC1, referindo-se à experiência da sua casa abrigo com uma animadora sociocultural, relata que **“Eu acho que teria que ser muito bem trabalhado, teria que se ter muita paciência e insistir muito porque... nós notamos... também era diferente, ela vinha uma vez por semana, quando eram os trabalhos manuais e, se calhar, não havia ali aquele vínculo. Porque eu acho que um animador ou outro técnico que pudesse criar essas atividades era mais que um animador, era ali um companheiro ou uma companheira, não é? Porque o objetivo que eu... era ter ali uma pessoa, mais uma pessoa que pudesse contar.”**

A questão do tempo não parece ser, contudo, suficiente para resolver algumas *questões deontológicas* que surgem no âmbito do desempenho profissional, como o acompanhamento psicológico simultâneo a mães e crianças, realçado por duas psicólogas, ou o facto de uma psicóloga assumir a direção técnica da casa abrigo, como salientado por uma mulher. CAN1 MAUTO1 salienta que a **“A única psicóloga que havia é a doutora [nome da técnica], que é a coordenadora. [...]A diretora de casa que... e até compreende que ela não possa acu... acudir a todos, porque... uma casa abrigo às vezes estão vinte e cinco pessoas. E é muito complicado para uma pessoa só ter que gerir a casa, não tem que estar a dar apoio”,** pelo que, de modo quase que inevitável, concluir **“que havia de haver apoio... mais apoio... psicológico”**.

A nível de acompanhamento de mulheres e crianças, das casas abrigo visitadas, apenas uma possuía duas psicólogas, uma para as mães (psicóloga clínica) e outra, psicóloga do desenvolvimento, para as crianças acolhidas, revelador da sensibilidade da entidade pro-

prietária da casa abrigo que, não estando tal protocolado com a Segurança Social, construiu a solução de duas psicólogas a meio tempo com objetivos de intervenção diferenciados (“(...) **as crianças são, elas próprias, vítimas e nós intervimos também com as crianças, não é? Embora eu esteja mais ligada às mulheres e a minha colega, que é psicóloga educacional, intervenha mais com as crianças.** [questionada sobre a presença de duas psicólogas na casa abrigo] **Temos. Temos porque lá está, a nível da nossa ética profissional nós se damos acompanhamento à mãe não podemos dar à criança. E mesmo a nível de avaliações e tudo o mais. E então temos isto assim um bocadinho dividido.**”).

Não estando presente esta solução na maioria das casas abrigo, o que parece acontecer é o recurso a entidades parceiras, na comunidade, que possam fazer o acompanhamento às crianças, ou o assumir-se deste duplo acompanhamento por parte do psicólogo da casa abrigo. No entanto, as casas abrigo situadas em zonas mais isoladas, nomeadamente, em localidades rurais não parecem poder usufruir desta primeira hipótese. CAN3 TEC3, psicóloga, expressa claramente esta impossibilidade: “**E... e pronto, e outra das dificuldades é eu ter que acompanhar mães e crianças aqui. Não tenho alternativa. Não é?**”.

Um último elemento de reflexão relativamente a uma possível equipa ideal parece centrar-se na questão da *formação especializada*, particularmente da equipa auxiliar. Apesar de a maioria das casas abrigo ter passado por uma formação centralizada dinamizada pela CIDM, atual CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género), é referida a falta de atualização de formações similares. CAC2 TEC2, uma das duas técnicas que aborda diretamente esta questão, refere-se a esta formação inicial complementando com a necessidade de atualizações: “**Tivemos. Ainda tiveram. Tiveram inicialmente. Aquando do início da casa, todos nós (...) tivemos uma formação muito multi-setorizada se quisermos chamar assim, com várias áreas. Tivemos com a PSP, com a GNR, com a CIG, também com a Ordem dos Advogados. Eu acho que foi muito importante ter assim uma perspetiva geral da situação. Deveríamos, eu acho que deveríamos, nas ajudantes de lar de... deveriam de se... por vezes... centrar mais nas relações interpessoais, nas relações de conflito, que é, acaba por ser depois... facilmente explodem. (...)as ajudantes de lar deviam ter uma formação adequada, para receber... não é? E estar sempre com uma formação contínua, também. Para ter digamos que... como eu digo, entre aspas um arcaboço, para lidar com esta situação. Não é?**”.

Não assumindo a sua afirmação exatamente no sentido da necessidade de formação, mas evidenciando enquanto exemplo daquilo que considera não dever ocorrer aquando da

interação com as mulheres acolhidas, CAN1 MAUTO2 ressalva um elemento que considera afigurar-se como relevante na medida em que alude às competências pessoais e ao modo como estas interferem no bem-estar a mulher acolhida. Esta mulher refere que a equipa alargada *“as funcionárias. Podiam ter mais calma”*. Concretiza afirmando que *“podiam... ser mais... ser educado é uma coisa... eu até... eu olha, vou dizer uma coi... eu até de atrasada mental fui chamada por uma funcionária. Ela me pôs para fazer um trabalho que não era meu e a pessoa que era... o trabalho, ficou sentada com ela na sala a ver e a rir-se. Com a funcionária. Chegou-me a acontecer isso. Meu filho foi chamado de ladrão por... que foi no frigorífico, pegou um iogurte porque ele estava com fome, porque tinha um pão para dividir para três pessoas, está a ver? E foi chamado pela funcionária de ladrão. Está a ver? E eu fiquei muito revoltada com isso, foram coisas que me marcaram muito.”*

8.1.3. c) A intervenção na casa abrigo ideal

Parece-nos interessante e digno de registo que os discursos sobre a intervenção técnica de uma casa abrigo ideal não surjam como uniformes e bem definidos. Também nesta subdimensão, as referências ao trabalho desenvolvido idealmente parecem prolongar as dificuldades que as técnicas têm em se descentrar das suas próprias intervenções e dos seus espaços físicos de onde estas parecem emergir. Assim, e como referido anteriormente, se algumas técnicas parecem defender uma estrutura física que permita um ambiente familiar, ou seja, o mais próximo possível daquilo que é entendido por estes como um ambiente familiar normativo (casa autónoma para mãe e filhos), as próprias limitações das entidades que supervisionam e tutelam estas respostas sociais impedem a concretização das mesmas. Será expectável que um ambiente familiar se tenha de traduzir ou operacionalizar num conjunto de *atividades quotidianas* que prolonguem essa mesma familiaridade.

Contudo, uma exploração destas atividades, particularmente aquelas que mais parecem traduzir o sentimento de “casa própria”, como a confeção de refeições, que é considerada pelas técnicas como uma atividade pertinente para o desenvolvimento e consolidação de competências, bem como para a articulação entre os tempos profissionais e familiares, é limitada pelas questões do sistema HACCP ou, mesmo, pela contratualização feita entre a casa abrigo e as empresas fornecedoras de refeições – *“nós temos lá [no espaço comum da casa abrigo] um fogão, onde elas, pronto, quando são mais bebés, responsabilizamos*

na confeção das sopinhas, para se habituarem, etc., mas, um outro tipo de pratos não... não temos capacidade para que elas o realizem, porque temos também a obrigatoriedade de ter uma empresa de confeção para as respostas sociais, portanto, acaba por haver (...) este impasse e esta impossibilidade. Se calhar, acho que aqui era aquilo que... e em qualquer casa abrigo, porque qualquer um de nós chega a casa... (...) e tem que ir fazer (...) a sua própria refeição, ou prepará-la para família. E... e aqui às vezes, se calhar, até... é bom demais, não é?” (CAC1 TEC1).

Esta necessidade é também sentida no discurso das mulheres. CAN1 MAUTO1 manifesta claramente a sua opinião quando refere que *“não queria que a comida viesse como esta casa [refere-se ao facto de já estar cozinhada], pronto, é... são... é as regras que ela tem, de vir de fora para ali, não, as pessoas tinham que cozinhar ali, embora haja ali muita democracia que eu acho que não é preciso tanto, mas pronto. São lá as leis deles que... que não se pode, por exemplo, não se pode fazer bolos, não se pode fazer qualquer... eu houve uma altura queria fazer uma pizza, no princípio ainda me deixavam fazer umas pizzas depois já... de... não podia, porque podia haver uma uma intoxicação. Pe... essas coisas todas. Acho que isso que é uma coisa que não era necessário haver.”* Este tipo de restrições nem sempre é facilmente entendido, como se depreende do discurso da mesma mulher: *“É muita coisa que eu ponho-me a pensar para quê? se nós quando eramos jovens a... comíamos a fruta das árvores [...] E ninguém morreu, porque é que agora tanta coisinha, tanta... eu como prefiro comer um bolo que seja eu a fazer, do que um bolo que se vá comprar. Qual é a segurança de um bolo que se vai comprar?”*

Esta aparente contradição entre a necessidade de trabalhar competências e as restrições na naturalidade das mesmas, parece implicar que o trabalho de promoção e desenvolvimento das mesmas seja desenvolvido em modelos híbridos, conjugando as atividades/tarefas de higienização da casa abrigo, por exemplo, com os momentos mais tradicionais de intervenção em grupo e/ou modelagem ou mesmo de formação.

As quatro técnicas que abordam esta subdimensão da *intervenção técnica* referem, ainda, a necessidade de um reforço do trabalho técnico, no sentido de poder haver um melhor acompanhamento das atividades realizadas no exterior da casa abrigo, nomeadamente, ao nível da empregabilidade. A dimensão laboral é, também neste nível ideal, entendida como determinante para o processo de autonomização.

O trabalho técnico a desenvolver numa casa abrigo ideal parece ser visto num prisma diferente por parte das mulheres entrevistadas. Enquanto as técnicas centram mais as suas

atenções na necessidade de acompanhamento e ligações laborais, as mulheres que se pronunciam sobre esta dimensão, sem negligenciarem a importância das mesmas, parecem centrar o seu discurso na necessidade de uma maior diversidade e orientação nas diferentes atividades (ocupacionais e de lazer) da casa abrigo. O facto de as mulheres passarem, em grande parte as situações, uma quantidade de tempo assinalável em contexto de casa abrigo, parece fazer com que a componente recreativa ganhe peso adicional. De acordo com CAS1 MACO1, a ocupação de tempos livres **“é prioritário [...] tipo assim uma... que hoje em dia as pessoas não fazem mais... tipo uma pintura [com o auxílio de] uma professo... não, professora não, não. Pessoa mesmo, não é? Porque lá... chegava assim, tipo fazia... alguma coisa, um crochet, alguma coisa para distrair as pessoas, porque isso aí ajuda, uma pintura, uma tela. Isso assim também seria uma ocupação. Por... por exemplo, agora nas férias, os miúdos, os miúdos fazem o quê? Os miúdos não fazem nada. Só ficam vendo televisão e jogos. Pronto, isso aí ajudaria muito. Não é?”** CAN1 MACO4, concretiza de outro modo: **“Olhe, vou dar um exemplo, por esta casa. Eu olho aqui à volta e... tem aqui tanto terreno que é desperdiçado. E era uma maneira da mulher não pensar, estar ocupada. Sei lá. Plantar flores... não sei. [...] porque nós temos as nossas tarefas, as nossas responsabilidades como mães e... mas... o tempo que estamos paradas, prejudica-nos muito.”**

A noção de que o excesso de tempo não ocupado parece contribuir para a destabilização da mulher é enfaticamente defendido por CAN1 MAUTO1: **“pensei que as pessoas... que se tinha que trabalhar mais, que tinha... eu por acaso pronto, ao fim de um mês arranjei trabalho e fui logo trabalhar. Porque Deus me livre eu estar dentro de uma casa sem fazer nada. Porque as tarefas [referindo-se às tarefas estipuladas pela equipa da casa abrigo para a realização por parte de cada mulher acolhida] que são postas para dez ou quinze mulheres aquilo faz-se numa hora. Muito mal ficava eu nos tempos que estava parada, não é?”**

O facto de as técnicas enfatizarem a relação com a dimensão laboral quando se referem à intervenção técnica, não significa que não assumam a componente ocupacional não laboral como um elemento importante. É a tradução da preocupação já demonstrada aquando da constituição da equipa ideal, nomeadamente, o papel do animador sociocultural. Este parece cumprir uma função significativa na implementação de novas dinâmicas na casa abrigo, quer com os adultos, quer com as crianças, libertando outras técnicas para um trabalho mais vocacionado para o desenvolvimento de autonomia e de competências.

CAS1 TEC1, quando questionada sobre a equipa ideal e o trabalho por ela desenvolvido, refere a importância do animador ***“principalmente para as crianças e mesmo para elas, para as utentes, também. Temos algum tipo... Um tempo para fazer dinâmicas de grupo com elas e passarmos a transmitir algumas competências que elas vão precisar no futuro.”***

Cientes das dificuldades com a componente ocupacional, as equipas técnicas, no entanto, parecem tentar otimizar a intervenção no sentido de acelerar o mais possível as questões de empregabilidade. Como esta dimensão, contudo, não depende das próprias casas abrigo, as três técnicas que refletem sobre esta subdimensão, remetem para a necessidade de reforço do *trabalho em rede*, no sentido de permitir uma melhor e mais rápida integração da mulher acolhida, como nos diz CAS1 TEC1: ***“E teria [a casa abrigo ideal] que ter parcerias (também acho isto muito importante) a nível laboral para ajudar as pessoas a encontrar trabalho, emprego. Integrar as pessoas no mercado de trabalho penso que é muito importante.”***

Pelo menos duas casas abrigo, por estarem inseridas em estruturas macro mais abrangentes, parecem ter como prática o encaminhamento interno, i.e., sempre que surge uma vaga numa das respostas sociais à qual pertence a casa abrigo, é dada prioridade às mulheres acolhidas na casa abrigo. ***“Nós aqui, em termos dessa integração, acabamos por ter um aspeto positivo, que é o facto da [omitido - entidade à qual pertence a casa abrigo] ser muito grande e sempre que há uma vaga, num lado ou noutro, as pessoas em que se pensa em primeiro lugar são mesmo as da casa abrigo, para tentar incluí-las no mundo do trabalho. Eu acho que sim, que uma casa abrigo que pudesse dar formação e dar trabalho às pessoas, isso seria já muito positivo.”*** (CAS1 TEC2)

Mas a necessidade de trabalho em rede não parece terminar apenas numa possível agilização laboral. A própria otimização do trabalho, no seu sentido mais lato (compreendendo a articulação com os diferentes serviços da comunidade) é igualmente defendida como fundamental. CAC2 TEC1 considera ***“que uma casa se não trabalhar em rede, é muito complicado. Tem que trabalhar em rede [...] com a comunidade onde está inserida [com] os seus serviços todos.”*** Este trabalho permite o desenvolvimento de sinergias entre as diferentes estruturas da comunidade de modo a que, em conjunto, se possam ultrapassar as maiores limitações individuais.

Por parte das mulheres, a alusão a uma articulação em rede é feita apenas por CAS1 MAU-TO2. Esta mulher autonomizada parece fazê-la de modo a salvaguardar o sentimento e

bem-estar aquando do acolhimento, reforçando o cuidado entre as estruturas que encaminham e as estruturas que acolhem – *“pois olhe eu, então, se tivesse mesmo que construir uma casa abrigo, eu iria buscar essa situação que se passou comigo. Portanto, a partir do momento que a pessoa liga a pedir ajuda – “eu estou numa situação terrível, por favor ajudem-me” – a partir do momento que isso acontecesse, tinha que haver uma ou duas pessoas a lidar com aquela pessoa que precisava de ajuda e acompanhando sempre. Saber o que é que se passava, saber – porque foi muito importante para mim – saber o que é que se passava, realmente, o que é que se passa em sua casa: «como é que você faz quando isso acontece? Como é que reagem os seus filhos? E você quer continuar ou não? É por isso é que eu estou a ligar, eu preciso da vossa ajuda». «Então prontos, precisa mesmo então da nossa ajuda e quer a nossa ajuda?» Então... e depois... teria essa ajuda até à instalação da pessoa. Até a pessoa estar instalada e estar segura, não é?”*

Estes procedimentos de articulação interinstitucional parecem revelar-se como particularmente importantes. O facto de o acolhimento em casa abrigo não ser um procedimento linear e dependente exclusivamente da mulher que o procura, faz com que, para o mesmo objetivo, várias vozes se façam ouvir. Nem todas, contudo, parecem encontrar-se em sintonia, pelo que serão desenvolvidas no capítulo seguinte.

8.2. Desencaminhamentos

Uma segunda dimensão emergente dos discursos das técnicas e mulheres entrevistadas prende-se com o processo de encaminhamento para casa abrigo. Na sua globalidade, este *cluster* foi desenvolvido em torno do discurso particularmente crítico das técnicas entrevistadas. Por sua vez, as mulheres entrevistadas, nas suas narrativas, parecem acabar por validar o discurso das técnicas relativo aos processos de encaminhamento.

Os discursos das técnicas revelam que estes são considerados como sendo realizados de modo inadequado. São identificadas e salientadas adulterações no processo de encaminhamento entendidas, muitas vezes, como manipulações por parte de quem encaminha. As técnicas entrevistadas tentam enquadrar e justificar a ocorrência deste tipo de situações, construindo um entendimento sobre os encaminhamentos, e salientam também o que, nas suas opiniões, se pode afigurar como elementos que contribuam para solucionar ou minimizar este tipo de maus encaminhamentos.

Estes discursos parecem, assim, organizar-se em tornos de duas dimensões: uma primeira, reveladora de uma adulteração no modo como as casas abrigo se encontram a ser utilizadas/rentabilizadas pelos agentes do sistema de encaminhamento; e uma segunda, em que as técnicas tentam caracterizar o modo como estes encaminhamentos desadequados tendem a ocorrer. As mulheres, por sua vez, parecem revelar, em larga maioria, ou desconhecimento ou ausência de informação relevante sobre as casas abrigo enquanto resposta que as iria acolher, aquando do processo de acolhimento. É possível perceber, assim, que não é facultada informação suficiente para que a mulher possa tomar uma decisão ponderada acerca do seu próprio acolhimento.

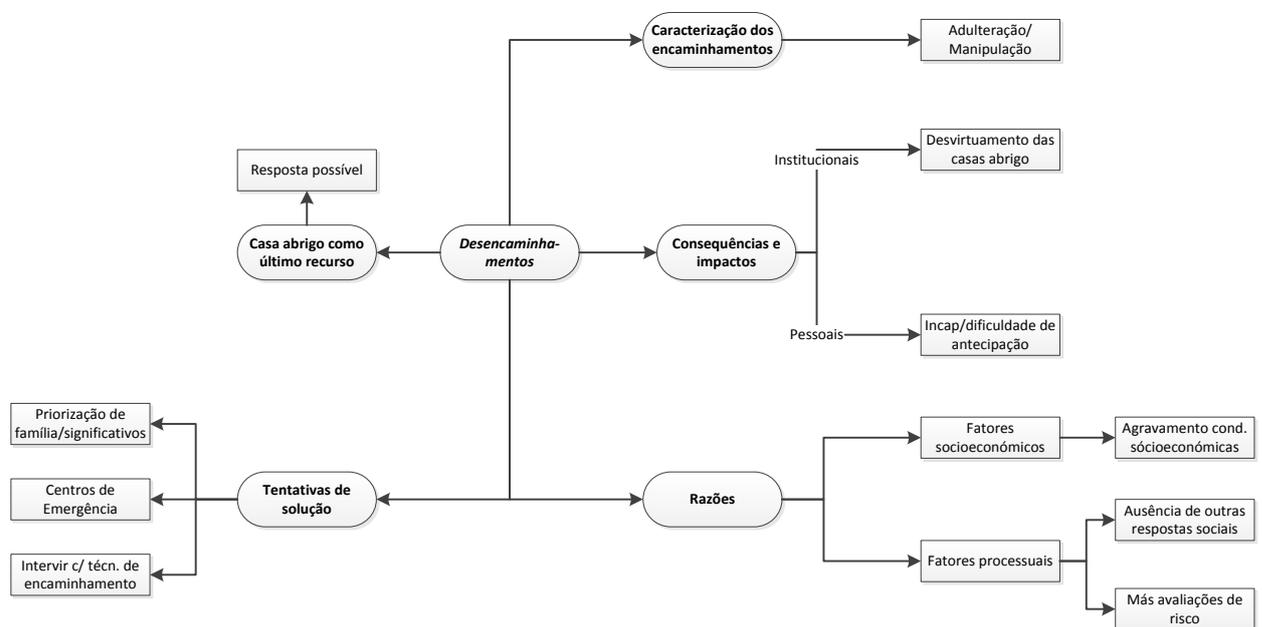


Ilustração 5 Diagrama explicativo do processo de encaminhamento para casa abrigo

8.2.1. Casa abrigo – de Último Recurso a Resposta Possível

“É muito duro. E por isso é que só deve ser usado em último recurso [...].

Porque isto é muito duro para as pessoas.”

CAC2 TEC1

O sistema português de proteção à mulher vítima de violência doméstica é, presentemente, bastante limitado no que a respostas institucionais de intervenção diz respeito. A resposta social disponível nestas situações é, quase que de modo exclusivo, a mesma: *Casas abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica*. Deste modo, as casas abrigo tanto protegem mulheres que realmente não têm qualquer outra alternativa e que entendem e desejam uma resposta com estas características, como todo um conjunto de outras mulheres que apresentam (complementarmente ou não) todo um leque de diferentes problemáticas, como mulheres que ainda se encontram em período de maturação, não tendo a certeza de que a casa abrigo é a resposta que desejam.

Respostas alternativas, como Centros de Emergência, são ainda quase inexistentes no panorama português (encontra-se agora a ser estimulado o seu desenvolvimento), sendo que a legislação existente (concretamente o Decreto Regulamentar n.º 1/2006, de 25 de Janeiro e a Lei 112/2009, de 16 de Setembro) nem reconhece o seu papel. Este silêncio legislativo e regulador não impede que uma maioria significativa das técnicas entrevistadas (sete) entenda as casas abrigo como estando situadas num contínuo interventivo, assumindo-as como respostas de “fim-de-linha”. Para estas técnicas, as casas abrigo deverão apresentar-se como alternativa a ser equacionada após um trabalho exaustivo de exploração de possíveis alternativas. CAN1 TEC1 traduz claramente esta ideia, defendendo que ***“as casas abrigo, na minha perspetiva (e penso que deveria ser assim que deveriam ser encaradas), são estruturas de fim-de-linha. Ou seja, são estruturas que devem responder a situações de violência, em termos de acolhimento, quando nenhuma outra resposta é possível.”***

Este entendimento de “resposta social limite” parece resultar, assim, não de orientações ou constrangimentos legislativos, mas da necessidade de manter confidencial um sistema de proteção que assenta, quase que exclusivamente, no facto de apenas alguns agentes conhecerem as localizações das casas abrigo. Deste modo, o encaminhamento de pessoas que não necessitam destas respostas parece fragilizar o próprio modelo. Estas considerações parecem revestir-se de particular importância no momento em que as técnicas se referem ao processo de encaminhamento para casa abrigo, sendo estas de opinião de que aquela especificidade desejada (já) não se encontra a ser salvaguardada. De acordo com os testemunhos obtidos, as técnicas referem-se a alterações a nível dos encaminhamentos referindo que, atualmente, as situações acolhidas não são necessariamente de “fim-de-linha”. CAC1 TEC1, adotando em relação aos acolhimentos uma perspetiva diacrónica,

afirma que estes têm *“tido variações ou nuances diferentes ao longo dos tempos, se ca-lhar, fruto também destas características novas que vamos vivendo e que o país atravessa. E porquê? Se inicialmente surgiam situações que eram mais tipificadas de violência doméstica, atualmente... Neste momento nós... Procuramos, realmente acolher situações de violência doméstica, mas [não só]...”*

Também CAN3 TEC1, com uma leitura semelhante, afirma que se *“comparar com o início de quando eu vim para cá e agora... as vítimas vinham para cá em último recurso. E agora acho que é quase impensável [quando] há esta oportunidade. O técnico que encaminha diz «olhe, temos isto», «então eu vou». Nem pensam em familiares, família de retaguarda, é mesmo... direto, mais direto.”*

Toda esta inversão parece contribuir para que as casas abrigo deixem de funcionar como refúgios últimos, encontrando-se a ser utilizadas como a resposta possível para um encaminhamento que se afigura como urgente. Este processo de desvirtuação parece estar a ser operacionalizado através de pedidos de encaminhamento adulterados, que não correspondem à realidade das situações que, posteriormente, as equipas das casas abrigo vêm a encontrar.

8.2.2. Caracterização dos encaminhamentos

“mas onde é que está a violência aí? [...] Porque a pessoa quer é resolver o problema, não é? E, pronto, e vêm para aqui. Como eu digo «chegou cá a batata», que é que vamos fazer com ela, não é? [...] Às vezes, temos essas situações. Esse momento de encaminhamento é... é crucial.”

CAC1 TEC1

CAS1 MAUTO2 descreve, com agrado, o quão segura se sentiu com a ponderação e paciência que as técnicas que procederam ao seu encaminhamento tiveram consigo. O seu discurso apresenta elementos que, por defeito, não se encontraram presentes na globalidade das entrevistas e que parecem dar corpo a um encaminhamento bem feito, na medida em que foi significativamente informativo e tranquilizador para a mulher: *“E depois elas disseram «então a senhora pense, se estiver mesmo disposta a sair daí, juntamente*

com os seus filhos, nós damos todo o apoio necessário para poder sair daí». E eu disse: «então, mas...» e eu perguntei: «então, mas e vou para onde?». Aí, depois ela teve a explicar: «nós, ao longo do país, há várias casas, chamadas casas abrigo, onde nós podemos pessoas [...] como você e [...] com a sua situação. Idênticas à sua situação. E depois lá nós ajudamos». E eu disse: «e depois vou fazer o quê?». Eu nessa altura nem sei o que é que eu estava a imaginar... O que é que as casas eram. Depois ela esteve-me a explicar. [...] Naquela altura elas deram-me a escolher, entre o [nome da localidade] e [nome da localidade]. E ela disse: «olhe, é assim, nós neste momento até há umas vagas numa instituição no [nome da localidade]. Porque para [nome da localidade] não podia ser, que era ali perto...

[...] E elas disseram: «Isto tem que ser o mais longe possível. E há outra no Algarve, em [nome da localidade]». E eu disse: «Então explique-me lá uma e outra coisa, [...] imaginamos que eu amanhã agarre nos meus filhos e vou. O que é que eu faço?» «É assim, nós...» Depois claro a conversa entre mim e essas senhoras foi ali durante mais ou menos uma semana. Todos os dias falávamos ao telefone. Portanto... porque eu depois eu também tinha as minhas dúvidas, eu ia pondo as minhas... «E se for assim? Se for...». E elas: «Não. Não. Não se preocupe. Porque há sempre alguém...». Porque eu tinha medo dele, porque ele, a profissão dele era talhante e ele lidava com facas. [...] Fazia-me confusão isso e eu dizia assim: “Bem, se levar os meus miúdos e me vou embora, ele vai atrás de mim e vai fazer alguma coisa que não...” CAS1 MAUTO2 conclui: “Eu no meu caso, achei que, apesar do medo que eu vinha e daquelas preocupações todas, correu tudo bem, porque foi muito bem combinado, muito bem... As coisas todas muito bem tratadas comigo. E com essas doutoras de lá e com as pessoas daqui. [...] Foi tudo muito [...] foi tudo muito bem combinado. Foi tudo muito bem feito. Calhou tudo bem.”

Não invalidando os encaminhamentos que decorrem dentro dos trâmites esperados, e corporizados acima pelas técnicas das casas abrigo, o discurso das entrevistadas, no que a esta dimensão de encaminhamento diz respeito, é fundamentalmente ocupado com aquilo que consideram ser maus encaminhamentos, pelo que o discurso de CAS1 MAUTO2 se revela como um discurso limite ou excecional neste universo. Cinco das técnicas entrevistadas assumem claramente que muita das informações que chegam às casas abrigo é errónea e adulterada, de modo a que a mulher encaminhada possa ter cabimento nesta resposta social. CAS1 TEC1 defende esta conclusão afirmando claramente que “*chegam aqui pessoas que, infelizmente, não são vítimas. Isso é outra questão da violência doméstica e*

das casas abrigo [...] Muitos dos pedidos que chegam, a meu ver, são manipulados para aquelas pessoas parecerem vítimas de violência doméstica". CAC1 TEC1 defende, igualmente, esta ideia quando diz que *"o técnico do outro lado tem que assumir as situações, se bem que muitas vezes também não o faz com a clareza devida e necessária. Tem que ver com o próprio que, de certa forma, é aldrabado devido à pressão... [...] Tenta-se arranjar ali uma violência algures, nem que seja um palavrão que aconteceu há dois meses atrás, ou há um ano..."*

Esta adulteração da informação parece ocorrer também por omissão, ou seja, os relatórios de encaminhamento para casa abrigo nem sempre contêm toda a informação que é considerada pelas técnicas das casas como fundamental para poderem programar e orientar o acolhimento. CAS1 TEC1 fala concretamente de *"diagnósticos incompletos"* defendendo que todas estas situações impactam o próprio acolhimento.

8.2.2. a) As consequências e impactos da adulteração

Estes encaminhamentos adulterados são entendidos por cinco técnicas como condicionadores daquilo que deveria ser um percurso institucional mais normativo da mulher acolhida. CAN3 TEC3 diz que este tipo de encaminhamentos *"compromete todo o percurso delas aqui, não é? E tudo, tudo..."*. O comprometimento a que esta técnica se refere parece traduzir-se em consequências *institucionais* e *individuais*.

Institucionalmente, encaminhamentos deturpados ou com informação em défice, parecem implicar um *desvirtuamento das casas abrigo*, através de um alargamento abusivo destas respostas sociais a outro tipo de situações-problema que, de acordo com CAS1 TEC1, *"muitas vezes não têm nada a ver com a problemática da violência doméstica e não cabem muitas vezes nas casas abrigo."* As técnicas referem-se a problemáticas como dependências várias (nomeadamente alcoolismo), doenças psiquiátricas, problemas habitacionais (sem-abrigo) e carência económica. Estas questões-problemas parecem contribuir para um sentimento de limitação de atuação por parte das técnicas, pois os problemas adicionais *"que elas trazem para cá [...] muitas vezes nós não conseguimos dar resposta, não é?"* (CAN3 TEC3). CAS1 TEC2 apresenta opinião semelhante defendendo que *"Nós não conseguimos fazer a autonomização de uma pessoa dessas, porque a pessoa não precisa tanto deste tipo de resposta. Precisa de uma resposta mais permanente, não é?"*

A nível individual, os maus encaminhamentos parecem igualmente ter impacto na mulher que é acolhida. Através das verbalizações e comportamentos destas mulheres, cinco técnicas entrevistadas são de opinião que, também elas, são logradas neste processo, sendo-lhes ocultadas informações pertinentes para uma tomada de decisão consciente. Algumas técnicas chegam a referir que um número significativo de mulheres não tem noção mínima da estrutura na qual vai ser acolhida. CAC2 TEC1 diz-nos exatamente que **“eu acho poucas têm. Algumas já têm, mas a maioria não tem. Não sabe me... re... realmente não sabe depois para onde é que vem.”**

CAN3 TEC1 vai mais longe, afirmando que **“outras não têm mesmo noção daquilo que é uma casa abrigo, porque muitas dizem que se soubessem de antemão o que isto era que não vinham. Porque não ‘tavam, não ‘tão dispostos a ser assim expostas [...] Não queriam ‘tar assim expostas.”** CAC2 TEC2 ressalva o facto destas situações ocorrerem mais quando as mulheres são encaminhadas de serviços mais genéricos, ou seja, não especializados em situações de violência doméstica, como CPCJ, Câmaras Municipais, ..., **“Eu acho que há... há essa questão de quando vêm desses serviços, não vêm as expectativas delas, não... não vêm pra... vêm a pensar que muitas delas chegam “ah, eu não sabia muito bem como é que isto funcionava, que tinha regras, que tinha um... que não era bem”, quase que é como... como... vêm à espera de uma pensão. Não é? Quase que uma pensão, mas uma pensão um bocado... toda ela muito... sem regras definidas, sem... portanto, vêm muito mais... e... e aí são mais defraudadas, digamos.”**

Este tipo de encaminhamentos parece ser responsável, assim, pela criação na mulher acolhida de uma *incapacidade de antecipação* em relação ao momento seguinte de reconstrução do seu projeto de vida. CAC2 TEC1 refere que **“muitas vezes, elas quando vêm ainda não têm propriamente uma expectativa sobre a vida delas, não têm isso definido.”**

CAN3 TEC2 é de opinião que, devido à falta de esclarecimento na tomada de uma decisão mais consciente e estruturada, as mulheres **“não aproveitam como deveriam aproveitar”**. Este desconhecimento é claramente verbalizado por nove das mulheres entrevistadas (três autonomizadas e seis acolhidas). CAN1 MAUTO2 transmite o desconforto resultante de um processo de encaminhamento aparentemente pouco cuidado: **“Quando eu cheguei, quando eu olhei para aquela casa, vi aqueles portões enormes... porque é assim, não me deram informação. Falaram que eu ia para uma casa abrigo, não me explicaram como é que era, nem nada ... casa abrigo. Eu só soube que vinha para [nome da localidade] no dia de vir, que a doutora me ligou de manhã: «a senhora vai para [nome da loca-**

lidade] ». Eu nem sabia onde era [nome da localidade]. Eu até pensei que fosse ali do lado de Almeirim. Eu fui: «Será que ali para o lado de Almeirim?» Perguntei para a doutora «não, é no norte». Eu: «Ah, no norte» e fiquei assim... E não me explicaram o que é que era. Eu só soube das regras e isso e tal quando eu cheguei. Só que é assim, pelo que eu soube na noite a gente chegava, a funcionária tinha que ler os coisas [regulamento interno] para nós. A mim só foi no dia depois de quase vinte dias de eu estar ali. Ninguém falava comigo. As funcionárias falavam... A doutora só se lembrou de mim uma vez que passou por mim: «Ah, tenho que falar com a senhora. Pois é, já tem quinze dias.» Que eu estava ali.”

CAN1 MACO1, que apresenta um percurso de institucionalização anterior em casa abrigo, refere uma diferença entre o primeiro e o segundo encaminhamento mas, ambos, aparentemente insuficientes: *“Lá está, não me explicaram muito porque eu também já tinha estado numa. Não [...] foi a primeira vez. [...] Quando fui para a outra casa, explicaram-me o que era, mas [...] não me disseram nada de pormenores que ia estar fechada. Depois lá [na casa abrigo] é que me disseram, não é? [...] Porque pensei que «vou estar longe da minha área», como se costuma dizer, «vou pelo menos poder sair, nem que seja para ir dar uma volta e... e espaiar», não é? Mas não [...] só podia sair cinco minutos por dia e o resto ficava sempre... encaixada em casa. E aquilo era... não tinha, como é que hei de explicar? É que nem espaços verdes tinha aquela casa. [...] Parecia um hotel. Daqueles assim mais modernos. E mas de resto e depois havia pouca gente, havia pouca convivência, só me dei bem com uma rapariga de lá de dentro. Não havia conversas, não havia diálogo entre as pessoas, nem mesmo ao jantar, nem mesmo na sala de jantar, era assim... monótono. Não se passava nada, não havia aquele... não quer dizer que nós fôssemos para lá para, como eu digo, para fazer amigos, mas ao menos que houvesse [...] convivência. Mas nem isso tinha mesmo.”*

8.2.2. b) Razões da adulteração

Quando refletem sobre as razões destas adulterações, se três das técnicas entrevistadas referem fatores socioeconómicos como elementos justificativos, cinco enfatizam os défices do próprio sistema de proteção à vítima como justificação dos mesmos.

O facto de Portugal se encontrar em momento de crise económico-financeira (as *“fases que estamos a passar”*, nas palavras de CAN3 TEC3), parece implicar que as respostas que,

até então, iam sendo encontradas deixem de ser entendidas como alternativas de encaminhamento para mulheres vítimas de violência doméstica. CAN3 TEC1 refere exatamente esta questão quando questionada sobre os motivos desta alteração nos encaminhamentos: ***“a crise, exatamente, porque eu até não vale a pena «eu ir para o meu irmão, porque sei que ele não tem dinheiro para me poder ajudar», é muito isso.”***

Esta alteração, que dificulta/impossibilita o recurso a respostas menos graves para a mulher, parece forçar um processo de institucionalização, com todas as características que a ele estão associadas, particularmente, as questões previamente abordadas do desenraizamento que, se por vezes são fundamentais para assegurar a segurança da mulher e/ou agregado, nem sempre se revelam como condições *sine qua non*. CAN3 TEC1 conclui, assim, que esta alteração não é benéfica para o próprio sistema de acolhimento e proteção, enfatizando a ideia central da casa abrigo como resposta que, sempre que possível, deva ser evitada: ***“É assim, eu acho que não é tão positivo quanto isso, porque a institucionalização não é fácil para as mulheres que cá chegam, isto não é fácil.”***

Um segundo conjunto de razões que, na opinião dos entrevistados, pode ajudar a enquadrar este tipo de encaminhamentos adulterados, prende-se com algumas lacunas ou problemas do próprio sistema português de proteção à mulher. Duas grandes ideias são defendidas por seis técnicas que se referem a estas questões:

- Más avaliações de risco e de alternativas;
- Ausência de respostas alternativas

Um primeiro elemento salientado claramente por cinco técnicas prende-se com as más avaliações realizadas no momento de encaminhamento. CAS1 TEC1 refere claramente que ***“acho que os casos de violência doméstica, apesar de serem sempre situações urgentes, eu compreendo isso, deviam ser melhor diagnosticadas, porque chegam aqui situações que, ou não têm nada a ver com violência doméstica ou, para além de violência doméstica trazem outras problemáticas associadas que não podem caber numa casa abrigo.”***

Esta ideia é igualmente sublinhada por CAN3 TEC3, que considera que ***“devia ser feita uma triagem mais precisa...”***

Estes maus diagnósticos e encaminhamentos parecem ser justificados por alguns fatores, nomeadamente, de disponibilidade temporal. O facto de haver uma maior procura dos serviços de atendimento e apoio a vítimas parece implicar que as técnicas que encami-

tenham tenham menos tempo para explorar adequadamente possíveis alternativas. CAN1 TEC1 salienta as questões relacionadas com a urgência da situação, parecendo compreender as dificuldades que quem encaminha tem em todo este processo, realçando a **“impossibilidade de explorar. Repare, uma entidade encaminhadora que recebe uma pessoa em situação de crise, tem que resolver aquela situação, no momento, não é? Portanto, dificilmente [...] conseguirá explorar todas as hipóteses e todas as viabilidades em 24 horas.”**

Mas se os encaminhamentos podem ser contextualizados com as questões anteriores, verifica-se, igualmente, uma falta de conhecimento, minimamente aprofundado, das situações que as técnicas efetivamente acompanham e que, naturalmente, influencia o próprio pedido de encaminhamento. CAS1 TEC1 afirma que **“às vezes, recebo telefonemas de técnicas que encaminham as situações [a solicitar acolhimento] e que não conheceram as pessoas ainda pessoalmente.”** CAN1 TEC1 sintetiza defendendo que **“o que me parece é que não está tudo realmente trabalhado, bem trabalhado. Parece-me que em termos de encaminhamento, muitas vezes as estruturas que encaminham também não têm real conhecimento dos casos.”**

As técnicas entrevistadas registam que os encaminhamentos, atualmente, são realizados por um maior número de estruturas, sendo o acolhimento alargado a outras entidades que não aquelas diretamente vocacionadas para a violência doméstica, como as Câmaras Municipais, as CPCJ, Se este facto permite uma maior aproximação dos serviços à mulher que necessita de ajuda e intervenção, permitindo uma resposta mais rápida, por outro, permite que os encaminhamentos sejam realizados por técnicos que não se encontram sensibilizados para os procedimentos de encaminhamento de mulheres vítimas de violência doméstica. CAN2 TEC1 salienta o facto dos técnicos, por vezes, potenciarem o risco: **“não são poucas as situações em que as pessoas acabam por vir porque, porque o técnico que atende (isto eu vou por o dedo na ferida), muitas vezes, até nem está habituado a lidar com esta realidade e fica muito... potencia um bocado a situação do risco... pode não fazer uma avaliação conveniente do risco...”**

A inexperiência de quem encaminha parece, inclusivamente, colocar em causa a própria segurança de quem é encaminhado, como referem duas técnicas de uma das casas abrigo (referindo-se a duas situações distintas). Para exemplificar, CAN3 TEC2 descreve uma situação em que o técnico de encaminhamento não tinha conhecimento de que a casa abrigo seria confidencial: **“muitas vezes os técnicos não têm ideia... uma mulher que nós rece-**

bemos, o técnico disse-lhe onde é que isto ficava, aos familiares. Portanto, diz que não tinha ideia que a casa abrigo era confidencial.” CAN3 TEC3 relata uma situação semelhante: ***“Eles próprios também não sabem. Ainda esta semana nos aconteceu que veio uma residente, de [ocultado] e a técnica não fazia a mínima ideia do que era uma casa abrigo. Sabia que existia, sabia que era uma resposta e encaminhou. Encaminhou logo, logo mal desde início, porque foi a família que a trouxe. Vê lá, não é? E nós dissemos que, mas isso não pode ser porque isto é sigiloso, a família nem sequer pode saber que ela vem para aqui para esta zona.”***

Este tipo de situações leva, inclusivamente, CAC2 TEC1 a salvaguardar diferenças que considera significativas entre os encaminhamentos realizados por diferentes tipologias de instituições - ***“há situações que, se tivermos dúvidas, quer dizer, quando normalmente vêm através dos gabinetes de apoio à vítima e desses serviços especializados, normalmente, não temos quaisquer dúvidas sobre as situações e articulamos diretamente. Se são situações, por exemplo, CPCJ... aí às vezes, nós já dialogamos um bocadinho antes e que, se for caso disso, falamos mesmo com a família antes. Para perceber se, de facto, porque já tivemos uma ou outra situação que não foi vítima de violência doméstica [...]”***.

Uma segunda grande ideia manifestada por cinco técnicas entrevistadas relativamente aos défices do sistema de acolhimento prende-se com a falta de estruturas complementares de apoio. O entendimento de resposta de “fim-de-linha” parece não ter reflexo na praxis, verificando-se uma quase ausência de respostas intermédias, como refere CAS1 TEC1 – ***“como não há outras respostas sociais, para aquela idade e para aquela problemática, então acabam por ir parar às casas abrigo, o que complica muito, depois.”***

A falta de estruturas diferenciadas de apoio à mulher vítima de violência doméstica é, também, realçada por CAN3 TEC3, que entende que o encaminhamento para uma casa abrigo possa resolver ou, pelo menos, minimizar o problema para quem encaminha: ***“eu também acredito que eles não tenham muitas respostas e que, ok, vamos mandar para a casa abrigo, já está resolvido, tá feito!”***. Esta situação parece agravar-se pelo facto de, efetivamente, quase não haver respostas de emergência que se possam assumir como alternativa a um acolhimento em casa abrigo, e nas quais se efetue um trabalho técnico. CAN1 TEC1 diz claramente que ***“Paralelamente há uma resposta de acolhimento de emergência que não é de todo ideal. E portanto, quando as pessoas chegam (é assim se... quase arriscando uma percentagem, 90% dos casos), a situação de violência acaba por não ter sido realmente trabalhada, não é?”***

8.2.2. c) Tentativas de solução

As técnicas entrevistadas, complementarmente às dificuldades apontadas, apresentam aquilo que consideram ser algumas soluções para estes encaminhamentos problemáticos. Estas tentativas de solução parecem agrupar-se em três tipos de soluções:

1. Priorização da família e outros significativos
2. Desenvolvimento de Centros de Emergência
3. Intervenção com os técnicos de encaminhamento

Das técnicas entrevistadas, três referem claramente que as famílias não são, muitas vezes, utilizadas como opção prévia à institucionalização, pelo que sugerem abertamente que se deva **“queimar todas as hipóteses, antes de elas virem para cá [concretamente a] Retaguarda familiar...”** (CAN3 TEC3)

CAN1 TEC1, por sua vez, conclui que um número significativo de autonomizações se conseguem devido ao apoio familiar e também a outros apoios sociais, pelo que, se o apoio familiar tivesse sido ativado previamente, a institucionalização poderia, eventualmente, ter sido evitada (**“Acabam por se autonomizar com recurso a retaguarda familiar, ou a retaguarda social. O que quer dizer que bem trabalhada a situação, se calhar, isso também seria possível sem ser necessário passar por esta situação de institucionalização”**).

O alargamento das respostas sociais, concretamente o desenvolvimento de Centros de Emergência, é referido por três técnicas como um elemento decisivo para minimizar a necessidade de manipulação dos pedidos de encaminhamento. Sendo as casas abrigo respostas entendidas pelas técnicas entrevistadas como inserindo-se num contínuo interventivo, estando localizadas num dos extremos desse mesmo contínuo, torna-se necessário efetivar respostas que antecipem esta intervenção final. Os Centros de Emergência assumir-se-iam como respostas de “primeira linha” que, de modo ainda mais temporário mas com um efetivo acompanhamento técnico poderiam, na opinião destas técnicas, enriquecer o sistema de proteção à vítima.

Os Centros de Emergência parecem evidenciar duas grandes vantagens: **“evitaria o acolhimento em pensões, etc., porque aí a pessoa está tão [abandonada] abandonada e assoberbada pelo risco que poderá estar a correr”**, como refere CAN1 TEC1, bem como

permitiria que a mulher tivesse um espaço securizante onde refletisse sobre se o momento seguinte passaria realmente por uma institucionalização ou não. CAC1 TEC1 considera que esta é uma boa prática (***“E acho que em vez de ir logo para casa abrigo, há situações em que ficam a pensar, ou temporariamente em algum centro temporário. Se calhar, também, em algumas situações, principalmente, mulheres sozinhas, também esta era uma boa prática”***).

A intervenção com os técnicos de encaminhamento, por último, é um pequeno *cluster* de soluções construído a partir dos contributos de seis das técnicas entrevistadas. Uma das soluções apresentadas consiste em formação especializada para os técnicos de encaminhamento. CAN3 TEC3 defende que ***“As técnicas que encaminham deviam ter formação, eu acho que fazem um bom trabalho nos gabinetes de atendimento, não é? E se calhar, as técnicas... das outras áreas, CPCJ que aparece-nos, nós não podemos aceitar diretamente de uma CPCJ, mas eles depois fazem uma folha de rosto com outra entidade e aí vem, não é? Tipo, essas técnicas, a ação social da Câmara, a Segurança Social, técnicas de protocolos... protocolos para o RSI, que deviam de ter mais formação e de informá-las melhor acerca do que é uma casa abrigo.”*** CAS1 TEC1 é de opinião de que as expectativas das mulheres devam realmente ser trabalhadas pelas equipas de primeira intervenção, considerando que esse ***“tem de ser um trabalho [elaborador por quem] está nessa fase de retirada de casa”***.

A qualidade da informação obtida, por seu lado, poderia ser melhor assegurada com a utilização de instrumentos uniformizados entre quem encaminha e quem acolhe. Estes procedimentos poderiam responder melhor a uma das necessidades detetadas pelas técnicas entrevistadas, concretamente, como referido anteriormente, uma melhor avaliação de risco. CAN1 TEC1 defende ***“a criação, se calhar, de um guião de entrevista tipo... e de instrumentos de avaliação específicos. No fundo, a utilização desses instrumentos que já vão existindo, não é? Para se conseguir levantar pri[meiro]... quer em termos de grau de risco, porque, por exemplo, a nossa seleção não tem a ver, em termos de lista de espera, não tem a ver com o tempo que estão em lista de espera, mas com a avaliação do risco, no fundo”***.

CAN3 TEC3 defende, complementarmente, ***“protocolos com outras instituições”*** como um modo de evitar possíveis institucionalizações em casa abrigo, desenvolvendo e concretizando projetos de inovação social.

8.3. Das Expectativas às Necessidades

Um terceiro ponto emergente da análise dos discursos prende-se com as expectativas que, na perspetiva quer das técnicas, quer das mulheres entrevistadas, são apresentadas relativamente às casas abrigo enquanto estruturas de acolhimento, e com as necessidades que ambas avaliam como fundamentais para um acolhimento em casa abrigo respondendo, ou não, às expectativas iniciais. Estas, nomeadamente as das mulheres, parecem prender-se com o ponto anterior, i.e., com a qualidade do processo de encaminhamento para casa abrigo, enquanto elemento que, inevitavelmente, irá fomentar a antecipação daquilo que irá ser encontrado.

Verifica-se que as técnicas conseguem mais facilmente referir e elencar as expectativas que consideram que as mulheres têm em relação a esta resposta social, do que as suas próprias. De acordo com as técnicas entrevistadas, as mulheres parecem antecipar, desde o início, a obtenção de todo um conjunto de apoios e ajudas que as auxiliem no processo de autonomização e que a casa abrigo assuma um papel ativo na facilitação destes elementos, concretamente na habitação e emprego. As técnicas acabam por considerar que, atendendo à exigência das expectativas, estas acabam por não corresponder completamente ao que as mulheres desejariam obter de uma casa abrigo. As mulheres, por sua vez, não parecem na sua totalidade ir ao encontro das expectativas que as técnicas assumem que estas têm relativamente à casa abrigo enquanto estrutura de acolhimento.

Relativamente às necessidades das mulheres acolhidas, estas parecem centrar-se em torno: a) da obtenção de apoios vários; b) da necessidade de proteção e segurança e c) da necessidade de tempo pessoal. Constata-se a existência de uma relação direta entre estas necessidades avaliadas e os elementos definidos como vantajosos no modelo sigiloso de casa abrigo.

Quanto às suas próprias expectativas, as técnicas conseguem distinguir com facilidade as expectativas que viram correspondidas e aquelas que não o foram, salientando-se um sentimento de autorrealização, por um lado e o desencanto perante uma visão sobre a violência doméstica inicial que não se veio a validar.

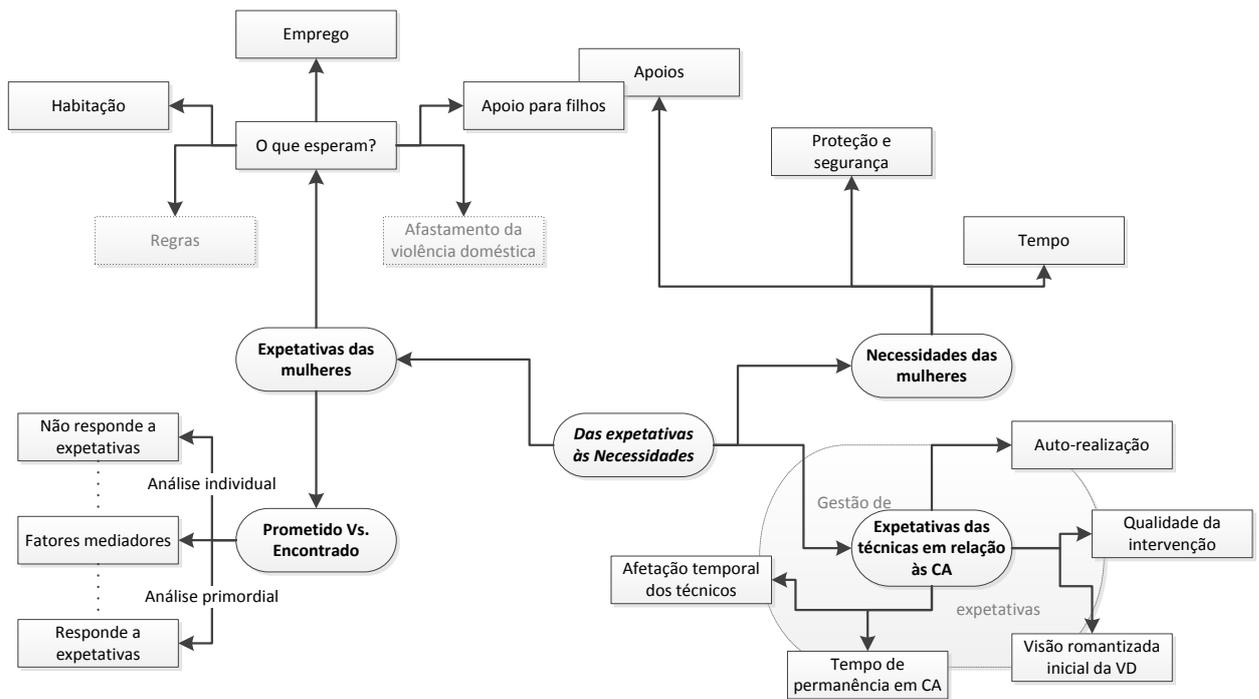


Ilustração 6 Diagrama explicativo das necessidades e expectativas encontradas

8.3.1. As expectativas das mulheres sobre as casas abrigo

“às vezes é um bocado difícil desmistificar isto e fazer perceber que é mais importante que as ensinem a pescar, do que pesquem por elas.”

CAN1 TEC1

Se ao longo de todo o trabalho nos encontramos a analisar diferentes perspetivas sobre um mesmo objeto, tal assume contornos ligeiramente diferentes (e mais subjetivos) quando nos centramos nas expectativas das mulheres em relação às casas abrigo. Se os técnicos nos falam sobre as *suas* perspetivas em relação a estas respostas sociais e as mulheres sobre as delas próprias, encontramos igualmente, neste ponto de análise, as perspetivas das técnicas sobre as expectativas das mulheres. Assim, os dados apresentados neste capítulo resultam da confluência de uma auto-perspetiva (os discursos das mulheres sobre aquilo que esperavam aquando do acolhimento) e de uma hétero-perspetiva (as perceções que as técnicas têm, resultantes da sua experiência profissional, sobre as expectativas iniciais das mulheres).

Estes discursos dividem-se em dois grandes enfoques que parecem responder a duas questões fundamentais: quais as expectativas que as mulheres apresentam em relação às casas abrigo e responderão estas a esse mesmo conjunto de expectativas? O discurso centra-se, assim, em torno destes dois elementos organizadores – um primeiro, de descrição dos conteúdos das diferentes expectativas das mulheres e, um segundo, relativo ao grau de resposta da casa abrigo perante um conjunto de expectativas iniciais.

8.3.1. a) O que esperam as mulheres da casa abrigo?

Um aspeto que é manifestamente diferenciador entre o discurso das técnicas e o discurso das mulheres entrevistadas prende-se com o facto de as técnicas terem uma opinião mais clara, uniforme e objetiva relativamente às expectativas que as mulheres têm sobre as casas abrigo. Tal parece dever-se ao facto de a experiência profissional facilitar uma des-
centração sobre a experiência empírica e subjetiva, permitindo a criação de constructos mais abstratos (categoriais) nos quais se encaixam as diferentes expectativas individuais. As mulheres, por sua vez (e como ocorre, geralmente, ao longo de todo o processo de entrevista), centram as respostas na sua própria experiência (tal como era expectável e desejado), resultando níveis de análise diferenciados. Este facto, potenciado pelo guião da entrevista recorrer a questões abertas, permitiu a obtenção de um conjunto de subjetividades, nem sempre facilmente encaixáveis em categorias.

No processo de exploração sobre as expectativas que as mulheres geralmente apresentam aquando da entrada em casa abrigo, três técnicas e quatro mulheres referem um quadro de *ausência de expectativas*. No discurso destas mulheres é perceptível algum desespero, resultante das situações de violência vivenciadas, responsável por uma atitude de fuga operacionalizada em expressões como as de CAN1 MACO4: ***“Pois, eu não... não pensei em encontrar nada. O que eu queria era ver-me livre da situação em que estava a viver. E pronto e poder recomeçar uma vida nova com os meus filhos e esquecer o que passei.”*** Também CAC1 MACO3 refere um processo interno semelhante: ***“Não. Nessa fase eu não coloquei isso em questão [como seria a casa abrigo]. Portanto, eu queria mesmo o meu espaço... sossego e... porque é assim, se for a comparar a relação com o conforto, eu tinha bastante.”*** CAC2 TEC1 afirma que este é um processo comum, afirmando que uma mulher, quando é acolhida em casa abrigo ***“Não sabe. Não tem expectativa sobre o que é que vai acontecer a seguir. A expectativa está muito curta no tempo. É muito limitada no***

aqui e agora. Não as vejo a entrar com... Já com a expectativa... Poucas, poucas, algumas sim, mas poucas entram com essa expectativa já futura [...]. Talvez ainda não conseguem ver mais além. E acho que nem têm ainda essa expectativa do depois, como é que vai ser. Acho que não têm. A maioria, acho, que vem com esta expectativa... curta no tempo.”

Todas as entrevistadas, mesmo aquelas que, de modo mais imediato, afirmam não possuir expectativas, conseguem apresentar e desenvolver um discurso em torno das mesmas. A análise dos discursos das técnicas envolvidas parece sugerir que a grande maioria das mulheres que necessita de casa abrigo se encontra preocupada com o momento de saída, focando as suas expectativas no que tornará possível esse momento final do período de acolhimento. Da quase totalidade dos discursos emerge um *cluster* significativo que se prende com os múltiplos apoios que as mulheres esperam poder receber para tornar exequível a saída de casa abrigo.

As mulheres, relativamente às casas abrigo, parecem esperar que as equipas destas respostas sociais disponibilizem ou facilitem todo um conjunto de apoios que lhes permitam uma efetivação de um célere processo de autonomização. Os discursos parecem, igualmente, revelar que estas expectativas parecem ser exigidas à instituição, como se de um mecanismo compensatório pela saída de casa se tratasse, o que parece levar a um quase inevitável processo de desilusão. CAS1 TEC2 descreve este processo como **“um choque com a realidade”**.

As técnicas referem, primeiramente, a expectativa de apoio das mulheres evidenciando os três principais eixos que revelam aquando do acolhimento: habitação, emprego e filhos. CAS1 TEC1 sumariza este conjunto de expectativas afirmando que, **“normalmente são estas: a creche e o trabalho e depois [...] casa [...]. Normalmente elas têm essas expectativas e chegam aqui e ficam um bocadinho desiludidas.”**

O apoio habitacional é referido pela quase totalidade das técnicas (oito), quer de modo direto, surgindo a casa abrigo como responsável por arranjar uma habitação, como refere CAN3 TEC1 (**“Nós vamos arranjar casa e como ela [mulher acolhida] sobreviver na casa.”**), quer de modo indireto, tendo a casa abrigo a responsabilidade de facilitar apoio financeiro para suportar o encargo com a habitação, como afirma CAS1 TEC2 (**“E depois tem a parte da expectativa do apoio financeiro que aí muitas vezes isso não se verifica, esse apoio. Têm a expectativa do apoio a nível habitacional – quando saem daqui poderem**

arrendar um espaço em que tenham algum apoio e que não tenham de pagar a renda por completo. Isso também não se verifica aqui em [ocultado nome da localidade].”)

A dimensão habitacional, se, por um lado, se revela fulcral para uma autonomia efetiva, por outro, é das mais difíceis de operacionalizar pois, geralmente, a mulher acolhida não possui disponibilidade financeira que lhe permita uma aquisição rápida e fácil de um imóvel. Apesar de a legislação em vigor transparecer a sensibilidade do legislador perante estas questões, não se encontra ainda regulamentada e, com o agravamento social e económico, esta tarefa afigura-se mais dificultada. CAN2 TEC1 refere que **“por exemplo a habitação, um direito a que têm, a nova habitação, já sei que a nova lei fala nisso, mas, em concreto, andamos aqui a falar com a Câmara de que maneira e falta, (está a regulamentar agora, mas), falta saber como é que isto vai funcionar. Mas, a lei já saiu em dois mil e oito. E... estamos nisto, não é? E às vezes as expectativas são um bocadinho altas e... por variadíssimos fatores, não correspondem depois ao que elas pretendem e... Obviamente que a equipa tenta fazer o que está ao alcance mas...”**.

Este tipo de expectativa, enfaticamente defendido pela quase totalidade das técnicas entrevistadas é, contudo, apresentado de modo direto apenas por três mulheres. CAS1 MAUTO1 refere claramente que a sua **“expectativa era sair de lá, ter... o meu sonho. O meu sonho era... era sair e ter uma casinha para mim e para os meus filhos. Era isso.”**

Uma segunda dimensão deste eixo tripartido de expectativas, referida por sete técnicas, centra-se na empregabilidade que parece ser, igualmente, determinante para as mulheres que abandonam os seus trajetos anteriores de vida. Contudo, a realidade das casas abrigo não é tão facilitada como esperado pelas utilizadoras. CAN3 TEC3 aborda esta questão referindo a expectativa inadequada das mulheres que são acolhidas – **“elas pensam que isto realmente é uma instituição e que vêm para cá e que... e que lhes é tudo, que lhes é tudo muito mais facilitado, em termos de emprego”**. Complementarmente ao emprego e, por vezes, de modo substitutivo, as expectativas parecem recair em eventuais apoios financeiros, entendidos como igualmente determinantes, como exemplifica CAN3 TEC1 **“É que vêm para uma casa abrigo [assumindo que têm direito às] questões de RSI, abonos e essas coisas todas. É, muitas vêm mesmo com essa ideia”**.

Contudo, o objetivo **“conseguir um trabalho para depois sair daqui”**, formulado por CAC1 TEC1 como sendo uma das expectativas principais das mulheres relativamente às casas abrigo, parece partilhar das dificuldades de concretização da habitação, atendendo às condições socioeconómicas atualmente mais fragilizadas.

Também a este nível o discurso de mulheres e técnicas não se afigura sincrónico. Apenas duas mulheres referem expressamente o apoio a nível da empregabilidade como expectativa inicial. CAN3 MACO1 refere que **“Pensava que a gente ia para uma casa abrigo e passado uma temporada termos ajudas... vamos conseguir. Nós vamos ter a nossa casinha, com a ajuda por trás deste ou daquele. Mas não é eles a pagar, é nós... o nosso trabalhinho, não é? Pensei que era assim. Pensei.”**

A terceira dimensão deste eixo, realçada por cinco técnicas, prende-se com a necessidade de apoio para os filhos, ou seja, encontrar uma resposta que satisfaça **“todas as necessidades básicas, pra si, pros filhos, se os trouxer”**, nas palavras de CAC1 TEC1. CAN1 TEC1 enfatiza esta mesma expectativa das mulheres, quando afirma que estas pretendem encontrar **“um sítio que lhes dê apoio relativamente aos filhos. Também. Porque as pessoas, às vezes, estão desestruturadas, estão deprimidas, reactivamente ou não, estão, enfim, e vêem-se, às vezes, com dois, três filhos.”**

As expectativas relativamente ao apoio a dar aos filhos são manifestadas de diferentes formas, assumindo dimensões exequíveis, como espaços próprios na casa abrigo (**“um cantinho para os filhos”** – CAN1 TEC1) ou serviços (**“Muitas vezes as crianças vêm, elas próprias, muito perturbadas e as mães já não sabem lidar com aquelas crianças. Precisam muito desse apoio e têm a expectativa de que há um psicólogo [...] e as pessoas vão ajudar”** – CAS1 TEC2); mas também expectativas que ultrapassam as possibilidades e limites da própria resposta social (**“transporte escolar para as crianças”** – CAN1 TEC1, ou **“a expectativa de ter equipamentos de infância para as crianças gratuitos, o que também aqui em [ocultado nome da localidade] não se verifica”** – CAS1 TEC2).

O apoio aos filhos, concretamente o apoio emocional e a inserção em equipamentos da comunidade, é referido por um conjunto significativo de mulheres. Contudo, nenhuma o faz enquanto expectativa inicial de acolhimento. O discurso sobre as expectativas parece ser, por defeito, muito centrado na própria mulher que, conseqüentemente, interfere igualmente naqueles que estas têm a cargo.

São referidas pelas técnicas outras expectativas que não assumem, contudo, um carácter tão expressivo como as anteriores. O afastamento do contexto de violência é um exemplo do que também é expectável pela mulher aquando do acolhimento. Esta dimensão é apenas evidenciado por três técnicas que referem que as mulheres procuram **“um espaço [e] um certo tempo que lhes permita ter uma ajuda para recomeçar”** (CAS1 TEC2), onde **“não vá ser incomodada”** (CAC2 TEC1). A nível das expectativas, as técnicas entrevistadas

parecem centrar o discurso sobre as expectativas da mulher num plano posterior ao do afastamento, sendo este encarado, no discurso apresentado, como evidente à resposta social em causa.

CAC1 TEC1 parece conseguir sistematizar e sintetizar estes posicionamentos dividindo as expectativas das mulheres em dois momentos distintos da intervenção da casa abrigo: um primeiro momento onde a expectativa se prende com a necessidade de segurança e, um segundo, com a centração nas necessidades inerentes à autonomização – **“Num primeiro momento, penso que [...] é logo assegurada. Num segundo momento, o trabalho técnico vai, após esse primeiro contacto com as pessoas, procuramos conhecer... a situação problema, procuramos conhecer precisamente essa expectativa [...] dar uma oportunidade de vida diferente aos meus filhos, conseguir um trabalho para depois um dia sair daqui, pronto”** (CAC1 TEC1).

Um outro conjunto de expectativas, não tão expressivas, parece prender-se com as regras institucionais de funcionamento. Três técnicas referem-se às questões do isolamento e cumprimento de regras, necessárias ao funcionamento de uma casa abrigo, quer pela negativa, quer pela positiva, i.e., quer pelo desconhecimento que as mulheres têm relativamente ao conjunto de regras das casas abrigo, quer pelo receio das mesmas. CAN3 TEC3 é de opinião que muitas mulheres desconhecem o modo de funcionamento de uma casa abrigo e não antecipam as implicações funcionais destas respostas. Afirma que **“muitas delas [...] não fazem ideia que o regime é assim tão fechado”**, ideia que completa seguidamente associando este facto às regras de funcionamento **“E depois é a parte institucional, do regulamento interno, as regras, o cumprimento das regras, eu sei que é extremamente difícil. Eu às vezes tento-me colocar no papel delas, determinadas regras, não é? É um regime muito... muito rígido. E que elas têm que obedecer e, se não obedecerem é mais complicado, vão ter que ser chamadas à atenção, pronto.”** CAC2 TEC1, por seu lado, refere-se a estas mesmas expectativas defendendo, contudo, que são já expectativa que possuem *a priori*, resultado do processo de encaminhamento – **“trazem uma expectativa de que vão ficar muito fechadas aqui, pelo menos chegam-nos mulheres com essa expectativa que vão ficar muito enclausuradas.”**

O discurso das mulheres relativamente às expectativas que referem ter tido aquando do acolhimento parecem prender-se à própria casa abrigo, i.e., ao facto da casa abrigo possuir ou não condições ambientais e humanas (concretamente ao nível da sua gestão) que facilitassem a transição entre a vivência com o agressor e um processo de autonomia. No-

ve mulheres manifestam claramente esta preocupação centrando o seu discurso em *dimensões várias da casa abrigo*. Assim, e contrariamente ao referido pelas técnicas entrevistadas, as expectativas das mulheres parecem ser, claramente, mais centradas na componente imediata do acolhimento e não tanto no processo pós-saída. Estas expectativas parecem ocorrer apenas num segundo momento, quando todo o processo de acolhimento se encontra perfeitamente resolvido (ou é percebido como irresolúvel). Este processo mais imediato parece assumir-se como (ainda mais) lógico quando atualizamos as dificuldades e lacunas do processo de encaminhamento. Questões do género: “Como será o espaço para onde vou?” ocupam, assim, um número significativo de discursos. CAS1 MACO1 refere exatamente estas preocupações: ***“Olha, quando eu saí de casa eu achei, pronto, eu falei assim «vou para um um sítio, acho que é uma casa normal. Vou amarrar num quarto e sair para procurar trabalho» E pronto. Não tem que chegar na hora do almoço. Na hora do pequeno-almoço. Achei que fosse assim, entendeu? Fosse uma... pronto... Fosse um tipo assim alugar um quarto e... mas é diferente, tem as regras. Tem as regras. Você tem que descer, você tem que, se você não vai almoçar, você tem que avisar, se você... entendeu? Porquê? Porque não pode estragar comida. Você não vai jantar, você tem que avisar. É diferente. É diferente, pronto, mas é normal, não é? Não é que nem a casa da gente, mas... é bom, não é? Melhor do que ficar na mão do agressor, não é?”***

CAN3 MACO2, como não obteve informação adequada e/ou suficiente por parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens que a encaminhou, ***“pensava de que era [...] casas da Câmara. Assim uma casa para nós, não é? Pensei que era assim. Não sabia que era isto assim.”*** CAN1 MAUTO2, por sua vez, ***“Não estava à espera. Olhe quando me falaram da casa abrigo, eu entrei em pânico. Porquê? Porque eu pensava que isso era tipo assim uma comunidade. Por exemplo, onde meu filho está [comunidade terapêutica]. É um lugar muito grande, aonde tinha as casas, cada um tinha um quarto, está a ver? [...] Não como uma casa...”***

Algumas das mulheres entrevistadas, inclusivamente, associaram o conceito de casa abrigo a instituições de ordem religiosa (CAC1 MACO1 – ***“falavam-me em irmãszinhas. [...] donde estavam irmãszinhas. [...] Eu pensei: «é pá, mas eu agora vou ser mandada por irmãszinhas». Além de eu ter a minha religião, a minha cristandade, ser católica e pratico missa. Ainda hoje vou à missa às cinco da tarde.”***) ou de tipologia hospitalar (CAS1 MAUTO2 – ***“Eu até vinha a imaginar uma coisa assim como me falaram que «ah, há lá mais pessoas como você... assim da mesma... situação que você». E eu estava a imaginar que***

seria uma sala, sei lá, assim tipo uma coisa onde houvesse assim várias camas ou como a gente vai a um hospital... Umas camaratas. Sei lá. Pronto. E se calhar vão pôr... pronto... Não imaginei como é. Imaginei mais abaixo. Quando eu vi o quarto fiquei toda contente, feliz assim «ah, pelo menos vou ter aqui um cantinho só para mim». É tão bom. Pronto. Isso foi uma coisa que eu fiquei bastante contente, pronto. Porque nós gostamos sempre de ter assim o nosso cantinho...”)

8.3.1. b) O prometido nem sempre é devido – A discrepância entre o que é garantido e o que é encontrado

As técnicas entrevistadas, a maior parte das vezes espontaneamente, acabam por refletir no modo como as casas abrigo respondem ou não às expectativas que as mulheres têm sobre as mesmas. De um modo global, a maioria das técnicas entrevistadas (seis) considera abertamente que as casas abrigo não correspondem às expectativas que as mulheres possuem sobre o que irá ocorrer nestas respostas sociais durante o acolhimento. Como analisado anteriormente, o discurso destas técnicas parece prender-se com o conjunto de elementos que se revelam fulcrais para a consequente reconstrução familiar e profissional necessária para estas mulheres. Estas expectativas parecem não ser exatamente correspondidas, como refere CAN3 TEC2 – ***“Muitas vezes elas chegam aqui com muitas ideias erradas. Chegam cá, pensam que nós temos aqui trabalho para elas, pensam que isto é mesmo uma casa delas, portanto, não é casa abrigo, que isto é uma casa, portanto estão aqui dois ou três dias e nós já temos casa, emprego, tudo.”***

De acordo com a mesma técnica, as expectativas ***“São muito altas. Portanto, elas acham que vão chegar aqui e vão ter tudo ao dispor delas”***. CAS1 TEC1 estabelece uma ponte com o próprio encaminhamento que, em sua opinião, condiciona o próprio processo de criação de expectativas: ***“Muitas vezes não corresponde porque quando é uma situação de emergência, que é o caso de todas elas, normalmente o que se lhes diz para elas tomarem coragem para sair de casa é: «Vá porque agora vai ter oportunidade. Vai arranjar um trabalho, vai ter creche para a criança, vai ter isto, vai ter aquilo» e essa não é a realidade. Elas chegam aqui e a creche muitas vezes não tem vaga, o trabalho só encontram daqui a um mês ou dois e elas ficam: «quer dizer, não foi isto que me disseram que havia»”***. Conclui defendendo que as mulheres ***“normalmente elas têm essas expectativas e chegam aqui e ficam um bocadinho desiludidas.”*** CAN3 TEC1 salienta, igualmente, que

“também as expectativas não correspondem aquilo que elas achavam que era uma casa abrigo e vão-se muito abaixo, assim nos primeiros, nas primeiras duas semanas é muito complicado para elas mesmo.”

Este posicionamento mais definido não parece ser condicente com a opinião das mulheres entrevistadas. Destas, nove mulheres (e quatro técnicas) afirmam que as casas abrigo, efetivamente, respondem às expectativas iniciais que as mulheres têm aquando do acolhimento, enquanto sete mulheres afirmam que as casas abrigo não respondem às expectativas. Algumas das mulheres, inclusivamente, consideram que as casas abrigo ultrapassam, claramente, as suas expectativas iniciais, como refere CAN1 MAUTO1 – ***“Ora bem, até foram melhores.”***

Parece haver, particularmente no discurso das técnicas, elementos que permitem enquadrar e compreender melhor as razões pelas quais as entrevistadas se posicionam de uma ou outra forma. De acordo com estas técnicas há um fator que parece surgir neste contexto como mediador e que se revela fulcral na mediação e gestão das expectativas: o facto de a mulher acolhida realmente desejar ou não a resposta onde se encontra. De acordo com cinco das técnicas entrevistadas, é a motivação da mulher que irá determinar o modo como a gestão de expectativas irá decorrer. Para CAN3 TEC3 as técnicas servem apenas de catalisadores para a vontade e motivação apresentada pela mulher acolhida, facilitando o desenvolvimento pessoal e o acesso a serviços, pois ***“depende muito delas, da vontade delas, da capacidade delas. Nós, simplesmente, funcionamos aqui como pontes”***.

Mas o facto de nem sempre se encontrar aquilo que se imaginou ou que tinha sido previamente (aparentemente mal) discutido, parece gerar dificuldades acrescidas em todo este processo de gestão. CAN3 TEC1 refere que considera ser ***“muito mais fácil a integração da pessoa que está com umas expectativas... que tá... que não criou expectativas e que está aberta ao que encontra, do que aquela que já está, não é? «Mas disseram-me que era assim» ou «eu tinha ideia que era assim» e é mais resistente. A intervenção é muito mais difícil.”*** Estes elementos parecem reforçar a necessidade de um trabalho prévio ao acolhimento de maior atenção à qualidade da informação que é partilhada, de modo a que as mulheres possam construir adequadamente um quadro referencial em relação ao que esperar num momento tão delicado como o da saída da sua própria casa. Contudo, como refere CAC2 TEC2 ***“isso é muito pouco trabalhado antes, eu acho. Muito pouco trabalhado não é?”***

Este discurso de seis das técnicas entrevistadas parece centrar-se num nível claramente mais micro e individual, revelando opiniões que tendem no sentido de que as casas abrigo não respondem exatamente ao esperado, como aquelas a que CAN1 TEC1 se refere, sem concretizar: ***“Em pontos muito concretos pode não responder. Tem a ver com aquelas questões... nas respostas imediatas, às vezes, sei lá... [...] questões, às vezes, muito práticas e concretas.”***

Como referido anteriormente, um menor número de técnicas (quatro), mas um maior número de mulheres (nove) formulam a sua posição de modo aparentemente diferente, referindo que as casas abrigo respondem às expectativas que as mulheres têm destas respostas. Apesar de parecer surgir como uma posição contraditória, na realidade, a aparente diferença resulta de uma centração discursiva num nível mais primordial da intervenção das casas abrigo.

As entrevistadas, quando analisam a questão das expectativas, referem-se, fundamentalmente, à função de proteção da casa abrigo e ao modo como esta contribuiu para o afastamento da situação de violência doméstica. Assim, CAC1 TEC1 defende que ***“as expectativas iniciais, [...] das mulheres em relação à casa abrigo, as expectativas iniciais é o sair da situação em que se encontram, o afastar-se da... do agressor, afastar-se da violência... e... e portanto, nesse sentido, num primeiro momento a casa abrigo dá resposta.”*** CAN1 TEC1 é de opinião que, ***“na generalidade, eu acho que sim. E as expectativas têm a ver, exatamente, com isso. Com [o] solucionar as questões legais... que surgem inevitavelmente. E com a questão de uma, de uma autonomização mais breve possível. Eu acho que na generalidade, a resposta é positiva.”***

Deste modo, a um nível primordial, concretamente a nível de proteção, as técnicas parecem concordar que as casas respondem ao expectável e necessário, ainda que a maioria pareça assumir estas expectativas como condições básicas e, como tal, inerentes ao acolhimento resultando numa não valorização das mesmas. CAC1 TEC1 refere que o ***“afastar-me do agressor, sair da violência, dar uma oportunidade de vida diferente aos meus filhos, conseguir um trabalho para depois um dia sair daqui, pronto. Eu acho que, de alguma forma [...] nós conseguimos dar resposta a essas expectativas.”***

No discurso das mulheres o processo parece ser semelhante. A maioria parece centrar-se nesta componente primordial do acolhimento e, como tal, o discurso é revelador de expectativas satisfeitas. Foi possível perceber, aliás, que a componente de proteção que a casa abrigo oferece é antecipada por algumas mulheres como um espaço prisional em que

é a vítima que se encontra enclausurada para que o agressor não possa entrar. Desta forma, a casa abrigo responde à necessidade de proteção e ultrapassa as expectativas atendendo ao facto de nem remotamente se assemelhar ao ambiente antecipado. CAN1 MA-CO2 exemplifica este processo de agradável constatação: ***“Eu até pensei que quando viesse para aqui que não podia ter telemóvel, que não podia fazer certas coisas que faço. Podemos fazer. Mas... sim. Gosto de estar aqui, sinto-me bem em estar aqui, porque... pensava que era uma prisão, não é? Que íamos estar presas, mas não.”***

Quando os discursos ultrapassam o nível de proteção inicial e tendem a centrar-se num nível claramente mais micro e individual (centrado em questões operacionais que ultrapassam os limites interventivos da casa abrigo), as opiniões tendem no sentido de que as casas abrigo não respondem exatamente ao necessário.

8.3.2. Para além das expectativas – O que necessitam as mulheres numa casa abrigo?

“Na minha perspetiva, o que é que elas mais necessitam [é] de ter um espaço pra elas. Ter um espaço e de poder ter tempo para pensar.”

CAC2 TEC2

Os discursos das entrevistadas ultrapassam a questão das expectativas iniciais, deslocando-se para as *necessidades* que consideram que as mulheres têm quando são acolhidas em casa abrigo. As necessidades identificadas parecem encontrar-se de acordo com aquilo que é entendido como sendo as vantagens do modelo de casa abrigo confidencial e já apresentadas anteriormente.

A este nível discursivo, duas grandes dimensões de necessidades são apresentadas: a) proteção e segurança e b) diferentes tipos de apoio. As técnicas parecem salientar ainda a necessidade de c) tempo pessoal e as mulheres as d) necessidades ocupacionais.

Se a proteção e segurança, enquanto expectativa, não é focada por um número significativo de técnicas, parecendo ser assumida como uma expectativa óbvia para alguém que procura uma casa abrigo, enquanto necessidade é enfatizada pela quase totalidade (oito) das técnicas. CAN3 TEC3 salienta a elementaridade desta necessidade, inserindo-a como

alicerce para todas as outras que a mulher poderá necessitar – **“vamos remeter aqui à teoria de Maslow, à Pirâmide das Necessidade. Eu acho que, basicamente, a casa abrigo acaba por cobrir algumas delas [...] e que são importantes, que são as necessidades básicas, não é? O conforto, a segurança, e depois o que se está para lá... dali para frente na reestruturação da vida delas.”**

A necessidade de proporcionar um espaço seguro, enquanto elemento alicerçante para todo o trabalho subsequente é também traduzido nas palavras de CAC2 TEC1 - **“Necessitam de sentir-se seguras. Sentir que... que não vão ser perturbadas, não é? Que não estão mais [...] ameaçadas. Elas e os filhos, não é? Porque muitas vezes elas sentem por elas e pelos filhos, conforme as situações, não é? Portanto, acho que isso é o mais importante. Primeiro. E depois é conseguirem acreditar que podem conseguir para elas uma relação diferente, uma situação de vida diferente. Que há essa possibilidade. Que há outras maneiras de viver a vida e que é possível elas conseguirem.”**

De modo aparentemente inverso, a segurança parece ser entendida pelas mulheres entrevistadas como uma necessidade óbvia e, como tal, apenas realçada por cinco das entrevistadas. Assim, as mulheres parecem *esperar* sentirem-se seguras em contexto de acolhimento em casa abrigo mas, ao obtê-lo, apresentam um conjunto de outras necessidades, nomeadamente, aquelas que se integram nos *diferentes tipos de apoio*. CAN1 MACO traduz esta hierarquia de necessidades no seguinte excerto: **“Eu quando cheguei aqui [...] entrando e vendo que tinha uma casa com imensas janelas e entrei num quarto mais pequeninho e que tinha de dormir com o meu filho, que já era bem grandinho e que estávamos habituados cada um no seu quarto [...] é um quarto pequenino, mas estou segura. Durmo bem. Durmo bem. E aí já a cabeça começa a descansar. Foi o principal. [...] A primeira coisa é a segurança [...] e depois o apoio [...] as roupas. [...] O primeiro foi eu conseguir dormir descansada. Eu assim «sei que aqui que... que estou bem». [...] Que ninguém me faz mal.”**

De acordo com as técnicas, esta necessidade de segurança parece relacionar-se proximamente com a necessidade de *tempo*, enquanto elemento facilitador de organização pessoal. O tempo, associado a um espaço seguro, parece ser fundamental para se desenvolver aquilo que, nas palavras de CAN1 TEC1, se constitui como uma estratégia de **“time-out em segurança”**, ou seja, a mulher acolhida necessita de **“tempo para pensar”** (CAC2 TEC2), para refletir sobre as suas prioridades, objetivos e meios para os alcançar. Este tempo, se pode ser rentabilizado e utilizado para efetivar todo um conjunto de mudanças para as

quais é disponibilizada ajuda técnica (como veremos seguidamente), deve, também, numa fase inicial, ser vivido sem grande orientação. Aquilo que CAN2 TEC1 refere de **“tempo de reflexão, sem muita intervenção”**, que permitirá à mulher adaptar-se ao novo contexto de vida, sem grandes pressões, ou seja, deverá ser permitido um tempo **“para respirar fundo, para se adaptar a casa, para, para conhecer a cidade, para conhecer o espaço e para estabilizar um pouco emocionalmente. Para que depois se comece a nossa intervenção.”**

As implicações temporais do acolhimento parecem ser vivenciadas de múltiplas formas. Se, para as técnicas, este tempo se afigura como fundamental é, também ele, um problema devido à temporalidade limitada da intervenção das casas abrigo. CAC2 TEC2 reconhece a importância do tempo pessoal mas enfatiza que **“numa casa abrigo é quase lutar contra isso. Não é? Eu não acredito que haja muito tempo, por muito que a gente queira-lhes dar esse tempo... não é em meio ano, ou ano, ou... ou até mais, não é? Não... às vezes não tem esse espaço para isso.”**

Por outro lado, o mesmo tempo que se revela curto/insuficiente para a intervenção, parece apresentar-se como extenso e monótono para algumas mulheres que, nas vivências quotidianas, sentem o a dimensão cronológica como um elemento estagnante e, inevitavelmente, ansiogénico. Para CAN1 MAUTO1, de modo a minimizar esta dimensão, tornar-se-ia necessário a dinamização de **“mais atividades. Acho que estar numa casa fechada... se... se há pessoas que arranjam um trabalho, como eu e como mais pessoas tinham, que saem e essa coisa toda. Agora estar ali tantas horas... sentadas, acho que isso para uma pessoa que está a sair de uma casa por estar a sofrer e estar ali em frente a uma televisão... acho que é mau, havia de haver... nem que fosse atividades quaisquer, a fazer qualquer coisa.”**

A otimização do tempo (das mulheres e das técnicas) parece assumir-se como uma estratégia de contorno/minimização destas limitações, rentabilizando os diferentes tempos de intervenção. Assim, o tempo de intervenção parece ser ocupado em torno dos vários apoios que são entendidos como uma necessidade para as mulheres acolhidas: a) o apoio para necessidades básicas; b) o apoio psicológico; e c) o apoio social e financeiro

O apoio no **“assegurar de necessidades básicas”**, como refere CAN3 TEC3, parece assumir-se como o mais operacional e parece traduzir a preocupação das casas abrigo em facilitar todo um conjunto de condições que assegurem o bem-estar imediato de quem é acolhido. Diz, assim, respeito ao certificar que diferentes elementos como: **“a alimentação”** (CAC1 TEC1), **“todos os cuidados médicos que precisam”** e **“medicação”** (CAS1 TEC2), **“condições**

de higiene” (CAC1 TEC1), **“Vestuário”** (CAS1 TEC1) e **“material escolar”** (CAS1 TEC2), se encontrem assegurados.

A satisfação das necessidades básicas parece revelar-se como um elemento importante na estabilização e tranquilização inicial da mulher. CAN2 MAUTO1, ao refletir sobre o que considera ser necessário para as mulheres durante o acolhimento diz que **“Eu, eu quando cheguei a casa abrigo precisei de tudo, precisei de roupa inclusive, precisei de apoio moral, precisei, precisei de não dormir para chorar muitas vezes, precisei também do meu espaço, precisei de tanta coisa, meu Deus!”**.

O facto da mulher acolhida perceber que as condições de segurança, higiene e conforto não se encontram ausentes (quer para a própria, quer para os filhos) parece contribuir para a promoção de uma sensação de segurança e tranquilidade, como é depreendido nas palavras de CAS1 MAUTO1: **“Depois senti aquela liberdade de estar aqui. Porque sabia que tinha alguém que me estava a apoiar, que me estava a ajudar, que não me deixava faltar comer ao meu filho. Isso para mim foi o mais importante. O [nome do filho] teve iogurtes, teve tudo o que merecia ter aqui. Cereais, tudo. E isso para mim é que me preocupava. Enfim. Sinceramente, isso a mim preocupava-me muito, ele não ter o que ele tinha lá em casa. Mas ele teve.”**

CAC1 TEC1 refere que as necessidades básicas são, necessariamente, iniciais. A sua satisfação dará lugar a que outras possam ser respondidas, como a necessidade de apoio psicológico ou emocional, num segundo momento – **“Portanto, num primeiro momento, precisam de sentir que apesar de a sua vida ter sido interrompida num determinado espaço, que ela vai continuar com a normalidade desejável e possível e... e estruturada para, então depois, ser trabalhada a nível psicológico, a nível social, etc.”**.

O apoio psicológico ou emocional é referido como necessário por sete das técnicas entrevistadas. De acordo com CAN3 TEC2 torna-se necessário **“o acompanhamento psicológico, [pois] muitas vezes elas vêm bastante debilitadas psicologicamente”**. CAS1 TEC1 traduz a preocupação com este tipo de apoio evidenciando a necessidade que as mulheres têm em **“sentir que são fortes e que têm força para conseguir dar mais um passo”**. O empoderamento pessoal, de acordo com CAS1 TEC2, é uma necessidade fundamental, de modo a que as mulheres possam inverter toda uma lógica levada a cabo (na maior parte das vezes com sucesso) por parte do agressor: **“O que elas realmente necessitam... Apoio emocional. Muito. Muito a nível de alguém que lhes mostre que elas, de facto, podem ser capazes. Porque na violência doméstica houve um indivíduo que fez aquela mulher pensar:**

«Tu não vales nada. Tu, sem mim, não és nada». E elas chegam aqui a pensar, de facto, isso: não valem nada...”.

A necessidade de apoio psicológico ou emocional é amplamente enfatizado por 12 mulheres entrevistadas. A importância deste tipo de apoio é tal que CAN1 MACO2 sugere que, mesmo que as mulheres que não o pretendam, devam usufruí-lo: **“Porque eu vejo por mim. Mas eu não sei... Há casos piores do que eu... que o meu, não é? Porque o meu até nem é assim muito, muito grave. Mas acho sinceramente que apoio psicológico, mesmo que não queiram acho que deviam de insistir um bocadinho porque depois de o ter, eu acho que vão... acho que as pessoas ficam melhores.”** CAN1 MACO4 elenca este tipo de apoio como sendo estruturante, aludindo à sua própria simplicidade e facilidade formal: **“Apoio psicológico... por vezes não é... não é apoio material, mas sim uma palavra. Que muitas foram por vezes tão massacradas, não fisicamente, mas psicologicamente que... necessitam que alguém lhes diga... algo que as faça levantar um bocado, assim o astral. Se sintam bem com elas próprias”**.

CAN1 MAUTO1 refere a necessidade de estender este apoio **“psicológico tanto para mães como para os filhos. Eu falo por mim própria que eu passei por uma altura que pensei que estava tudo muito bem, que estava a correr bem e... que não havia problemas, mas o meu filho mais novo teve uns problemas, tanto o mais novo como o mais velho, havia de haver assim um apoio porque às vezes nós também quando saímos de casa, estamos assim com a cabeça meia perdida e não... Acho que nesse aspeto havia de haver mais apoio”**.

CAN2 MAUTO1 realça esta componente (apoio para mães e filhos): **“Acho que acima de tudo de apoio psicológico, acho que, acho que isso era a necessidade mais urgente penso eu, que, de todos os caso que eu vi. Que passaram por ali enquanto eu ali estive. Penso que sim, e, depois senhoras que tinham filhos que se tornava mais urgente ainda isso, porque claro que com crianças, com filhos é sempre muito mais complicado. No meu caso não havia isso, não é? Mas, eu vi por lá casos que realmente foram, eram complicados e que as pessoas precisavam de muito apoio moral”**.

Se a satisfação de necessidades básicas e de apoio se revelaram importantes, cinco técnicas e cinco mulheres evidenciam, também, a necessidade de apoio social e financeiro. Este tipo de ajuda refere-se, numa primeira fase, aos apoios mais instrumentais (articulação com Tribunais, Segurança Social, procura de emprego e equipamentos da comunidade) e, numa segunda, a todo o conjunto de apoios que visam a autossustentação e a autonomia.

zação da mulher acolhida. Nas palavras de CAN3 TEC3, ***“acabam por ser os subsídios, a regularização da situação dela social, dos abonos, da parte do emprego, a inscrição e inserção... a inscrição no centro de emprego, a promoção de técnicas de procura de emprego, por aí.”*** CAS1 TEC2 ressalva o facto de os apoios não poderem assumir um carácter uno ou isolado, salientando o aspeto complementar que deverão assumir todos estes apoios e processos: ***“Pode haver um grande apoio emocional mas depois, se a parte financeira não ajudar, se a mulher vir que, por mais volta que dê, não consegue dar a volta à sua situação, não é? Porque todos precisam da parte financeira é complicadíssimo e há muita coisa que falha, não é?”***

As mulheres parecem reconhecer, igualmente, a necessidade de regularização e estabilização da componente financeira enquanto elemento fundamental para os processos efetivos de autonomia. Tal parece ser o expressado por CAC1 MACO1 no seguinte excerto: ***“Olhe, em princípio, precisam de um emprego, que não o tem. Elas coitadas têm lutado, lutado... para arranjar emprego. Por acaso a que chegou, da parte da tarde no dia que eu cheguei, está aqui a trabalhar no lar. Tem quarenta anos. [...] Está aqui a trabalhar, perto de três meses. E há outras, coitadas, têm se inscrevido, inscrevido, inscrevido, mandado currículos... e não conseguem. Há uma que já cá está há vinte meses, que é a mais velha, que tem vinte anozinhos, uma menina de quatro aninhos... e essa antão gostava de trabalhar numa fábrica de têxteis. Mas também não pagam.”***

Não sendo mencionado objetivamente por mais nenhum técnico, CAS1 TEC1 salvaguarda um outro aspeto que considera fundamental ao nível das necessidades das mulheres acolhidas: o acompanhamento aquando do processo de saída pós casa abrigo. Este, de acordo com esta técnica, deverá ser organizado de modo a que possa haver uma deslocação entre os serviços assegurados pela casa abrigo para outros que deverão ser assegurados pelos serviços da comunidade. Segundo a técnica, ***“Muitas das utentes que saíram daqui voltam quando têm problemas, quando precisam de alguma coisa. Nós por vezes telefonamos para saber se está tudo bem. Conseguimos ter esse relacionamento às vezes durante alguns anos. Não ligamos todos os dias, mas pronto, conseguimos ter esse relacionamento. Nós tentamos mas penso que por parte da comunidade também deveria haver. Às vezes até há, nos Gabinetes de Apoio à Família, etc., nos próprios Centros de Saúde e nas próprias Comissões de Menores. Às vezes consegue-se, mas penso que era importante estabelecer-se uma equipa para [estas situações].”***

Verifica-se que as necessidades identificadas relativas às mulheres acolhidas quase se sobrepõem às vantagens do modelo de acolhimento confidencial português, parecendo haver uma congruência elevada entre o que a casa abrigo oferece (vantagens) e aquilo que, de acordo com as entrevistadas, as mulheres necessitam, apesar de a casa abrigo não corresponder exatamente às expectativas que as técnicas afirmam que as mulheres têm em relação a esta estrutura.

É possível perceber, assim, que as necessidades conseguem ser identificadas de modo minimamente consensual pelas entrevistadas. Contudo, o modo como estas podem ser respondidas já não obtém o mesmo grau de consenso. As tentativas apontadas por mulheres e técnicas de modo a que as casas abrigo melhor possam responder às necessidades das mulheres acolhidas, parecem centrar-se em torno de dois elementos: *Desenvolvimento de empowerment e equipa e intervenção*.

De acordo com três técnicas, a melhor forma da casa abrigo responder às necessidades das mulheres acolhidas é ***“Estimulá-las, incentivá-las e dar-lhes as ferramentas que elas necessitam para... para a sua autonomização. E fazer um corte com a violência”***, como sucintamente refere CAN3 TEC2. No fundo, a casa abrigo deverá intervir de modo a que ***“tente ajudá-la a estar consciente do que pode ocorrer, do que deverá fazer se voltar a ocorrer, a quem deverá recorrer”***, como defende CAC2 TEC1.

Por seu lado, as equipas também são alvo de sugestões de modo a que uma reestruturação ou realteração nos seus funcionamentos possa melhorar a capacidade de resposta às necessidades da mulher acolhida. CAN3 TEC1 é de opinião que esta melhoria poderia ocorrer ***“através dos auxiliares, do pessoal auxiliar, acho que a formação deles nesse sentido, de apoiar mais a vítima e não os serviços mínimos da instituição, digamos assim, acho que também seria uma mais-valia.”*** Por seu lado, as mulheres parecem centrar-se nas questões mais emocionais da relação que se estabelece com os diferentes interlocutores das casas abrigo, aumentando aquilo que já parece ser disponibilizado, nomeadamente uma intervenção individualizada, em que os intervenientes manifestem disponibilidade e compreensão (***“Falar connosco, falar não com todas ao mesmo tempo, mas com uma porque nem todos os casos iguais. Não é? Mas, acho que ia ajudar muito, nós falarmos, nós... nós desabafarmos, contarmos as nossas coisas... o que nós passamos, não é? Acho que ia-nos aliviar um bocadinho, pelo menos eu falo por mim.”*** – CAN1 MACO2).

De acordo com as entrevistadas, as necessidades sentidas parecem ser de cariz mais imediato e processual, enquanto as expectativas se assumem como elementos mais centrados a longo prazo, visando não a proteção e satisfação imediata, mas sim a autonomização.

8.3.3. As expectativas das técnicas em relação às casas abrigo

“no início eu pensava que ia só trabalhar a vitimação, a parte da vítima, os discursos, as narrativas da vitimação, o ciclo, pronto, aquelas coisas que nós... que nós aprendemos, não é? E agora vamos trabalhar isto e tudo mais relacionado com a vítima. E neste momento não noto tanto isso. É multifacetada a intervenção, trabalhamos a parte profissional, trabalhamos a parte social, trabalhamos a parte emocional, trabalhamos a parte maternal. Acaba por ser uma intervenção muito mais... muito mais variada [...] às vezes, a vitimação até... até nem acho tão importante.”

CAN3 TEC3

Ao contrário do expresso na secção 7.3.1. a), em que as técnicas entrevistadas conseguem facilmente elencar um conjunto de expectativas que as mulheres acolhidas em casa abrigo parecem ter no início do processo de acolhimento, tal não parece ocorrer de modo tão espontâneo quando refletem nas expectativas que elas próprias, enquanto técnicas, têm relativamente a estas estruturas de apoio.

Apesar de todas as técnicas revelarem nas suas respostas uma perspetiva crítica, sendo capazes de elencar elementos que correspondem e outros que não correspondem às suas expectativas iniciais, cinco técnicas significam claramente as suas expectativas sobre as casas abrigo como correspondendo ao que expectavam relativamente a estruturas de acolhimento a vítimas, enquanto uma se revela ambivalente e outra se afirma como desiludida.

Ultrapassando a significação pessoal global e centrando o discurso nos elementos que são assumidos como correspondendo ou não às expectativas, i.e., o “porquê” do corresponder ou não às expectativas, é perceptível perceber que as técnicas conseguem centrar-se mais facilmente naqueles elementos que não correspondem às expectativas, revelando uma perspetiva heurística, e desejando mais e melhor, como sistematiza CAN1 TEC1: **“É claro**

que queria ter muito mais. [...] Quer dizer, eu quero perfeição, não é? Eu quero o máximo. Portanto, eu quero ter outro tipo de técnicas a poder apoiar [...] Eu não gostava de dizer que não responde às minhas expectativas. Eu gostava de dizer é que eu gostaria que fosse ainda melhor. Mas que acho que é muito bom”.

As técnicas que definem as suas expectativas referem, fundamentalmente, as questões de satisfação pessoal e profissional. Esta satisfação parece resultar do facto de gostarem e de se envolverem no trabalhar com mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, como referem CAN3 TEC1 (“*corresponde às minhas expectativas, a nível das vítimas acho que é muito gratificante trabalhar com elas.*”) e CAC1 TEC1 (“*mas quer dizer, é muito difícil, mas há um sentimento de realização muito grande, quando vemos que de facto valeu a pena e que aquelas pessoas e as crianças, etc. que estão bem e que saem. E que saem para algo é positivo...*”), mas também pelo facto de serem agentes ativos, envolvidos em todo um processo de construção da resposta social, e não meros peões num sistema já pré-definido, como defende CAC2 TEC2 (“*esta casa foi muito criada e moldada muito à base daquilo que nós achávamos e pensámos que deveria de ser. Portanto, responde muito mais às nossas expectativas. [...] eu diria que é o reflexo quase da equipa. Quase total. Porque nós desenhamos, só não desenhamos a [estrutura] física*”).

A qualidade e o funcionamento da equipa técnica são, igualmente, salientados como sendo uma expectativa das técnicas. CAS1 TEC2, realçando o facto de nem todos os elementos se encontrarem a tempo inteiro, refere que a casa abrigo “*responde às minhas expectativas em termos de equipa, considero que a equipa é bastante boa e podemos atuar de modo bastante positivo.*” CAN1 TEC1 refere igualmente que, apesar do tamanho reduzido não corresponder, a “*disponibilidade*” dos seus elementos se afigura como uma expectativa que viu correspondida.

A questão do tempo, i.e., o facto de algumas técnicas desejarem uma equipa técnica a trabalhar a tempo inteiro, parece originar algum desconforto pois evidencia uma limitação do trabalho que poderia ser realizada. CAS1 TEC2, que não se encontra a tempo inteiro nesta resposta social, refere “*a questão de, infelizmente, não podermos dar o tempo necessário que deveríamos dar, mas em termos da casa abrigo e das potencialidades que tem para trabalhar estas questões, eu acho que sim, temos até bastantes condições para isso. [...] Agora aquilo que me faz entristecer um pouco é não poder fazer aquilo que eu considero que poderia fazer por esta resposta social.*”

A questão do tempo, num sentido mais global, parece afigurar-se como uma expectativa particularmente relevante, particularmente quando se concilia o tempo das técnicas com os de permanência das mulheres em casa abrigo. Se, por um lado, o tempo de afetação das técnicas, como referido por CAS1 TEC2, parece não permitir **“fazermos o que gostaríamos de fazer”**, por outro, **“A permanência, também acho que o tempo de permanência é um bocadinho curto. Seis meses, se não houver justificação ou não permanência, acho que é assim um bocadinho... acho que é pouco tempo”**, como defende CAN3 TEC1. Estas limitações deverão igualmente, como já sugerido por algumas técnicas anteriormente, ser balizadas pelo próprio processo motivacional da mulher. CAC1 TEC1, num momento de reflexão sobre as suas expectativas relativamente à intervenção da casa abrigo, particularmente a sua posição perante o tempo de permanência, defende que o período de seis meses (com possibilidade de extensão) se revela **“suficiente, se as senhoras tiverem realmente motivadas, é suficiente para conseguirmos essa... essa mudança.”**

Conjuntamente com a motivação, ou a falta dela, algumas técnicas referem alguns comportamentos por parte das mulheres acolhidas que parecem ser responsáveis pela desconstrução daquilo que parece assumir-se como uma visão romantizada inicial sobre a violência doméstica – **“elas mentem muito, manipulam [...] No início não pensava isso das mulheres. Portanto, por isso é que me envolvi no projeto desde o início, tinha uma outra visão, uma outra perspetiva. Agora tando no terreno a visão é completamente diferente”** (CAN3 TEC2). CAC2 TEC1 partilha igualmente deste deslumbramento interventivo inicial veiculando, contudo, uma posição atual mais crítica: **“No início tentávamos, sem assumirmos aquela esperança, de talvez conseguir haver uma mudança... tão radical quanto isto na vida destas famílias. Não é? Mas... mas já percebemos que não. A casa abrigo não existe pra isso, não tem tempo sequer pra isso, não é?”**.

CAN3 TEC3 sistematiza este processo de deslocação de perspetiva pessoal: **“Eu no início tinha uma visão completamente diferente, muito mais gabinete de atendimento, do que propriamente técnico de casa abrigo. Uma noção de vítima também um bocadinho diferente da que tenho agora. E, claro, está sempre ao meu lado a frustração, mas por outro lado ainda vou investindo [...] Frustração e a esperança”**.

Mas, se há técnicas que significam este processo como sendo de desencanto pessoal, três técnicas reconhecem-no, mas não lhe atribuem um conteúdo emocional tão elevado, centrando no próprio técnico a necessidade de saber gerir as expectativas – **“Não. Nós não sentimos desencanto nenhum. Não sentimos desencanto. Não sentimos desencanto ne-**

nhum, pessoalmente, não sinto. [...] Não sentimos porque é assim, nós temos que ter consciência das limitações dos objetivos do nosso trabalho.” (CAC2 TEC1).

Nas palavras de CAN3 TEC3, a gestão de expectativas é utilizada para manter um nível de motivação em relação ao trabalho, permitindo *“o nosso bem-estar [e] estabilidade emocional.”* CAC1 TEC1 refere que o modo como gere as expectativas se traduz na necessidade de ir *“sempre encontrando novos focos de motivação [de modo a ter] sempre que nos ajustar e as expectativas... as nossas expectativas têm que se ajustar...”*.

8.4. Bem-estar em casa abrigo

“Aproveitei sempre tudo o que me deram”

CAS1 MAUTO2

O bem-estar da mulher acolhida em contexto de casa abrigo, sendo uma preocupação quer de técnicas, quer das próprias utilizadoras, parece ser o resultado da confluência de vários elementos que vão sendo corporizados de modos díspares pelas várias mulheres nestas respostas sociais. Apesar de alguma subjetividade assumida, parece ser possível definir alguns destes elementos e estabelecer algumas relações entre eles.

O bem-estar neste contexto de refúgio parece depender de todo um conjunto de *fatores processuais* (como a qualidade do acolhimento inicial, os apoios que são disponibilizados ou o desenho do projeto de vida), e de *fatores internos* à mulher (como a sua história de intervenções anteriores ou o facto de contactar ou não com o agressor). Estes dois elementos encontram-se integrados naquilo que designámos de elementos micro de bem-estar, por se encontrarem, de um modo mais ou menos direto, dependentes do controlo da casa abrigo e/ou da mulher acolhida. Os outros elementos que parecem condicionar o bem-estar da mulher em contexto de casa abrigo, e que não se encontram sob controlo destes dois agentes, foram integrados no que designámos de dimensão macro de bem-estar, que inclui elementos como a dificuldade em obter trabalho, a morosidade na resolução das questões judiciais ou a perceção social sobre a violência doméstica e o seu impacto na mulher. Parecem emergir dos dados informações relativas ao *equilíbrio, estabilidade e motivação* da mulher acolhida que se assumem como elementos de fundo que, se por um lado, resultam do processamento dos diferentes elementos em jogo (macro e mi-

cro) por parte da mulher, por outro, também parecem ser condição básica para que este jogo de forças entre a mulher e o ambiente possa ocorrer.

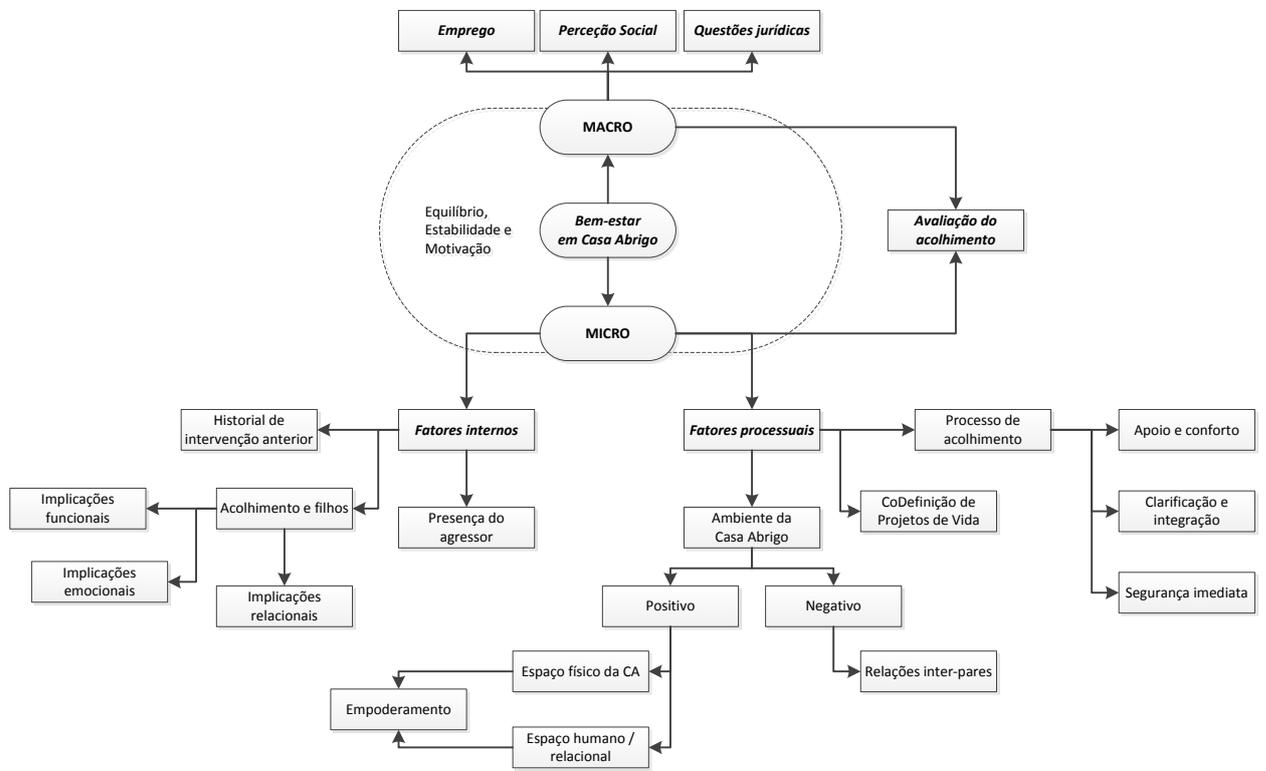


Ilustração 7 Diagrama explicativo dos fatores influenciadores do bem-estar em casa abrigo

8.4.1. Elementos Micro de bem-estar – Os Fatores Internos

A um nível micro, o bem-estar da mulher parece encontrar-se relacionado, inicialmente, com todo um conjunto de elementos que ou da mulher dependem ou com ela se encontram diretamente relacionados, como: o seu próprio histórico de intervenções anteriores, o facto de ter ou não filhos com ela e os contactos que mantém ou não com o agressor.

8.4.1. a) Historial de intervenção anterior

“As experiências anteriores condicionam obrigatoriamente a forma como vivemos à experiência atual, não é? [...] Às vezes condiciona de forma positiva, outras vezes menos positiva. [...] Condicionam a forma como as pessoas depois também «reivindicam» algumas situações em termos de acolhimento. [...] As pessoas já antecipam [...] invariavelmente, condiciona.”

CAN1 TEC1

Uma maioria significativa das mulheres acolhidas em casa abrigo já teve, no decorrer do seu próprio pedido de ajuda, experiências prévias com o sistema de proteção, quer a nível de acolhimentos anteriores em respostas congéneres, quer, devido ao facto do acolhimento em casa abrigo nem sempre ser imediato, com outras respostas intermédias (e.g., pensões, ...). O facto de o encaminhamento para casa abrigo ser, também, sempre mediado por um serviço que se quer especializado, faz com que as mulheres acolhidas tenham também uma experiência mínima de interação com os serviços do sistema de proteção, o que faz com que as técnicas também reflitam sobre este aspeto, enquanto condicionador do próprio acolhimento e, conseqüentemente, do bem-estar da mulher acolhida.

Na grande maioria dos discursos, ainda que abordado de modos desiguais, as técnicas reconhecem que a intervenção técnica anterior, particularmente as institucionalizações anteriores, condicionam a vida em casa abrigo. A quase totalidade das técnicas (nove) acaba por referir elementos no quotidiano da vida institucional que são condicionados pelas experiências prévias. Apenas uma técnica (CAC2 TEC2) considera que o facto de as mulheres já terem sido alvo de intervenções anteriores não interfere no processo de acolhimento. Contudo, ressalva as intervenções por parte das CPCJ ***“que às vezes aí... há uma situação que é um bocadito [...] deturpada. Deturpada. Eu acho que é deturpada.”*** Tenta especificar afirmando que ***“há intervenções da CPCJ que não apoiam, que não estão ao lado, exatamente, como a lei está prevista, que é trabalhar com a família e trabalham sobre a família. Não é? Numa perspetiva de... e por isso tem-se tanto a noção de que a CPCJ é que absorve isso, que tira crianças. Quando não é esse o papel da CPCJ. Por isso é que eu às vezes digo assim, às vezes com a CPCJ é que eu sinto algumas [...] dificuldades”***.

Apesar de a maioria das técnicas se referir a condicionamentos de cariz negativo (seis), cinco referem-se a elementos positivos. Há técnicas que conseguem analisar esta questão de ambos os prismas, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Das técnicas que referem aspetos negativos relativos às intervenções anteriores, cinco, assumidamente, defendem que estas interferem na perceção pessoal que as mulheres têm das respostas sociais e, assim, no trabalho a desenvolver por parte da casa abrigo,

Técnica	-	+
CAS1 TEC1	✓	✓
CAS1 TEC2	✓	
CAN1 TEC1		✓
CAN2 TEC1		✓
CAN3 TEC1	✓	
CAN3 TEC2	✓	✓
CAN3 TEC3	✓	
CAC1 TEC1	✓	
CAC2 TEC1		✓
CAC2 TEC2		

como refere CAS1 TEC2: *“Eu acho que sim. E nós vemos isso com muitas das vítimas que aqui chegam já passaram por casa abrigo ou já passaram por comunidades de inserção e, às vezes, há um esgotar de respostas sociais que já trabalharam com aquela vítima e, sim, às vezes já vêm com ideias pré-definidas, como é as coisas funcionam, como é que não deviam funcionar, porque já passaram por diversas respostas e porque é diferente, acredito que sim, as casas não trabalham todas da mesma maneira. Umam apoiam mais num nível, outras acham que devem apoiar mais noutra.”*

Tabela 9 *Percepção das consequências (positivas ou negativas) relativas à intervenção anterior*

Este condicionamento, contudo, não é avaliado como exclusivamente positivo ou negativo, sendo ressalvados elementos que potenciam ambos os lados da discussão.

Enquanto elementos condicionadores negativos, quatro técnicas referem o facto de que as mulheres, utilizando a expressão de CAS1 TEC1, *“já conhecem os meandros deste meio do apoio social. Já conhecem as instituições e a sua forma de funcionamento”*, o que, na opinião da sua colega de casa, os *“percursos que já fizeram a nível de várias instituições e várias respostas sociais [contribui para o facto de] já aprenderam um bocadinho a manipular”*.

CAC1 TEC1 refere, igualmente, a existência de tentativas de manipulação derivadas das experiências anteriores, mas salvaguarda as características de personalidade das mulheres como elementos mediadores deste fenómeno: *“é mais na perspetiva, às vezes de alguma manipulação, que uma ou outra pessoa faz. [...] Porque, lá está, depois depende da vítima, porque há senhoras que fazem uso disso de uma forma mais negativa e há outras que referem «eu já estive acolhida», mas depois (e nós até sabemos já), na altura do*

acolhimento, ou pela informação do relatório social, mas depois nunca mais usam essa informação. Isso depois depende.”

O condicionamento da intervenção pode passar, também, por elementos mais pragmáticos, como mencionam duas técnicas, nomeadamente, a deslocação de regras de uma instituição para outra. CAN3 TEC1 exemplifica: ***“Por exemplo, quando elas ou já passaram por outra instituição, normalmente um lar, uma mãe solteira, elas transportam aquelas regras, aquela forma de funcionamento do lar, transportam um bocadinho para aqui e isso cria um bocadinho de dificuldades porque elas comunicam muito entre elas e então «lá eu fazia assim e acho que lá é que tava correto e aqui porque é que não fazem assim?»”***.

De acordo com duas técnicas, as próprias expectativas, ou ***“ideias pré-definidas com que vêm”***, nas palavras de CAS1 TEC2, parecem, igualmente, poder influenciar o trabalho a desenvolver pela casa abrigo, implicando, muitas vezes, um trabalho de reconstrução dessas mesmas expectativas – ***“Por vezes sim e quando elas já vêm com ideias erradas das técnicas, que nós estamos aqui para lhes retirar os filhos, é difícil de trabalhar nessas situações.”*** (CAN3 TEC2)

Contudo, mesmo que nem todas as técnicas emitam uma opinião sobre potenciais consequências negativas da intervenção anterior, um aspeto parece surgir como inevitável e natural em todo este processo – a comparação. CAN3 TEC3 constata que ***“quase todas elas neste momento de intervenção social elas vêm sempre [...] com alguma intervenção feita já, por técnicas que as encaminham e que as acompanham. E nós notamos sempre, que elas fazem sempre um termo comparativo. Apesar de aqui ser uma realidade diferente daquelas de onde elas vêm, mas notamos sempre que há sempre um trabalho já feito, nem que seja a «sabedoria» delas”***.

CAC1 TEC1 reconhece a existência destes mecanismos comparativos e, como referido anteriormente, a consequente tentativa de manipulação, mas considera que ***“do ponto de vista técnico e da postura institucional, não muda nada. Nós temos que ter a mesma atuação, independentemente de ser a primeira vez ou ser recorrente o acolhimento. O que pode interferir é na experiência de acolhimento para a própria vítima. Que acaba depois, muitas vezes, por comparar... claro que as casas são diferentes, as técnicas e os funcionários em geral são diferentes e, portanto, acaba por comparar e podem muitas vezes usar isso no seu discurso, mas também perante isso, mais uma vez, temos que ser racionais e dizer às pessoas que, naturalmente... é o que é... uma coisa é o que ela diz e***

outra coisa é aquilo que existe no momento e trabalharmos na base do que existe.”

Também CAN3 TEC3, apesar de ter elencado aspetos negativos deste fenómeno, acaba por defender que estes, com o devido acompanhamento técnico, se acabam por diluir, tornando o processo praticamente indiferente a longo prazo, com consequências que se dissipam durante a própria intervenção – ***“Acho que não é muito notório [sobre se a intervenção anterior implica consequências fundamentalmente positivas ou negativas]. Pois, ao longo do tempo que elas permanecem cá, isso acaba por se desvanecer”***.

Mas o processo de comparação parece implicar, também, algumas consequências positivas que quatro técnicas colocam em evidência. O facto de a mulher já ter tido experiências de intervenção anteriores parece torná-las mais conscientes de todo o processo. Se, por um lado, se encontram mais conhecedoras dos seus direitos (***“Sem dúvida. Acho que quando já há um caminho feito elas são mais conhecedoras dos seus direitos, daquilo que esperam até do próprio serviço”*** – CAN2 TEC1), por outro parecem conseguir antecipar melhor o que vai acontecer (***“Sabem o que as espera, ou pelo menos, foi-lhes transmitido isso. Normalmente sim.[...] Foram preparadas, ok? [...] E isso é bom, não é?”*** – CAN1 TEC1). De acordo com CAN2 TEC1, o facto de a mulher já ter sido alvo de intervenções anteriores parece contribuir, igualmente, para que a própria tomada de decisão e predisposição para o trabalho (e consequentes decisões funcionais necessárias) seja mais segura – ***“E, muitas vezes o já terem tentado (ainda que fossem tentativas frustradas), normalmente faz com que esta tentativa que elas depois vêm fazer aqui seja mais consistente, mais decidida [...] Mais sólida, sem dúvida nenhuma”***.

8.4.1. b) Acolhimento e filhos

“[...] quantos mais filhos elas tiverem, mais complicado se torna.”

CAN3 TEC2

A presença de filhos em contexto de acolhimento é uma dimensão fundamental do conceito mais global de bem-estar. Os filhos revelam-se de tal modo significativos que alguns países (e.g., Reino Unido) complexificaram o seu sistema de acolhimento em torno desta variável, apresentando casas abrigo para mulheres que não tenham filhos ou que os te-

nham com elas acolhidos, e casas abrigo para mulheres que, tendo filhos, não os tenham com elas acolhidos (por terem continuado com o agressor, por se encontrarem com outro familiar, ...).

A quase totalidade das entrevistadas, entre técnicas e mulheres (nove em 10 técnicas e 14 em 15 mulheres), abordaram esta dimensão “filhos” enquanto elemento importante do sentimento de bem-estar da mulher acolhida. Nesta abordagem, contudo, as técnicas tendem a concentrar-se nos elementos funcionais que os filhos parecem implicar, revelando uma visão fundamentalmente pragmática, enquanto as mulheres distribuem as suas opiniões por considerações igualmente pragmáticas mas salientam o conforto emocional que a presença dos filhos parece implicar.

Assim, as técnicas entrevistadas são de opinião de que a presença de filhos em contexto de acolhimento é considerada como um elemento dificultador de todo o processo de autonomização, bem como um elemento desestabilizador e gerador de conflitos, enquanto as mulheres reconhecem estas dificuldades mas defendem, igualmente, um efeito tranquilizador e reforçador destes em contexto de acolhimento. Algumas mulheres destacam o facto da existência de filhos ter servido como catalisador do acolhimento, acelerando a decisão de ser acolhida neste tipo e estrutura.

As implicações da presença de filhos em contexto de acolhimento parecem operacionalizar-se em dois tipos de consequências: a) Funcionais; b) Emocionais e Relacionais.

Implicações funcionais

A presença de filhos em casa abrigo é assumida, fundamentalmente, pelas técnicas entrevistadas como um elemento fortemente condicionador de todo o processo de bem-estar da mulher acolhida. Condicionam, não apenas o dia-a-dia mas, também, o próprio processo de preparação de saída da casa abrigo. Os filhos condicionam a autonomização da mulher, pois torna-se necessário, não apenas condições de habitabilidade mínimas, mas condições suplementares que possam garantir o bem-estar e conforto dos filhos a cargo. CAS1 TEC1 é uma das três técnicas que é clara na transmissão desta ideia, afirmando que ***“uma mulher autonomiza-se muito mais facilmente se não tiver filhos. Com filhos implica ter que ter dinheiro para creche, para fraldas, ter que ter dinheiro para mais comida e ter uma preocupação muito mais acrescida. Se calhar se eu for sozinha não me importo de viver num quatinho com as mínimas condições. Se tiver filhos já tenho de pensar de ou-***

tra forma. Portanto em termos de autonomização é sempre muito mais difícil com filhos”.

CAS1 TEC2 considera, igualmente, que *“os filhos são um aspeto fundamental em termos da possibilidade de autonomização ou não”,* defendendo que, quanto maior o número de filhos, maiores as dificuldades que a mulher sentirá na consolidação do processo de autonomização – *“Elas virem, podem vir todas, agora saírem daqui é que depois não conseguem. Não vão conseguir autonomizar-se se tiverem... Se tiverem dois filhos já é muito complicado. Já temos tido situações positivas. Agora se tiverem mais do que isso não; é quase impossível.”* Acrescenta que *“normalmente, consideramos que quando uma mulher tem mais de três filhos... Tem dois filhos já é muito complicado, se tem três é impossível... É quase impossível. Quase impossível porque, em termos de emprego e de fazer face às despesas, não vai conseguir autonomizar-se aqui, nesta realidade que vivemos aqui”.* CAN3 TEC2 parece não ter dúvidas no que a esta questão diz respeito, salientando a mesma ideia: *“Eu acho que quanto mais filhos elas tiverem, mais complicado se torna”.*

As mulheres reconhecem, igualmente, esta componente pragmática. Contudo, antes de se centrarem nas questões funcionais relacionadas com a autonomização, enfatizam a própria componente pragmática de securização pessoal e do agregado, como salienta CAN1 MACO1: *“O agora haver aí uma mulher que não tenha filhos, é muito mais prático não só a nível dos processos e tudo e também de seguir a vida, não é? Pode andar sozinha que não tem preocupações de ter que proteger um filho, não é? Porque normalmente as mães têm sempre aquela preocupação de andar na rua por causa do filho. Nem é por nossa causa, falo por mim. Eu se não tivesse a minha filha, às vezes quando vou para a minha avó eu saía à rua. Não é só eu. Se morrer, como se costuma dizer, sou eu que morro, não morre mais ninguém. Agora quando temos um filho, pensamos sempre aquela preocupação de o proteger... a ele. Não é? Torna-se um bocadinho mais complicado e muito mais difícil de se poder organizar. Porque estamos sempre a pensar no filho [...] há certas alturas que é o principal. Agora claro se tivesse sozinha [...] o caso aí seria um bocadinho mais diferente, não é? Não íamos ter tantas [...] preocupações. Não íamos estar sempre com o coração nas mãos, quando fossemos para sair à rua, ali perto de casa”.*

CAN1 MAUTO2, defende igualmente que o acolhimento em casa abrigo *“É mais difícil para a mulher que tem filhos”,* porque *“enquanto se eu tivesse sozinha, eu tinha que me preocupar comigo. Ali não. Eu tenho que olhar por mim, tenho que olhar pelos meus fi-*

lhos. Tenho que proteger a mim, tenho que proteger os meus filhos. Está a ver? Porque eu não tenho que proteger de uma pessoa só, eu tenho que proteger de todos”.

As dificuldades acrescidas no processo de autonomização não são negligenciadas pelas mulheres, como salienta CAN1 MAUTO1, ***“porque a mulher com dois filhos já não pode sair assim tão rápido de uma casa, não é? Eu, se não tivesse filhos, eu queria lá... Saía. Ou ia para Lisboa, ou ia para... Eu saía para fora do país ou qualquer coisa. Com filhos já é mais complicado porque... [questionada sobre a hipotética não existência de filhos] Acho que para mim era mais fácil eu sair. [...] Porque eu sustento-me melhor sozinha do que ter que sustentar mais dois”.***

Funcionalmente, a presença de filhos e, particularmente, um número elevado de filhos, implica encargos financeiros acrescidos que têm implicação na sustentabilidade quotidiana do agregado. A presença de filhos implica, necessariamente, melhores condições habitacionais o que implica, também, melhores condições financeiras e uma mais adequada gestão financeira, conciliando os gastos habitacionais básicos com os outros bens necessários (***“depende do salário. E depende, por exemplo, depois da casa que vão arrendar. Porque se a casa for económica e o salário for alto, fazem uma vida... assim um bocado folgada. Agora se a casa for... um arrendamento um bocadinho alto e o ordenado um bocadinho baixo, elas, coitadas, vêm-se perdidas.”*** – CAC1 MACO1). Estes elementos são salientados, igualmente, por três técnicas. CAC1 TEC1 veicula esta ideia: ***“quando é só uma senhora é mais fácil, ter um ordenado mínimo e sustentar-se a si própria, portanto, a existência de filhos passa mais pelo... pela representação económica que isso pode surgir.”*** CAS1 TEC1, recorrentemente, recorda que filhos são sinónimos de outras despesas, implicando ***“ter que ter dinheiro para creche, para fraldas, ter que ter dinheiro para mais comida”.***

A presença de filhos, e o recurso a equipamentos sociais, como creche, jardim-de-infância ou escolas, implica também que as escolhas funcionais da mulher, como a escolha do local para onde vai residir, o tipo de trabalho e horário do mesmo e consequentes alterações nas dinâmicas quotidianas, sejam repensadas de modo a poder conciliar as diferentes dimensões funcionais como a maternal e laboral. CAN3 TEC3 concretiza referindo que ***“aquelas que têm filhos e quantos mais pequeninos forem também pior é, não é? Porque têm que integrá-los em infantários, ou amas, ou creches e isso. Em termos económicos é mais dispendioso e em termos também de horário e rotinas, para quem sai daqui sozinha, sem retaguarda familiar para uma casa «ali em baixo» é mais difícil, não é?”.***

Relativamente aos horários dos trabalhos e às suas implicações nas escolhas e manutenção dos mesmos, quatro técnicas abordam esta questão, sendo que três defendem que esta gestão entre a vida laboral e a vida familiar deva pertencer à mulher. Não limitam a escolha de emprego e disponibilizam os recursos da casa abrigo para o acompanhamento às crianças nos horários em que a mãe não se encontra presente, como refere CAN3 TEC1: **“Se é para trabalho nós não colocamos qualquer entrave. E até ajudamos quando elas não têm transporte, o guarda-noturno que nós temos é utilizado como motorista e vai busca-las ou à estação ou onde for. E nós aí nisso temos uma abertura e depois também fazemos... já tivemos experiências em que quer dizer, uma mãe com dois filhos ou três se vai para um restaurante e sai de casa às seis da manhã e chega às duas da manhã, não é?”**. Este respeito pelas escolhas pessoais, por parte das casas abrigo, parece ser entendido pelas técnicas como um elemento fundamental e mediador do bem-estar das mulheres durante o acolhimento.

De acordo com CAC2 TEC2, esta posição resulta de uma perspetiva mais realista, condizente com o atual momento de dificuldade socioeconómica – **“Olhe neste momento estamos muito mais abertas. Inicialmente nós pensávamos «olha vamos tentar arranjar trabalho que se coordene um bocado com uma mãe, que tem filhos». Não é? Tentar. Mas neste momento, já somos muito mais abertas. Porque hoje em dia o mercado de trabalho está extremamente difícil. [...] Não é? Tem as implicações do futuro. [...] por vezes, aqui surgem muitos trabalhos que são trabalhos em espaços de tempo, não é? Muitos. E entre elas poderem ir para uma experiência profissional, ganharem algum dinheiro, não é? Tarem com um horário, às vezes, complicado. Imagine, enquanto aqui estão, elas têm assegurados os cuidados aos meninos”**.

Independentemente da idade dos filhos, o mero facto de existirem parece implicar, igualmente, todo um processo de rebalanceamento de poderes e dinâmicas relacionais no agregado familiar, que se irão operacionalizar em várias reestruturações, como salienta CAC2 TEC1: **“Para elas é mais difícil, porque além de se gerirem a elas na nova comunidade, no novo meio, no «novo tudo», têm que se gerir a elas e aos filhos no «novo tudo». Têm que gerir a reestruturação toda do próprio sistema familiar, porque uma coisa era o sistema familiar delas, os filhos e o pai. Outra coisa é o sistema familiar delas e os filhos e, muitas vezes, nós tivemos que ver as questões de autoridade, etc. depois aqui saltam todas, não é? A figura de autoridade desapareceu, a mãe que estava ao nível da**

figura... não é? Que fazia par, em termos de relações de poder, estava ao nível dos filhos, de repente tem que assumir... não é?”.

Implicações Emocionais e Relacionais

Cinco das técnicas entrevistadas consideram que uma mulher acolhida e com filhos se encontra num estado de **“sobrecarga emocional”**, utilizando a expressão de CAC1 TEC1, pois tem de gerir todo um conjunto de **“preocupações muito mais acrescidas”** (CAS1 TEC1). Igualmente, também cinco mulheres se referem a esta dimensão salientando que, como diz CAS1 MAUTO2, **“uma pessoa que não tenha filhos, se calhar será mais fácil. Porque há sempre a preocupação dos filhos, não é? Porque não é só a nossa adaptação, também é a deles. E a deles é mais importante, não é? [...] É sempre uma preocupação maior. Porque nós, nós sozinhas é... é outra coisa, porque é como nós em casa dizemos assim “ah, eu tenho os meus dois filhos [...] tenho que cozinhar refeições corretas. Ah, mas eu quando estou sozinha, eu como qualquer coisa.” Passa-se [algo] desse género assim, não é?”.**

Estas preocupações parecem traduzir-se, segundo CAC1 TEC1, **“das exigências [de ter os filhos conjuntamente em acolhimento] daí decorrentes, da prestação de cuidados...”**. De acordo com esta técnica, o período de acolhimento é fortemente condicionado pela presença dos filhos, configurando estes um fator emocional acumulado e sendo a sua presença um elemento **“mais limitador, não é? É mais limitador, no sentido da responsabilidade, ou da responsabilização que é feita à mulher. Porque, nos casos em que a mulher percebe que não está sozinha, sente um peso maior pela decisão tomada e pela nova condição”**.

Esta responsabilização acrescida, particularmente relativa ao papel da mulher enquanto mãe, é, igualmente, assinalada pelas mulheres que parecem sentir que os filhos são, por parte de algumas equipas técnicas, utilizados como elemento de pressão, particularmente em situações em que mulher e equipa não se encontram em sintonia quanto à criança ou quanto a decisões de fundo. CAN3 MACO 1 é uma de três mulheres que partilham opiniões similares traduzindo, no excerto seguinte, o que sente em relação a este tipo de procedimentos, revelando que a sua ocorrência contribui para uma desestruturação pessoal: **“às vezes também é assustador [porque] qualquer coisa que a gente faça, parece que somos ameaçados. Aaa, tiram-nos os filhos, ooo, tiram-nos os filhos. Acho que não é assim. [...] Então uma pessoa chega a um ponto não sabe como é que está”**.

A presença dos filhos parece condicionar igualmente o bem-estar pois introduzem um elemento de conflitualidade adicional, de acordo com três técnicas. As crianças em contexto de acolhimento parecem funcionar, assim, como catalisador de diferentes tipos de conflitos:

- Entre crianças

“Porque as crianças, a interação das crianças se, por um lado as crianças também são muito... e gostam de estar em grupo, também surgem muito mais conflitos.” – CAC2 TEC2

“Tem, porque as crianças... é assim, principalmente os mais pequeninos é mais complicado, porque é assim as crianças... todos querem o mesmo brinquedo e por vezes é... há mais conflitos entre as cria... embora que as mães até se compreendem nestas situações muito bem porque são crianças, mas acho que... é mais fácil não... uma pessoa sozinha ou... ou até os filhos maio... eu acho que maiores, não é?” – CAN1 MACO3

- Entre crianças e mulheres

“esta interação entre os «meus filhos», com os filhos das outras, não é? E o ter que estar mais atenta às interações com os outros e a surgir um problema com os outros e aquela mãe não interpretar uma reação normal, como por exemplo, um puxar de cabelos, né? A outra mãe interpreta assim, acha que o teu filho já é mal-educado, [...] e isso altera, não é?” – CAC2 TEC2

“Eu ponho-me no lugar de certas senhoras e... é complicado porque são crianças, não é? Estão a passar por uma situação complicada, não é a mesma coisa como estarmos na nossa casa para nós, que muito para crianças, não é? E, depois a convivência, com os filhos de umas senhoras e das outras, depois mães, uma mãe que não entende, outra mãe que barafusta e... enfim é complicado.” – CAN2 MAUTO1

- E entre mulheres

“Na minha opinião influencia nas relações interpessoais das utentes [...] nós notamos quando nós temos grupos de senhoras que... mais sozinhas, não há tantos conflitos, como numa altura que tem mulheres com muitos filhos. Porque depois as crianças pegam-se umas com as outras e as mães

vão-se chateando umas com as outras por causa das crianças. E essa é uma dificuldade muito grande pelo volume.” – CAN3 TEC1

“as crianças quando... pronto e choram, uma chora e a outra fica chateada: «ah, o meu filho fica acordando porque...», não é? Isso aí é normal como se fosse em casa.” – CAS1 MACO1

Mas o não acolhimento dos filhos juntamente com a mãe, como ressalvado por duas técnicas, tendo estas idades que impliquem um acompanhamento e supervisão direta, assume-se igualmente como problemático. CAC2 TEC1 refere que *“quando a mulher vêm sozinha e deixa filhos pequenos, isso é muito complicado. Também já aconteceu. Isso é difícil. [...] Agora, mulher que vem e deixou os seus filhos pequenos, são poucas as situações as que tivemos, mas essas acho-as difíceis. Para elas é difícil”*.

Na reflexão destas duas técnicas, o facto de os filhos serem adultos e/ou estarem autonomizados parece apresentar-se como uma situação idêntica à de uma mulher sem filhos, como se compreende das palavras de CAN3 TEC1: *“E, principalmente, até se tem filhos, se essas pessoas têm filhos já são crescidos e já têm as vidas organizadas. Porque quando elas vêm para cá com filhos, mas tipo naquela fase que ficaram com, já tem 16, 17, 18 anos e ficaram com algum familiar e isso também as preocupa. E também há instabilidade da parte delas. Agora aquelas que não têm filhos, é que é mais fácil para elas”*.

Para oito das mulheres entrevistadas a existência de filhos não pode apenas ser assumida como sendo um elemento entendido como positivo ou negativo. Para estas mulheres, a existência de filhos é assumida como um fator determinante para a ocorrência de um acolhimento em casa abrigo. De acordo com os discursos recolhidos, sem filhos, o acolhimento não teria ocorrido Como diz CAS1 MAUTO2, *“eu se calhar tinha resolvido a minha situação de maneira diferente”*.

Na eventualidade de um não recurso a casa abrigo, estas mulheres conseguem antever o que teria ocorrido nas suas vidas, afirmando que: poderiam continuar na relação violenta *“É assim... com um filho, nós olhamos pra ele e vemos que não devemos... continuar naquela situação, porque... tamos a causar sofrimento, ou seja, tamos a ter e a causar sofrimento a outra pessoa. Está outra pessoa a sofrer. Se eu não tivesse filhos... não sei se eu tinha tomado esta decisão. Se calhar, ainda estava com...naquela situação.” – CAC1 MACO3*; poderiam ter regressado ao país de origem ou deslocado para uma outra localidade *“Ai, eu não estava aqui, eu tinha ido embora para o Brasil. Ou eu tinha ido*

embora para outro lado, entendeu? Se o [nome do filho] não tivesse eu ... Porque aqui eu tenho que ficar por causa do [nome do filho]. Porquê? Porque eu tenho que parar num sítio para ele... ele tem que estudar, entendeu? E eu estando sozinha, não. Estando sozinha, estava num outro sítio, estava trabalhando de interna, estava... Entendeu? Num sítio mais... Pronto, noutra lugar. Não é que aqui na casa de abrigo eu não estava. [...] Eu penso nele.” – CAS1 MACO1); poderiam não ter de lidar com uma pressão dos serviços (“Até que eu cheguei a pedir eu própria ajuda à CCPJ e quando a CCPJ me disse que o menino que ia pra uma instituição até eu organizar a minha vida, eu optei por vir com o menino pra donde eu fosse. O menino vinha comigo. Nunca iria deixar o menino sozinho, porque... se nós os temos e os criamos, também continuaremos a criá-los.” – CAC1 MACO2). Independentemente das razões e consequências, parece ficar claro que os filhos se assumem como fulcrais em todo este processo decisório relativamente a um acolhimento em casa abrigo.

8.4.1. c) As presenças do agressor

*“[Referindo-se a uma eventual proibição de contactos com o agressor] isso de tapar o sol com a peneira não tem interesse. Isso é uma situação que dificulta, muitas vezes o processo de intervenção.
Manter o contacto.”*

CAC1 TEC1

Se formalmente, i.e., a nível judicial, o acolhimento em casa abrigo não significa o término imediato da relação com o agressor, materializado num divórcio ou separação, esta situação parece encontrar paralelismo no domínio emocional, onde a entrada em casa abrigo não implica a cessação do contacto com o agressor. Várias das mulheres acolhidas mantêm, assumida ou dissimuladamente, contactos com o agressor. CAN3 TEC2, uma das cinco técnicas que abordam a relação entre o bem-estar e os contactos com o agressor, refere que *“muitas vezes elas continuam. E então aqui, nós sabemos que elas falam quase diariamente com eles. Todos os passos que elas fazem aqui na casa, elas dizem-lhes. É*

difícil elas fazerem o corte. E acho que quanto mais nós insistimos para não o fazerem, mais elas fazem”.

Se há uma técnica que parece sugerir que a casa abrigo deve ter uma atitude mais impositiva relativamente aos contactos com o agressor (CAS1 TEC2 – ***“Nós dizemos «olhe, você tem de mudar o número de telemóvel. Não vai poder ter contactos com ele», porque eles têm ainda uma grande influência sobre elas, não é?”***), as restantes técnicas parecem concordar com o facto de dever ser a mulher a decidir sobre potenciais contactos, desde que a segurança da casa abrigo não fique comprometida. CAN2 TEC1 defende esta ideia salvaguardando que as mulheres ***“são livres, elas acima de tudo são seres humanos livres plenos de direitos. Portanto, se elas quiserem, por exemplo, relacionar-se com o agressor, há vontade. Não sou eu nem nenhum membro da equipa que vamos dizer «a senhora não vai ou deixa de ir». Não, dizemos: «Acha que o deve fazer? Quais são as consequências, os benefícios ou os malefícios disso» e decida se quer. Pese embora mantenha a confidencialidade”***. CAC1 TEC1 concorda igualmente que o papel das técnicas se afigure como fundamentalmente orientador. Parece haver uma consciência plena de que esta é uma das dimensões que se tornam impraticáveis de impor.

Complementarmente, o contacto com o agressor, se assumido e desejado pela mulher, poderá ser determinante quer para a definição pessoal de objetivos, bem como para o bem-estar, como veicula CAC2 TEC1: ***“Têm que ter toda a liberdade de comunicar e toda a liberdade de sair. E têm que ter liberdade de se encontrar com o agressor se assim o entenderem. Têm que ter essa liberdade. Nós achamos que têm que ter essa liberdade. Até porque também consideramos que um projeto de vida está definido, na grande maioria dos casos só começa a ficar definido depois de ir a um reencontro”***.

Se estes contactos poderão contribuir, em determinadas situações, para ajudar a (re)definir prioridades, há também uma perceção de que, se fugir à gestão da equipa, poderá dificultar a intervenção técnica e originar, inclusivamente, uma quebra de investimento e/ou rutura no projeto pessoal da mulher acolhida. Recorremos às palavras de CAC1 TEC1 para sistematizar esta ideia: ***“face ao contacto e à postura que nós conhecemos, que de início é de grandes promessas e de mudança, muitas abandonam o projeto que estão a realizar para retomar [a relação com o agressor]”***.

8.4.2. Elementos Micro de bem-estar – Os Fatores Processuais

O bem-estar da mulher, para além de depender dos seus fatores pessoais, parece, igualmente, encontrar-se relacionado com aquilo que se denominou de *fatores processuais* e que se prendem com o decurso do acolhimento em casa e com o trabalho aí realizado. Concretamente: o processo de acolhimento; o ambiente vivido em casa abrigo e a codefinição dos projetos de vida.

8.4.2. a) O processo de acolhimento

*“Em primeiro lugar precisam de espaço, de tempo e de...
e de um tempo de reflexão, sem muita intervenção nossa”*

CAN2 TEC1

O processo de acolhimento em casa abrigo é, de acordo com oito das técnicas entrevistadas e cinco mulheres, um momento importante com consequências para a integração e bem-estar da mulher acolhida. São vários, contudo, os elementos neste primeiro momento que são destacados. CAS1 TEC1, quando reflete sobre os fatores que condicionam o bem-estar em casa abrigo, refere, de imediato, **“o acolhimento logo de início. Um acolhimento que lhe permita sentir-se pelo menos um bocadinho confortada, um bocadinho segura porque elas chegam aqui e muitas vezes sentem-se perdidas. Penso que um acolhimento [faltam-me as palavras hoje...] Mas penso que uma boa atitude das técnicas e dos funcionários, uma atitude positiva de compreensão e empatia, penso que para já é um primeiro passo.”** Esta opinião surge também nas palavras de CAN1 MACO2 que, sobre o mesmo assunto, salienta a importância do acolhimento, ou seja, do facto de a equipa que a acolheu a ter, como referia a técnica anterior, confortado: **“Tratam-me bem. Fui bem acolhida. E tratam bem a minha filha, que isso é importante”**.

Para além do apoio e conforto inicial, este momento de acolhimento, nunca concretizado em termos temporais, permite ainda clarificar expectativas, enquanto se exploram as necessidades iniciais e se explanam as regras, direitos e serviços da casa abrigo. A mesma técnica refere a necessidade de **“explicar realmente a realidade das coisas como são”,**

enquanto apresenta os serviços disponíveis na casa abrigo: “ **«Você vai ter muitas dificuldades, vai ter estas e estas e estas dificuldades mas têm estes e estes e estes apoios e nós estamos cá para isso».** **Trabalhar com a realidade e não continuar com essas expectativas falsas**”. CAS1 MAUTO1 utiliza, para expressar este procedimento de *realismo apoiado*, a expressão que as técnicas utilizavam, com recorrência, durante o seu período de acolhimento: “**não se preocupe com isso, mas temos que ir ver**”. O facto de ter sido “**bem tratada**”, associado ao facto de “**estar livre. Livre de pesadelo**” e de ter sido orientada (“**elas orientaram-me**”), numa perspetiva muito *grounded*, parece ter contribuído para que se sentisse apoiada ao mesmo tempo que consciente das dificuldades que a esperavam.

Este trabalho, concretizado em diferentes momentos, parece ocorrer num ritmo codefinido com a mulher acolhida, e parece ser iniciado por diferentes momentos informais, nos quais o tempo parece ser um elemento fundamental para todo o processo de reequilíbrio pessoal da mulher. CAN2 TEC1 refere que “**na primeira semana, segunda, tem que se dar aqui um espaço, cada pessoa tem o seu timing pra se adaptarem, para respirarem fundo**”. CAS1 TEC2 refere, também, que no “**no início, é mesmo para ela se adaptar aqui à nossa realidade. Tem o tempo livre para estar em casa, para arrumar as coisinhas, para falar connosco o tempo que precisar.**”

Estes momentos iniciais são igualmente complementados com momentos de maior direcionalidade, como aqueles levados a termo por CAN2 TEC1, que tenta tranquilizar a mulher no início do seu processo de acolhimento, pois “**normalmente vêm em crise, vêm, e a minha perspetiva é mais no sentido de informar e de lhes dar a conhecer o que poderão ser os processos judiciais. [...] Muitas vezes, ter conhecimento dos direitos também acaba por ser um fator de tranquilização para as pessoas, não é?**”

O bem-estar proporcionado pelo acolhimento é, também, facilitado quando as mulheres percebem que há cuidados particulares com as crianças que também se encontram acolhidas. CAN3 TEC1 faz alusão à “**qualidade e variedade daquilo que se pode proporcionar, principalmente, às crianças. Acho que também... isto porque as mães que chegam aqui preocupam-se muito com a alimentação das crianças e nós isso é... os planos que nos trazem nós cumprimos ali à regra e se for a marca que for, isso nós não... fazemos sempre. Cumprimos porque achamos que isso é essencial para o bem-estar da mulher e das crianças. E para a segurança dela, para também se sentir que veio para um sítio, mas que pode contar com esse sítio para, para cuidar do filho. Mesmo a nível de às vezes**

umas simples fraldas, se disser “olhe eu uso Huggies ou eu uso Dodot, poderá continuar a ser?” Poderá. Nós, normalmente, temos sempre em atenção, muita atenção a isso. Há coisas que nós também gostaríamos, mas depois também os recursos financeiros também não permitem, mas, dentro do possível nós fazemos sempre tudo o que nos é solicitado pelas mulheres”.

Este processo inicial é igualmente importante para a habituação a uma vida comunal que, necessariamente, é regida por regras e orientações análogas a todo um grupo. Este sistema, que parece surgir como uma necessidade para uma gestão funcional do grupo, é, na maior parte dos casos, díspar do registo a que as mulheres acolhidas estavam habituadas. O cumprimento destes guiões é, na opinião de CAN3 TEC3, um elemento importante para a integração e bem-estar: **“Porque a casa abrigo funciona sempre no mesmo registo, não é? Tem o regulamento, tem as regras, há que cumprir. E se elas estão disponíveis para isso, as coisas correm bem e isso garante-lhes o bem-estar delas aqui dentro. Se não, vão-se sentir mais pressionadas, vão-se sentir mais controladas e isso vai fazer com que elas se sintam pior”.**

CAC2 TEC2 reconhece a importância das regras, mas refere os seus limites neste contexto institucional, exemplificando com um elemento que, em sua opinião, interfere com o quotidiano e, desta forma, o bem-estar da mulher: **“Apetece-me hoje chegar a casa, não... não vou tratar das roupas, quase. Não é? Deixo ficar a roupa lá montada, não lavo hoje, lavo amanhã. Não posso. [...] Não é? Isso condiciona muito a vida delas. [...] É numa altura em que elas não... quando não... se calhar precisavam menos... menos desta pressão sobre elas”.**

Complementarmente ao apoio, CAS1 TEC1 e CAS1 TEC2 salvaguardam, ainda, uma última dimensão que interfere neste processo de acolhimento inicial – o sentimento imediato de segurança que a casa abrigo proporciona. CAS1 TEC1 refere-se à dimensão segurança como um sentimento objetivo, conseguido através de ações concretas, como ter **“uma funcionária que trabalha até à meia-noite”** ou ter a colaboração das forças de segurança que, na eventualidade de não poderem **“fazer rondas, [...] tem um número sempre disponível”**, mas também através de recursos internos, como a disponibilidade de quem na casa abrigo trabalha, que permitem um sentimento mais subjetivo de segurança – **“Seja a que horas for, podem-me telefonar. Se acontecer alguma coisa telefonem-me. Estão aqui outras funcionárias. Pronto, penso que é esse apoio que elas precisam. Seja a que horas for, tudo o que se passar, telefonem-me”.**

O facto de *alguém* estar disponível a qualquer hora é também reconhecido pelas mulheres que refletem sobre esta dimensão. CAS1 MAUTO2 reforça a ideia da técnica da casa, defendendo que **“Qualquer coisa nós vínhamos aqui, sabíamos... Na altura tinham-me dito «qualquer coisa que haja, qualquer dúvida, qualquer problema, vens aqui ao escritório, é só pedires à... perguntar onde é que está a dona Fátima, ou...», a dona Fátima está sempre. Está as vinte e quatro horas. E depois há sempre uma das doutoras... que estão, uma ou outra, qualquer coisa que haja é só dizer o que é que é e elas comunicam logo seja com quem for. Portanto, esse apoio acho que é muito, muito, muito importante”**.

8.4.2. b) Ambiente vivido em casa abrigo

“nunca se vai sentir bem nesta casa, se não conseguir ter uma relação mínima de confiança”

CAC2 TEC1

O bem-estar da mulher acolhida parece, também, encontrar-se relacionado com o ambiente vivido na casa abrigo, ou seja, todo o conjunto de elementos concorrentes, mais emocionais que materiais, que permitem que a mulher se sinta confortável e tranquila num espaço que, temporariamente, se deseja que o torne seu. São seis a técnicas e 11 as mulheres que se referem a esta dimensão, salientando aquilo que consideram ser elementos positivos, negativos e mediadores. Se a totalidade das seis técnicas que se referem a esta dimensão enfatiza os elementos emocionais na construção deste ambiente, duas e duas mulheres referem o próprio espaço como o alicerce desta construção. CAC2 TEC1, ao elencar **“o que interfere no bem-estar [afirma] uma coisa que é banal, mas acho que também é importante, é sentir-se bem no espaço. O espaço ser confortável, agradável, minimamente. Não, não ser... não ter um ar de... de colégio... pra meninos. Chamar assim. Simplificando a ideia, eu não sei se eu estou a transmitir a ideia.”** CAC2 TEC2 especifica as propriedades do espaço que parecem contribuir para o bem-estar da mulher acolhida: **“A privacidade [...] um espaço pra ela, para ela estar um bocadinho sossegada”**. O facto do espaço físico responder com condições mínimas de privacidade mas também de conforto parece, efetivamente, mediar positivamente o processo de acolhimento e bem-estar – **“Olhe, como o senhor aqui vê, é assim. Pra mim chega. Qualquer uma delas diz a**

mesma coisa. Depois, como temos aqui este salão, com três sofás, um grande e dois pequenos, temos um gravador para pôr discos, para ter música. Temos televisão. [...] Umas riem-se, outras veem novelas, outras ouvem música, outras dançamos. [...] E temos aqui muita largueza, vamos até à quinta, há lá de nozes, há lá diospiros, há lá castanheiros, há lá peras, há maçãs, há lá um... dá amarela e dá vermelha, há figos...” (CAC1 MACO1)

O espaço humano parece ser, contudo, mais valorizado do que o físico enquanto gerador de bem-estar. O modo como a equipa da casa abrigo articula entre si para promover um ambiente de conforto emocional parece ser determinante, como refere CAN2 TEC1. Esta técnica é de opinião que o bem-estar *“tem tudo a ver com a forma como nós técnicas e o resto da equipa, nomeadamente as monitoras, a forma como articulamos com elas e nós tentamos que seja da forma mais humanizada e justa possível, e que elas sintam que nós não estamos ali para... estamos ali como um ponto de apoio, não estamos ali como... elas tem que sentir a casa delas, a casa é um bocado, é um pouco delas, não é?”*.

O facto de os elementos da equipa terem uma postura empática de suporte e apoio parece contribuir para que as mulheres se sintam confortáveis, minimizando o facto de se encontrarem num ambiente que lhes é estranho. Este suporte pode surgir de modo mais formal, em *settings* mais terapêuticos, mas também nos trabalhos do quotidiano, como exemplifica ALG MACO1: *“Elas são boas, não é? A senhora... A técnica, uma que tem lá, até ajuda o [nome do filho] na escola. Que ela é... ela pronto, ela é muito estudada, então ela dá explicação assim, que ele tem problema na história de Portugal. Aí ela ajuda ele. E pronto, as pessoas são boas. Sempre, entendeu? Uma coisa assim que a gente não sabe, elas orientam, uma ajuda a outra e assim”*.

A interação entre a equipa da casa abrigo e a mulher acolhida, particularmente o modo como a equipa consegue envolver a mulher na gestão quotidiana, parece ser determinante para a construção deste espaço emocional de conforto. CAC2 TEC1 considera, aliás, *“que é determinante a relação que ela consegue estabelecer com toda a equipa da casa. Das ajudantes de lar, nós próprios, é outro dos aspetos fundamentais. O tipo de relação”*.

CAN2 TEC1 é de opinião de que esta gestão deva assentar num modelo de corresponsabilização, chamando as mulheres para um papel ativo e não de meras respeitadoras de regras às quais são alheias - *“Nós normalmente tentamos que elas percebam a lógica e o porquê da existência das regras e eu detesto aquele tipo de intervenção que impõe o que quer que seja, acho que as pessoas são muito mais respeitadoras quando percebem o porquê das lógicas das regras, do que quando nós temos que impor o que quer que seja”*.

Apesar das regras poderem ser um elemento que afete ou condicione o bem-estar durante o acolhimento, o facto é que cinco mulheres referem claramente que as regras são elementos necessários para a obtenção de um bem-estar global. CAS1 MAUTO1 é clara quando afirma que **“É assim, há regras, temos que cumprir. Na minha casa também as tenho. Temos que cumprir regras. E aqui também há regras.”** CAN1 MACO4 revela opinião semelhante, considerando que **“está bem estipulado porque todas nós temos que colaborar, porque se estamos aqui, enquanto aqui estivermos, isto é a nossa casa. E então, eu acho que limpezas e o lanche, pequeno-almoço, portanto essas pequenas coisas têm que ser partilhadas entre todas”**. CAN1 MACO, inclusivamente, assume as regras como elementos estruturantes quer para a mulher, quer para o grupo: **“Há regras. E acho que essas regras também são boas. [...] Horas marcadas, como é óbvio. Por exemplo, temos horas para tomar o pequeno-almoço, temos horas para almoçar e para jantar. Lanchar, horas para nos levantarmos, para o quarto estar arrumado. E acho que isso é bom”**.

O conceito de regras parece estar claramente relacionado com a comunicação das mesmas. Quando estas são compreendidas e discutidas parecem ser, efetivamente, integradas de modo não problemático. Tal não acontece quando são utilizadas como elemento de poder relacional ou quando não são explicadas (o que pode ocorrer por falta de antecipação do modo como a regra poderá ser integrada pela mulher acolhida). CAC1 MACO3 exemplifica com uma situação que ocorreu com o seu filho, em que ficou espelhado o confronto entre uma regra da casa abrigo de não desperdício de comida e a necessidade da mulher acolhida que, enquanto mãe, gostaria de outra qualidade do produto alimentar para o filho: **“Eu, por exemplo, tive recentemente um choque que foi por causa do que levar pra escola do meu filho. Como eu não tenho rendimentos, o facto de levar o pão seco... achava que seria melhor ir buscar pão num dia e levar o pão. Mas, prontos, são essas coisinhas que... aí choquei um bocado com a funcionária, porque ela levou... não gostou do que que disse. Ou seja, eu disse que preferia o pão do dia, do que o do dia anterior. Porque o meu filho está habituado a ter pão do dia. Então ela ficou um bocado chateada por eu ter dito isso”**.

A relação da casa abrigo com os filhos das mulheres acolhidas, ou seja, a ingerência noutros papéis da mulher enquanto utente daquela resposta social, é um campo sensível. CAN2 TEC1 traduz uma ideia que parece revelar-se central no bem-estar das mulheres acolhidas, de que, complementarmente à necessidade de apoio, as mulheres necessitam de se sentir respeitadas nos seus diferentes papéis, particularmente no papel de mães. O

apoio recebido por parte da casa abrigo não deverá tornar-se substitutivo dos seus papéis pessoais: ***“Agora, elas têm que se sentir bem, têm que sentir que estão ali com os seus filhos e que elas são as mães, isto é muito importante, que elas é que exercem a responsabilidade parental dos filhos, que não são as técnicas nem as monitoras. Elas podem ter alguma orientação e têm de ter porque faz parte da nossa intervenção também, mas tem de se sentir à vontade, tem que ser elas a intervir, por exemplo, na questão dos filhos, na questão da gestão da vida corrente, e, se elas sentirem isto, eu acho que elas se vão sentir bem na casa. Dentro dos possíveis”***.

Todo este trabalho funcional, assente nos direitos fundamentais da mulher, parece contribuir para a integração da mesma e consolidação do sentimento de bem-estar, promovendo um empoderamento pessoal. CAS1 TEC2 ressalva esta ideia, defendendo que o bem-estar da mulher em casa abrigo ***“vai depender da valorização que possa ter. Ser valorizada nos seus passos, nos pequenos passos que possa vencer e nas etapas que vai passando porque, era como eu estava a dizer, quando chegam acham que não são capazes de nada. E vai ter a ver um pouco com isso, com o ser valorizado e ver que “olha, eu afinal consigo!”***. O bem-estar tem também a ver com o apoio que sentem. Tem a ver com o clima que se vive dentro da casa abrigo que, por vezes, também é problemático”.

Para além das relações interpessoais que a mulher consegue estabelecer com a equipa da casa abrigo, as que estabelece com as colegas acolhidas assumem-se como igualmente importantes. Se, como já abordado na secção *desvantagens da casa abrigo confidencial*, as relações interpares podem ser um foco de problemas, estas podem, também, constituir-se como um importante elemento de apoio e bem-estar, como regista CAC2 TEC1, que relaciona este bem-estar da mulher acolhida com ***“o relacionamento que ela consegue, também, estabelecer ou não com as colegas, com as outras pessoas que estão aqui na casa. Isso também é bastante importante para elas sentirem bem, ou não. Se elas se conseguem integrar ao nível do grupo de pares, vamos-lhe chamar assim, se conseguem desenvolver até uma ou outra relação de maior proximidade com algumas, não é com todas, evidentemente, mas com algumas, isso contribui muito para o bem-estar delas. Se elas não conseguem isto, se se mantêm em muito isoladas do restante grupo de pares, não conseguem estabelecer relações, não conseguem criar algum grau de confiança entre pelo menos algumas delas, eu acho que isto lhes dificulta o viver em comum e o estar em aqui em comum. Portanto, eu penso que isto são tudo fatores importantes, em termos do bem-estar delas na casa”***.

CAN3 MACO1 reconhece que estas relações interpares são, efetivamente difíceis de gerir, ou seja, o *“Não pegar com ninguém, Eu aqui dentro meto-me muito no meu canto. Porque há crianças, depois elas pegam-se umas com as outras e depois as mães não gostam. Se for a minha a bater a mãe não vai gostar, se for o dela a bater na minha, também não vou gostar. Mas há outras mães que já é ao contrário, há umas que a minha se bater, não dizem nada, mas se bater... a minha se bater já falam, mas se for os deles a bater, também já não dizem nada, pronto. É, eu acho que... a... às vezes as doutoras aqui dizem para a gente integrar uns com os outros. Mas... [...] Nem sempre é fácil. Acho que para não haver conflitos, às vezes meto-me no meu canto, porque muito que uma pessoa faça, muito que uma pessoa queira não pegar com ninguém, não é fácil. É muita pressão aqui dentro, é muito barulho, as crianças pegam-se umas com as outras e eu não vou gostar, ela não vai gostar. Mesmo que a gente queira engolir o sapo vivo, não se consegue às vezes. Não se consegue. Não se consegue”*.

CAN1 MAUTO2 generaliza realçando a evidência da complexidade das interações sociais, afirmando que *“como em todas as casas abrigo esta tem os seus problemas, as utentes e isso e aquilo, e os funcionários, todas, eu penso eu. Todas têm aquelas pessoas que são mais sociáveis, outras que são menos sociáveis. Aqui também há. E há funcionários que são excelentes, mas funcionários que são terroríficos”*.

8.4.2. c) A codefinição de projetos de vida

“Traçar com ela o projeto de vida. O projeto de vida é sempre [da mulher].”

CAN3 TEC1

O “projeto de vida” é o constructo no qual se insere todo o trabalho que a casa abrigo realiza com a mulher acolhida, no sentido de a autonomizar de modo o mais sustentado possível. Apresenta-se como um trabalho intencional, implementado de acordo com objetivos e metodologias definidas resultantes de cada avaliação realizada, envolvendo momentos formais e trabalho rotineiro quotidiano. Sete das técnicas entrevistadas enfatizam que todo este processo é realizado conjuntamente com a mulher. CAC1 TEC1, ao refletir sobre o seu próprio papel em todo este processo refere que *“o meu ponto de partida é sempre a pessoa, centrando nela, portanto, nunca é imposto. Claro que nós temos a tal linha de*

atuação, mas não... não impomos, não dizemos «olhe, então agora a senhora chegou aqui e portanto agora vamos... vai ter que procurar um trabalho», tudo tem o seu momento, tem o seu timing, mas, portanto, a minha... a minha linha de atuação é no sentido de conhecer quais são as expectativas da pessoa, conhecer que caminho é que ela considera que é necessário fazer para as alcançar, o que é que ela espera da equipa, da instituição e... e pronto”.

A quase totalidade das mulheres entrevistadas (doze) parece concordar com a opinião das técnicas. CAN1 MACO1 é explícita quando afirma que *“tudo o que se faz aqui em relativamente a mim, tudo é falado, tudo é perguntado. Porque uma pessoa... as técnicas não vão fazer uma coisa que não esteja de acordo com a pessoa, não é? Isso ia dar a desencontros. Por isso, há que haver concordância entre um lado, como do outro, não é? [...] Porque se as pessoas fossem a fazer tudo sem nós sabermos, acho que isso ia dar uma desconcordância completa, não é? [...] E acho que isso não ia dar bom entendimento [...] Ia dar muita confusão, não é? Isso nunca [...] pelo menos comigo nunca aconteceu”.*

De acordo com as técnicas entrevistadas, este processo parece ser gerido pelas mulheres acolhidas, dentro das possibilidades de atuação de cada casa abrigo, mesmo quando os objetivos são o regresso ao agressor. CAC2 TEC1 diz que o seu trabalho é orientado *“para com ela definir o que é que ela pretende fazer, não é? Para com ela definir o que é que ela pretende fazer, aceitando também, sem qualquer censura, quando há uma decisão de retorno”.*

O discurso das mulheres, sempre centrado nas vivências individuais, não apresenta um nível de abstração como o do das técnicas, contudo, é possível perceber nas diferentes narrativas, exemplos que elucidam de que a definição da intervenção é explanada e negociada com as próprias, como perceptível nos excertos que se seguem:

“Sim. Era falado [...] a doutora [nome da técnica], eu lembra-me... uma vez perguntou-me «o que é que tu queres fazer?», e eu respondi-lhe: «quero trabalhar, seja o que for». E ela perguntava-me se eu não tinha um sítio que gostava... uma coisa que gostasse muito de fazer, eu disse-lhe «não». Quero trabalhar, quero ganhar dinheiro. Não é só ganhar dinheiro, quero ter um objetivo na minha vida. É trabalhar, gostar do que estou a fazer, ganhar dinheiro, claro. Se trabalho te-

nho que ganhar dinheiro. E ter o meu espaço, para mim e para os meus filhos. Só isso". (CAS1 MAUTO1)

"foi sendo definido lentamente porque entretanto eu... eu não sabia bem o que me ia esperar à chegada da CA, ao entrar lá, não é? Embora eu fui, eu fui posta ao corrente de todas as situações não é? [...] Não. Primeiro falavam sempre comigo, sempre eu seria, eu era sempre a primeira a saber não é? E depois perguntavam o que é que eu achava, que é que eu não achava, como eu também fazia com as doutoras, sim". (CAN2 MAUTO1)

CAN2 TEC1 consegue sintetizar o que as diferentes técnicas das casas abrigo veiculam a este respeito, referindo que *"a nível do desenho, somos incapazes de estar a intervir com quem quer que seja que não seja a pessoa a definir o que quer. Obviamente que muitas vezes a nossa intervenção passa por negociar com a pessoa aquilo que se está a fazer e se está a fazer, digamos, os possíveis ou melhor para orientar o seu projeto de vida, que ela própria definiu, nunca nós. Isto para mim é uma questão de fundo. As vítimas estão habituadas a viver com o agressor, e o agressor, provavelmente toda a vida, ou o percurso em que teve com a vítima (porque normalmente são vítimas de violência física e psicológica), o agressor normalmente decidiu toda a vida pela vítima, tirou-lhe o poder e como vocês dizem psicólogos é preciso empoderar as pessoas, e... obviamente, se me perguntarem, é mais fácil decidir por elas. Elas próprias nos pedem para decidir por elas. É mais difícil fazer com que elas decidam..."*.

Deste modo, e conseqüentemente, é defendido que o trabalho assume um cariz personalizado em que, recorrendo a CAS1 TEC1, a *"casa abrigo se tenta adequar a cada caso"*. CAC2 TEC1 defende igualmente que *"o nosso trabalho com elas... tem que ser um bocadinho adaptado à situação específica de cada uma, não é? Nós temos situações de violência muito diferentes. Não é?"* O facto de haver situações de vitimação diferenciadas (a nível de tempo e padrões de violência) em casa abrigo e se tal facto influencia na eficácia da casa abrigo, não parece ser um elemento consensual entre as técnicas entrevistadas. Três técnicas referem que a eficácia da intervenção da casa abrigo depende, fundamentalmente, de características pessoais, como a resiliência, a estrutura de personalidade e a determinação pessoal, ou seja, se a mulher *"já chegou ao ponto de achar que de facto quer mesmo virar as costas à violência"*, como refere CAS1 TEC2. Esta técnica defende

que *“se calhar, a questão do tempo ser muito ou pouco, de viver muito ou pouco tempo nessa situação de violência não será tanto o elemento que vai diferenciar, mas sim se aquela mulher já interiorizou se quer ou não seguir em frente.*

CAN3 TEC3 considera que a eficácia da intervenção da casa abrigo *“depende mesmo de como elas encaram a violência, de como elas encaram a casa abrigo e o corte, a rutura que elas pretendem fazer.”* CAS1 TEC1, por seu lado, considera que a duração da violência tem impacto no modo como a equipa deverá avaliar a mulher, pois *“acho que uma situação que viveu uma violência continuada durante muito mais tempo, se calhar, poderá merecer ou poderá requerer uma atenção mais profunda”*. CAC2 TEC1 é perentória afirmando que, numa casa abrigo, existem mulheres com *“relações de violência de vinte anos... com períodos de violência grave e [também] podemos ter situações de violência que houve um ano com discussões e umas bofetadas. Não é? Muita discussão e umas bofetadas à mistura e uns empurrões. [Esta diferenciação] Influencia, evidentemente”*.

CAN3 TEC3 e CAN2 TEC1 apontam uma tipologia de vítima cujas características dificultam a intervenção da casa abrigo. De acordo com esta última técnica: *“poderia falar de situações acima dos cinquenta, se calhar, com um historial de violência física e psicológica acima dos vinte anos, com baixas habilitações, mas isso já não tem a ver com a vítimação. [...] o facto de não terem habilitações poderá não ter a ver com as experiências profissionais, sim isso é um padrão de violência que nos limita muito a todos os níveis, porque poderá haver um risco grande de retorno à relação atendendo a que a pessoa permaneceu tantos anos, que poderá retornar, não é? Se bem que poderá também já estar num patamar em que decidiu mesmo não retornar e não o faz (também tem acontecido). Mas, depois, obviamente que a nossa intervenção é muito mais complicada”*.

Contudo, e apesar de não parecer haver consenso sobre se os padrões de vitimação, efetivamente, condicionam o trabalho das equipas da casa abrigo, este, que se assume como personalizado, parece ter em consideração os elementos diferenciadores que poderão interferir no próprio processo.

A definição e implementação do “projeto de vida” é iniciada com uma avaliação que parece permitir todo o processo de personalização dos serviços da casa abrigo. CAS1 TEC2 explica que este processo de inicia com a análise de condicionalismos e potencialidades de cada mulher: *“Quando definimos o projeto de vida das pessoas juntamente, claro, com elas. Tem a ver com isso, com o dizer: «Olha, esta pessoa acho que tem potencialidade para isto ou terá capacidade para isto; temos de levá-la mais neste sentido».* CAN3

TEC1, operacionalizando a nível da dimensão laboral, exemplifica: ***“primeiro tem que fazer o diagnóstico da situação, não é? Ver [...] qual a necessidade da aquela senhora. Se é uma senhora que já tem emprego e que vai continuar nele, vamos por um caminho. Se for uma situação de uma senhora que está desempregada e que, mas que... nós, o principal é definirmos em conjunto com a senhora qual será a zona, depois da senhora já cá estar há algum tempo e de estar estabilizada e de estar bem, definimos qual será a zona de... para se reestruturar.”*** CAC1 TEC1 diz que o seu trabalho se inicia ***“sempre por [...] tentar conhecer qual é [...] a história do problema, a vivência psicológica, emocional do problema, a visão própria do problema. Conhecer as expectativas, relativamente ao acolhimento. E... conhecer o que é que a pessoa pretende. Portanto, a minha... o... o... o meu ponto de partida é sempre a pessoa, centrando nela, portanto, nunca é imposto”***.

O papel das técnicas na implementação do “projeto de vida” parece ser condizente com um processo continuado de orientação que CAS1 TEC1 concretiza de modo muito claro: ***“O meu papel como técnica de serviço social [...] é tentar orientá-las a definir prioridades, em primeiro lugar. Porque é que estão aqui? Qual o primeiro passo a dar para a autonomização, etc. etc. E tentar orientá-las ao longo da aplicação desse plano. Tentar definir prioridades com elas e tentar traçar um plano de ações para chegar lá. E orientá-las na aplicação diária no quotidiano.”*** Deste modo, os diferentes tipos de apoio disponibilizados pela casa abrigo pretendem auxiliar a mulher na concretização deste plano previamente definido, traduzindo-se em diferentes tipos e níveis de apoio, concretamente o apoio de cariz instrumental e apoio emocional. Estes são operacionalizados de diferentes modos, como:

- (a) o acompanhamento presencial, mediante o acompanhar a mulher aos diferentes serviços numa lógica de mediação e promoção de uma cidadania plena (***“o acompanhamento [no] exterior, também é muito valorizado por elas. O facto de ir alguém da equipa técnica com elas aqui ou ali. Elas sentem-se, sentem-se bem porque «se eu não tivesse acolhida, eu não tinha isto e como eu estou aqui eu tenho um, não é, uma mais valia, tenho aqui sempre uma pessoa comigo».*** Porque nós vemos, por exemplo, vamos a um advogado, muitas vezes elas têm dificuldade de compreensão e as que tiveram um acompanhamento anterior, que até tiveram um advogado para uma situação, ou outra, ***«eu muitas vezes não consegui fazer porque eu não percebia o que é que o doutor me queria que o eu fizesse»*** e então até

desistiam e tudo.” – CAN3 TEC1; *“a doutora também sempre leva a gente para fazer [determinadas diligências]”*);

- (b) a ativação de recursos (*“Ou então, ativar, muitas das vezes também é pela ativação e articulação com a rede de suporte na sua zona de origem. Da zona de origem.”* – CAC2 TEC2; *“Eu queria e a doutora também me aconselhava, por exemplo, a doutora Mónica. Sei lá. Agora, temos que meter o menino na escola, depois temos que tentar arranjar eu fazer... arranjar trabalho, a gente vai te encaminhar, estás aqui um x tempo... para orientares a tua vida”* – CAS1 MAUTO1);
- (c) ou numa lógica de apoio emocional mais convencional, direto (*“Porque sem ele não é possível conseguir que a vítima se reestabeleça emocionalmente para poder fazer o que quer que seja.”* – CAS1 TEC2; *“Ajudaram-me a pensar... a refletir”* – CAS1 MAUTO2), ou indireto, promovendo o bem-estar dos filhos (*“E tratam bem a minha filha, que isso é importante”* – CAN1 MA-CO2).

A nível das técnicas, as duas entrevistadas que, à altura, conciliavam papéis de intervenção técnica direta com funções de coordenação na casa abrigo, salientam o facto enquanto elemento dificultador do processo de prestação de apoio no projeto de vida. Esta situação é particularmente explorada pela técnica que desempenha funções de coordenadora/psicóloga: *“Em termos de... a questão do psicólogo e da direção, ou do assistente social e da direção, contra mim falo, eu não sei se... não sei até que ponto... contra mim falo porque sou coordenadora de valência. Não sei até que ponto seria menos, chocasse menos... chocassem menos os papéis se fosse um assistente social que fosse coordenador e não um psicólogo. Porque realmente... então em questões de, entre aspas, de litígio... ou em questões de incumprimento [por parte das mulheres], vamos falar assim antes... é quase impossível depois fazer os dois papéis...”*.

8.4.3. Elementos Macro de bem-estar

Por mais que as casas abrigo tentem criar condições de conforto e proteção para as mulheres acolhidas, intervindo em espaços e dinâmicas, o bem-estar destas não depende apenas daquilo que estas estruturas, direta e temporariamente, tentam conseguir. Atendendo ao facto de a autonomização se revelar um objetivo estruturante e urgente, o meio envolvente ganha peso redobrado neste processo de bem-estar.

8.4.3. a) Trabalho, Tribunal e Perceção Social

“ Muitas vezes estas vítimas também são estigmatizadas pela sociedade ”

CAS1 TEC2

A empregabilidade é uma condição elementar para a aquisição efetiva de autonomia. Contudo, como referido anteriormente, no atual contexto socioeconómico, torna-se particularmente difícil a obtenção de emprego. Esta dimensão é abordada por sete técnicas mas também por duas mulheres. CAN3 TEC3 retoma a ideia anterior do perfil mais dificultador de mulher acolhida para enfatizar que ***“ agora neste momento há idades complicadas para arranjar emprego. A partir dos 50 anos, torna-se bem mais complicado. E, quando elas estão sozinhas, acho que elas mais facilmente conseguem a autonomização, não têm à responsabilidade delas menores, têm mais facilidade em procurar empregos com horários que não impliquem o cuidado dos menores, não é? ”***.

A perceção das condições sociais como dificultadoras parece contribuir para um aumento da sensação de desesperança, levando a que a mulher acolhida possa reponderar as suas reais condições de autonomização, agora numa nova condição: sozinha ou família monoparental. Esta situação pode, inclusivamente, interferir sobre a sua decisão de saída de casa. CAC1 TEC1 refere-se a isto mesmo: ***“ E portanto... o impasse e a espera por um trabalho... é uma nova necessidade e é... mas é muitas vezes também um novo momento de angústia. [...] um momento que leva à perceção de que, se calhar... porque está difícil arranjar trabalho, não é, mas se calhar «fiz mal». Não é? «Isto agora nunca mais se resolve e porque nunca mais consigo e se eu não conseguir um trabalho, quando é que eu saio daqui?». Pronto ”***.

Esta dificuldade em encontrar emprego parece assumir contornos específicos de casa para casa. Uma das casas abrigo, situada na região algarvia, refere a **“sazonalidade do emprego”** (CAS1 TEC2) como um elemento de dificuldade acrescida a nível da autonomização. Outras das casas abrigo, situada numa pequena localidade rural da zona norte do país, coloca em evidência o seu próprio isolamento realçando o facto de estarem **“situadas num meio isolado, em termos de transporte, [e] a nível de emprego é muito complicado”** (CAN3 TEC2).

Um outro fator que parece condicionar a obtenção de emprego e, como tal a autonomização (já afluída sucintamente na secção desvantagens das casas abrigo confidenciais), prende-se com a utilização que algumas mulheres tentam fazer do seu percurso de vida, tentando rentabilizá-lo como um possível elemento facilitador neste processo de obtenção de emprego. Assim, e de modo aparentemente contraditório, CAN2 TEC1 refere a necessidade de um trabalho técnico adicional por parte da casa abrigo, pois **“a nível da procura de emprego pode não ser facilitador... Muitas vezes temos de trabalhar isso com elas, porque o que elas acham que por vezes a história de vida delas [...] pode, digamos, sensibilizar, a entidade patronal. Normalmente funciona ao contrário, o facto de estar institucionalizada”**. CAN1 MAUTO2 considera que o facto de a mulher estar ou ter estado em casa abrigo acaba por funcionar como um *handicap* social, pois **“eu acho que as pessoas não te vêm como uma normal. Tanto [...] os funcionários, como as pessoas cá fora. «Ai tiveram na casa abrigo? É pá... É a casa das mulheres abandonadas pelos maridos»”**.

Esta mulher apresenta um outro exemplo alusivo à dificuldade acrescida que o facto de a mulher referir que se encontra em casa abrigo tem na obtenção de emprego e de habitação: **“Cheguei a um sítio... a... falei assim, eu decidi antes de sair: «não vou dizer que sou da casa abrigo», porque eu já tinha ouvido falar e já tinha percebido [...] não vou dizer que é da casa abrigo. Está bem. Não vou dizer. Fui na casa, não sei o quê, não sei o quê, entretanto falei a primeira vez com o dono da casa, a segunda vez levei uma colega minha. E a minha colega soltou, escapuliu-lhe. Não me alugou a casa, por eu ser da casa abrigo”**.

Esta parece ser a operacionalização de um outro aspeto que ultrapassa os limites físicos da casa abrigo e que, de acordo com três técnicas entrevistadas, condiciona o sentimento de bem-estar, ou seja, o modo como, socialmente, a comunidade problematiza as questões de violência doméstica. O modo como a vítima é entendida pela comunidade, assume-se como um fator importante que, como exemplificado por CAN2 TEC1, nem sempre as mu-

lheres lidam de modo mais funcional. CAS1 TEC2 defende que o bem-estar da mulher acolhida **“depende da forma como olhamos para ela e como a sociedade olha para ela. Acho que, essencialmente, vai um bocadinho por aí. [...] Sim, a forma como olhamos para a vítima. Muitas vezes estas vítimas também são estigmatizadas pela sociedade. E isto acontece aqui. Por exemplo, quando vão a uma entrevista de emprego, se disserem que estão na casa abrigo «É pá», pois se calhar isso já vai ser um elemento que não vai ser muito... Ou que estão na Santa Casa... Se estão na Santa Casa é porque são pessoas complicadas. Isso muitas vezes é mais um fator de discriminação e de baixa autoestima para a vítima. Portanto, acho que é um pouco por aí. O bem-estar tem a ver com isso, de conseguir ser olhada de um modo positivo e que isso por vezes não acontece”**.

CAN1 TEC1 conclui afirmando que, a partir do momento em que a história vitimária se torna pública, **“a questão do estigma acentua-se, não é?”**.

Complementarmente à questão laboral e ao estigma que nela interfere, parece existir um outro fator macro que também interfere no sentimento de bem-estar da mulher acolhida – a resolução judicial dos processos pendentes. Quatro técnicas reportam-se ao facto dos processos judiciais serem morosos, o que parece interferir diretamente com a sensação de bem-estar, na medida em que não permite o desfecho rápido de uma tomada de decisão iniciada, por vezes, muito tempo antes.

Com a saída de casa e conseqüente abandono da relação violenta, a mulher tomou uma decisão que, judicialmente, demora a ser validada. CAN3 TEC1 refere a necessidade de haver progressos judiciais para uma maior tranquilização da mulher acolhida, pois **“basta ser apenas as responsabilidades parentais ser regulado logo. «Eu tenho a guarda dos meus filhos, estou muito mais segura e consigo», agora, quando há uma conferência e as coisas correm mal e depois «ele vai-me tirar», e ali aquele medo... e depois o facto de não ter como sustentar, porque também é uma coisa, não é, muito frequente, quando as pessoas, elas eram muito dependentes deles e não têm qualquer [...] Subsistência”**. O esforço tido pela mulher que abandona a sua vida prévia parece não ser reconhecido judicialmente com a velocidade necessária pois, de acordo com CAS1 TEC2, **“a nossa máquina judicial é muito complicada de gerir”**.

CAC1 TEC1 reforça a ligação entre a estabilidade e o bem-estar com as questões processuais/judiciais, pois adquirir estabilidade significa **“trabalhar questões mais processuais, burocráticas, relacionadas com os filhos, com os processos, com a queixa-crime, com... com o processo divórcio, etc. Enquanto estão, neste momento, vão serenando ou vão**

ficando mais ansiosas, porque estão a tratar destes aspetos e estes são os objetivos das pessoas nessa altura [...]. Mas a morosidade é tanta, que nós não podemos ‘tar à espera, não é, que isso... que isso aconteça. Acabam muitos processos por resolver já com autonomização das senhoras. E é do ponto de vista... pessoal, emocional, a pessoa estar... portanto, sentir-se capaz de... de retomar a sua vida de forma independente’.

8.4.4. A avaliação do acolhimento

“Foi mais uma lição de vida para mim. Eu nem imaginava sequer que estas casas existiam, não é? Portanto, também não imaginava que ia ter que passar por uma situação destas... e... em princípio como já disse foi um bocado complicado mas, habituei-me como me habituo as situações porque já estou habituada... e acomodei-me, acomodei-me não, não me acomodei porque a minha vida continuou mas, como disse já ao doutor eu entrei para a casa um farrapinho e quando saí daqui tinha a minha moral em cima e estava disposta a tudo e a mais alguma coisa como ainda hoje estou.”

CAN2 MAUTO1

Apesar de nem todas as mulheres entrevistadas terem um distanciamento suficiente para poderem avaliar na íntegra a experiência de acolhimento (sendo que apenas as mulheres autonomizadas o têm), a grande maioria, contudo, consegue posicionar-se criticamente, definindo qualitativamente a experiência de acolhimento. A quase totalidade das mulheres considera a experiência de acolhimento como sendo positiva. Apenas duas mulheres não o fazem, considerando uma a experiência como sendo, aparentemente, neutra (“*nem sei o que é que vou dizer! Eu... eu acho que está ali entre a balança. Nem mau, nem bem. Está ali a meio.*” – CAN3 MACO1) e outra assumidamente negativa (“*posso dizer por aquilo que eu... vivi. Eu não tenho uma opinião muito boa.*” – CAN1 MACO2).

A mulher autonomizada que assume que a experiência foi negativa, ao recordar o período de acolhimento, considera que, atualmente, faz “*tudo na minha vida para não ter que voltar para uma casa abrigo. Hoje e... é a minha opinião, claro hoje. Na... na época eu preferia qualquer coisa que assim a não ser estar com o pai do meu filho. E eu hoje tentava... fazer de outra maneira de não vir para uma casa abrigo. Seria a última das mi-*

nhas hipóteses. [...] Mas enquanto houvesse hipótese não ia.” Relata que “às vezes eu passo ali à porta, vejo aquelas senhoras, a saber o que eu passei ali dentro, tenho muita pena de... de muitas que estão ali dentro.”

CAN1 MACO2 consegue concretizar alguns dos elementos que contribuíram para uma avaliação negativa do acolhimento salientando falhas na articulação entre serviços e aquilo que parece considerar como falta de proatividade por parte da equipa da casa abrigo. Menciona, contudo, que *“Houve momentos bons. Divertidos. Houve momentos muito maus, não é? Deprimentes. Muitos deprimentes mesmo. O que eu acho que foi errado. No meu... meu coiso de casa abrigo. Cheguei passado dois meses depois fui falar com a doutora, queria apresentar queixa, como eu fugi não tive tempo para apresentar queixa e nem condições tinha de ir para apresentar uma queixa. «Ah, não se preocupe que eu vou ligar para a UMAR e eles resolvam. Eles vão apresentar queixa». Quatro meses depois (a queixa tem seis meses para ser apresentada), quatro meses depois eu disse à doutora «ainda não apresentei a queixa, ninguém me diz nada – ah, eu vou ligar a UMAR outra vez». Oito meses depois ela me chama, fala assim: «olha, sinto muito. Já arquivou. A senhora não apresentou queixa ...», ele está impune. É como se ele não tivesse feito nada. E ainda por cima, vê o meu filho quando quer. Isso é que é. Que ele sai escondendo outra vez. Indiretamente, sem saber saiu escondendo outra vez. Não é? Sem querer, foi protegido pela doutora”*.

As mulheres que se referem ao acolhimento como uma experiência positiva parecem atribuir causalidade a quatro tipos de fatores: a) O ambiente em casa abrigo; b) o cuidado e bem-estar dos filhos; c) o processo de crescimento pessoal e d) os múltiplos apoios. O ambiente em casa abrigo prende-se com as relações interpessoais, quer com colegas quer com as equipas da instituição. Como diz CAS1 MACO1, tem a ver *“Com as pessoas, não é? E pronto, assim o ambiente, não é? Outro tipo de pessoa, que você conhece. Que aqui é diferente não é? Do ambiente que eu frequentava, não é? Das pessoas que eu conhecia. [...] Estou falando em diferente assim por causa do que as pessoas são tipo assim, não é? De cada um tem um problema. Não é? Então é diferente. Coisas que eu não conhecia, não é? [...]”*.

CAC1 MACO3 defende que a avaliação positiva que faz do acolhimento se prende com *“O grupo em si que está. O grupo todo, ou seja, as pessoas que estão aqui acolhidas.”* CAN1 MAUTO1 menciona, igualmente, *“A convivência que eu tive. Tanto com os funcionários, como com as pessoas que para lá entravam. Nunca tive conflitos com ninguém, nem*

coisa nenhuma. Nunca, nunca tive grandes problemas dentro da casa. Para mim foi bom”.

Por outro lado, o bem-estar dos filhos assume-se igualmente como um elemento importante na avaliação positiva do acolhimento. O facto de a mulher poder ter os filhos acolhidos com ela e poder manter ativamente o seu papel de mãe parece ser uma constatação inicial, como salientado por CAN1 MACO4: *“Primeiro de tudo é ver os meus filhos comigo, não é? Ser eu a tratar deles, como sempre eu fiz. E... não sei. E assim termos esta oportunidade.”* CAN1 MACO2 avalia, igualmente, o acolhimento como positivo por razões que se parecem complementar: *“Tem sido bom, porque também tem-me trazido muitas vantagens para a minha filha... Ela já andava no infantário, não é? Já desde os quatro meses, mas desde que viemos para aqui, ou é de conviver com pessoas também mais velhas, que falam muito para ela e de com outras crianças mais velhas que elas também desenvolveu. Desenvolveu muito no nível de fala e tudo”.*

O processo de acolhimento se, por um lado, se assume como exigente a nível emocional, parece permitir, igualmente, processos de desenvolvimento pessoal, em que o respeito pelos interesses e necessidades individuais e a supervisão técnica se conjugam. CAN1 MACO1 clarifica: *“Olhe, para mim tem sido um bom acolhimento, porque eu tenho crescido muito aqui. Ao princípio davam-me muito para a cabeça, mas tinham razão, que eu andava um bocadinho... desnorteada. Andei com pensamentos um bocadinho fora... não é? Mas, tenho evoluído muito aqui dentro, tenho subido, tenho... a... como é que hei de explicar? Eu era uma... sou uma pessoa que não... não gosta de ouvir aquilo que... quando me toca eu não gosto de estar calada, respondo logo, muito rápido. E tenho evoluído muito. Em questão às provocações e em questão a tudo, mesmo. Em questão ao estar mais atenta à minha filha, a fazer as coisas tudo para a minha filha, isto e aquilo. Tenho andado mais... regularizei-me, tenho...consegui meter na minha cabeça que não sou só eu, é a minha filha também e que não é só a minha filha, mas que a mim também. Consegui manter-me naquele nível em que tenho que pensar tanto em mim, como nela. Não é? E ando ali... por acaso, desde que vim para aqui que foi a melhor coisa que me aconteceu. E depois também fez-me muito bem, desde que comecei a namorar, que então é que eu comecei mesmo a evoluir ainda mais”.*

Esta evolução, como refere CAN1 MACO1, parece ser conseguida com o trabalho técnico desenvolvido e com os diferentes tipos de apoio que a casa abrigo disponibiliza. CAC1 MACO2 menciona como elemento fundamental da avaliação positiva que faz *“A ajuda.*

Ajudas psicológicas. Ajudas de... eu quando cheguei aqui, eu... não trazia dinheiro nenhum, não tinha nada, tinha-me sido tudo cortado, em casa da minha mãe e elas é que ajudaram a que eu conseguisse recuperar. Mesmo nos abonos do menino e tudo, ajudaram-me a tudo. Se eu tivesse sozinha, sinceramente, eu não se... não sei se... se teria... conseguido essa... isso tudo sozinha. E com elas consegui. Eu sei que se um dia sair daqui pra fora, que se eu precisar de falar, elas tão aqui pra falar”.

CAC1 MACO2 parece resumir a opinião da maioria das mulheres que avaliam positivamente o acolhimento, agregando um conjunto de elementos justificativos: *“Pra mim um bom... pra mim, tem... o acolhimento pra mim, eu estou muito satisfeita por ter estado aqui... por estar aqui, porque ainda não me fui embora. Acho que... gosto muito, ela... foi... uma oportunidade que me foi dada, a mim e ao menino. E... e eu acho que, se eu própria... coisar... se eu própria... se eu própria pudesse falar, dizia que acho que havia... haviam de haver mais mulheres a saber que há estas casas pás ajudar. Pra que elas posso... só o ter uma vida normal, sair do inferno que vivem e estar bem”.*

8.5. Saídas de casa abrigo

As diferentes formas de saída de uma casa abrigo emergem como uma última dimensão emergente dos discursos das técnicas entrevistadas. Se a autonomização é a modalidade de saída de casa abrigo que técnicas e mulheres pretendem, existem, contudo, dois outros tipos de saída precoce que preocupam os técnicos: o abandono ou a expulsão.

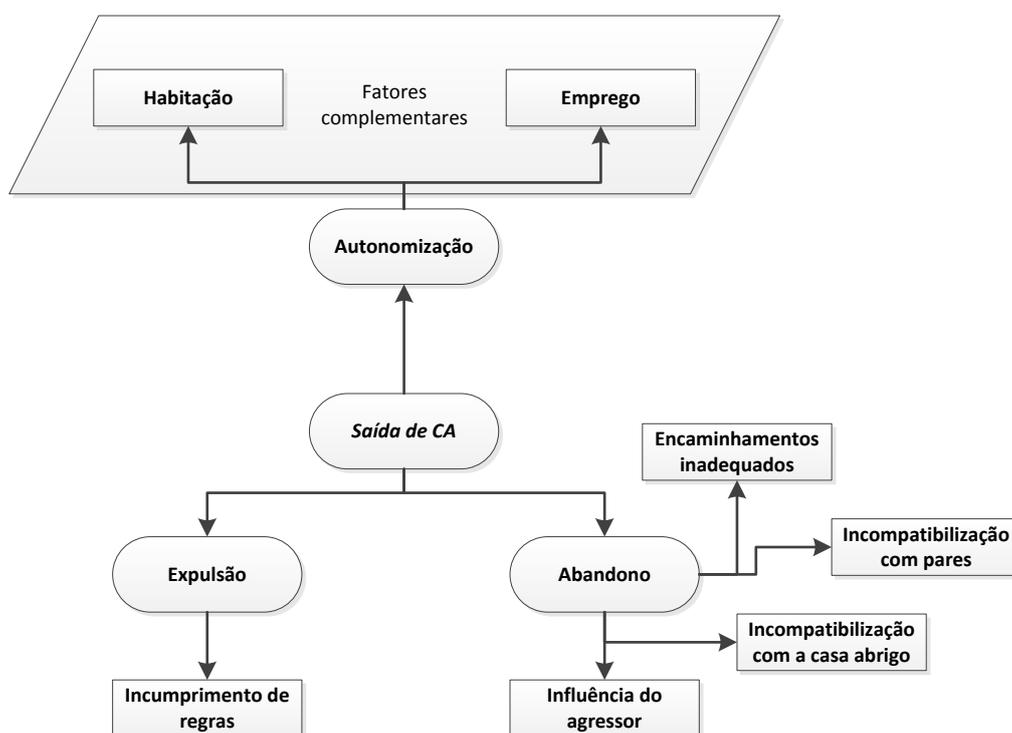


Ilustração 8 Diagrama explicativo dos tipos de saída de casa abrigo

8.5.1. Abandono

“o trabalho inicial que tem de se fazer para ajudar a vítima [a não regressar], que pode ou não ter resultados mas deve-se fazer – é essencial, é fundamental”

CAS1 TEC2

A análise dos discursos das técnicas entrevistadas permite perceber que o abandono da casa abrigo parece ficar a dever-se a quatro grandes tipologias de razões: uma primeira, já abordada previamente, relativa à influência dos acolhimentos inadequados no processo de

tomada de decisão de ficar em acolhimento; uma segunda, relativa à incompatibilização com pares; uma terceira, centrada na incompatibilização com a própria casa abrigo; e uma quarta, e última, relativa à influência/ascendência do agressor ainda durante o processo de acolhimento.

Quando analisam os fatores que contribuem para um abandono da casa abrigo, os encaminhamentos inadequados, já mencionados previamente, parecem ganhar novo relevo, apresentando-se o abandono como o corolário lógico de todo este processo. São seis as técnicas que voltam a referir o processo de encaminhamento como um contributo importante para o abandono. CAN3 TEC2 sintetiza a ideia de que as casas abrigo estão a ser utilizadas como respostas não específicas ao referir que, por vezes, a casa abrigo ***“foi a primeira oportunidade que lhes surgiu [às técnicas de encaminhamento], muitas vezes as técnicas, se calhar... muitas vezes, se calhar, [a situação em causa] não passava por uma casa abrigo, mas por outro tipo de resposta e muitas vezes não há e então a casa abrigo serve... serve para tudo”***.

Complementarmente ao *timing* em que surge a casa abrigo, também o trabalho preparatório realizado com a mulher aquando do encaminhamento CAS1 TEC2 parece contribuir para esta decisão. CAS1 TEC2 é de opinião de que, com frequência, as mulheres não têm certezas quanto à tomada de decisão, sendo que este trabalho exploratório não é adequadamente realizado, ficando relegado para o momento de pós-acolhimento o que, em sua opinião, não produz o mesmo efeito: ***“O abandono... O abandono por livre e espontânea vontade tem a ver, na minha opinião, com a fase em que a pessoa, a vítima, chega aqui e o trabalho que se faz inicialmente com ela – é muito importante, porque quando elas chegam muitas vezes não têm a certeza de que querem deixar tudo para trás. Nós fazermos um trabalho... Nós não podemos fazer o trabalho sempre, não é”***.

A qualidade do encaminhamento parece relacionar-se diretamente com as expectativas criadas pelas mulheres, na medida em que o trabalho exploratório inicial feito pelo serviço de encaminhamento poderá permitir um diagnóstico mais adequado, ao mesmo tempo que adequa/clarifica as expectativas das mulheres. CAC1 TEC1 refere que ***“tivemos também, algumas situações onde... o problema começou já no próprio encaminhamento, onde e... e... qualquer lado... encontros que nós tenhamos em nome de casas abrigo, ou... isso também é recorrente nas colegas e falam mesmo. É muito importante, no encaminhamento, perceber-se que a pessoa está mesmo motivada. Que não... que não foi só... que não é só um arrufo e que daqui a dois ou três dias, quer dizer tudo é arrufo, mas***

quer dizer na vivência da pessoa, que não é um arrufo, e que agora estou muito zangada com ele, mas amanhã quero... quero é estar com ele, não compreendo porque é que a casa abrigo não me deixa estar com ele, quer dizer... portanto, eu acho que é... é importante... o encaminhamento ser feito com alguma segurança na motivação da pessoa."

Caso este trabalho não decorra devidamente, o que parece acontecer é que as mulheres chegam à conclusão **"que não era aquela a resposta que elas estavam a prever. Não é?"**, como questiona CAC2 TEC2.

Quando o encaminhamento é, assumidamente, adulterado, sendo a casa abrigo utilizada como não como uma solução mas como um *problema*, as dificuldades no acolhimento não tardam a surgir. Algumas técnicas mencionam situações que consideram ser decisões "forçadas" e que se prendem, fundamentalmente, com as atuações das comissões de proteção de crianças e jovens, em que o acolhimento em casa abrigo é uma condição para a manutenção da criança com a mãe. Nestas situações, como evidencia CAN2 TEC2, **"não é uma opção delas não é? Nem é de forma livre que o fazem [que decidem vir para casa abrigo]. Já nos tem acontecido [...] Há um ultimato por causa da violência [...] Entretanto ela foge com o menor e isso são fatores que acho que até são externos ao próprio funcionamento da casa. Não depende de nós."** Como se verifica, situações como esta parecem estar condicionadas ao fracasso desde o início.

O abandono de casa abrigo parece resultar, também, de um processo de incompatibilização, quer com pares, quer com a própria casa abrigo, enquanto uma instituição organizada que remete para objetivos e é gerida por algumas regras.

Relativamente aos pares, três técnicas referem os conflitos interpessoais como outro elemento que contribui para o abandono da casa abrigo. CAN3 TEC2 reconhece que a partilha necessária ao acolhimento em casa abrigo **"se calhar, para elas é um bocadinho complicado, sobretudo as horas das refeições, mais a parte do jantar, quando não está cá ninguém da equipa técnica e que há mais confusão. Em que elas, se existe mais conflitos, pegam-se umas com as outras, portanto, é complicado. Eu também se tivesse cá e se chegasse num momento em que tivesse uma discussão, também não sei se seria a melhor posição. Se realmente era estar aqui, ou voltar. Mas é complicado"**.

CAC1 TEC1 reconhece que a casa abrigo tem acolhidas **"muitas vezes, situações muito complicadas, em termos de comportamento individual"**. De acordo com a mesma técnica, estas situações acabam por **"prejudicar a estabilidade do restante acolhimento. E, portanto, como eu costumo dizer, e sensibilizar as pessoas, várias pessoas estão a tentar**

reconstruir, se já têm problemas que chegue para haver... mas... mas há sempre. Há sempre. Às vezes, há fases mais ou menos tranquilas do acolhimento, mas há sempre uma ou outra situação acolhida que acaba por incendiar um bocadinho o bem-estar. É. Ou parte do grupo e... pronto. Pois criam-se ali... mas que é normal também, não é?”

Apesar de haver mecanismos para minimizar confrontos, como refere esta técnica, tal nem sempre é o suficiente: *“Portanto, tentamos e... e lembramos as pessoas, não há necessidade de haver conflito, ao mínimo... à mínima situação, as pessoas podem ir para o seu espaço, recolherem-se, alertam a funcionária do problema e é a funcionária que vai e o faz. Mas temos pessoas que resolvem por... atuação própria...”*

A incompatibilidade com a própria casa abrigo é apresentada como sendo, igualmente, um fator relacionado com o abandono precoce do processo de acolhimento. Cinco técnicas referem-se a esta questão salientando as regras como o elemento/motivo para a incompatibilização e consequente abandono. CAC2 TEC2, quando convidada a refletir sobre os motivos do abandono de casa abrigo, refere *“a dificuldade das nossas regras se adaptarem a determinações situações e dessa situações se adaptarem às regras, de funcionamento”*. CAN3 TEC3 manifesta uma opinião semelhante – *“As regras. Têm dificuldades mesmo, em acatar as regras. Em cumprir ou aceitar, pelo menos, não é?”* Este sentimento de inadaptação contribui, de acordo com esta mesma técnica, para uma saída precoce no momento em que as mulheres encontrem uma solução alternativa *“Quando elas arranjam alternativa... à casa. Há o regulamento, há a equipa, há o funcionamento. Quando arranjam uma alternativa, elas saem.”* CAS1 TEC1 sumariza esta ideia do seguinte modo: *“O abandono de livre vontade é o não quererem, na maioria das vezes, cumprir regras nem estar sujeitas a regras”*

Apesar de lamentadas, estas decisões são respeitadas pelas equipas, como refere CAN1 TEC1 - *“há ali coisas que não estão suficientemente trabalhadas, mas a pessoa decidiu que aquele momento é dela e é aquele momento que é. Portanto, não vai tomar retomar a relação, não vai voltar... mas quer sair naquele momento. E nós dizemos «olhe, tecnicamente nós achamos que isto ainda está... frágil. Mas se realmente é essa a sua decisão, muito bem».”*

A influência do agressor já durante o acolhimento é um último fator que influencia, quer devido a emoções ainda não resolvidas, quer devido a algum comodismo por parte da mulher. CAN3 TEC1 sintetiza esta ideia: *“O regresso [deve-se] ao facto do amor e que não conseguem esquecer. Outras vezes quando não conseguem nada e «eu não vou estar*

para me chatear, prefiro levar uns tabefes de vez em quando, mas sei que ao menos estou lá, não preciso de trabalhar, não preciso de fazer nada».

CAC2 TEC1 refere que a casa abrigo, por vezes, é utilizada como uma estratégia de pausa na relação conflituosa. Nestas situações as mulheres parecem não querer realmente o corte da relação violenta, afirmando que ***“eu acho que foi devido a uma situação que é assim, as pessoas saíram de casa na zanga, mas de facto não queriam sair de casa. Portanto, foram e voltaram. Como se costuma dizer. Foram e voltaram”***.

Atendendo a estes fatores que contribuem para o abandono de casa abrigo, três técnicas salientam a necessidade de se investir no trabalho técnico durante o acolhimento inicial, de modo a minimizar este tipo de saídas. CAS1 TEC2 sintetiza esta ideia: ***“acho que uma das coisas mais importantes que pode prevenir questões de abandono é: dar muita atenção aquela pessoa inicialmente; ajuda-la muito a reestruturar-se psicologicamente no sentido de seguir em frente e não de voltar para trás. Isso é uma das razões que tem a ver com o abandono”***.

8.5.2. Expulsão

“É assim, expulsão, convidar alguém a sair só nos aconteceu uma vez. Foi essa vez. E o que teve na origem foi o desrespeito contínuo e sistemático das regras mais básicas que nós temos.”

CAC2 TEC1

Ao contrário do abandono que, de acordo com as técnicas entrevistadas, pode resultar de vários fatores, no que diz respeito à expulsão, a opinião de nove das técnicas parece ser unânime – a expulsão da casa abrigo parece resultar do incumprimento sistemático das regras fundamentais das casas. CAS1 TEC2, de forma sucinta, diz apenas que ***“a questão da expulsão tem a ver com a capacidade das pessoas cumprirem regras ou não, não é? Isto é uma casa... Todas as casas têm regras, esta tem ainda mais”***.

CAC2 TEC1 exemplifica com a única situação que vivenciou na sua casa abrigo – ***“É assim, expulsão, convidar alguém a sair só nos aconteceu uma vez. Foi essa vez. E o que teve na origem foi o desrespeito contínuo e sistemático das regras mais básicas que nós temos.***

Que é «eu ausento-me, durante um ou dois dias não digo nada». Não é? Porque nós permitimos ausências, mas temos que ser informados”.

CAC1 TEC1 refere que a expulsão se encontra relacionada com incumprimentos graves por parte das mulheres (“**Muito graves**”). Exemplifica com uma situação em que a instituição teve de tomar medidas de imediato, pois “**havia provas e foi necessário chamar autoridades, etc., e, portanto, havia legitimidade absoluta para atuar dessa forma**”. Refere, contudo, “**outras situações em que o incumprimento não levou a esta atuação imediata, mas levou a que o nosso trabalho fosse... junto das pessoas, alertá-las de que de facto, tinha quinze dias para procurar uma alternativa**”.

Estas situações parecem ser entendidas, assim, como “**casos extremos**”, recorrendo às palavras de CAN2 TEC1. CAC2 TEC1 considera, inclusivamente, que as casas abrigo têm “**um limite muito grande [...] Somos muito elásticos, mas temos um limite**”. A sua colega de casa abrigo, CAC2 TEC2, defende que para haver “**expulsões, realmente tem que haver um desajustamento muito grande, ao funcionamento de uma casa. Não é?**” Um destes desrespeitos ou desajustamentos que parece implicar, realmente, a cessação de apoio, parece prender-se com a quebra de confidencialidade, com o facto das mulheres se “**encontrarem com eles [agressores]**”, como refere CAN3 TEC2, num contexto que não seja negociado e/ou protegido.

O desrespeito pelas regras mínimas, quer de segurança, quer de convivência, parecem ser, assim, os motivos principais pelos quais pode ocorrer uma expulsão de casa abrigo. CAN2 TEC1 condensa esta ideia dizendo que “**uma expulsão é em casos muito extremos. Teria que ser mesmo muito grave. Há uma violência grave dentro da casa, mas, uma quebra da confidencialidade de forma mesmo... sei lá... (nem sei) brutal, porque, às vezes há mesmo um desrespeito total, pelo que é a instituição e pelas outras pessoas que lá estão**”.

A expulsão de casa abrigo é encarada pelas técnicas como sendo uma situação complexa. CAN2 TEC1 refere que uma potencial expulsão deve ter associado todo um processo, desencadeado pela reiteração ou gravidade de factos, em que deverão ser analisadas as posições da mulher e da casa abrigo, bem como deverão ser encontradas alternativas que uma potencial saída possa implicar - “**Quer dizer há situações que realmente podem ser reiteradas, por exemplo, muitas que até não são muito graves, mas, são graves e são reiteradas, se calhar vamos ponderar, não é? Mas, normalmente, numa expulsão é, tipo, olhe a senhora vai-se embora e pronto, tentamos arranjar aqui alguma alternativa, não**

é? É feito um processo disciplinar, ela tem oportunidade inclusivamente de responder por escrito, é assim que se processa, as pessoas têm o direito de ser, e de serem ouvidas.” Toda e qualquer expulsão tem de ser, de acordo com CAN3 TEC3, **“bem justificado e bem fundamentado”**. CAS1 TEC1 refere-se à sua experiência afirmando que **“É muito complicado expulsar alguém da casa abrigo”** e, como tal, em situações limite como as de expulsão, **“tentamos chegar a um acordo amigável”**.

8.5.3. Autonomização

“a primeira coisa é ter juizinho, não é? Porque uma pessoa que não tenha bem a cabeça assente nos ombros não consegue. Não consegue sair de uma casa destas, onde tem todo o apoio, para lá para fora começar uma vida nova. Como deve ser. Pronto, tem que se ter a cabeça no lugar.”

CAS1 MAUTO2

A autonomização da mulher acolhida em casa abrigo pretende ser o corolário lógico de todo o processo de acolhimento, como espelhado ao longo de toda a apresentação de resultados. Numa lógica quase que invertida, para se assegurar uma autonomização, a mulher deverá assegurar que o que foi referido anteriormente neste ponto cinco não ocorra, ou seja, que assegure uma manutenção revelando/desenvolvendo todo um conjunto de competências pessoais e profissionais que possam garantir essa mesma autonomia. No fundo, recorrendo às palavras de CAS1 TEC1, alguém que **“aceita as regras e vai à luta”**.

Durante os seis meses de acolhimento definidos legalmente, mesmo não sendo um período particularmente grande de tempo, terá de ser manifestada vontade efetiva de autonomização, com comportamentos ativos de procura de emprego e habitação. No fundo, e recorrendo às palavras de CAS1 TEC1, as mulheres acolhidas em casa abrigo **“têm de ter muita força de vontade para lutarem e ultrapassarem todos os obstáculos porque são muitos”**. Mesmo havendo a possibilidade de uma extensão temporal deste intervalo, *per se*, não será suficiente mediante uma ausência destes comportamentos ativos. CAN3 TEC1 refere que **“nós não pomos daqui ninguém para fora, não é? Mas apressamos, um bocadinho. Por exemplo, se em seis meses não houve uma procura de emprego, ou se foi, foi**

quando nós pronto, “vamos lá então dar um... eu até vou a [nome da cidade de maiores dimensões perto da casa abrigo], venha comigo para ver se vemos alguma coisa”. Nós sabemos que se prolongarmos por mais seis meses é igual, não é?”.

Por mais importantes que objetivos como a reestruturação emocional possam ser entendidos como fundamentais, são os aspetos instrumentais que parecem definir a autonomização. As dimensões mais pessoais, como os aspetos emocionais e organizativos, são referidos por cinco técnicas e apenas por duas mulheres autonomizadas. CAS1 TEC2 consegue sintetizar esta hierarquização informal de objetivos referindo-se ao fulcral e, posteriormente, ao importante: *“Trabalho. Emprego. Sem dúvida! Não há cá histórias da carochinha... É mesmo assim. E a questão de se poder reestruturar como pessoa, a questão de conseguir ver que é capaz; porque a pessoa pode até ter muitas competências, não é? Mas se essas competências tiverem... e acontece que ao longo dos anos são completamente destruídas «Tu não vales nada, tu não prestas para nada» isso não vai permitir que aquela pessoa possa aproveitar as competências que tem e as qualidades que tem. Portanto eu acho que é isso: por um lado, esta questão da pessoa poder ver a outra parte do seu eu, ser um eu capaz – «eu ainda posso, eu consigo» (que isso vem completamente destruído); e a questão do trabalho. Ou seja, por um lado a questão emocional, que afeta tudo, não é? Está na base de tudo. Daí que eu achar que quando elas chegam tem de se trabalhar essencialmente essa questão para depois se poder ir para o resto; e depois a questão das oportunidades de trabalho que muitas vezes não depende de nós...”.*

CAN2 MAUTO1 parece concordar, realçando que, para a sua autonomização, entendia que *“primeiro era importante [...] erguer a minha moral, acima de tudo”.* CAN2 TEC1 aborda esta questão de modo complementar: *“primeiro tem de ter estabilidade emocional para tal. Pode não ter que ficar o período todo na casa, mas, mas deverá ter essa parte minimamente resolvida. Depois a questão económica, a questão económica prende-se com o fator monetário, que tenha, pelo menos, conseguido durante o percurso arrecadar meios económicos que lhe permitam arrendar um espaço onde possa estar. Um espaço, arrendar uma casa, não quer dizer que não haja situações isoladas em que foram para um quarto, mas é raríssimo. Normalmente optam pelo arrendamento de um imóvel. Com espaços para elas, para os filhos, espaços adequados, e, normalmente tentamos que esteja mobilada com o mínimo necessário, camas, frigorífico, ... o básico, o fogão, tudo o que permita um funcionamento mínimo de uma casa, não é?”.*

CAS1 MAUTO2 parece concluir a ideia anterior ao afirmar que a mulher com filhos “*é outra coisa. Eu penso que é outra coisa, agora com os filhos é importante nós sabermos que lá fora nós temos... ao sair... ter um sítio para ficar com condições mínimas, não é? Que sejam boas para as crianças. Não íamos... não ia tirar daqui os miúdos ou sair daqui com eles para um sítio onde não houvesse condições, sabendo eu que aqui... há condições, não é?*” Este conjunto de condições, emocionais e funcionais, que garantirão um melhor acompanhamento dos filhos, é abordado diretamente por cinco técnicas e duas mulheres. Enquanto as técnicas se centram nas questões relacionadas com as competências parentais da mulher, as duas mulheres centram a sua atenção nos aspetos funcionais, como condições físicas e acesso a equipamentos. De acordo com CAN3 TEC2, a *parentalidade* é uma dimensão importante do processo de autonomização pois “*muitas vezes [a mulher acolhida] também não tem capacidades nem para tomarem conta dos filhos. É necessário também trabalhá-las nesse sentido, mas também muitas porque nunca lhes foi ensinado, nunca lhes foi dito como é que elas tinham que fazer, portanto elas desconhecem, não sabem qual é a melhor forma de atuar, de agir. E os técnicos podem e devem ajudar nesse sentido*”.

Um outro aspeto nos quais os técnicos também auxiliam, dado que se trata do cerne do sistema de acolhimento, mas que é apenas apresentada como um elemento fundamental para o processo de autonomização por três técnicas e duas mulheres, prende-se com o *corte com a violência doméstica*. Em última análise sendo uma decisão da própria mulher acolhida, o sentimento de segurança pessoal parece ser entendido como elementar a todo o processo de acolhimento e não apenas uma condição de saída. CAC2 TEC1 refere-se a este corte como elementar para uma autonomização com sucesso, logo após a questão laboral e habitacional se encontrar resolvida: “*A outra coisa é elas sentirem-se já suficientemente seguras, sentirem que já estão seguras, fora de uma casa abrigo, não é? Já estão seguras [...] na sua própria gestão da sua própria vida, não é? Agora, há também aquelas situações [...] de uma mistura de problemas. Há os problemas da violência doméstica e há uma série de outras questões associadas. E agora é assim, nós não vamos ter ilusões, nós já não temos essa ilusão, pelo menos, como casa abrigo. Existimos para resolver os problemas todos sociais, familiares, relacionais destas mulheres. Nós já temos a noção dos limites da nossa intervenção e do nosso trabalho. Portanto, estas famílias com «n» problemas que nos chegam, para além do problema da violência domésti-*

ca, não vão, quando saírem daqui, ter os problemas todos da vida delas resolvidos. Não temos já essas ilusões, não é? Esperamos ter é o problema da violência resolvido.”

Por seu lado, CAN1 MACO3 e CAN1 MACO2 priorizam o processo de saída de outro modo: *“primeiro de tudo é por exemplo que o ex-marido não me... não me incomode. Se me deixar viver em paz... já é muito bom.”* e *“[o fundamental para poder sair da casa abrigo é] Ter as coisas mais calmas, o pai da minha filha estar mais... apesar de que ele anda... calminho, não é? Para já. Não sei se isto é para depois eu voltar e ele voltar [aludindo ao ciclo de violência doméstica]. Mas que é certo é que eu não quero voltar ao local que se passaram as coisas, não é? Não é porque ele faz-me lembrar algumas coisas, porque não, não há problema mas é mais porque tenho medo. Tenho medo. [...] mas o meu objetivo sair daqui é ir para um... ai não sei. Não sei”*.

Um outro aspeto que, sendo importante, não parece condicionar o processo de saída prende-se com a resolução das *questões judiciais*. São três as mulheres acolhidas que se referem a esta dimensão. Estas três mulheres, com um acentuado trajeto vitimário, parecem associar o seu bem-estar à resolução do processo judicial, espelhado nas palavras de CAC1 MACO3: *“Enquanto isso não tiver resolvido, eu não tenho sossego”*. As duas técnicas que abordam a questão judicial como elemento fundamental de uma autonomização de casa abrigo parecem adotar uma atitude realista, reconhecendo a morosidade judicial e negando uma relação direta entre autonomização e resolução judicial. CAC1 TEC1, ao expor as condições de uma autonomização adequada e funcional, refere a necessidade dos *“processos estarem orientados, infelizmente, não... algumas situações dá para aguardar com a resolução do processo [...] Judicial. Mas a morosidade é tanta, que nós não podemos estar à espera, não é, que isso... que isso aconteça. Acabam muitos processos por resolver já com autonomização das senhoras. E é do ponto de vista... pessoal, emocional, a pessoa estar... portanto, sentir-se capaz de... de retomar a sua vida de forma independente”*.

Esta independência parece ser conquistada, fundamentalmente, através dos aspetos mais funcionais, Estes são, efetivamente, os elementos agregadores no discurso das técnicas e das mulheres no que à autonomização diz respeito. Sete técnicas referem-se ao facto de a mulher necessitar de ter *rendimentos* para se poder autonomizar. Estes rendimentos, resultantes de trabalho ou não, permitem, como refere CAN3 TEC2, *“que façam com que ela consiga suportar as despesas e integrar-se”*. Caso o rendimento não advenha de um emprego poder-se-á estar a referir a uma situação de autonomização menos segura. CAC2

TEC1 denomina estas situações como sendo de **“autonomia financeira limitada, vou-lhe chamar assim. Porque são as situações de RSI. Mas que raramente permitem viver. Às vezes quando... quando se consegue associar a uma habitação social um RSI e tal, a coisa já funciona. Mas eu diria que a autonomia financeira limitada, ou real, é... são situações fundamentais para a autonomização. Não podem ser daqui e viver para baixo da ponte. Pronto”**.

Também quatro mulheres autonomizadas se referem à necessidade que sentiram de possuir algum dinheiro que permitisse a efetivação de uma autonomia real. Nenhuma das mulheres acolhidas, contudo, se referiu a esta necessidade de economizar durante o processo de acolhimento. CAN2 MAUTO1 apresenta um discurso consciencioso referindo que sabia **“que não íamos estar aqui toda a vida, com certeza que foi nisso que eu pensei, foi nesse sentido fazer um pezinho de meia, aluguei uma casa, eu tinha um bocado de dinheiro no banco que consegui ficar com ele no lado de cá e mantenho um negociozinho e por enquanto as coisas vão-se, vão-se, vão-se arranjando”**.

De modo não tão proactivo, mas revelando o trabalho da casa abrigo a este nível, CAS1 MAUTO2 afirma que **“todos os meses tiravam-me... dez euros, para... tipo uma renda. [...] Eu achava isso correto. Até achava pouco. Mas pronto. [...] E depois na altura que eu saí, quando disse aqui à [nome da responsável pela casa abrigo] que, prontos, que ia embora, e depois quando já disse as datas e tudo que ela disse «depois então quando souber do dia que vai sair e... venha aqui conversar comigo» e assim foi. E depois o senhor lá da contabilidade, devolveu-me todo o dinheiro que eu tinha pago até à altura. Que também me deu imenso jeito, que na altura foi (nunca me esquece) foram os noventa euros, que ele disse: «a [responsável pela casa abrigo] mandou que isto fosse depositado na sua conta, que foi o dinheiro que nós lhe fomos tirando ao longo do ano”**.

Atendendo a que a autonomização, de um modo muito simples e direto, passa obrigatoriamente, como diz CAC2 TEC2, por **“casa e emprego. É fundamental”**, mas que estes dois elementos são, de acordo com a mesma técnica, aqueles **“que a gente vê mais dificuldade. Não é?”**, as casas abrigo parecem desenvolver esforços para que as mulheres acolhidas se consciencializem da necessidade de poupar. CAC1 TEC1 refere a necessidade de ter **“alguma poupança que nós fomentamos e incentivamos a que exista. Muitas vezes, com dificuldade, se consegue. Porque a valorização da pessoa, em relação à poupança ou a tudo o que é supérfluo, muitas vezes também está distante daquilo que nós tentamos incutir na, mas... pronto”**.

A necessidade de habitação e emprego como determinantes para uma efetiva autonomização, são referidos espontaneamente por sete técnicas e dez mulheres (habitação) e seis técnicas e nove mulheres (emprego). CAN1 MACO1 sistematiza aquilo que considera ser essencial: ***“Olhe, fundamental para mim é ter casa e trabalho. Para mim. É o meu fundamental. Porque tendo casa e trabalho é uma maior ajuda para poder sair daqui, não é? Ter a minha vida organizada. Já nem falo de... ter os processos todos direitos, mas só a guarda parental da minha filha, principalmente, e ter a casinha e ter trabalho. Não é? Porque acho que isso é o essencial”***.

CAN1 MAUTO1, evocando o seu processo de preparação de autonomização, menciona a importância do trabalho de gestão económica para a efetivação habitacional, afirmando que ***“Com o dinheiro comecei a... aluguei a casa, fui mobilando [...] tive que comprar tudo, desde pratos, desde talheres, desde roupa de cama, desde tudo, de camas, de tudo. Embora, a minha mãe e a minha irmã me dessem muita coisa, não é? [...] Mas o resto tive que comprar tudo, tive que mobilar uma sala, tive que... que mobilar...”*** Em resumo, e recorrendo às palavras de CAC2 TEC2: ***“Fundamental? É ter uma casa e ter autonomia financeira para se poder ter um suporte financeiro para a família”***.

8.5.3. a) E depois da casa abrigo? Mantêm-se relações?

“não quero perder o contacto com elas. Porque elas ajudaram-me muito.”

CAN1 MACO2

Sendo as experiências de acolhimento significativamente diversificadas, dependendo de aspetos pessoais e ambientais, tentou-se compreender se as relações que se estabeleceram durante o percurso de acolhimento iriam, ou não, ser mantidas.

Das mulheres acolhidas entrevistadas, apenas uma referiu que a manutenção do contacto com a casa abrigo e/ou com as colegas de acolhimento iria depender das condições de saída. CAN3 MACO1 diz que este contacto ***“Vai depender quando eu sair e conforme eu sair”***. As restantes mulheres acolhidas referem com elevado grau de certeza de que irão manter contacto, pelo menos, com algumas das suas colegas ou alguns dos elementos das equipas das casas abrigo. CAN1 MACO3 salienta as cuidadoras diretas como alvo de con-

tacto, afirmando que **“com as funcionárias sem dúvida. Não é? Embora os telefonemas são um bocadinho caros, mas sem dúvida”**. CAN1 MACO4, por sua vez, exemplifica com uma estadia anterior em casa abrigo dizendo que **“Eu estive um mês e meio na outra casa e ainda hoje, tanto as técnicas como as auxiliares, como as utentes me ligam e estamos constantemente em contacto. Portanto, tudo vai da maneira de ser da pessoa, da maneira de como nós entramos e a maneira como elas nos apoiam. Portanto, entrei muito mal, não fisicamente, mas... e... ali ganhei uma família nova”**.

Este sentimento de estabelecimento de relações emocionais significativas parece ser o elemento agregador dos discursos das mulheres acolhidas e apresentado como justificativo de uma possível manutenção de relações pós acolhimento. CAC1 MACO2, complementarmente a esta questão apresenta ainda um elemento funcional que considera importante: **“nós fazemos aqui uma amizade [...] embora estejam aqui provisórios, mas vamos conforme o tempo passando, vamos aprendendo a conhecer uns aos outros. E sim, quer... com as colegas, com os técnicos, porque eu sei que se um dia precisar de uma ajuda que... que eles estão cá. Sei de uma senhora, também, que foi-se embora daqui [...] e cada vez que ela tem... recebe uma carta, que seja preciso da Segurança Social ou assim, ela vem aqui e estão sempre dispostos para ela. Não foi ela que me contou, assisti eu já com os meus próprios olhos. E... acho isso... fabuloso. Acho isso formidável”**.

As mulheres autonomizadas, por seu lado, parecem evidenciar que o ritmo de uma vida autónoma nem sempre é compatível com a manutenção das relações pensadas inicialmente. A partir da análise do discurso das mulheres autonomizadas, é possível perceber que a manutenção das relações se faz, fundamentalmente, com a casa abrigo e não tanto com as colegas com as quais partilharam o acolhimento. CAS1 MAUTO1 diz que mantém apenas o contacto com a equipa da casa abrigo e que essa relação lhe transmite **“sempre aquele apoio. Qualquer coisa que precise... [...] nunca me dizem que não. Foi sempre... graças a Deus foi sempre... nunca tive nada... nada que me dissesse «olha, vim desiludida»”**.

Com o aumento do tempo relativamente à autonomização, a ligação à casa abrigo parece assumir uma ligação mais funcional (**“Às vezes, telefonam-me a dizer que eu tenho lá correspondência ou assim, pronto. Vou lá e buscar as cartas e tudo mais. Fora disso não [...] Há quase há um ano e tal que eu saí de lá. [...] Há quem diga que não se deve manter contacto das pessoas que estão lá a trabalhar. Eu acho outra coisa que não... acho que isso também não interessava nada. [...] Cada uma seguiu o seu caminho, cada uma tem**

a sua vida, não. não tenho... não tenho contacto.” – CAN1 MAUTO1), ou menos frequente, como diz CAN2 MAUTO1 :“Sempre, agora, entretanto tenho pouco contacto, mas, ainda me mantenho alguns números de telefone. Mas, sim, sim. Mando sempre mensagens todos os fins-de-semana. Sempre, de uma maneira ou de outra sei, sei, sei onde encontrar certas senhoras, sei onde elas vivem. Pelo menos através de telefone tenho tentado manter o contacto. [questionada sobre a manutenção da relação com as técnicas] Sim, sim, sim, sim, sim. Sempre que posso venho aqui dar um abraço ao pessoal dizer que está tudo bem comigo”.

Por outro lado, há quem sinta a necessidade de um *términus* relativamente a essa fase da vida, como CAN1 MAUTO2: *“eu desliguei completamente da casa abrigo. As amizades que eu tinha com a casa abrigo, eu desliguei completamente. Cortei. Não por nada. Porque eu queria seguir a minha vida. Porque eu ficava voltando para o passado, porque eu não tenho opinião assim [...] a gente se encontrava no café e depois era uma a falar mal disso, falar mal daquilo, falar mal daquele outro. Eu já sabia que tinha passado dentro, falei assim «olha, a minha vida já está confusa demais, não ... mais confusa. Deixa-me estar no meu canto...» [...] Formatei. Apaguei mesmo. Apaguei mesmo, foi assim eu não... nunca tive ali... eu passo por lá... eu tenho que ver, pois está na rua, como é que eu vou fazer? Mas se fosse uma coisa que pudesse, eu nem olhava para o lado. Mas não é por raiva, por nada. É porque desliguei mesmo, quero esquecer esse período da minha vida... É para a frente”.*

8.5.3. b) E depois da casa abrigo? Novas relações violentas?

“o meu [filho] fala bem assim:

- «mãe, a senhora não vai arrumar namorado mais não».

Falei: - «Não.»

- «Ah, fica aqui só nós dois.»”

- «Não, não. Isso aí.»”

CAS1 MACO2

CAN3 MACO1 refere claramente uma realidade que as técnicas observam durante os diferentes acolhimentos em casa abrigo: ***“Há pessoas aqui que já pensam, já têm namorados, mas eu não penso nisso. Não. Uma pessoa costuma-se dizer que ainda não saiu de uma, não se vai meter noutra, por amor de Deus. Por enquanto não penso assim”***. A necessidade de afeto e de relacionamento, materializada no estabelecimento de novas relações, revela-se um último ponto de análise relativamente ao percurso das mulheres em casa abrigo. Pretendeu-se perceber os discursos relativamente ao processo de evitamento de revitimização promovido pelo trabalho das casas abrigo. Como expectável, a grande maioria das mulheres afirma que não pretende voltar a viver uma relação violenta, no caso das mulheres acolhidas, e a totalidade das mulheres autonomizadas afirma não ter voltado a viver uma relação violenta.

Da totalidade das mulheres acolhidas, apenas CAN3 MACO1 questionou aquilo que, até então, era apresentado quase como dogmático: ***“Quer que eu lhe responda muito sinceramente? Eu não... ainda não esqueci o pai da minha filha porque é o pai da minha filha. Acho que não vou... pensar... tão cedo não penso nisso. Eu, o que eu penso é ter a minha vida normal e a minha filha. [...] só o tempo é que lhe vai dizer. [...] Mas dentro das minhas portas, acho que não, que eu não vou deixar”***.

Relativamente a novas relações, há mulheres que afirmam claramente que não pretendem voltar a ter qualquer tipo de relação. CAS1 MACO1 utiliza uma expressão curiosa para traduzir a transformação emocional de que jula necessitar para atingir este objetivo: ***“Vou virar uma pedra. Vou virar uma rocha.”*** Esta mulher evidencia a apreensão que sente quando pensa em novas relações, salientando que uma mulher nas suas condições ***“receia assim, se logo logo, eu também penso assim. Sabe? Eu tenho... tenho muito medo. Porque, pronto... quando tem assim, conheço alguma pessoa, a pessoa sempre... já se apegou muito a mim entendeu? E eu não quero. Eu falei assim «eu não». Eu... eu... penso comigo mesma [...] porque eu não quero mais saber, não quero mais assim... que a pessoa se apegue a mim, entendeu? porque se não depois... aí a pessoa... entendeu? Vai acontecer. Eu fico pensando vai acontecer a mesma coisa. Porque você fica com medo. Entendeu? Fica aquela coisa... pronto, para sempre. Traumatizada na sua cabeça”***.

A maioria, contudo, não parece negar, à partida, futuras relações afetivas, reconhecendo ativamente o seu próprio papel na gestão dessas futuras relações. CAN1 MACO2 afirma claramente que apenas voltará a vivenciar uma relação violenta por determinação sua - ***“Se eu deixar. Isso também vem de mim. Se eu deixar, volto. Mas como eu não vou dei-***

xar...". Por seu lado, CAN1 MACO1 assume uma postura mais bélica: "não vou porque... nem sequer vai ter direito a tocar primeira vez. Não vai, porque eu cheguei... agora estou naquele limite em que só de me levantarem a voz, um homem levantar a voz, já é o suficiente para eu... prontos. E... nem vai ter...". Quando questionada sobre o que mudou para assumir esta nova postura diz que "é um bocado complicado explicar isto. Não é? Eu antes, eu não fazia nada ao pai da minha filha, como se costuma dizer, não é? Por causa da minha filha. Mas não admito que outro homem me venha bater. Não admito nem vou admitir. Uma primeira vez que me levantar a mão, é a primeira e a última e sai porta fora. É a primeira. E nunca na minha vida eu vou estar debaixo de um teto que não seja meu. [...] Mas não me acredito muito. Que... que vá voltar outra vez. Eu também tenho direito a ser feliz e eu tenho que conseguir, não é?".

O discurso empoderado é um elemento comum nos discursos das mulheres autonomizadas. CAS1 MAUTO1 fala abertamente sobre uma relação afetiva após o período em casa abrigo: *"já tive um namorado, sim. Mas, acho que ele queria mandar mais do que o... então despachei"*. CAN1 MAUTO2, por seu lado, diz que *"Nesse tempo todo [entre o momento que saiu da casa abrigo e a entrevista], tive uma relação que durou para aí um mês. E eu vi que... não era aquilo. E... terminei a relação"*.

Capítulo IX | Discussão

No presente capítulo sistematizamos e discutimos os nossos dados, resultantes da análise dos discursos dos diferentes agentes entrevistados e envolvidos no processo de acolhimento em casa abrigo, tendo como ponto de referência as questões de investigação apresentadas inicialmente. Todo este processo é acompanhado por um confronto com elementos da literatura que pretendem ajudar a enquadrar e analisar a informação apresentada.

9.1. Como experienciam as vítimas a institucionalização como resposta às necessidades de proteção face ao risco de nova vitimação?

Sendo a institucionalização em casa abrigo apenas *uma* das etapas do processo de proteção à mulher vítima de violência doméstica, esta inicia-se bem antes do acolhimento e não parece terminar automaticamente quando a mulher sai desta estrutura residencial. A vivência da institucionalização, desta forma, é feita em momento prévio, durante e após a casa abrigo.

O processo de acolhimento em casa abrigo resulta, num primeiro momento, de uma decisão pessoal da mulher vítima de violência doméstica que decide interromper o processo vitimário que se encontra a vivenciar. Para tal torna-se necessário que esta avalie cuidadosamente a dinâmica da qual faz parte e quais as opções de que dispõe. Apesar do acesso à informação, i.e., a informação que possui sobre as opções após sair de casa, não ser o único elemento que influencia o processo decisional de sair ou permanecer na relação violenta, este assume-se como um elemento fundamental. A mulher necessita de compreender quais as respostas na comunidade que lhe poderão fornecer apoio perante uma decisão que, de acordo com alguns autores, será a mais difícil e fundamental que poderá vir a tomar (LaViolette & Barnett, 2000).

Este processo decisional, como analisado no capítulo V, é de tal forma complexo que, dificilmente, será o resultado de um único ponto no tempo/espaço. Como refere (Lerner & Kennedy, 2000) é um processo que se estende no tempo, constituído por escolhas subtis resultantes das várias mudanças relacionais que vão ocorrendo e que levam a um reenquadramento de toda a experiência relacional e vitimária. O papel a informação disponibilizada às mulheres, interessantemente, não é um elemento muito valorizado na literatura. Este fator informativo parece-nos ser particularmente relevante pois um elemento que sobressai nos dados encontrados nesta investigação é que a maior parte das mulheres entrevistadas desconhecia a possibilidade de ser integrada em contexto institucional com vista a uma securização pessoal. A realidade “casa abrigo” era, na generalidade, um contexto alheio às mulheres entrevistadas. Este facto assume particular importância devido a ser entendido como um aspeto nuclear para a tomada de decisão, sendo que algumas mulheres afirmam claramente que informação sobre este tipo de alternativas teria contribuído diretamente para uma resolução mais célere da relação vitimária.

Estes resultados poderão assumir-se como um contributo para uma reflexão mais holística sobre o ajustamento e avaliação dos esforços de sensibilização/divulgação para o fenómeno da violência doméstica, preconizados e defendidos nos diferentes Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica, e os seus alvos diretos, i.e., estarão os esforços de sensibilização para a eliminação das diferentes formas de violência contra a mulher a obterem os resultados esperados?

Um outro elemento reflexivo que os dados da investigação apontam prende-se com a articulação entre os diferentes agentes do sistema de proteção à mulher vítima de violência doméstica. O facto da institucionalização em casa abrigo ser, no sistema português de proteção à vítima, um processo *indireto*, i.e., antes de a mulher poder ser acolhida em casa abrigo necessita de passar por um ou mais serviços que deverão efetuar uma adequada triagem e respetivo encaminhamento, leva a que entendamos esta praxis como um processo multifaseado. Como consequência, os diferentes agentes que com quem as casas abrigo trabalham deverão conhecer plenamente o que nelas se faz, bem como dominar os protocolos de articulação com as mesmas. Falhas neste domínio parecem comprometer a qualidade de intervenção integral do sistema de intervenção português, sendo responsáveis por um impacto inicial que se afigura contraindicado na medida em que parece condicionar negativamente a vivência institucional inicial da mulher com a estrutura que, supostamente, a irá proteger.

Os resultados obtidos na presente investigação apontam claramente para falhas nesta articulação interinstitucional e para os consequentes impactos nas mulheres acolhidas, bem como nas dinâmicas das casas abrigo. A um nível institucional, as lacunas evidenciadas, corporizadas em encaminhamentos de mulheres que não apresentam perfil para acolhimento ou em relatórios sociais (base de trabalho para a triagem feita pela casa abrigo relativamente ao acolhimento) com informações claramente erróneas ou omissas, parecem contribuir para uma dificuldade acrescida na gestão dos diferentes grupos de acolhimento. Esta consequência parece-nos particularmente perigosa e indesejável, pois contribui diretamente para um desvirtuamento da intervenção das casas abrigo, tornando-as, num evidente retrocesso histórico, em respostas de largo espetro, albergando situações que extravasam claramente a violência doméstica e para as quais há dificuldade em encontrar alternativas sociais.

Estes resultados, que parecem alinhar-se com aqueles já aflorados por Baptista, Silva e Nunes (2004), pouco eco encontram na literatura. A articulação entre entidades encaminhadoras e as casas abrigo parece ser uma área de investigação praticamente inexplorada. Esta articulação entre ambas é trabalhada significativamente ao nível do desenho e aperfeiçoamento de diferentes protocolos (Ahmed, 2010; Croydon, 2005; Fisher, 2001; McMinn & Brechlin, 2008; WAC, 2010a, 2010b), o que, em países com um sistema de acolhimento mais amadurecido, poderá explicar esta ausência de informação, atendendo a que muitos dos protocolos definem, na sua generalidade, já as situações que não deverão ser encaminhadas para casa abrigo. Em Portugal, apenas nos últimos anos, têm sido desenvolvidos esforços no sentido de criar protocolos semelhantes (CIG, 2009).

Uma diferença entre Portugal e alguns destes países com um maior histórico interventivo prende-se com o facto de não existir no nosso país, ao nível das casas abrigo, uma entidade de macro (e.g., federação ou associação de casas abrigo) que supervisione a intervenção e que se assuma como um forte agente definidor e defensor de boas-práticas, bem como um agente ativo no *lobbying* jurídico-legislativo. Esta ausência de uma estrutura similar¹³ parece contribuir para intensificar o isolamento que alguns técnicos reportam na presente investigação e também já identificado na literatura (Baptista, 2004).

Esta defesa de boas práticas e da articulação entre os diferentes agentes que atuam nestas matérias afigura-se-nos como determinante. Só um processo de diálogo profundo e de

¹³ Defendemos que o papel da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), extremamente meritório no processo de desenvolvimento, acompanhamento e supervisão às casas abrigo, não deve ser equiparado ao trabalho que uma associação nacional de casas abrigo pudesse implementar.

ajuste contínuo poderá permitir que se afinem as intencionalidades jurídico-legislativas com as respectivas práticas que, como analisado, nem sempre são implementadas e/ou entendidas do mesmo modo. Mecanismos menos consensuais, como o *estatuto de vítima*, deverão ter uma implementação ainda mais supervisionada e uniformizada, de modo a minimizar aquilo nos parece ser inevitáveis efeitos de aproveitamento e/ou de rotulagem social.

Também a nível da praxis, mas no que ao processo de encaminhamento diz respeito, encontramos algumas reflexões de profissionais sobre o impacto deste tipo de deficiente articulação interinstitucional. O condado de Defiance, no estado americano de Ohio, por exemplo, afirma ter resolvido este problema de má articulação através da criação de um grupo de trabalho (*task-force*) envolvendo todas as forças sociais locais que, direta ou indiretamente, lidavam com a problemática de violência doméstica, atendendo a que as mesmas não o faziam cooperativamente, realizando encaminhamentos inapropriados entre os diferentes serviços. (Defiance, 2002). Também nos EUA, no estado do Texas, foram referenciadas situações de encaminhamento inadequado para casas abrigo de situações que pouco estavam relacionadas com violência doméstica mas sim com fragilidades financeiras. A recorrência desta situação contribuiu para um “entupimento” do sistema a tal ponto que as entidades encaminhadoras tinham dificuldade em encontrar acolhimento para mulheres, independentemente do perigo a que estivessem sujeitas (Smith-Arrigoni, 2011).

Uma última referência sobre esta questão é encontrada num documento do governo australiano que, embora não pretendesse refletir sobre esta dificuldade de articulação interinstitucional, o faz atendendo a que algumas casas abrigo revelam encaminhamentos inadequados para estas estruturas de mulheres com doença mental e problemas de abuso étílico, mencionando que, para estas problemáticas, não há resposta específicas (Sidoti, 1999). Estas dificuldades, pelo evidenciado na presente investigação, começam a ganhar corpo na relação interinstitucional em Portugal. Receamos que, caso este problema não seja abordado diretamente pelas entidades com responsabilidades nesta matéria, se possa agravar um subsistema de proteção à mulher que ainda não tem maturidade suficiente por se encontrar em fase de afirmação e consolidação.

A um nível mais individual, a desadequada relação interinstitucional parece revelar, igualmente, algumas falhas, concretamente na informação fornecida às mulheres, de modo a que estas possam tomar uma decisão consciente sobre o passo seguinte a tomar. Contudo,

do, esta *decisão consciente* implica, obrigatoriamente, que os técnicos de encaminhamento estejam preparados para fornecer informação relevante e concreta. A presente investigação evidenciou que alguns técnicos de encaminhamento continuam a desconhecer, claramente, a realidade de acolhimento em casa abrigo¹⁴. Como consequência, o desconhecimento daquilo que *são*, o que *oferecem* e como *operam*, parece contribuir para gerar ansiedade desnecessária numa situação, *per se*, já altamente ansiogénica. Este momento de partilha de informação parece reganhar importância quando se insere nesta equação decisional a representação coletiva existente das casas abrigo. De acordo com (Loseke, 1992), esta representação coletiva não é particularmente positiva, remetendo o entendimento da estrutura casa abrigo para um local com más condições habitacionais e de higiene, sobre ocupada e que se assemelha a um *hotel de emergência*.

A necessidade de informação clara e objetiva, que vá ao encontro dos receios que as mulheres possam ter, revela-se essencial, atendendo a que, perante a decisão de ir para uma casa abrigo, apesar de poder ser entendida como uma decisão empoderadora, a mulher poderá apresentar um estado emocional pior ao apresentado aquando da vivência da relação violenta, pois poderá estar a ser confrontada com sentimentos de culpa ligados ao abandono da relação na qual investiu, assumindo um fracasso pessoal e, conseqüentemente, temendo pelo futuro (Loseke, 1992).

Apesar dos encaminhamentos adulterados/inadequados dificultarem o processo de criação de expectativas e de um planeamento mais adequado da tomada de decisão de sair da relação abusiva, os resultados da investigação indicam que as casas abrigo são entendidas como estruturas altamente positivas, que contribuem significativamente para importantes transformações pessoais. Contudo, e independentemente de uma apreciação globalmente positiva, as casas abrigo, quando ultrapassam o imediatismo da proteção (i.e., das necessidades iniciais), bem como da capacidade de resposta que diretamente depende da instituição, ou seja, à medida que trabalham a autonomização da mulher ou agregado em acolhimento em que têm de ultrapassar as fronteiras de intervenção da própria instituição articulando com a comunidade envolvente, apresentam grandes dificuldades. A articulação com o exterior, como não se encontra diretamente sob o controlo destas estruturas, revela-se difícil. As casas abrigo que se encontram integradas em macroestruturas pare-

¹⁴ Pensamos que a obrigatoriedade, introduzida recentemente, de formação para técnicos de acompanhamento a vítimas (interessantemente uma das propostas efetuadas pelas técnicas entrevistadas por forma a ultrapassar-se os *desencaminhamentos* constatados) possa vir a minorar este impacto, pelo que esta subdimensão deverá constituir-se como objeto de investigação/reflexão num futuro próximo.

cem conseguir melhor resolver esta situação com articulações internas dentro da grande estrutura institucional a diferentes níveis (saúde, empregabilidade, integração de menores, ...). Existe, contudo, um artificialismo neste tipo de resposta encontrada. Ultrapassa-se a dificuldade de articulação em rede, recorrendo a recursos internos, mas não se desenvolvem sinergias interinstitucionais. Estas, aliás, não parecem ser uma realidade adotada pela generalidade das casas abrigo analisadas. Existe uma dificuldade enraizada em estabelecer pontes com a comunidade, o que continua a ser congruente com a realidade encontrada em 2004 pela equipa do CESIS (Baptista, 2004) e que é responsável pela criação e manutenção de uma forte dependência da mulher em relação à instituição. Este dado é tanto mais preocupante, atendendo a que a *acomodação* parece ser, como demonstrado no capítulo anterior, um dos efeitos indesejados do processo de acolhimento. Neste sentido, a articulação rápida e funcional com a comunidade, com as dimensões sociais, culturais e laborais além das fronteiras protetoras das casas abrigo, parece-nos ser a única solução para minimizar o processo de dependência e acomodação registado.

Complementarmente, o envolvimento mais ativo da comunidade poderá permitir que se inicie a desconstrução daquilo que foi entendido como um *handicap social*. O modo como a mulher acolhida em casa abrigo é vista/entendida pela comunidade envolvente assume-se como um importante elemento de bem-estar e de promoção de autonomia e empoderamento.

O sentimento de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelas casas abrigo não invalida uma profunda amargura assumida em alguns dos discursos, que se relaciona com:

- Todo um processo de desenraizamento e clandestinidade que obriga as mulheres a abandonar a sua construção de vida;
- Um sentimento de impunidade em relação ao agressor;
- Um isolamento não escolhido;
- O encontrarem um lugar seguro mas que não lhes pertence, com regras e imposições que, se por vezes entendíveis, por outras se assemelham a consequências punitivas e infantilizadoras;
- A existência de um espaço partilhado e propenso a outro género de conflitos e violências.

Quanto a um risco de nova vitimação, a maioria das mulheres assume que não voltará a ter uma relação violenta e que todo este processo que levou à institucionalização teve uma componente fortemente pedagógica. Contudo, das intenções às práticas, a investigação salienta que, apesar de mulheres e técnicas considerarem o apoio emocional e o consequente processo de reestruturação importantes, são estes fatores instrumentais nos quais as casas abrigo revelam maior dificuldade em trabalhar, que mais diretamente contribuem para uma autonomização de sucesso, i.e., uma autonomização que venha a diminuir significativamente o risco de revitimização. A obtenção de emprego e habitação assumem-se como fundamentais. Bybee & Sullivan (2005) defendem que são exatamente estas dimensões de empregabilidade e habitação que se encontram associadas ao grau de estabilização da mulher que, juntamente com o suporte social, se assumem como os principais preditores de revitimização ou não revitimização, após saída de casa de abrigo. Iremos aprofundar estas questões seguidamente.

9.2. Existirá uma adequação entre as necessidades das vítimas e as práticas de acolhimento?

Como inferido anteriormente, se centrarmos o nível de análise em elementos internos às casas abrigo, concretamente nos elementos associados à *proteção e segurança* e ao *apoio emocional*, estas estruturas respondem às necessidades apresentadas. Contudo, o sistema de proteção português é ambicioso, como analisado no subcapítulo 4.2, defendendo que a intervenção ultrapasse a mera proteção de cariz imediato.

O acolhimento em casa abrigo confidencial implica um processo de reestruturação pessoal/funcional altamente exigente, resultante quer do percurso vitimário, quer da quebra, quase que obrigatória, de relações funcionais (habitação, laborais, ...) e, frequentemente, afetivas que contribuem para a objetivação de um isolamento crescente da mulher e um sentimento de perda em relação a tudo aquilo pela qual trabalhou. Este sentimento de perda, temporário (adotando uma análise otimista) ou permanente, implica que com a mulher se desenvolvam/consolidem ferramentas que lhe permitam obter e gerir uma efetiva autonomia. Apesar dos resultados da presente investigação indicarem uma forte congruência entre aquilo que as entrevistadas consideram ser as vantagens do modelo de acolhimento português e o modo como este responde às necessidades das mulheres, veri-

fica-se, como analisado, um hiato entre o que depende diretamente da casa abrigo (diferentes tipos de apoio) e o que a ultrapassa.

Os dados da investigação apontam para que as mulheres acolhidas desenvolvam um processo de *complexificação de necessidades* ao longo do período de acolhimento. De um primeiro momento, em que se assumem como mais básicas e imediatas, evolui-se, num segundo, para necessidades mais abrangentes, fundamentais ao processo de autonomização. Este processo evolutivo parece revelar-se congruente com a literatura. (Brown, et al., 2000) referem que as mulheres acolhidas em casa abrigo tendem a apresentar dois grandes tipos de necessidades: a) resposta a necessidades básicas e de sobrevivência e b) encontrar emprego ou formação estável. Também (Bowen, 1982) defende que a sobrevivência económica é a necessidade mais importante que as mulheres têm em contexto de casa abrigo. Em 2007, ao abrigo do programa DAPHNE (CESIS, 2007), a equipa transnacional de Portugal, Irlanda e Escócia concluiu que as necessidades mais evidenciadas por mulheres em casa abrigo eram: *manter-se segura, apoio emocional, e informação e apoio relativamente a habitação*.

A nível do trabalho dos profissionais, parece haver uma congruência entre as necessidades identificadas pelas mulheres e as dificuldades no trabalho com elas desenvolvido, sentidas pelos primeiros. Efetivamente, se estas preocupações parecem orientar o trabalho dos técnicos, é a este nível que as casas abrigo mais dificuldades parecem encontrar. Também a literatura espelha resultados similares. (Crenshaw, 2005) coloca em evidência as dificuldades na obtenção de emprego e alojamento, apresentando estas dificuldades como responsáveis por percentagens elevadas (alguns casos cerca de 85%) de regresso ao agressor. Também Magalhães, Morais e Castro (2011), referem a obtenção de habitação e emprego como duas das principais dificuldades no trabalho dos profissionais na análise da intervenção realizada numa casa abrigo em Portugal.

A independência, efetivamente só obtida através de uma autonomização económica, geralmente resultante de atividade profissional, afigura-se como um elemento de concretização mais complicado atendendo a toda uma conjuntura de elementos externos ao controlo das equipas das casas abrigo. Esta situação parece agravar-se em contexto de crise económico-financeira. Apesar de entendido como preocupante, contudo, não foi evidenciado qualquer trabalho específico no domínio vocacional ou ocupacional, enquanto elemento estratégico de autonomização, nem foi evidenciado qualquer trabalho em rede estruturado e definido, com efetivas provas de sucesso.

Um outro aspeto interessante acerca das práticas de acolhimento e das necessidades das mulheres acolhidas prende-se com o facto do bem-estar destas estar associado, entre outros elementos, à morosidade na resolução das questões judiciais. Entendendo, naturalmente, que a morosidade judicial não depende diretamente de qualquer intervenção jurídica por parte das equipas das casas abrigo, parece-nos curioso que esta dimensão identificada tenha muito pouco paralelismo na praxis técnica das instituições. As palavras de CAN2 TEC1 ecoam nestas reflexões quando defendia que, para assegurar a qualidade da intervenção técnica, não pode haver técnicos/áreas de intervenção de primeira e de segunda importância. O recurso a um jurista, para além de ser o técnico que melhor domina os meandros judiciais, contribui diretamente para um sentimento de pacificação pessoal e de reposição de uma justiça perdida.

9.2.1. Há espaço para modelos alternativos?

A proteção institucional, em Portugal, é sinónima de uma deslocação da mulher em risco do seu contexto de origem para um outro – a casa abrigo –, iniciando aquilo que alguns autores denominaram de processo de *clandestinidade* (Haaken & Yragui, 2003).

Esta clandestinidade protetora oferecida à mulher vem, como se percebeu, acompanhada de um desenraizamento e de um processo de reinício que se assumem como uma elevada sobrecarga emocional e funcional, exigindo um esforço acrescido a quem se encontra acolhido. As exigências funcionais impostas à mulher, operacionalizadas em todo um processo de reconstrução instrumental e emocional, implicam que se reflita no próprio sistema de proteção, nas práticas de acolhimento, no que estas oferecem e, concretamente, no seu elemento nuclear – o *modelo único*.

O sistema de “modelo único” implica que a mesma tipologia de resposta institucional (casa abrigo) deva responder a toda uma panóplia de necessidades de acolhimento, uniformizando a intervenção de situações com características altamente diferenciadas.

Apesar de Portugal, a partir do I Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, ter implementado, com relativa rapidez, um sistema de proteção à vítima, não parece haver uma reflexão sistematizada sobre o próprio modelo de acolhimento que se desenvolveu. Sendo este muito baseado no modelo nacional inglês, não se tem investido em verdadeiras alternativas ao acolhimento inicialmente desenvolvido. Desde 1999, a única alteração significativa ao nível do acolhimento foi o desenvolvimento (e crescente implementação) de Cen-

tros de Acolhimento de Emergência e a criação de vagas de emergência nas atuais casas abrigo, entre o final de 2012/início de 2013.

Esta reflexão assume-se como pertinente, pois uma constatação da presente investigação é que a confidencialidade das casas abrigo é um elemento altamente difícil de manter sendo, com frequência, quebrado pelas próprias mulheres acolhidas. As técnicas referem que são várias as mulheres acolhidas que mantêm contacto com o agressor. Situações como esta parecem gerar dois tipos de posicionamento, que varia de acordo com o entendimento das equipas técnicas e da própria mulher:

- Ou é entendido como clarificador, sendo crucial para que a mulher defina, efetivamente, o que pretende, entendendo-se que uma *proibição de contacto* além de inútil se afigura como contraproducente.
- Ou é entendido como uma ameaça, implicando que se volte a deslocar a mulher acolhida, transferindo-a para uma outra instituição, perpetuando o ciclo de clandestinidade mas, dificilmente, resolvendo a situação.

O recurso (livre ou controlado) a telemóveis e/ou computadores é um outro exemplo do quão difícil é a gestão equilibrada entre os direitos individuais das mulheres e as necessidades de securização institucional. A dimensão da autodeterminação da mulher acolhida neste processo de confidencialidade é um elemento que se acrescenta às dificuldades na manutenção do sigilo resultantes da inevitável relação interinstitucional (e.g., articulação com escolas, tribunais, ...) e que, ainda hoje, se assume como um elemento de falha do sistema. Apesar destas dificuldades e vicissitudes, continua a investir-se, somente, num mesmo modelo inicial.

Ora situações como esta, ou similares, acabam por comprometer o próprio sigilo da casa abrigo e, assim, do grupo acolhido. Atendendo a que o elemento basilar da intervenção (confidencialidade) é colocado em causa, parece tornar-se urgente incluir alternativas processuais, não se assumindo unicamente os posicionamentos iniciais.

O elemento fundamental do nosso modelo único – a confidencialidade – implica um conjunto significativo de perdas e processos vitimários acrescidos os quais, em nossa opinião, não parecem ser adequadamente respondidos por um modelo que lida com a multiplici-

dade como se de algo uno se tratasse¹⁵. Num momento em que a mulher acolhida necessita de abrir o leque de opções funcionais, os esforços necessários para a manutenção da confidencialidade contribuem fortemente para o desenvolvimento de uma mentalidade de cerco e um forte sentimento de isolamento (Stout & Thomas, 1991). Não acreditamos, naturalmente, que para um fenómeno tão complexo haja soluções simples ou, apenas, uma “mais certa” do que outra. Contudo, e exatamente pelo fenómeno da violência doméstica ser assumidamente complexo, surpreende-nos o modo como continua a ser abordado, havendo poucas derivações deste modelo de acolhimento, que o complexifiquem ou completem. Este facto redobra de interesse atendendo a que, já em 2003, a APAV, no Relatório Penélope (APAV, 2003), concluía que Portugal, juntamente com alguns dos países do sul da Europa apresentava “um baixo desenvolvimento dos seus mecanismos de entendimento, intervenção e controlo do problema social da violência doméstica, o que [n]os distancia do nível de desenvolvimento das respostas dadas nos países do Norte” (p. 9).

Desde o início do I Plano Nacional Contra a Violência Doméstica se assumiu que a solução para garantir a segurança da mulher ou agregado acolhido deveria assentar na confidencialidade do abrigo, retirando-a, assim, do seu contexto natural. Respostas complementares/alternativas, como casas abrigo de localização não sigilosa, ou reforços de segurança providenciados por modelos multiagência centrados na vítima, não se encontram contemplados nem são discutidos pelas técnicas desta investigação, apesar de haver um reconhecimento de que a solução “casa abrigo” apresenta **“uma proteção que pela qual se paga um preço muito elevado”** (CAC2 TEC1).

A literatura revela que, apesar das casas abrigo proporcionarem um local seguro para as mulheres e crianças que fogem de situações de violência doméstica, muitas mulheres consideram tais opções particularmente stressantes (Jones, Bretherton, Bowles, & Croucher, 2010). Na presente investigação, contudo, a maioria significativa das mulheres não concebia qualquer opção alternativa ao acolhimento que, à data das entrevistas, conhecia. Tal não parece ser revelador, contudo, de que opções alternativas a este tipo de acolhimento não pudessem ser consideradas caso lhes tivesse sido dada alternativa, uma vez que, como referido anteriormente, quase todas as mulheres não conheciam sequer a alternativa institucional existente no nosso país.

¹⁵ A propósito de multiplicidade, Sullivan, Baptista, O'Halloran, Okroj, Morton, & Stewart (2008), por exemplo, tornam evidente que diferentes mulheres entram em contexto de casa abrigo com experiências de vida díspares e que necessitam de diferentes tipos de assistência

Alguns países, como o Reino Unido, têm vindo a desenvolver alternativas que visam alargar o leque de opções que podem ser apresentadas e implementadas com mulheres vítimas de violência doméstica. Uma destas alternativas consiste em programas comunitários que, mediante a intervenção no espaço físico habitacional, visando uma segurança reforçada (criação de espaços que denominam como *Santuário*¹⁶) e suporte/policiamento, permitem que famílias em situação de risco de violência possam permanecer nas suas próprias casas. Esta abordagem tem como objetivo fundamental a segurança da mulher ou do agregado, bem como as suas necessidades e preferências, sendo-lhe apresentada como *uma* das opções possíveis para a sua proteção. O recurso a este modelo de proteção é mediado por serviços especializados que auxiliam a mulher ou agregado a avaliar o risco, enquadrando esta alternativa num leque de soluções possíveis.

Poderemos discutir que opções como a apresentada implicam custos adicionais para os quais o nosso país, particularmente na condição atual, não tem capacidade económica. Contudo, estamos em crer que a não discussão de alternativas similares se prende, fundamentalmente, com dificuldades em ultrapassar o sigilo como paradigma único, do que propriamente dificuldades a outros níveis. A experiência britânica aponta para poupanças significativas a nível financeiro, reduzindo custos com realojamento, bem como claros ganhos a nível social, permitindo que as mulheres e crianças permaneçam no seu espaço e com as suas rotinas, continuando a usufruir das suas redes de apoio, dissuadindo o comportamento violento do agressor (Jones, et al., 2010).

Intervenções de reforço comunitário, como a mencionada, afiguram-se como um elemento de complexificação do sistema de proteção particularmente interessante pois parecem enquadrar a violência doméstica num *continuum* fenomenológico. O modo como tradicionalmente se lida com a questão da violência doméstica, claramente destacando-a de outros tipos de violência às quais a mulher se encontra sujeita, parece contribuir quer para um isolamento interventivo, quer para um isolamento no próprio entendimento fenomenológico.

Um outro elemento de discussão interventiva com mulheres vítimas de violência doméstica prende-se com o recurso a casas abrigo cuja morada não seja sigilosa. Alguns países, como a Finlândia ou os Estados Unidos, têm vindo a introduzir esta prática no seu leque de respostas. O argumento de referência para a publicação da morada das casas abrigo é que,

¹⁶ Para uma abordagem compreensiva desta programa e suas características, consultar Jones et al. (2010).

abertamente, convida a comunidade a unir-se em torno do suporte à causa e na proteção das mulheres acolhidas e do pessoal que nelas trabalha. Uma abordagem assumidamente pública parece contribuir para um reforço dos laços comunitários em torno de uma problemática comum reforçando a coesão e segurança de todos os envolvidos (Haaken & Yragui, 2003). A principal crítica a este modelo prende-se com a menor segurança que se conseguiria providenciar à mulher acolhida. Contudo, de acordo com Haaken & Yragui (2003), para além do receio instalado, não há evidências de que as casas abrigo não sigilosas apresentem maiores riscos para as mulheres ou funcionários.

A introdução de um modelo misto, com casas abrigo de localização não sigilosa, enquanto *mais um* elemento de complexificação interventiva do sistema global, a ser implementado é feito exatamente para quebrar o sentimento de impotência pessoal, e de vergonha e humilhação associados à violência doméstica (UMN, n.d.). As associações dos países que adotam esta tipologia de acolhimento acreditam estar a contribuir para uma desmitificação de alguns dos fenómenos associados à violência doméstica que se mantêm por esta ainda ser abordada como se de algo vergonhoso se tratasse.

Este, contudo, é um ponto de discussão assumidamente polémico. Não podem ser ignorados os dados objetivos relativos às taxas de homicídios de mulheres às mãos dos seus companheiros, bem como os dados da investigação que revelam que o risco aumenta no período que a mulher decide terminar a relação abusiva (Hanmer, 2000). Contudo, defendemos que esta discussão não deva ser encoberta ou minimizada com a defesa assumida do modelo confidencial, sem uma real compreensão e investigação de alternativas; nem que se assumam como generalizações ou sucessos pontuais as experiências de instituições que assumem modelos alternativos, como descrito em alguma literatura (Chester-James, 2004).

O facto da quase totalidade das técnicas entrevistadas durante a presente investigação indicar não ter refletido sobre alternativas, parece ser revelador da forte implementação deste “modelo único” e do facto de este ser assumido como a opção para a intervenção institucional em Portugal. Por outro lado, estes resultados relativos à prática do acolhimento sigiloso parecem ser a extensão natural do posicionamento maioritário espelhado na literatura, que tem vindo a analisar diferentes componentes do processo de acolhimento, mas não o modelo em si. Este parece-nos um campo fundamental a aprofundar em futuras investigações.

9.3. Como vivenciam a institucionalização as mulheres vítimas de violência doméstica, em função de terem ou não filhos? E como a vivenciam em função da presença dos filhos na instituição?

O processo de acolhimento revela-se uma experiência de múltiplo impacto, influenciado por um conjunto significativo de fatores que interferem na experiência global. O facto de as mulheres acolhidas terem ou não filhos revela-se um elemento estruturante para o desenho do projeto de vida e, conseqüentemente, para o próprio processo decisional de acolhimento em casa abrigo.

Os dados encontrados indicam que a existência e a presença de filhos têm impacto ao longo de todo o acolhimento: desde o início, com o próprio processo decisional; nas vivências quotidianas, com as exigências adicionais ao nível das relações interpessoais com as outras mulheres e crianças; à preparação e cuidados com a saída de casa abrigo, com cuidados e preocupações dedicadas aos menores. Os dados revelam, igualmente, que mulheres e técnicas não significam o papel e impacto das crianças em casa abrigo de modo similar.

Para a grande maioria das mulheres entrevistadas que tinham filhos a cargo, o facto de serem mães e de necessitarem de refletir e agir de modo a garantir a sua segurança mas, fundamentalmente, a segurança dos filhos, parece ser um fator determinante para a tomada de opção de procurar ajuda e conseqüente acolhimento em contexto de casa abrigo. Algumas mulheres entrevistadas indicam, claramente, que, caso não tivessem filhos, o afastamento da relação abusiva seria efetuada diferentemente, sendo que a presença de filhos implica um maior receio na resolução da situação, por um lado, e a necessidade de maiores cuidados na resolução da mesma, por outro. (Clevenger & Roe-Sepowitz, 2009) tinham já evidenciado resultados similares, indicando que as mulheres vítimas de violência doméstica que tinham filhos a cargo aquando das situações abusivas estariam mais predispostas a recorrer a casas abrigo quando comparadas com mulheres que não eram mães ou que, o sendo, não tinham os filhos a seu cargo. O facto de a mulher ser mãe parece torná-la particularmente sensível e receosa pela segurança das crianças que testemunharam a violência dentro do sistema familiar. O recurso a uma resposta mais estruturada parece ser entendido como mais securizante para quem tem filhos.

Os dados encontrados levam-nos a considerar que os filhos servem de elemento catalisador do processo decisional, auxiliando a mulher a reenquadrar possíveis opções e a desbloquear o processo de um potencial pedido de ajuda. Os filhos parecem, desta forma, funcionar como um elemento motivacional acrescido. Complementarmente, o saber que os filhos se encontram seguros e próximos, contribui como um elemento emocionalmente tranquilizador para a mulher acolhida, ainda que conscientes das dificuldades funcionais acrescidas que terão aquando do processo de saída de casa abrigo.

Funcionalmente, contudo, a presença dos filhos parece implicar tensões complementares, particularmente na relação com as outras mulheres acolhidas e respetivos filhos, sendo as crianças entendidas como uma importante fonte conflitual. Se os filhos, para as mulheres, contribuem para significar positivamente a experiência de acolhimento, tornando-a mais consentânea e congruente, implicam igualmente uma responsabilidade acrescida, sentida durante o acolhimento e, particularmente, aquando da preparação da saída.

A presença de crianças torna a gestão quotidiana no contexto de casa abrigo particularmente exigente. O bem-estar emocional das crianças, por um lado, e a gestão de conflitos entre estas e terceiros, assume-se como um fator de exigência emocional que a mulher com filhos tem durante o período de acolhimento. (Krane & Davies, 2007) referiram-se a este fenómeno como *ser mãe em circunstâncias difíceis*, pois aquelas, nestes contextos, necessitam de lidar e gerir a relação com os filhos num ambiente que lhes é desconhecido e marcado por crises sistemáticas, sejam próprias ou de terceiros. O facto da casa abrigo ser, inevitavelmente, um contexto artificial, em que várias mulheres e/ou agregados articulam entre si e são balizados por um conjunto de regras institucionais que remetem para objetivos, estratégias e metodologias, contribui, igualmente, para a consolidação destas “circunstâncias difíceis”.

Se o respeito pelo papel da mulher enquanto mãe parece contribuir para aumentar a sua tranquilidade e bem-estar, tal nem sempre é possível pois as mulheres encontram-se sujeitas a diferentes avaliações nos seus vários papéis, particularmente no papel de mãe, o que, por vezes, origina situações de incompatibilidade posicional entre equipa e mulher.

Devido àquilo que parece ser uma elevada sensibilidade para comportamentos abusivos (Krane & Davies, 2007), o comportamento das mães em relação às crianças é, em contexto de casa abrigo, particularmente escrutinado. O desempenho da mulher enquanto mãe, nos cuidados que presta e nas decisões que toma, é avaliado no impacto presente mas, fundamentalmente, propicia às equipas material para predições sobre comportamento

futuro, em momento fora da casa abrigo. Apesar da sensibilidade às necessidades e exigências das crianças acolhidas e respetiva relação e acompanhamento maternal, com exceção de uma das casas abrigo da amostra, o trabalho específico nesta área não parece ultrapassar o da supervisão e orientação de situações individuais. O trabalho de cariz preventivo não parece ser uma prática. A casa abrigo que assumimos como exceção na amostra optou por ultrapassar uma limitação do Acordo de Cooperação com a Segurança Social relativamente à contratação de um Psicólogo a tempo inteiro, optando por contratar duas psicólogas em horário parcial. Destas, uma é responsável pelo acompanhamento específico às crianças e outra pelo desenvolvido com as mulheres, articulando as intervenções conjuntamente em torno de programas de capacitação pessoal, em que as competências de maternidade são particularmente desenvolvidas.

Atendendo a este contexto institucional, centrado na avaliação e supervisão, é perceptível como sentimentos de desconfiança acabam por emergir entre algumas utilizadoras e equipas das casas abrigo. Se as situações de resolução dúbia, em que as posições pessoais divergem, parecem gerar, por parte das mulheres, um profundo sentimento de desconfiança em relação ao posicionamento institucional, por parte das equipas das casas abrigo os dilemas morais e deontológicos apresentados não são de resolução fácil. A quem deverá ser dada prioridade na intervenção institucional: à mulher ou à criança?

Buchbinder & Eisikovits (2004) argumentam que analisar as competências maternas em mulheres acolhidas implica, inevitavelmente, que se levantem questões sobre valores e lealdades que se encontram em concorrência. A consequência deste fenómeno pode colocar em causa a relação que se quer de apoio e confiança. Contudo, por vezes, e como também exemplificado por (Magen, 1999), parece que a mulher se encontra a ser punida por ter entrado no sistema de proteção aquando do momento de solicitação de ajuda. Apesar de alguns elementos nesta investigação apontarem para que situações destas possam ocorrer, parece-nos que este fenómeno deva ser alvo de investigação aprofundada.

Como mencionado anteriormente, também a presença de filhos tem impacto no momento de saída de casa abrigo. Este momento é o corolário de um conjunto de desafios sucessivos colocados à mulher, tornando-se um dos momentos mais exigentes e difíceis de operacionalizar. Quer as mulheres, quer as técnicas entrevistadas reconhecem a importância da obtenção de emprego, enquanto fonte de rendimento, e habitação, enquanto elemento estabilizador e securizante, no processo de autonomização. Contudo, para uma mulher nestas condições, estes elementos vêm acompanhados de exigências adicionais que visam:

a) responder às condições de habitabilidade e conforto acrescidas que, sem os filhos, as mulheres afirmam poder prescindir (optando por soluções díspares como o aluguer de um quarto ou por alugar uma habitação mais pequena ou partilhada); b) necessidade de obtenção de um rendimento superior que permita a subsistência do agregado e c) condições funcionais de articulação entre todas as dimensões vivenciais do ser mãe e mulher.

O acesso a recursos pós-saída revela-se um elemento fundamental para a obtenção ou manutenção de uma vida independente, pois, como previamente demonstrado por Sullivan, Basta, Tan e Davidson (1992), recursos insuficientes ou inacessíveis contribuem claramente para encurralar a mulher em relações abusivas, facilitando possíveis regressos ao agressor. Trabalhar concertadamente para o desenvolvimento de opções pós-saída, com o recurso a um trabalho articulado a nível interinstitucional e com apoios específicos para mulheres nestas condições, parece-nos fundamental para a saída de casa abrigo seja, efetivamente, sustentada e não, como em algumas situações, apenas um protelamento de disfuncionalidade.

Medidas como o mais recente apoio económico para a autonomização, apesar de legisladadas ("Portaria n.º 6/2012," 2012), não se encontravam ainda a ser aplicados aquando da obtenção dos dados pelo que futuras investigações deverão contemplar o possível impacto que medidas adicionais como esta têm no esforço de autonomização das mulheres acolhidas em casa abrigo.

9.4 Existirão diferenças na eficácia da intervenção em função da duração, do tipo e dos padrões de Violência Doméstica ou do número de intervenções prévias?

A atribuição causal entre a eficácia da intervenção e o número de intervenções prévias ou o padrão de vitimação não é assumida por qualquer das entrevistadas. No entanto, é aceite uma atribuição relacional entre a eficácia e ambos os elementos, assumindo-se quer o impacto das intervenções prévias, quer o impacto do padrão vitimário no processo de acolhimento. A eficácia de uma intervenção institucional, no entanto, é um processo complexo, que não pode ser reduzido a uma relação simples, dependendo de um conjunto múltiplo de fatores, quer internos, quer externos à própria mulher.

Um aspeto claramente consensual nos dados obtidos prende-se com o facto de as técnicas entrevistadas serem unânimes quanto à realidade das casas abrigo acolherem mulheres com percursos recorrentes ao nível do percurso vitimário e, conseqüentemente, de intervenção anterior. O impacto destes fatores, contudo, não parece ser consensual e, assumidamente, não generalizável e previsível. Os percursos individuais das diferentes mulheres acolhidas, mesmo possuindo um conjunto significativo de elementos que poderão ser comuns, parecem assumir-se como idiossincráticos, i.e., o resultado de um conjunto de elementos que impactam o percurso vitimário das mulheres de diferentes formas.

Quanto ao trajeto vitimário e suas características, os elementos de reflexão emergentes apontam para as características da própria mulher (como fatores motivacionais, de empoderamento e de resiliência), enquanto elementos mediadores e preditores de sucesso da intervenção. Algumas técnicas entrevistadas reconhecem que um padrão de vitimação prolongado no tempo tende a impactar de modo mais significativo as competências e a autonomia da mulher, dificultando todo o processo subseqüente. Contudo, possíveis implicações do trajeto vitimário da mulher acolhida tendem a ser respondidas com uma intervenção que as técnicas desejam que seja personalizada, resultante de uma avaliação multidisciplinar. A eficácia da intervenção parece ser colocada em causa, contudo, por aquilo que é considerado como um *perfil de dificuldade acrescida*. Mulheres com uma baixa escolarização, com experiências profissionais limitadas e com idade superior a 50 anos parecem constituir um desafio acrescido pois o seu processo de autonomização encontra-se claramente mais dificultado, impactando nas dificuldades já evidenciadas anteriormente.

Ao nível do impacto da intervenção anterior durante o acolhimento os resultados encontrados parecem ter, fundamentalmente, interesse ao nível da prática de acolhimento, re-centrando a atenção em aspetos fundamentais da relação entre as equipas e as mulheres acolhidas e que não deverão ser negligenciados. Estes aspetos são corporizados de diferentes formas pelas técnicas, mas gravitam em torno de uma dimensão *comunicacional*, relativa ao trabalho de acolhimento institucional.

Qualquer processo de intervenção prévia gera, inevitavelmente, um conjunto de expectativas relativamente ao acolhimento e à intervenção atual, que poderão ser potencialmente inadequadas, resultante de questões como: Será esta casa abrigo igual à anterior em que estive? Serão as regras e limites semelhantes? Oferecem os mesmos serviços?

Apesar de, nos últimos anos, diferentes diplomas reguladores do funcionamento das casas abrigo remeterem a intervenção para um consentimento informado e em torno de um plano construído *com* a mulher (que na presente investigação os dados confirmam parecer ocorrer), parece-nos que é necessário reforçar o processo de clarificação do trabalho a desenvolver no contexto particular em que a mulher se encontra. Apesar de existirem dispositivos normativos que visam unificar a intervenção nesta área, a riqueza inerente à multiplicidade individual dos elementos que constituem as várias equipas, as diferentes filosofias de intervenção das várias casas abrigo e os numerosos condicionalismos físicos e humanos destas estruturas, são alguns dos elementos que se assumem como um garante de que as casas abrigo sempre irão manter especificidades que as distinguem dos equipamentos congéneres por onde as mulheres possam já ter passado.

Este processo de reforço comunicacional não deve ser de foro exclusivamente interno à casa abrigo. Como as próprias técnicas referenciaram, a intervenção prévia pode, também, ser responsável por acolhimentos mais facilitados, atendendo a que as mulheres acolhidas se encontram mais conscientes do trabalho a ser desenvolvido, conseguindo antecipar a intervenção a realizar. Desta forma, o reforço da articulação entre as diferentes entidades e serviços, quer congéneres (outras casas abrigo), quer complementares (centros de acolhimento de emergência, entidades encaminhadoras, ...), recorrendo a estratégias de *benchmarking* sistemático ou similares/complementares, parece continuar a ser tão relevante hoje como quando foram identificadas pela equipa do CESIS (Baptista, 2004).

9.5 Como é entendido o processo de acolhimento durante o mesmo e como é este integrado nos anos pós-saída?

Independentemente das críticas e aspetos a melhorar, uma conclusão deste estudo prende-se com o facto da quase totalidade das mulheres, quando convidadas a avaliar o período de acolhimento, o fazerem de modo globalmente positivo. Interessantemente e após a constatação das inúmeras dificuldades que as mulheres sentem, particularmente na articulação com entidades terceiras, seria expetável que a avaliação realizada não produzisse discursos tão positivos sobre estas estruturas de acolhimento. Contudo, constatamos que os discursos sobre a avaliação das casas abrigo parecem remeter para um processo comparativo entre a realidade violenta que as mulheres vivenciavam inicialmente e a que en-

contraram na fase pós saída que, apesar de difícil, parece ser entendida como mais positiva do que o momento inicial. Esta constatação implica que remetamos a análise para a caracterização sociodemográfica do grupo entrevistado. Apesar das diferenças apresentadas no subcapítulo 7.4, o grupo apresenta características significativamente homogêneas, sendo caracterizado por níveis significativos de desqualificação profissional e precariedade (social, económica e habitacional), bem como por processos e trajetórias vitimárias de extrema violência, entendidos pelas mulheres como claramente ameaçadores da sua integridade pessoal e/ou dos próprios filhos. É compreensível que um contexto alternativo ao cenário evidenciado, por mais difícil que seja apresentado, possa ser entendido como significativamente mais positivo que o anterior. Esta consideração positiva parece espelhar as considerações feitas na literatura (Garza, 2002; Tutty & Rothery, 2004) que assinalam que as mulheres vítimas de violência doméstica consideram as casas abrigo como um meio eficaz de obtenção de apoio.

Desta forma, o processo discursivo das mulheres que avaliam o acolhimento em casa abrigo não envolve diretamente o processo de saída e os mecanismos necessários a que tal possa ser efetivado (área, como referido, de maior dificuldade de efetivação para as equipas das instituições), mas gravita em torno da própria mulher e no que nela, diretamente, tem impacto. Esta análise, centrada nas principais dinâmicas e vivências em casa abrigo, parece indicar uma valorização de elementos claramente mais subjetivos que, se mais difíceis de balizar e operacionalizar, deverão ser discutidos, entendidos e objetivados para que as casas abrigo possam desenhar adequadamente a sua intervenção durante o acolhimento.

Sendo, efetivamente, na sua grande maioria, evidenciado como positivo, parece-nos importante refletir sobre o relacionamento com as diferentes equipas. A este nível, das subjetividades comunicacionais, encontramos algumas incongruências no modo como o relacionamento entre as equipas e as mulheres ocorre. Se, por um lado, o discurso das técnicas tenta expressar o respeito pela identidade pessoal, com preocupações de justiça e humanismo, por outro, vai emergindo um discurso moralizador (evidenciando desilusão, devido a “mentiras” e “manipulação”; ou de desagrado em relação a hábitos que não os da casa, como as crianças preferirem pão fresco ao do dia anterior) e corretivo (corporizado em “castigos” e punições a mulheres adultas, no usufruto das suas plenas capacidades). O discurso das mulheres, por sua vez, vai refletindo uma relação de desnivelamento de poder, que evidencia uma relação de autoridade e dependência. Expressões como “levar na

cabeça”, “castigos” ou “ensinarem-me a” indicam a existência de uma arquitetura interventiva predefinida, caracterizada por uma significativa rigidez funcional e normativa, que tenta ser infundida à mulher.

Os discursos apresentados pelas mulheres, se positivos, denotam, igualmente, alguma submissão e subserviência perante aqueles que se revelaram instrumentais no processo de ajuda. Ao evidenciar este facto, não queremos colocar em causa os objetivos de intervenção, mas o modo como, com facilidade, se poderá incorrer numa relação desnivelada perpetuando, agora com um cunho institucional, dinâmicas de poder que, na maioria das situações das mulheres acolhidas, sempre foram desiguais.

O presente estudo não incluiu a análise dos discursos das equipas não técnicas. Consideramos que a não inclusão deste subgrupo se revela limitador de uma análise mais abrangente deste processo, pelo que se aponta como possível caminho de investigação futura a inclusão destes discursos das equipas de cuidado direto. Sabendo, *a priori*, que estas equipas não têm, na grande maioria dos contextos institucionais, formação específica para a intervenção com vítimas de violência doméstica, pensamos que será relevante analisar as relações das mulheres com estes elementos e o modo como estes influenciam o acolhimento.

As casas abrigo, apesar de ser intenção assemelharem-se aos espaços habitacionais/ritmos quotidianos que as mulheres poderão vir a encontrar aquando da sua autonomização, apresentam-se como instituições com um elevado número de regras que, visando a gestão de uma multiplicidade de mulheres e vontades, acabam por exceder largamente as necessárias à manutenção da segurança. Estas reflexões vão ao encontro da análise de (Magalhães, et al., 2011) que indiciava, exatamente, que o espaço casa abrigo se apresentava como um espaço de “contradições internas” (p. 605).

Para a manutenção deste espaço contraditório um outro aspeto parece-nos digno de registo: a *fusão de papéis*. São várias as situações em que uma técnica de “intervenção direta” acumula funções de direção. Esta situação parece revelar-se perfeitamente incompatível com o adequado desempenho de qualquer uma delas tendo, necessariamente, impacto na experiência vivencial de acolhimento.

Sem estabelecermos causalidade direta, situações como esta parecem contribuir para intensificar um fenómeno sentido na presente investigação: A indistinção de discursos/visões no seio de cada equipa. Independentemente da função desempenhada, a visão do fenómeno vitimológico e da intervenção no mesmo por parte das técnicas entrevista-

das tende a assumir-se como idêntica, indiciando uma horizontalidade da intervenção técnica. São residuais os momentos em que, relativamente a um subobjeto de análise, se encontram distinções entre os diferentes técnicos. Se este facto pode ser explicado pelo reduzido tamanho das equipas técnicas, indicando uma articulação e partilha sistemática, que pode ser assumida como uma mais-valia de congruência interventiva, estamos em crer, também, que poderá indiciar um discurso excessivamente compacto e hermético relativamente ao fenómeno, pouco aberto a alternativas que não as que se encontrem já a ser implementadas. Um processo que consideramos similar tinha já sido observável aquando da não reflexão sobre os próprios modelos de intervenção alternativos.

Independentemente das contradições destes espaços, as mulheres, quer durante o acolhimento, quer após o mesmo, reconhecem a casa abrigo como um elemento fundamental no seu processo de autonomização. A avaliação positiva não é, evidentemente, sinónimo de um processo fácil. Como foi abordado, as relações interpessoais, as partilhas de espaços e de tempos, as regras que nem sempre são entendidas ou são utilizadas de forma opressiva, constituem-se como elementos de difícil gestão. Por outro lado, a devolução do controlo situacional e vivencial, com o envolvimento ativo da mulher na definição dos seus objetivos de vida e o respeito pelos seus diferentes papéis e idiossincrasias, dentro de um quadro comunal e apoiado, parecem assumir-se como efetivos elementos de empoderamento pessoal.

Esta avaliação positiva das casas abrigo é condicente com várias outras investigações, nomeadamente, (Cannon & Sparks, 1989) que constataram que 95% das mulheres considerava as casas abrigo como úteis; e (Fowler, Faulkner, Learman, & Runnels, 2011) que evidenciaram que, em média, as mulheres consideravam as casas abrigo como bastante úteis. Este sentimento de utilidade não parece terminar após o acolhimento. Constatou-se que as mulheres entrevistadas que saíram de casa abrigo, particularmente num primeiro momento do período de autonomização, mantêm uma relação de proximidade que, funcional e emocionalmente, parece contribuir para a estabilidade das mesmas. Com o tempo, esta ligação parece diminuir de intensidade, evidenciando que o acolhimento foi integrado no seu percurso vivencial, tendo-lhe sido atribuído, geralmente, um sentido positivo.

A nível relacional, das mulheres autonomizadas entrevistadas nenhuma voltou a ter um relacionamento violento. Particularmente quanto a esta dimensão de análise seria de extremo interesse a confrontação com os discursos das mulheres que abandonaram ou foram expulsas de casa abrigo, pois a investigação indica que aproximadamente 50% das

mulheres que saem de casa abrigo tendem a regressar aos seus agressores e a relações violentas (Snyder & Scheer, 1981).

Capítulo X | Conclusão

Pretendemos, com este trabalho, contribuir para uma reflexão aprofundada sobre as casas abrigo em Portugal, tentando aceder a um nível vivencial e de construção de significado por parte de agentes significativos em todo este processo: as *mulheres acolhidas* e as *técnicas* que nas casas abrigo trabalham. Para tal, adotámos uma perspetiva epistemológica que localizamos num contínuo fenomenológico assumindo, desde o início, que o processo de produção de conhecimento é, intencionalmente, interminável e nunca se apresenta como neutro. O resultado obtido é uma possível leitura sobre um fenómeno complexo e multidimensional que, não pretendendo ser generalizável, pretende ser congruente, enquadrando a experiência de acolhimento no seu devir histórico-político.

Assumimos que os dados obtidos não esgotam a experiência humana e vivencial do fenómeno abordado. Neste sentido, estes mesmos dados poderão ser alvo de reaproximações e reconstruções, permitindo alargar e completar a presente investigação, o que não coloca em causa, em nossa opinião, a validade do trabalho desenvolvido.

10.1 A imaturidade do sistema

Os dados evidenciados na presente investigação revelam-nos um sistema de acolhimento que, apesar de desenhado com base na experiência de países anglo-saxónicos mais experientes, ainda evidencia alguma imaturidade. Esta é particularmente notória aquando do processo de encaminhamento para casa abrigo, em que a falta de formação de base de alguns dos técnicos origina situações problemáticas para o sistema de proteção. Por outro lado, também as próprias técnicas das casas abrigo evidenciam uma perspetiva crítica do sistema mas, simultaneamente, rígida e pouco centrada em modos de complexificação/aprofundamento do mesmo.

O modelo de acolhimento institucional desenvolvido em Portugal operacionalizou-se, como analisado, num modelo indireto, em que se torna necessário o recurso a entidades que não as casas abrigo que procedam à triagem e encaminhamento das mulheres vítimas de

violência doméstica. O sistema não é, neste sentido, unidimensional, pois existem diferentes agentes neste processo que contribuem para o mesmo. Contudo, nem todos se encontram a desenvolver um trabalho em uníssono. Como resultado, o encaminhamento para casa abrigo resulta, frequentemente, em processos adulterados, o que parece colocar em causa a qualidade do trabalho que nas casas abrigo se desenvolve, bem como parece contribuir para um retrocesso histórico significativo, transformando estas instituições em respostas de largo espectro, contrariando claramente os objetivos iniciais deste modelo nacional.

Um aspeto que se nos afigura como particularmente interessante, prende-se com o facto de, durante a realização deste trabalho, e com o objetivo de minimizar situações como as referenciadas, terem sido implementadas duas medidas que nos parecem significativas e com impacto no processo de acolhimento. Estas duas medidas parecem ir ao encontro da necessidade de *complexificar* o sistema de acolhimento português, sendo elas, concretamente:

- a) A criação de Centros de Emergência para vítimas de violência doméstica;
- b) A criação de vagas de emergência em contexto de casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica.

Na sua génese, ambas as medidas pretendem maior celeridade e segurança no processo de referência e encaminhamento de mulheres vítimas de violência doméstica, assim como pretendem que o acolhimento (definitivo ou temporário) seja realizado em estrutura especializada. Estas medidas vêm acrescentar novos elementos a um modelo de acolhimento que, até então, era único ao nível de alternativas de acolhimento. Atendendo a que estas medidas foram implementadas após o momento em que considerámos terminado o processo de recolha de dados, o impacto das mesmas não é considerado neste estudo. Consideramos, contudo, altamente pertinente que um próximo estudo reflita sobre estes novos elementos, atendendo a que parecem introduzir novas variáveis numa equação que, *per se*, não é pacífica. As vagas de emergência, concretamente, preveem que algumas das casas abrigo da rede nacional aumentem a sua capacidade de modo a alojar temporariamente (até um máximo de 72 horas) algumas mulheres, com ou sem filhos, permitindo que as equipas de encaminhamento tenham mais tempo para encontrar uma casa abrigo definitiva para as mesmas. Se conseguimos ver o aspeto positivo desta situa-

ção, concretamente a tentativa de se evitar o recurso a pensões (muitas de reputação questionável) para onde estas mulheres são, muitas vezes, encaminhadas aquando da sinalização da situação de violência doméstica, parece-nos uma opção particularmente revitimizante pois introduz mais um elemento institucional (muito) temporário, ao mesmo tempo que, inadvertidamente, é mais um elemento que vem colocar em causa o sigilo da localização de casas que se desejam com o mínimo de exposição possível.

O recurso a centros de emergência, por seu lado, com uma duração de acolhimento de maior duração, quando comparado com as vagas de emergência, parece-nos uma opção mais interessante, que poderá permitir uma melhor triagem das situações de violência doméstica, ajudando a que as casas abrigo se voltem a assumir como respostas de “fim-de-linha”, remetendo para encaminhamento em casa abrigo apenas as situações que delas realmente necessitem.

10.2 Contributos para uma complexificação

Acreditamos, contudo, que estas novas opções do sistema de acolhimento de pouco contribuirão se os vários agentes deste não usufruírem de uma plataforma de entendimento comum, que fomente o relacionamento interinstitucional propício a um diálogo entre os mesmos e em que as diferentes intersubjetividades possam ir sendo aferidas e aprimoradas.

Uma efetiva articulação interinstitucional parece-nos determinante para uma otimização do sistema, por forma a colocar todos os agentes a trabalhar em maior sintonia mas, fundamentalmente, para apoiar as diferentes mulheres para as quais o sistema foi desenhado, na medida em que todo o processo de gestão de expectativas e de projeto de vida pasará a ser otimizado. Uma maior articulação interinstitucional parece vir a impactar as vidas institucionais das diferentes casas abrigo e, ao fazê-lo, as vidas das mulheres e crianças que estas acolhem.

Uma maior coordenação entre quem encaminha e quem acolhe parece emergir dos resultados encontrados como uma obrigatoriedade. O facto da maioria das mulheres desconhecer, aquando do encaminhamento, o tipo de estrutura para o qual se encontrava a ser direcionada, parece ser revelador deste coágulo comunicacional entre os diferentes agentes e do quão deficitário se encontra o sistema a este nível tão nuclear. Não cremos que tenha de haver uma uniformização plena, no sentido de uma estandardização procedi-

mental. Pelo contrário. Acreditamos que a riqueza do sistema de acolhimento passará pela diversidade do mesmo, desde que respeitando um conjunto de procedimentos nucleares. Qualquer sistema de proteção social, concretamente o de proteção a vítimas, não é estanque ou pré-determinado. São sistemas vivos que deverão readaptar-se às novas exigências, de acordo com as avaliações que vão sendo realizadas. O facto do sistema se estar a complexificar, poderá ser entendido como reflexo disto mesmo. Contudo, parece-nos necessário um processo avaliativo formal do sistema de acolhimento institucional, de modo a que, de uma forma mais sedimentada, possa haver uma complexificação multinível do próprio sistema, com o desenvolvimento de outro tipo de estruturas de acolhimento, concretamente respostas que não necessitem, obrigatoriamente, do sigilo para poder operar. Como referimos anteriormente, temos consciência de que esta questão-problema não é pacífica. O sigilo revelou-se, ao longo deste estudo, como um elemento significativamente cristalizado nos discursos (concretamente dos técnicos) sendo, provavelmente, um dos únicos elementos que não era colocado em causa. O sistema foi desenhado e implementado desta forma e não parece haver a tradição (política e interventiva) de o questionar. Os técnicos assumem-se, sem se aperceberem, como os guardiões perfeitos do *status quo* interventivo. Naturalmente que estruturas não confidenciais implicam outros cuidados e levantam outras questões (deontológicas e de segurança). Contudo, permitem também uma abordagem *radicalmente diferente* deste fenómeno da violência doméstica que, política e socialmente, se quer iluminado mas que, interventivamente, continua a permanecer na escuridão.

Parece-nos importante, numa altura em que começa a haver alguma vontade de se refletir sobre o modelo, que se pondere, também, os seus aspetos estruturantes, sem receios preconcebidos. Pensamos que, só assim, se poderá, de uma forma efetiva, abordar as questões-problema que os agentes deste sistema conseguem facilmente identificar, concretamente, a falta de confidencialidade que, efetivamente, já existe no seu seio.

Não queremos questionar, de modo algum, a necessidade e utilidade da confidencialidade num número altamente significativo de situações de violência doméstica. Contudo, pensamos ser relevante que se produza discussão sobre o processo de custo/benefício que o atual modelo implica e, ao colocá-lo em causa, reforçar o próprio sistema de proteção à mulher, abrindo espaço a que se problematize de modo intencional o atual *modus operandi* em busca de possíveis alternativas que completem e reforcem o modelo atual.

A relação com a comunidade parece-nos ser um aspeto basilar que deverá ser reanalisado, a um duplo nível: o envolvimento da comunidade na resolução das situações de violência doméstica e o desenvolvimento de respostas comunitárias que venham complementar o trabalho desenvolvido pelas casas abrigo.

Uma clara evidência em todo este processo reflexivo prende-se com o facto de as casas abrigo não sigilosas permitirem um maior contacto com as forças vivas da comunidade, trazendo-as para o círculo interior da resolução do trajeto vitimário, assumindo-as como agentes ativos no processo de reestruturação individual. Apesar das casas abrigo nacionais irem desenvolvendo redes informais de apoio com alguns agentes estratégicos comunitários, não conseguem, de modo estruturado e abrangente, envolver a comunidade em todo este processo de reestruturação.

De acordo com a perspetiva vivencial das mulheres acolhidas, evidenciado na presente investigação, as casas abrigo são entendidas como altamente positivas aquando da proteção imediata mas não na relação com o exterior e nas oportunidades que esta relação poderá trazer, o que se revela uma clara fragilidade interventiva. Neste sentido, parece-nos urgente envolver a comunidade mediante as estratégias possíveis, i.e., estratégias indiretas (muitas das quais são já utilizadas com regularidade). Assim, visando facilitar a aproximação com a comunidade, pensamos ser relevante o reforço de estratégias de comunicação intencionalizadas e dirigidas a públicos específicos, como campanhas publicitárias e/ou de sensibilização, que permitam a desmitificação da noção de “mulher problemática” que várias das mulheres acolhidas referenciaram sentir, quando se identificavam como estando acolhidas em casa abrigo.

Se as atuais campanhas se centram na sensibilização primária para o fenómeno, somos de opinião que deveremos aprofundar a intencionalidade destes instrumentos de comunicação, recentrando-os em elementos que ultrapassem as questões de sinalização de situações de violência doméstica, como o impacto da violência doméstica nas vítimas, nas necessidades que estas têm quando decidem abandonar uma relação violenta, o consequente esforço necessário que necessitam de empreender (a nível emocional, social e laboral), bem como no papel que os diferentes agentes sociais deverão ter em todo este processo. Pensamos que só recorrendo a estratégias concertadas poderemos dar resposta ao processo identificado de “complexificação de necessidades” que as mulheres evidenciaram no presente estudo e que, presentemente, não parece encontrar um eco bem definido na

intervenção oferecida pelas casas abrigo pelo facto de parte da resolução destas necessidades não dependerem diretamente destas estruturas.

O processo concomitante de reforço comunitário e de desmitificação da mulher vítima de violência doméstica seria beneficiado claramente com a inclusão no sistema de proteção à vítima de outras respostas ou medidas que não as institucionais, como as de *reforço comunitário* (como já implementadas noutros países), ao mesmo tempo que ofereceriam respostas de contexto naturalista. Este tipo de respostas complementares ajudariam a criar uma panóplia de ofertas de proteção, contribuindo para a abolição do isolamento da casa abrigo, que se assume como a corporização máxima de um posicionamento epistemológico que marca o distanciamento da violência doméstica de outras fontes de disrupção na vida da mulher, contribuindo para um artificialismo no modo como o fenómeno é abordado e reforçando, paradoxalmente (agora a um nível institucional), o padrão de isolamento a que muitas das mulheres vítimas de violência doméstica se encontram forçadas por parte do seu agressor (Haaken & Yragui, 2003).

10.3 Repensando o contexto interno

Uma das principais conclusões que este estudo evidencia é que o bem-estar da mulher acolhida deverá ser entendido num sentido holístico, não dependendo somente do papel direto das casas abrigo, mas do sistema como um *todo*. A articulação entre os diferentes intervenientes revela-se fundamental para consolidar um sistema eficaz, eficiente e sensível às necessidades e sensibilidades de quem acolhe. Se a articulação entre quem encaminha e quem acolhe se assume como uma prioridade a rever/desenvolver em todo o modelo, também o trabalho interno das diferentes casas abrigo deverá ser reanalisado, concretamente em algumas das áreas que aqui sumariamos, resultantes das vivências das mulheres deste estudo.

Se o sentimento global evidenciado pelas casas abrigo é positivo, também não poderemos descurar as vozes ou os elementos críticos sobre o sistema. Os cuidados nos primeiros momentos do acolhimento assumem-se como determinantes, quer para ajudar a desconstruir potenciais ideias erróneas ou omissas sobre a casa abrigo enquanto resposta institucional, as suas potencialidades e limites de intervenção, quer para uma mais funcional integração da mulher num contexto novo e, naturalmente, ansiogénico. Por outro lado, a clarificação e enquadramento das regras e possíveis limites do comportamento individual da mulher parece-nos, igualmente, um aspeto a melhorar na gestão quotidiana das casas

abrigo. Com alguma frequência as regras de gestão interna são sentidas não como balizadoras e estruturantes, mas como elementos hostis e penalizadores da mulher adulta e que se deseja autodeterminada.

Um outro aspeto evidenciado no estudo prende-se com a relação interpares que foi igualmente evidenciada como um forte elemento de tensão que, em última análise, poderá contribuir para um abandono do acolhimento em casa abrigo. Atendendo a que este elemento é incontornável na vivência institucional, parece-nos que um cuidado mais intencionalizado, com recurso a intervenções específicas que propiciem o desenvolvimento de competências comunicacionais e de gestão de conflitos deva ser intensificado. Este trabalho orientado deverá potenciar aquilo que também emergiu em alguns dos discursos, i.e., transformar os momentos de conflito em aprendizagens sistematizadas. Atendendo aos discursos das mulheres, este trabalho deverá, igualmente, ser alargado a quem nas casas abrigo trabalha.

Um aspeto que nos parece igualmente importante no processo de gestão de conflitos prende-se com o facto de algumas mulheres terem identificado os *tempos* em casa abrigo como pouco produtivos, assumindo-os como uma área a necessitar de revisão, quer para mulheres, quer para crianças. Apesar de uma das casas ter reportado insucesso relativo no trabalho com um animador sociocultural, com pouca adesão às atividades desenvolvidas por aquele, foi nosso entendimento que a ocupação do tempo poderá/deverá assumir um carácter didático, produtivo e de realização que, presentemente, não tem na maior parte das casas abrigo. Um elemento que nos pareceu particularmente interessante ao longo do estudo, e ao qual as casas abrigo não conseguem, presentemente, escapar, prende-se com a imposição legislativa no sentido das instituições cumprirem um corpo legislativo rígido no que à higiene e segurança diz respeito. Assim, atividades que emergiram como prazerosas, como a culinária e pastelaria, por exemplo, encontram-se altamente condicionadas, pois o acesso às cozinhas é impedido pelas regras do HACCP. Neste sentido, uma flexibilização legislativa no que a estas respostas diz respeito parece assumir-se como relevante, quer para o desenvolvimento de competências, quer para a própria gestão quotidiana da instituição.

O presente estudo coloca, igualmente, em evidência o papel dos filhos enquanto elemento definidor de toda a gestão do processo vitimário, desde a decisão de sair da relação violenta ao processo de autonomização de casa abrigo, passando por toda a gestão comportamental e relacional naquele contexto institucional. Um aspeto que se nos afigura como

relevante prende-se com a duplicidade de significações que mulheres e técnicas atribuem aos filhos. O facto de estas não significarem o papel das crianças da mesma forma parece-nos estar na origem de entendimentos significativamente diferenciados em relação ao papel dos filhos, o que parece contribuir para um desequilíbrio comunicacional de base.

Tendo as crianças um papel valorativo tão grande ao longo de todo o processo, acreditamos que uma atenção mais intencionalizada aos filhos e ao papel destes no processo de reconstrução pessoal da mulher, mediante a implementação de tempos/espacos de intervenção específicos com crianças e mães em contexto de casa abrigo, seria de extrema utilidade, no sentido de consolidar perspetivas de técnicos e mulheres, bem como de trabalhar em contexto mais natural algumas das preocupações reveladas pelas técnicas ao longo da investigação relacionadas com competências parentais.

Ainda a um nível vivencial, o presente estudo revelou que as características individuais da mulher acolhida se assumem como altamente relevantes para o sucesso da intervenção. Neste sentido, o investimento contínuo numa personalização e individualização do período de acolhimento, com um desenho *claro* e evidenciado de todos os *objetivos e metodologias* parece assumir-se como fundamental. Apesar da intervenção das casas abrigo se encontrar regulamentada, defendendo-se este cuidado de personalização e explicitação, foi possível perceber que nem sempre se encontra implementado. Assim, defendemos que se deverá ultrapassar o formalismo processual inerente à intervenção institucional, e garantir uma definição clara de objetivos, estratégias, procedimentos e limites de ambas as partes (particularmente nos momentos iniciais do acolhimento), assim como um reforço do envolvimento ativo da mulher em todas as dimensões dos seus diferentes papéis. Só um cuidado comunicacional global (alargado a todos os agentes da casa abrigo – técnicos e cuidadores¹⁷) a este nível poderá garantir que as mulheres acolhidas reenquadrem o seu quadro de expectativas, contribuindo para diminuir o processo de comparação e potencial manipulação que as técnicas registaram na presente investigação.

Consideramos que um limite importante deste estudo se prende com o facto de não se ter conseguido obter dados relativamente a mulheres que tivessem abandonado o contexto de casa abrigo ou que dele tivessem sido expulsas, pois poderiam introduzir novas variá-

¹⁷ A este nível consideramos que um estudo subsequente deverá, igualmente, cruzar os discursos dos cuidadores, atendendo quer a alguns elementos discursivos que foram emergindo na presente investigação, quer ao facto de estes estarem em contacto com as mulheres e crianças acolhidas provavelmente ainda mais tempo que os técnicos, pelo que têm um papel preponderante na implementação das políticas e metodologias das diferentes casas abrigo.

veis neste processo de análise, concretamente no que a esta dimensão comunicacional diz respeito.

Os cuidados comunicacionais referidos, tão ou mais importantes como os cuidados de conteúdo técnico que lhes devem estar subjacentes, deverão contribuir para minimizar o impacto institucionalizador (e consequentes dinâmicas de poder disfuncionais), reforçando aquilo que as casas abrigo já desenvolvem com mestria e que as mulheres entrevistadas nestes estudo apontaram: um empoderamento pessoal. O investimento no empoderamento da mulher é, simultaneamente, o empoderamento no próprio sistema.

Bibliografia

- Abawi, L.-A. (2012). Introducing refractive phenomenology. [Article]. *International Journal of Multiple Research Approaches*, 6(6), 141-149.
- Aguirre, B. E. (1985). Why do they return? Abused wives in shelters. [Article]. *Social Work*, 30(4), 350-354.
- Ahmed, I. (2010). *Families First of Michigan - Program Guidelines*. US: Michigan Department of Human Services.
- Amorim, C. (2008). De Clausuras e de Paixões ou de Paredes e de Flores: Uma Leitura das Novas Cartas Portuguesas. *O Marrare - Revista de Pós Graduação em Literatura Portuguesa - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Instituto de Letras*(9), 8.
- APAV. (2003). Relatório Penélope sobre violência doméstica no sul da Europa (pp. 173). Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.
- APAV. (2010). Manual Alcipe - Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência (2ª Ed. Revista e Actualizada) (pp. 149). Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.
- Azevedo, T. (2009). A Constituição de 1933 – Da Fiscalização da Constitucionalidade (pp. 23). Braga: Universidade do Minho - Escola de Direito.
- Badinter, E. (1998). *O amor incerto - História do amor maternal do século XVII ao século XX*. Lisboa: Relógio D`Água.
- Banaszak, L. A., Beckwith, K., & Rucht, D. (2003). *Women's Movement Facing the Reconfigured State*. New York: Cambridge University Press.
- Baptista, I. (2003). *Violência – Trajectórias institucionais de (re)inserção*. Lisboa: CESIS.
- Baptista, I. (2004). *Casas-abrigo em Portugal: Uma realidade desconhecida*. Paper presented at the Vº Congresso Português de Sociologia | Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção | Atelier: Género, Universidade do Minho - Campus Gualtar.
- Baptista, I., Silva, M. J., & Nunes, J. (2004). Shelter's Net - National report PT (pp. 35). Lisboa: CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social.
- Bare, J. (2005). Evaluation and the Sacred Bundle. *The Evaluation Exchange: A Periodical on Emerging Strategies in Evaluation*, XI (2), 6-7.
- Becker, H. S. (1963). *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. New York: The Free Press.
- Becker, H. S. (1967). WHOSE SIDE ARE WE ON? [Article]. *Social Problems*, 14(3), 239-247.

- Benight, C. C., Swift, E., Sanger, J., Smith, A., & Zeppelin, D. (1999). Coping self-efficacy as a mediator of distress following a natural disaster. *Journal of Applied Social Psychology, 29*(12), 2443-2464. doi: 10.1111/j.1559-1816.1999.tb00120.x
- Bento, M. d. C. (2006). *Comunicação de Abertura do Seminário "Trajetos para a Igualdade"*. Paper presented at the Trajetos para a Igualdade, Coimbra. http://www.esenfc.pt/esenfc/include/download.php?id_ficheiro=117
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1999). *A construção social da realidade*. Lisboa: Dinalivro.
- Bergesch, K. (2008). Falas de violência e o imaginário religioso. In E. G. Neuenfeldt, K. Bergesch & M. Parlow (Eds.), *Epistemologia, violência e sexualidade – Olhares do II congresso latino-americano de género e religião* (pp. 115-128). São Leopoldo: Editora Sinodal.
- Bernburg, J. G., & Krohn, M. D. (2003). Labeling, life chances, and adult crime: The direct and indirect effects of official intervention in adolescence on crime in early adulthood. *Criminology, 41*(4), 1003–1456.
- Blumer, H. (1971). Social problem as collective behavior. *Social Problems, 18*. Retrieved from <http://www.criminology.fsu.edu/transcrime/articles/SocialProblem.htm>
- Bogdan, R., & Biklen, S. K. (1998). *Qualitative research in education: An introduction to theory and methods*. Boston: Allyn & Bacon.
- Bograd, M. (1990). Feminist perspectives on wife abuse: An introduction. In K. Yllö & M. Bograd (Eds.), *Feminist perspectives on wife abuse* (pp. 11-26). Newbury Park: SAGE.
- Bowen, N. H. (1982). Guidelines for career counseling with abused women. *Vocational Guidance Quarterly, 31*, 123-127.
- Boyce, C., & Neale, P. (2006). Conducting in-depth interviews: A guide for designing and conducting in-depth interviews for evaluation input. *Pathfinder International Tool Series - Monitoring and Evaluation 2*, 16. Retrieved from Pathfinder International Publications: Monitoring and Evaluation Guides website: http://www.pathfind.org/site/DocServer/m_e_tool_series_indepth_interviews.pdf?docID=6301
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development – Experiments by nature and design*. Harvard: Harvard University Press.

- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1999). A Ecologia dos Processos Desenvolvimentais. In J. Gomes-Pedro (Ed.), *Stress e violência na criança e no jovem*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Brown, C., Reedy, D., Fountain, J., Johnson, A., & Dichiser, T. (2000). Battered women's career decision-making self-efficacy: Further insights and contributing factors. *Journal of Career Assessment, 8*(3), 251-265. doi: 10.1177/106907270000800304
- Bruschini, C., & Amado, T. (1988). Estudos sobre a mulher e educação: Algumas questões sobre o magistério. *Cadernos de Pesquisa, 64*, 9.
- Bryant, A., & Charmaz, K. (2007). *The Sage handbook of grounded theory*. London: Sage Publications.
- Buchbinder, E., & Eisikovits, Z. (2004). Reporting bad results: the ethical responsibility of presenting abused women's parenting practices in a negative light. *Child & Family Social Work, 9*(4), 359-367.
- Burck, C. (2005). Comparing qualitative research methodologies for systemic research: the use of grounded theory, discourse analysis and narrative analysis. *Journal of Family Therapy, 27*, 237-262.
- Bybee, D., & Sullivan, C. M. (2005). Predicting re-victimization of battered women 3 years after exiting a shelter program. *American Journal of Community Psychology, 36*(1-2), 85-96. doi: 10.1007/s10464-005-6234-5
- Cannon, J. B., & Sparks, J. S. (1989). Shelters -- An Alternative to Violence: A Psychosocial Case Study. [Article]. *Journal of Community Psychology, 17*(3), 203-213.
- Carta Social Europeia Revista, Resolução da Assembleia da República n.º 64-A/2001 C.F.R. (2001).
- Carvalho, T. (1999). In J. F. Dias (Ed.), *Comentário Conimbricense do Código Penal*. Coimbra: Coimbra Editora.
- CESIS. (2007). R.E.M. Refuges' Evaluation Modelling - Looking into women's experiences in refuges - Developing a model for outcome evaluation in women's refuges in Ireland, Portugal and Scotland (pp. 27). Brussels: European Commission.
- Chagas Saraiva, J., & Rodrigues, A. C. (2010). A violência contra as mulheres no estado de Pernambuco: Retrato de uma realidade. *Fazendo Género, 9*, 1-10.
- Charmaz, K. (2001). Qualitative Interviewing and Grounded Theory Analysis. In J. F. Gubrium & J. A. Holstein (Eds.), *Handbook of Interview Research*. Thousand Oaks, CA US: Sage.

- Charmaz, K. (2006). *Constructing grounded theory (a practical guide through qualitative analysis)*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Charmaz, K. (2008). Grounded Theory as an Emergent Method. In S. N. Hesse-Biber & P. Leavy (Eds.), *Handbook of emergent methods*. New York: The Guilford Press.
- Charmaz, K., & Henwood, K. (2008). Grounded Theory. In C. Willig & W. Stainton-Rogers (Eds.), *The SAGE Handbook of Qualitative Research in Psychology* (pp. 240-259). Thousand Oaks CA US: Sage.
- Chester-James, D. (2004). Downplaying Danger: A Response to Haaken and Yragui's 'Going Underground'. [Article]. *Feminism & Psychology*, 14(4), 583-587. doi: 10.1177/0959-353504046873
- CICV. (2009). *As Convenções de Genebra: A Essência do Direito Internacional Humanitário*. Comité Internacional da Cruz Vermelha Retrieved from <http://www.icrc.org/web/por/sitepor0.nsf/html/genevaconventions>.
- CIG. (2009). *Violência Doméstica: Encaminhamento para casa de abrigo* (Vol. 1). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género | Presidência do Conselho de Ministros.
- Clevenger, B. J. M., & Roe-Sepowitz, D. (2009). Shelter Service Utilization of Domestic Violence Victims. [Article]. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 19(4), 359-374. doi: 10.1080/10911350902787429
- Cohen, S. (1992). *The evolution of women's asylums since 1500 | From refuges for ex-prostitutes to shelters for battered women*. New York: Oxford University Press.
- Constituição da República Portuguesa, 1911 (1911).
- Correia, E. (2008). *Direito Criminal* (Vol. I). Lisboa: Almedina.
- Cortez, A. M. Q. O. (2009). *Histórias de vitimação e seus significados*. Masters Universidade do Porto. Retrieved from <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55008/2/72831.pdf>
- Crenshaw, K. (2005). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color (1994) *Violence against women: Classic papers*. (pp. 282-313). Auckland New Zealand: Pearson Education New Zealand.
- Croydon. (2005). Croydon Protocol. *The Crown Prosecution Service* Retrieved 17-08-2013, from http://www.cps.gov.uk/publications/agencies/dv/croydon_protocol.html

- Cunha, P. F. (2006). Da Constituição do Estado Novo Português. *Revista Electrónica de História Constitucional*, (7). Retrieved from Historia Constitucional - Revista Electrónica website: <http://hc.rediris.es/07/articulos/html/Numero07.html>
- Cunha, T. (2007). *O preço do silêncio: Mulheres ricas também sofrem violência*. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB.
- Davies, J., Lyon, E., & Monti-Catania, D. (1998). *Safety planning with battered women: Complex lives/Difficult choices*. Thousand Oaks: Sage.
- Davis, L. (1987). Battered women: The transformation of a social problem. *Social Work*, 32 (4), 306-311.
- Davis, N. J. (1988). Shelters for battered women: Social policy response to interpersonal violence. *The Social Science Journal*, 25(4), 401-419. doi: 10.1016/0362-3319(88)90021-3
- Defiance. (2002). *Defiance County Domestic Violence Taskforce*. US: LSC Resource Information Retrieved from http://lri.lsc.gov/sites/default/files/LRI/pdf/02/020050_defiancectytaskforce1.pdf.
- Denscombe, M. (2010). *The Good Research Guide : For Small-scale Social Research Projects*: McGraw-Hill/Open University Press.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2000). Introduction: The Discipline and Practice of Qualitative Research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research (2ª edition)*. Thousand Oaks CA US: Sage Publications, Inc.
- Deusen, N. E. v. (2001). *Between the sacred and the worldly: The institutional and cultural practice*. Stanford: Stanford University Press.
- Dey, I. (1999). *Grounding grounded theory: guidelines for qualitative inquiry*. Bingley: Emerald Group Publishing.
- Dias, I. S. (2000). A Violência Doméstica em Portugal: Contributos para a sua Visibilidade. *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, 15.
- Dienemann, J., Campbell, J., Landenburger, K., & Curry, M. A. (2002). The domestic violence survivor assessment: A tool for counseling women in intimate partner violence relationships. *Patient Education and Counseling*, 46(3), 221-228. doi: 10.1016/S0738-3991(01)00216-6
- Dobash, R. E., & Dobash, R. P. (1992). *Women, violence and social change*. London: Routledge.

- Dobash, R. E., & Dobash, R. P. (1998). Separate and intersecting realities. [Article]. *Violence Against Women*, 4(4), 382.
- Doerner, W., & Lab, S. (1995). *Victimology*. Cincinnati: Anderson Publishing, Co.
- DPAV. (1993). Declaração e Programa de Ação de Viena Retrieved 12-01-2012, from http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/declaracao_viena.htm
- Dutton, D. G. (1994). Patriarchy and wife assault: The ecological fallacy. *Violence and Victims*, 9(2), 167-182.
- Dutton, D. G., & Nicholls, T. L. (2005). The gender paradigm in domestic violence research and theory: Part 1—The conflict of theory and data. [Article]. *Aggression & Violent Behavior*, 10(6), 680-714. doi: 10.1016/j.avb.2005.02.001
- Eisikovits, Z., Buchbinder, E., & Mor, M. (1998). "What It Was Won't Be Anymore": Reaching the Turning Point in Coping With Intimate Violence. [Article]. *Affilia: Journal of Women & Social Work*, 13(4), 411-434.
- Elias, N. (1993). *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: D. Quixote.
- Eriksson, M. (1997). Relatório sobre a necessidade de desenvolver na União Europeia uma campanha de recusa total da violência contra as mulheres (pp. 22): Parlamento Europeu - Comissão dos Direitos da Mulher.
- Europa. (1995, 27-08.-2004). Comunicação da Comissão ao Conselho de 1 de Junho de 1995: uma nova parceria entre as mulheres e os homens, partilha das tarefas e igualdade de participação; as prioridades da Comunidade Europeia tendo em vista a 4ª Conferência mundial das Nações Unidas sobre as mulheres (Beijing/Pequim, Setembro de 1995) Retrieved 10-01-2011, 2011, from http://europa.eu/legislation_summaries/employment_and_social_policy/equality_between_men_and_women/c11903_pt.htm
- Fernandes, E., & Maia, Â. (2001). Grounded Theory. In E. Fernandes & L. Almeida (Eds.), *Métodos e técnicas de avaliação | Contributos para a prática e investigação psicológicas* (pp. 44-76). Braga: Centro de Estudos e Investigação em Psicologia (Universidade do Minho).
- Fernandes, L. (2006). Figuras da Vitimação Colectiva. *Revista Europeia de Inserção Social*, 1(1), 57-78.
- Ferrante, L. (1990). Honor regained: Women in the Casa del Soccorso di San Paolo in sixteenth-century Bologna. In E. Muir & G. Ruggiero (Eds.), *Sex and gender in historical perspective* (pp. 46 - 72). Baltimore: The Johns Hopkins Press.

- Fields, M. D. (1978). Wife beating: Government intervention policies and practices. A Consultation Sponsored by the United States Commission on Civil Rights. In C. A. e. a. Bonosaro (Ed.), *Battered women - Issues of public policy* (pp. 55). Washington, D.C.: US Commission on Civil Rights.
- Fisher, V. M. (2001). *Working with battered women: A handbook for health care professionals*. Canada: The Provincial Association of Transition Houses in Saskatchewan Retrieved from www.hotpeachpages.net/canada/air/medbook.
- Flores, C. (2004). *Domestic violence shelters: Changes and challenges*. Master Thesis, Southern Illinois University Carbondale, Illinois.
- Foa, A. (1990). The new and the old: The spread of syphilis (1494 - 1530). In E. Muir & G. Ruggiero (Eds.), *Sex and gender in historical perspective* (pp. 26 - 45). Baltimore: The Johns Hopkins Press.
- Foucault, M. (1994). *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Foucault, M. (2006). *É Preciso Defender a Sociedade*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Fowler, D. N., Faulkner, M., Learman, J., & Runnels, R. (2011). The Influence of Spirituality on Service Utilization and Satisfaction for Women Residing in a Domestic Violence Shelter. *Violence Against Women*, 17(10), 1244-1259. doi: 10.1177/1077801211424480
- Garza, M. A. (2002). *Evaluation of a battered women's shelter: Outcomes to measure effectiveness*. 63, ProQuest Information & Learning, US. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=psyh&AN=2002-95018-065&lang=pt-br&site=ehost-live> Available from EBSCOhost psyh database.
- Gergen, K. J. (1985). The Social Constructionist Movement in Modern Psychology. [Article]. *American Psychologist*, 40(3), 266-275.
- Gergen, K. J. (1994). Exploring the postmodern: Peril or potentials? [Article]. *American Psychologist*, 49(5), 412.
- Gergen, K. J. (2008). A psicologia social como história. *Psicologia & Sociedade*, 20, 475-484.
- Gergen, K. J., & Gergen, M. (2010). *Construccionismo Social: Um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Glaser, B., & Strauss, A. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Chicago: Aldeline.

- Goloboy, J. L. (2008). Introduction. In J. L. Goloboy (Ed.), *Industrial Revolution: People and perspectives* (pp. XI-XXIII). Santa Barbara: ABC-CLIO.
- Gondolf, E. W., & Fisher, E. R. (1988). *Battered women as survivors: An alternative to treating learned helplessness*. Lexington MA: Lexington Books.
- Greene, G. (1991). *Changing the Story: Feminist Fiction and the Tradition*. Indianapolis: Indiana University Press.
- Guba, E. G. (1990). The Alternative Paradigm Dialog. In E. G. Guba (Ed.), *The Paradigm Dialog*. Newbury Park, CA US: SAGE Publications.
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (2003). Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The landscape of qualitative research (3rd ed.)*. (pp. 255-286). Thousand Oaks, CA US: Sage Publications, Inc.
- Haaken, J. (2010). *Hard Knocks - Domestic Violence and the Psychology of Storytelling*. New York: Routledge.
- Haaken, J., & Yragui, N. (2003). Going underground: Conflicting perspectives on domestic violence shelter practices. *Feminism & Psychology, 13*(1), 49-71. doi: 10.1177/0959353503013001008
- Hagemann-White, C., Katenbrink, J., & Rabe, H. (2006). Stocktaking study on the measures and actions taken in Council of Europe member States *Combating violence against women*. Strasbourg: Council of Europe - Directorate General of Human Rights.
- Haj-Yahia, M., & Cohen, H. (2009). On the lived experience of battered women residing in shelters. *Journal of Family Violence, 24*(2), 95-109. doi: 10.1007/s10896-008-9214-3
- Hanmer, J. (2000). Domestic violence and gender relations: Contexts and connections In J. Hanmer & C. Itzin (Eds.), *Home Truths About Domestic Violence: Feminist Influences on Policy and Practice - A Reader*: (pp. 9-23). London: Routledge.
- Heidegger, M. (2003). *O conceito de tempo*. Lisboa: Fim de Século Editores.
- Henriques, M. L., & Santos, M. S. (2000). *Código Penal Anotado* (Vol. II). Lisboa: Rei dos Livros.
- Hilberman, E., & Munson, K. (1977). Sixty battered women. *Victimology, 2*(3-4), 460-470.
- Hopf, C. (2000). Qualitative interviews: An overview. In U. Flick, E. v. Kardorff & I. Steinke (Eds.), *A companion to qualitative Research*. Thousand Oaks: SAGE.

- Jasinski, J. L., & Williams, L. M. (1998). *Partner violence: A comprehensive review of 20 years of research*. Thousand Oaks, CA US: Sage Publications, Inc.
- Johnson, M. P. (2005). Domestic Violence: It's Not About Gender—Or Is It? [Article]. *Comment on David M. Fergusson and others, Partner Violence and Mental Health Outcomes in a New Zealand Birth Cohort, 67(5)*, 1126-1130. doi: 10.1111/j.1741-3737.2005.00204.x
- Johnson, M. P. (2008). *A Typology of Domestic Violence : Intimate Terrorism, Violent Resistance, and Situational Couple Violence*. Boston: Northeastern University Press.
- Jones, A., Bretherton, J., Bowles, R., & Croucher, K. (2010). The effectiveness of schemes to enable households at risk of domestic violence to remain in their homes - Research report (pp. 147). London, UK: Department for Communities and Local Government.
- Kane, J. (2008). Práticas tradicionais nocivas (pp. 24). Bruxelas: Comissão Europeia DG da Justiça, da Liberdade e da Segurança
- Kaplan, G. T. (1992). *Contemporary Western European feminism*. New York: New York University Press.
- Krane, J., & Davies, L. (2007). Mothering under difficult circumstances: challenges to working with battered women. *Affilia: Journal of Women & Social Work, 22(1)*, 23-38.
- Kvale, S. (1996). *Interviews: An introduction to qualitative research interviewing*. Thousand Oaks: SAGE.
- LaViolette, A. D., & Barnett, O. W. (2000). *It Could Happen to Anyone : Why Battered Women Stay*. Thousand Oaks, Calif: Sage Publications.
- Lees, S., Phimister, D., Broughan, C., Dignon, A. e., & Brown, M. (2013). Domestic violence: The base of the iceberg. *British Journal of Midwifery, 21(7)*, 493-498.
- Legard, R., Kegan, J., & Ward, K. (2003). In-Depth Interviews. In J. Ritchie & J. Lewis (Eds.), *Qualitative research practice: A guide for social science students and researchers*. Thousand Oaks: SAGE.
- LeGates, M. (2001). *In Their Time – A History of Feminism in Western Society*. New York: Routledge.
- Leone, J. M., Johnson, M. P., & Cohan, C. L. (2007). Victim Help Seeking: Differences Between Intimate Terrorism and Situational Couple Violence. [Article]. *Family Relations, 56(5)*, 427-439. doi: 10.1111/j.1741-3729.2007.00471.x

- Lerner, & Allen, N. (2009). Still a movement after all this years? Current tensions in the domestic violence movement. *Violence against women*, XX(X), 1-22. doi: 10.1177/1077801209332185
- Lerner, & Kennedy, L. T. (2000). Stay–Leave Decision Making in Battered Women: Trauma, Coping and Self-Efficacy. [Article]. *Cognitive Therapy & Research*, 24(2), 215.
- Lisboa, M., Barros, P. P., & Cerejo, S. D. (2008). *Custos Sociais e Económicos da Violência Exercida Contra as Mulheres em Portugal: dinâmicas e processos socioculturais*. Paper presented at the VI Congresso Português de Sociologia | Mundos Sociais: Saberes e Práticas, Lisboa. <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/60.pdf>
- Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). *Violência e Género - Inquérito Nacional sobre a Violência Exercida contra Mulheres e Homens*. Lisboa: CIG.
- Lisboa, M., Dias, A. L. T., Roque, A., Barroso, Z., Favita, A., Cerejo, D., & Patrício, J. (2010). Relatório igualdade de género e tomada de decisão; Violência contra as mulheres, doméstica e de género *Sistema Integrado de Informação e Conhecimento* (pp. 123). Lisboa: FCSH e CIG.
- Lisboa, M., Vicente, L. B., & Barroso, Z. (2005). Saúde e violência contra as mulheres - Estudo sobre as relações existentes entre a saúde das mulheres e as várias dimensões de violência de que tenham sido vítimas. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.
- Loseke, D. R. (1992). Battered Woman & Shelters: The Social Construction of Wife Abuse.
- Loseke, D. R., & Cahill, S. E. (1984). THE SOCIAL CONSTRUCTION OF DEVIANCE: EXPERTS ON BATTERED WOMEN. [Article]. *Social Problems*, 31(3), 296.
- Lourenço, N., & Carvalho, M. J. L. (2001). Violência doméstica: Conceito e âmbito. Tipos e espaços de violência. *THEMIS Revista da Faculdade de Direito da UNL*, II(3), 95-121.
- Lovenduski, J. (1986). *Women and European Politics: Contemporary Feminism and Public Policy*. Massachusetts: University of Massachusetts Press and Harvester.
- Mack, N., Woodsong, C., MacQueen, K. M., Guest, G., & Namey, E. (2005). *Qualitative Research Methods: A Data Collector's Field Guide*. Washington: Family Health International.
- Macy, R. J., Giattina, M., Sangster, T. H., Crosby, C., & Montijo, N. J. (2009). Domestic violence and sexual assault services: inside the black box. *Aggression & Violent Behavior*, 14(5), 359-373.

- Magalhães, M. J., Morais, C., & Castro, Y. R. (2011). Organização e funcionamento dum case de abrigo de solidariedade social. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 598-607. doi: 10.1590/S0102-71822011000300018
- Magen, R. H. (1999). In the best interests of battered women: Reconceptualizing allegations of failure to protect. *Child Maltreatment*, 4(2), 127-135. doi: 10.1177/1077559599004002005
- Maltez, J. A. (s/d). O Estado Novo Retrieved 09-01-2010, 2010, from http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/indexfro1.php3?http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/regimes_politicos/estado_novo.htm
- Martin, D. (1981). *Battered wives*. US: Volcano Press.
- Marvasti, A. B. (2004). *Qualitative Research in Sociology*. London: SAGE Publications.
- Matos, M. (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- McCue, M. L. (1995). *Domestic Violence : A Reference Handbook*: ABC-CLIO.
- McMinn, K., & Brechlin, T. (2008). *Clinical Guidelines for Assessment and Referral for Victims of Domestic Violence: A Reference for Utah Health Care Providers*. US: Utah Department of Health - Violence and Injury Prevention Program Retrieved from <http://health.utah.gov/vipp/pdf/DomesticViolence/HmHlthTrngMnl.pdf>.
- Mills, T. (1985). The Assault on the Self: Stage in Coping with Battering Husbands. [Article]. *Qualitative Sociology*, 8(2), 103.
- Morse, J. M. (1994). Designing founded qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 220-235). Thousand Oaks: Sage.
- Murray, S. B. (1988). The Unhappy Marriage of Theory and Practice: An Analysis of a Battered Women's Shelter. [Article]. *NWSA Journal*, 1(1), 75.
- Nicholls, D. (2009). Qualitative research: Part two -- Methodologies. [Article]. *International Journal of Therapy & Rehabilitation*, 16(11), 586-592.
- Nixon, K. (2011). *The Power to Name: Conceptualizing Domestic Violence as Violence Against Women* (Vol. 6).
- Nogueira, C. (1996). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género - Perspetiva feminista crítica na Psicologia Social*. Doutoramento, Univesidade do Minho, Braga. Retrieved from <https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&v>

[ed=0CFQQFjAF&url=http%3A%2F%2Frepositorio-aberto.up.pt%2Fbitstream%2F10216%2F65145%2F2%2F80065.pdf&ei=NwpgUeHEMtGw7AaLoIGwBA&usg=AFQjCNGU7fub-lxBlwXAX79D1dw516b6qA&bvm=bv.44770516,d.ZGU](http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/265145/2/2F80065.pdf)

- Nogueira, C. (2001). Construcionismo social, discurso e género. *Psicologia*, 15, 43-65.
- Nogueira, C., Neves, S., & Barbosa, C. (2005). Fundamentos construcionistas sociais e críticos para o estudo do género. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 1-15.
- Nurius, P. S., Furrey, J., & Berliner, L. (1992). Coping capacity among women with abusive partners. [Article]. *Violence & Victims*, 7(3), 229.
- O'Brien, K. M., & Murdock, N. L. (1993). Shelter workers' perceptions of battered women. *Sex Roles*, 29 (3-4), 183-194.
- Okun, L. (1988). Termination or resumption of cohabitation in women battering relationships: A statistical study. In G. T. Hotaling, D. Finkelhor, J. T. Kirkpatrick & M. A. Straus (Eds.), *Coping with family violence: Research and policy perspectives*. (pp. 107-119). Thousand Oaks, CA US: Sage Publications, Inc.
- ONU. (1945). *Charter of the United Nations and statute of the International Court of Justice*. United Nations Retrieved from <http://treaties.un.org/doc/Publication/CTC/uncharter.pdf>.
- ONU. (1948). *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. Retrieved from <http://www.un.org/en/documents/udhr/>.
- ONU. (1959). *Declaração dos Direitos das Crianças*. Retrieved from <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/142/09/IMG/NR014209.pdf?OpenElement>.
- ONU. (1967). *Declaração Sobre a Eliminação da Discriminação sobre as Mulheres*. Retrieved from <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/235/98/IMG/NR023598.pdf?OpenElement>.
- ONU. (1979a). *Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres* Retrieved from <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dm-conv-edcmulheres.html>.
- ONU. (1979b). *Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres – Declarações e Reservas*. Retrieved from <http://treaties.un.org/doc/Publication/MTDSG/Volume%20I/Chapter%20IV/IV-8.en.pdf>.

- ONU. (1989a). *Convenção dos Direitos da Criança – Declarações e Reservas*. Retrieved from <http://treaties.un.org/doc/Publication/MTDSG/Volume%20I/Chapter%20IV/IV-11.en.pdf>.
- ONU. (1989b). *Convenção dos Direitos das Crianças*. Retrieved from <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/547/84/IMG/NR054784.pdf?OpenElement>.
- ONU. (1993). *Declaração de Eliminação da Violência Contra as Mulheres*. Retrieved from <http://daccess-ods.un.org/TMP/4116806.68592453.html>.
- ONU. (2009). *Órgãos das Nações Unidas de Controlo da Aplicação dos Tratados em Matéria de Direitos Humanos: Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres*. Retrieved from <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/onu-proteccao-dh/orgaos-onu-elim-disc-mul-content.html>.
- ONU. (2013). United Nations Observances Retrieved 12-04-2013, from <http://www.un.org/en/events/observances/index.shtml>
- Otis, L. L. (1985). *Prostitution in medieval society - The history of an urban institution in Languedoc*. Chicago: Chicago University Press.
- Pagelow, M. (1984). *Family violence*. New York: Praeger.
- Pais, M. S. (1998). Violência contra as mulheres. *Separata do Boletim de Documentação e Direito Comparado* (Vol. 73/74). Lisboa: Ministério da Justiça.
- Palma, C. C. (2008). Vive la Différence (II). *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, VIII* (95), 22 - 25.
- Pape, K. T., & Arias, I. (1995). Control, coping, and victimization in dating relationships. *Violence and Victims, 10*(1), 43-54.
- Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «Violência doméstica contra mulheres», 2006/C 110/15 C.F.R. (2006).
- Peled, E., Eisikovits, Z., Enosh, G., & Winstok, Z. (2000). Choice and empowerment for battered women who stay: toward a constructivist model. *Social Work, 45*(1), 9-25. doi: 10.1093/sw/45.1.9
- Perry, M. E. (1992). Magdalens and Jezebels in Counter-Reformation Spain. In A. J. Cruz & M. E. Perry (Eds.), *Culture and control in counter-reformation Spain* (pp. 124-144). Minneapolis: University of Minnesota Press.

- Pizzey, E. (2007). How feminists tried to destroy the family, *Daily Mail*. Retrieved from <http://www.dailymail.co.uk/news/article-430702/How-feminists-tried-destroy-family.html>
- Pizzey, E. (2011). *This Way to the Revolution: A Memoir*. London: Peter Owen Publishers.
- Pizzey, E., & Shapiro, J. (1982). *Prone to Violence*: Hamlin.
- Pleck, E. (1987). *Domestic tyranny: the making of american social policy against family violence from colonial times to present*. New York: Oxford University Press.
- Portaria n.º 6/2012 (2012).
- Quaresma, C. (2012). *Violência Doméstica: Da participação da ocorrência à investigação criminal* (Vol. 4). Lisboa: Direcção Geral da Administração Interna.
- Quijano, A. Z. (2007). About the Notion of Phenomenology, One More Time. In Z. Loparic & R. Walton (Eds.), *Phenomenology 2005 - Selected Essays From Latin America*. Bucarest: Zeta Books.
- Rebelo, D. (2004). *As conquistas democráticas da mulher portuguesa*. Paper presented at the 1º Congresso Democracia Portuguesa, Lisboa. <http://www.25abril.org/specific/25abril2/pdfs/congresso/democracia/00.07-Dulce%20Rebelo.pdf>
- Recommendation Rec(2002)5 of the Committee of Ministers to member states on the protection of women against violence (2002).
- Richards, L., Letchford, S., & Stratton, S. (2008). *Policing Domestic Violence*. Oxford: Oxford University Press.
- Richardson, L. (1997). *Fields of Play: Constructing an Academic Life*. New Brunswick, NJ US: Rutgers University Press.
- Ridington, J. (1977). The transition process: A feminist environment as reconstitutive milieu. *Victimology*, 2(3-4), 563-575.
- Roberts, A. R., & Lewis, S. J. (2000). Giving them shelter: National organizational survey of shelters for battered women and their children. [Article]. *Journal of Community Psychology*, 28(6), 669-681.
- Robrecht, L. C. (2010). Grounded Theory: Evolving Methods (Publication no. 10.4135/9780857028211). Retrieved 08-04-2011
- Rousseau, J.-J. (2003). *The Discourses and Other Early Political Writings*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Rubin, H. J., & Rubin, I. S. (1995). *Qualitative interviewing: The art of hearing data*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Ruggiero, G. (1990). Introduction. In E. Muir & G. Ruggiero (Eds.), *Sex and gender in historical perspective* (pp. vii - xxii). Baltimore: The Johns Hopkins Press.
- Santos, B. d. S. (1989). *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Porto: Afrontamento.
- Saunders, D. G. (1990). Wife abuse, husband abuse, or mutual combat? A feminist perspective on the empirical findings. In K. Yllö & M. Bograd (Eds.), *Feminist perspectives on wife abuse* (pp. 90-113). Newbury Park: SAGE.
- Schechter, S. (1982). *Women and male violence: The visions and struggles of battered women's movement*. Cambridge: South End Press.
- Schwandt, T. A. (2003). Three Epistemological Stances for Qualitative Inquiry: Interpretivism, Hermeneutics, and Social Constructionism. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The landscape of qualitative research (3rd ed.)*. (pp. 292-331). Thousand Oaks, CA US: Sage Publications, Inc.
- Sidoti, C. (1999). *Bush Talks*. Australia: Human Rights and Equal Opportunity Commission
Retrieved from http://www.humanrights.gov.au/sites/default/files/content/pdf/human_rights/bush_talks.pdf.
- Singly, F. d. (2007). *Sociologia da Família Contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV.
- Smith-Arrigoni, P. (2011, 17-08-2013). We Need Strong and Sustainable DV Organizations! [Blog]. Retrieved from <http://nonprofitfinancefund.org/blog/we-need-strong-and-sustainable-dv-organizations>
- Snitow, A. (1990). A gender diary. In M. Hirsch & E. F. Keller (Eds.), *Conflicts in Feminism*. New York: Routledge.
- Snyder, D. K., & Scheer, N. S. (1981). Predicting disposition following brief residence at a shelter for battered women. *American Journal of Community Psychology*, 9(5), 559-566. doi: 10.1007/BF00896476
- Solanas, V. (1968). S.C.U.M. Manifesto (Society for Cutting Up Man). Retrieved from <http://www.womynkind.org/scum.htm> ou <http://www.scribd.com/doc/988728/Solanas-Valerie-SCUM-Manifesto>
- Stark, E. (2001). Health interventions with battered women: From crisis intervention to complex social prevention. In C. M. Renzetti, J. L. Edleson & R. K. Bergen (Eds.), *Sourcebook on Violence Against Women*. Thousand Oaks: SAGE.

- Stets, J. E., & Straus, M. A. (1989). The Marriage License as a Hitting License: A Comparison of Assaults in Dating, Cohabiting, and Married Couples. [Article]. *Journal of Family Violence*, 4(2), 161-180.
- Stork, E. P. (2004). *Analyzing decision making: Women seeking shelter from intimate partner violence*. Doctor of Philosophy, University of Pittsburgh, Pittsburgh. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=psyh&AN=2005-99007-002&lang=pt-br&site=ehost-live> Available from EBSCOhost psyh database.
- Stout, K. D., & Thomas, S. (1991). Fear and Dangerousness in Shelter Work With Battered Women. [Article]. *Affilia: Journal of Women & Social Work*, 6(2), 74-86.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1997). *Grounded theory in practice*. Thousand Oaks: Sage.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1998). *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory*. London: Sage.
- Sullivan, C. M., Baptista, I., O'halloran, S., Okroj, L., Morton, S., & Stewart, C. S. (2008). Evaluating the Effectiveness of Women's Refuges: A Multi-Country Approach to Model Development. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, 32(2), 291-308.
- Sullivan, C. M., Basta, J., Tan, C., & Davidson, W. S., II. (1992). After the crisis: A needs assessment of women leaving a domestic violence shelter. *Violence and Victims*, 7(3), 267-275.
- Taylor, S., Bogdan, R., & Walker, P. (2000). Qualitative Research. In E. Kazdin (Ed.), *Encyclopedia of Psychology* (Vol. 6, pp. 489-491). Washington, DC: American Psychological Association.
- TEDH. (1950). *Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais*. Retrieved from <http://www.echr.coe.int/NR/rdonlyres/7510566B-AE54-44B9-A163-912EF12B8BA4/0/PortuguesePortugais.pdf>.
- Terpstra, N. (2010). *Lost Girls: Sex and Death in Renaissance Florence*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Tierney, K. J. (1982). The battered women movement and the creation of the wife beating problem. *Social Problems*, 29(3), 14.
- Tjaden, P., & Thoennes, N. (2000). Full report of the prevalence, incidence, and consequences of violence against women: Findings from the National Violence

- Against Women Survey. In O. o. J. P. US Department of Justice (Ed.). Washington, DC: US Department of Justice, Office of Justice Programs.
- Tutty, L., & Rothery, M. A. (2004). How well do emergency shelters assist abused women and their children? In L. Tutty & C. Goard (Eds.), *Reclaiming self: Issues and resources for women abused by intimate partners* (pp. 144). Halifax, Canada: Fernwood Publishing Co, Ltd.
- Ulrich, Y. C. (1991). Women's reasons for leaving abusive spouses. *Health Care For Women International*, 12(4), 465-473.
- UMN. (n.d.). Shelters and Safehouses University of Minnesota. Retrieved 27-08, 2013, from <http://www1.umn.edu/humanrts/svaw/domestic/link/shelters.htm>
- Uriarte, A. I. G. (2001). *Poder y Subjetividad - Un discurso Vivo*. Doctoral, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona. Retrieved from <http://ddd.uab.cat/pub/tesis/2001/tdx-1004102-143251/aigu1de2.pdf>
- WAC. (2010a). *Shelters for victims of domestic violence*. US: Washington State Legislature - Department of Social and Health Services Retrieved from <http://www.leg.wa.gov/CodeReviser/WACArchive/Documents/2013/WAC-388-61A-CHAPTER.pdf>.
- WAC. (2010b). WAC388-61A-0290 - What are the requirements for accessing emergency domestic violence shelter? *Washington State Legislature - Department of Social and Health Services* Retrieved 17-08-2013, 2013, from <http://apps.leg.wa.gov/wac/default.aspx?cite=388-61A-0290>
- Walker, L. E. (1997). *The battered women*. Washington, DC: Harper & Row.
- Warren, C. A. B. (2001). Qualitative Interviewing. In J. F. Gubrium & J. A. Holstein (Eds.), *Handbook of Interview Research*. Thousand Oaks: SAGE.
- Wharton, C. S. (1987). Establishing Shelters for Battered Women: Local Manifestations of a Social Movement. [Article]. *Qualitative Sociology*, 10(2), 146.
- WHO. (2005). World Health Organization multi-country study on women's health and domestic violence against women: Summary report of initial results on prevalence, health outcomes and women's responses. Geneva: World Health Organization.
- Wilson, K. J. (2006). *When Violence Begins At Home: A Comprehensive Guide To Understanding And Ending Domestic Abuse*. Alameda CA, USA: Hunter House.

- Wuest, J., & Merritt-Gray, M. (1999). Not going back: Sustaining the separation in the process of leaving abusive relationships. *Violence Against Women, 5*(2), 110-133. doi: 10.1177/107780129952002
- Yllö, K. (1990). Political and methodological debates in wife abuse research. In K. Yllö & M. Bograd (Eds.), *Feminist perspectives on wife abuse* (pp. 28-50). Newbury Park: SAGE.

Anexos

Guião de Entrevista – Mulheres Acolhidas

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Entrevista

Data entrevista	/ /20__	Local da entrevista	
Início	h	Duração da entrevista	
Fim	H		

Identificação

Nome				
Nome Codificado		N.º Arquivo		
Casa Abrigo		CA Certificada?	Código	
Duração do acolhimento	Entre ___/___/___ e ___/___/___ N.º Meses _____			

Informação Demográfica

Idade		Data de Nascimento	/ /
Raça/etnia		Religião	
Nacionalidade		Habilitações Literárias	
Onde residia antes de acolhimento em CA?			
Sit. Profissional	<input type="radio"/> Desempregada	<input type="radio"/> Empregada (_____)	
	Rendimentos	Mensais _____ Último ano _____	
Filhos	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	
	Idade? Com quem se encontram?		

Observações/Circunstâncias especiais que possam ter afetado a entrevista

--

Aquecimento/Estabelecimento da Relação	
	Com quem viveu na sua infância? Como e por quem era constituída a sua família? (Pedir para caracterizar a sua família de origem, ...)
A Casa de Abrigo – GERAL	Qual a sua opinião sobre as casas de abrigo? (pedir para descrever o que pensa e sente sobre este tipo de resposta)
	Quais são as principais vantagens e desvantagens de ser acolhida em CA?
	De que acha que as mulheres acolhidas em Casa de Abrigo necessitam? (Explorar o modo como a Casa Abrigo poderá providenciá-lo)
	Na sua opinião quais as vantagens e desvantagens das CA serem confidenciais ou públicas?
	Como considera que deveria ser a Casa de Abrigo ideal? (o que deveria ter a nível de espaços, de equipa, ...? O que deveria fazer ou proporcionar?)
A Casa de Abrigo – VIVÊNCIA INDIVIDUAL	Como é o seu dia-a-dia na casa abrigo?
	A CAMVVD está a responder às expectativas que tinha quando tomou a decisão de sair de casa? Quais eram essas expectativas?
	Qual o motivo do acolhimento em Casa de Abrigo? (Explorar as dinâmicas relacionais, estimulando a descrição do tipo de relação que mantinha com o companheiro(a); duração, tipo de violência, regularidade, gravidade; tentativas saídas anteriores; entidades a quem tenha pedido ajuda; apresentação de queixa; processos judiciais em que esteja envolvida)
	Considera que este período de acolhimento é mais fácil ou mais difícil por ter/não ter filhos? Considera que a existência de filhos tem influência no processo de acolhimento?
	Qual a sua opinião sobre os espaços da casa abrigo (quartos, salas, casas de banho, ...)? (Explorar o modo como é feita a gestão destes espaços e quais as reações à mesma)
	Qual tem sido o seu papel na definição do seu projeto de vida na casa abrigo? (Pedir para desenvolver o modo como é ou não envolvida na definição de objetivos gerais e operacionais relativos ao seu projecto de vida)
	Como avalia este tempo de acolhimento? Quais os fatores determinantes para esta sua avaliação?
Saída e Pós-Saída	O que considera fundamental para poder sair da casa de abrigo? Porquê?
	Acha que vai manter contacto com as pessoas com quem se encontra a partilhar a casa (mulheres, técnicos, funcionários)? Porquê? Se acha que sim o que acha lhe trará esse contacto?
	Considera que, após sair da CA, voltará a vivenciar uma relação violenta? (Pedir para desenvolver a ideia – porque acha que sim ou que não, receios e expectativas que tenha, etc)
Finalização	
	Há algo mais que gostaria de acrescentar?

Notas (detalhes sobre sentimentos, interpretações e outros comentários)

Guião de Entrevista – Mulheres Autonomiza- das

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Entrevista

Data entrevista	/ /20__	Local da entrevista	
Início	H	Duração da entrevista	
Fim	H		

Identificação

Nome					
Nome Codificado			N.º Arquivo		
Casa Abrigo			CA Certificada?		Código
Duração do acolhimento	Entre ___/___/___ e ___/___/___		N.º Meses _____		

Informação Demográfica

Idade		Data de Nascimento	/ /
Raça/etnia		Religião	
Nacionalidade		Habilitações Literárias	
Onde residia antes de acolhimento em CA?			
Sit. Profissional	<input type="radio"/> Desempregada		<input type="radio"/> Empregada (_____)
	Rendimentos		Mensais _____ Último ano _____
Filhos	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não		
	Idade? Com quem se encontram?		

Observações/Circunstâncias especiais que possam ter afetado a entrevista

--

Aquecimento/Estabelecimento da Relação	
	Com quem viveu na sua infância? Como e por quem era constituída a sua família? (Pedir para caracterizar a sua família de origem, ...)
A Casa de Abrigo – GERAL	Qual a sua opinião sobre as casas de abrigo? (pedir para descrever o que pensa e sente sobre este tipo de resposta)
	Quais são as principais vantagens e desvantagens de ser acolhida em CA?
	De que acha que as mulheres acolhidas em Casa de Abrigo necessitam? (Explorar o modo como a Casa Abrigo poderá providenciá-lo)
	Na sua opinião quais as vantagens e desvantagens das CA serem confidenciais ou públicas?
	Como considera que deveria ser a Casa de Abrigo ideal? (o que deveria ter a nível de espaços, de equipa, ...? O que deveria fazer ou proporcionar?)
A Casa de Abrigo – VIVÊNCIA INDIVIDUAL	Como era o seu dia-a-dia na casa abrigo?
	A CAMVVD respondeu às expectativas que tinha quando tomou a decisão de sair de casa? Quais eram essas expectativas?
	Qual o motivo pelo qual foi acolhida em Casa de Abrigo? (Explorar as dinâmicas relacionais, estimulando a descrição do tipo de relação que mantinha com o companheiro(a); duração, tipo de violência, regularidade, gravidade; tentativas saídas anteriores; entidades a quem tenha pedido ajuda; apresentação de queixa; processos judiciais em que esteja envolvida)
	Considera que este período de acolhimento é mais fácil ou mais difícil por ter/não ter filhos? Considera que a existência de filhos tem influência?
	Qual a sua opinião sobre os espaços da casa abrigo (quartos, salas, casas de banho, ...)? (Explorar o modo como era feita a gestão destes espaços e quais as reações à mesma)
	Qual foi o seu papel na definição do seu projeto de vida na casa abrigo? (Pedir para desenvolver o modo como é ou não envolvida na definição de objetivos gerais e operacionais relativos ao seu projeto de vida)
	Como avaliou o tempo de acolhimento? Quais os fatores determinantes para esta sua avaliação? (Explorar de que modo a CA ajudou a redefinir a sua vida)
Saída e Pós-Saída	Enquanto estava acolhida na CA, o que é que considerava fundamental para poder autonomizar-se? Porquê?
	Manteve contacto com as pessoas com quem partilhou a casa (mulheres, técnicos, funcionários)? Porquê? O que lhe trouxe esse contacto?
	Após sair da CA, voltou a vivenciar uma relação violenta? (Pedir para desenvolver a ideia – porque acha que sim ou que não, receios e expectativas que tenha, etc.)
Finalização	
	Há algo mais que gostaria de acrescentar?

Notas (detalhes sobre sentimentos, interpretações e outros comentários)

Guião de Entrevista – Dropout

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Entrevista

Data entrevista	/ /20__	Local da entrevista	
Início	h	Duração da entrevista	
Fim	H		

Identificação

Nome					
Nome Codificado				N.º Arquivo	
Casa Abrigo			CA Certificada?		Código
Duração do acolhimento	Entre ___/___/___ e ___/___/___ N.º Meses _____				

Informação Demográfica

Idade			Data de Nascimento	/ /
Raça/etnia			Religião	
Nacionalidade			Habilitações Literárias	
Onde residia antes de acolhimento em CA?				
Sit. Profissional	<input type="radio"/> Desempregada		<input type="radio"/> Empregada (_____)	
	Rendimentos		Mensais _____ Último ano _____	
Filhos	<input type="radio"/> Sim		<input type="radio"/> Não	
	Idade? Com quem se encontram?			

Observações/Circunstâncias especiais que possam ter afetado a entrevista

--

Aquecimento/Estabelecimento da Relação	
	Com quem viveu na sua infância? Como e por quem era constituída a sua família? (Pedir para caracterizar a sua família de origem, ao fazê-lo tentar explorar a existência de dinâmicas violentas)
A Casa de Abrigo – GERAL	Qual a sua opinião sobre as casas de abrigo? (pedir para descrever o que pensa e sente sobre este tipo de resposta)
	Quais são as principais vantagens e desvantagens de ser acolhida em CA?
	De que acha que as mulheres acolhidas em Casa de Abrigo necessitam? (Explorar o modo como a Casa Abrigo poderá providenciá-lo)
	Na sua opinião quais as vantagens e desvantagens das CA serem confidenciais ou públicas?
	Como considera que deveria ser a Casa de Abrigo ideal? (o que deveria ter a nível de espaços, de equipa, ...? O que deveria fazer ou proporcionar?)
A Casa de Abrigo – VIVÊNCIA INDIVIDUAL	Como era o seu dia-a-dia na casa abrigo?
	A CAMVVD respondeu às expectativas que tinha quando tomou a decisão de sair de casa? Quais eram essas expectativas?
	Qual o motivo pela qual foi acolhida em Casa de Abrigo? (Explorar as dinâmicas relacionais, estimulando a descrição do tipo de relação que mantinha com o companheiro(a); duração, tipo de violência, regularidade, gravidade; tentativas saídas anteriores; entidades a quem tenha pedido ajuda; apresentação de queixa; processos judiciais em que esteja envolvida)
	Considera que este período de acolhimento é mais fácil ou mais difícil por ter/não ter filhos? Considera que a existência de filhos tem influência?
	Qual a sua opinião sobre os espaços da casa abrigo (quartos, salas, casas de banho, ...)? (Explorar o modo como eras feita a gestão destes espaços e quais as reações à mesma)
	Qual foi o seu papel na definição do seu projeto de vida na casa abrigo? (Pedir para desenvolver o modo como foi ou não envolvida na definição de objetivos gerais e operacionais relativos ao seu projeto de vida)
	Como avaliou este tempo de acolhimento? Quais os fatores determinantes para esta sua avaliação?
Saída e Pós-Saída	Enquanto estava acolhida na CA, o que é que considerava fundamental para poder autonomizar-se? Porquê?
	O que contribuiu para a sua saída da casa abrigo?
	Manteve contacto com as pessoas com quem partilhou a casa (mulheres, técnicos, funcionários)? Porquê? O que lhe trouxe esse contacto?
	Após sair da CA, voltou a vivenciar uma relação violenta? (Pedir para desenvolver a ideia – porque acha que sim ou que não, receios e expectativas que tenha, etc.)
Finalização	
	Há algo mais que gostaria de acrescentar?

Notas (detalhes sobre sentimentos, interpretações e outros comentários)

Guião de Entrevista – Técnicos

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Entrevista

Data entrevista	/ /20__	Local da entrevista	
Início	h	Duração da entrevista	
Fim	H		

Identificação

Nome					
Nome Codificado			N.º Arquivo		
Casa Abrigo		CA Certificada?		Código	
Profissão					
Há quanto tempo trabalha em CA?					

Informação Demográfica

Idade		Data de Nascimento	/ /
Raça/etnia		Religião	
Habil. Literárias			

Observações/Circunstâncias especiais que possam ter afetado a entrevista

--

Aquecimento/Estabelecimento da Relação	
	Há quanto tempo trabalha neste contexto de acolhimento institucional com vítimas de violência doméstica? Como foi o seu percurso profissional até ao momento?
A Casa de Abrigo – GERAL	Qual a sua opinião sobre as casas de abrigo? (pedir para descrever o que pensa e sente sobre este tipo de resposta)
	Quais são as principais vantagens e desvantagens de um acolhimento em CA?
	De que acha que as mulheres acolhidas em Casa de Abrigo necessitam? (Explorar o modo como a Casa Abrigo poderá providenciá-lo)
	Considera que, de alguma forma, o facto de a mulher já ter sido alvo de intervenções anteriores condiciona a intervenção das CA?
	Considera que, de alguma forma, a eficácia da intervenção da CA é influenciada pelo tipo, padrões e duração da VD? Se sim, em que medida?
	Na sua opinião quais as vantagens e desvantagens das CA serem confidenciais ou públicas?
	Como considera que deveria ser a Casa de Abrigo ideal? (o que deveria ter a nível de espaços, de equipa, ...? O que deveria fazer ou proporcionar?)
A Casa de Abrigo – VIVÊNCIA INDIVIDUAL	Como é dia-a-dia típico na casa abrigo?
	Considera que a CA responde às expectativas que as mulheres têm quando tomam a decisão de sair de casa? Quais são, normalmente, essas expectativas?
	Considera que a CA responde às <i>suas</i> expectativas, enquanto técnico? Quais são essas expectativas?
	Quais os principais fatores que influenciam o bem-estar da mulher em contexto de acolhimento? De acordo com a sua experiência, elenque-os por ordem de prioridade.
	Considera que este período de acolhimento é mais fácil ou mais difícil por a mulher ter/não ter filhos? Considera que a existência de filhos tem influência?
	Qual é o seu papel na definição do projeto de vida da mulher na casa abrigo? (Pedir para desenvolver o modo como está envolvido na definição dos projetos de vida e como se relaciona com os outros técnicos)
Saída e Pós-Saída...	
	O que considera ser fundamental para uma mulher se poder autonomizar? Porquê?
	Quais os principais fatores que condicionam o <i>dropout</i> /expulsão da CA?
Finalização	
	Há algo mais que gostaria de acrescentar?

Notas (detalhes sobre sentimentos, interpretações e outros comentários)

Termo de Consentimento Informado

Eu, abaixo assinado, declaro que tomei conhecimento dos objetivos e procedimentos deste estudo e que compreendi as explicações que me foram fornecidas acerca da investigação. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias e obtive resposta satisfatória para elas, tendo-me sido dado tempo necessário para reflectir e decidir a minha participação. Assim sendo, declaro que aceito livremente participar neste estudo.

Informação base sobre o estudo

Com o presente estudo, intitulado “Perceções e Significados de vítimas e técnicos sobre casas abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica”, pretende-se perceber o modo como mulheres vítimas de violência doméstica e técnicos que trabalham em casas de abrigo percebem estas respostas sociais e quais os significados que atribuem às mesmas e ao processo de acolhimento.

Os dados obtidos serão utilizados unicamente para fins científicos, no quadro do estudo em curso. Os dados sociodemográficos por si fornecidos são confidenciais e nenhum elemento de identificação direta será anexado à gravação, fazendo com que a mesma não esteja associada à sua identidade. Apenas o investigador e a sua orientadora, da Universidade do Porto, terão acesso à gravação áudio e à transcrição da entrevista.

Poderá recusar responder a qualquer questão ou interromper a participação neste estudo, em qualquer momento que entenda.

Deverá ter mais de 18 anos para participar nesta investigação. Se consentir participar, de acordo com os termos acima descritos, assine no espaço abaixo indicado. Ser-lhe-á entregue uma cópia deste consentimento.

Desde já agradecemos a sua participação.

___/___/20___, _____

Número de arquivo _____